

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara/SP

ANA LUÍSA FONSECA DE VASCONCELLOS

**Rastros em chão branco: o sertão de João Guimarães Rosa entre
percepções e memórias de travessias**



ARARAQUARA – S.P.

2015

Ana Luísa Fonseca de Vasconcellos

Rastros em chão branco: o sertão de João Guimarães Rosa entre percepções e memórias de travessias

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidade e Direitos

Orientador: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha

Bolsa: CNPQ

Data da defesa: 11/08/2015

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha
UNESP – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Campus Araraquara

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Renata Medeiros Paoliello
UNESP – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Campus Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. John Cowart Dawsey
USP – Universidade de São Paulo – Departamento de Antropologia

Membro Suplente: Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion
UNESP – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Campus Araraquara

Membro Suplente: Prof.^a Dr.^a Fabiana Bruno
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Artes, Departamento de Multimeios

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Vasconcellos, Ana Luísa

Rastros em Chão Branco: o sertão de João
Guimarães Rosa entre percepções e memórias de
travessias / Ana Luísa Vasconcellos – 2015
198 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Edgar Teodoro da Cunha

1. sertão. 2. etnografia. 3. Grande Sertão: Veredas.
4. memória. 5. experiência. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é fruto de vários encontros. Encontros com pessoas que me apontaram caminhos, acolheram, descortinaram mundos, incentivaram, orientaram e, com amor, trocaram comigo suas experiências. A todas devo agradecer por terem sido as verdadeiras responsáveis por eu ter podido produzir o que se encontra nestas páginas.

Em Arinos, agradeço profundamente a Durval Ribas e à Marisa, pela amizade, pelo acolhimento, o apoio, as aventuras proporcionadas, as incríveis histórias compartilhadas e pela impagável generosidade. A eles devo minha eterna estima e consideração; assim como aos pais de Durval, Dona Julia e Seo Antônio; e parentes: Seo Caetano, Dona Arcesina, Divina, Débora, Tiago, Grazielle, Chico e Juca. A Seo Caetano, Dona Arcesina e Divina devo agradecer ainda pela confiança, o respeito, o teto e as deliciosas refeições. Em Arinos também agradeço a José de Oliveira Carvalho – o Seo Zé Bom – pela paciência e o desprendimento em apresentar-me seu álbum de família.

Na fazenda Rio Preto, sou imensamente grata a Seo Ladu e Dona Manelina pela enorme atenção dispensada.

Em Riachinho, não posso esquecer de Seo Alvarino, pelos dias tranquilos e familiares no Hotel Martins. Em Sagarana, agradeço a Dona Isidoria, pelo pouso, a simpatia e os “banquetes” oferecidos.

Em Conceição, Passagem Funda, Assentamento Novilha Brava, Batizal, agradeço à Dona Senhorinha, Seo Aristeu, Leninha, Oswaldo, à família de Balbino, Zé Bigode, Du Reis, Delza, Fausto e Rufina. A estas pessoas, sem exagero, devo a paz e a sobrevivência. É impossível descrever a importância da acolhida fraterna para alguém que viaja sozinho pela zona rural.

Em Santa Fé de Minas, devo agradecer a Lucia, Eurico, Vinícios, Guilherme, Junior; pela terna recepção, a amizade e os cuidados. Na companhia desta família, tinha a alegria de me sentir em casa. Em Santa Fé, agradeço também a Bruniele Nepomuceno e Valda, por terem ajudado no meu entrosamento na cidade.

Em Brasilândia de Minas, devo especial agradecimento a Valdson Rosca pelo interesse em minha pesquisa e enorme disponibilidade para me ajudar. Sem dúvida, o trabalho de campo em Brasilândia teria sido outro se não tivéssemos nos conhecido.

À Dona Sivi, Seo Siduca, José Nogueira, fica minha gratidão pela atenção e a forma carinhosa e sincera como me receberam. Era sempre um grande prazer estar na companhia deles.

Em Vila de Santo Antônio, a Seo Geraldo Paiva, Dona Nair e Dona Inácia. A Geraldo Paiva, agradeço, em particular, a confiança depositada e o empenho em detalhar suas memórias. Deixo aqui também registrada minha grande admiração por este senhor, por tudo que fez e faz pela sua comunidade.

Pelo acolhimento em Brasilândia e também em João Pinheiro, devo agradecer à Dona Marlene Campos e Kleyton, que me proporcionaram confortável e familiar estadia nessas cidades.

Ainda em Minas Gerais, entre os que colaboraram com a pesquisa, devo mencionar e agradecer, Giselda Shirley da Silva, responsável pelo Arquivo Público Municipal de João Pinheiro; o pessoal do Arquivo Público de Paracatu e, *in memoriam*, Dona Maria Morais, por sua solicitude e valoroso trabalho para a memória de Brasilândia de Minas.

A meu orientador Edgar Teodoro da Cunha, agradeço pela paciência e humildade na condução de uma proposta pouco afim com sua área específica de estudo. Sua maneira gentil de buscar o diálogo, procurando sempre me ajudar dentro dos caminhos que eu própria escolhia, assim como o convite para participar do NAIP (Núcleo de Antropologia da Imagem e Performance) ampliaram meus horizontes em Antropologia.

No âmbito acadêmico, não poderia deixar de mencionar também as imprescindíveis contribuições da professora Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro e Edmundo Peggion, que compuseram a banca de qualificação. Pela leitura atenta, a boa vontade, os comentários e indicações bibliográficas.

E à grande amiga Rosemeire Salata e ao companheiro Douglas Navega, que acompanharam intimamente minha jornada, desde o início, quando eu ainda escrevia o projeto, meu muitíssimo obrigado. Certamente, devo a “Rose” a possibilidade de ingressar no Mestrado em Ciências Sociais da Unesp-Araraquara: além de ter sido quem me incentivou a me inscrever para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desta instituição, foi quem, solidariamente, leu meu projeto, ajudou a estruturá-lo, ensinou-me as normas da ABNT e estudou ao meu lado o conteúdo para a prova de conhecimento teórico. Ao Douglas, agradeço pelo amor, a parceira, em casa e na estrada – em cima da bicicleta –, às dicas técnicas de informática e formatação de dados, a ajuda nas transcrições de entrevistas. A ambos ainda sou grata por emprestarem os ouvidos para meus desabafos e dúvidas ao longo de todo o processo.

Por fim, e não menos importante, à saudosa lembrança de meus pais, agradeço a Benedicto de Vasconcellos e Luzia Eunice Fonseca de Vasconcellos. Mais do que proporcionar as condições materiais para que eu, até hoje, pudesse me dedicar aos estudos, foram eles, os maravilhosos seres humanos que me ensinaram a coragem, a honestidade, o respeito por todas as formas de vida e, sobretudo, o amor pela liberdade.

RESUMO

Lugar emblemático no imaginário brasileiro, o sertão é um tema recorrente em diversos estudos culturais e geográficos do país. Considerando a conotação existencial que lhe confere o escritor João Guimarães Rosa e baseado em uma etnografia realizada na região mineira em que o mesmo ambienta boa parte do romance *Grande Sertão: Veredas*, na extensão compreendida entre os Rios Urucuia e Paracatu, o presente trabalho visa à construção de uma narrativa reflexiva sobre experiências de espaço e imagens constitutivas da memória e do imaginário de habitantes do sertão mineiro.

Apoiando-nos, pois, em uma pesquisa de campo que consistiu no deslocamento entre diferentes localidades rurais e urbanas e na realização de entrevistas com sujeitos conhecidos ao longo do caminho, este trabalho se compõe de imagens, narrativas, histórias de vida, impressões de viagem e reflexões a partir das quais procuramos repensar – no diálogo com a literatura roseana – o imaginário e a idealização dos lugares e das pessoas ditos sertanejos.

Palavras-chaves: sertão, viagem, percepção, experiência, memória, espacialidade

ABSTRACT

An emblematic place in the Brazilian imagination, “sertão” is a recurring theme in diverse cultural and geographical studies about the country. Considering the existential connotation that the writer João Guimarães Rosa gives on it, and based on an ethnography carried out in the same region in which big part of his novel *Grande Sertão: Veredas (The Devil to Pay in the Backlands)* was set, to the extent of between Urucuaia and Paracatu rivers, this dissertation aims at a construction of a reflexive narrative about the experience of environment and constitutive memory and imaginary images of inhabitants of this region.

Relying on a fieldwork which consisted in shifting between different rural and urban locations and interviews with people known along the way, this work consists of images, narratives, life histories, travel impressions and reflections from which we try to rethink - in dialogue with Rosean literature - the imaginary and the idealization of places and people known as sertanejos.

Keywords: sertão, travel, perception, experience, memory, spatiality

ÍNDICE DE IMAGENS

I – Fotos

Foto 1. Rio Urucuia.....	55
Foto 2. Vista do Parque.....	70
Foto 3. Bois de tração	71
Foto 4. Capela de Rio do Ouro	71
Foto 5. Santíssimo.....	71
Foto 6. Vereda Areia.....	75
Foto 7. Bicicleta.....	78
Foto 8. Seo Ladu desenhando	82
Foto 9. Trabalhadores rurais retornando do serviço em Passagem Funda.....	92
Foto 10. Casa de Zé Bigode e ‘Du Reis’ – Assentamento Novilha Brava.....	96
Foto 11. Servidores da SUCAM	101
Foto 12. Servidores da SUCAM	101
Foto 13. Servidores da SUCAM	101
Foto 14. ‘Corredor’ no meio do Cerrado	103
Foto 15. Vista panorâmica de Brasilândia de Minas, década de 50.....	113
Foto 16. Vista panorâmica de Brasilândia de Minas, década de 2010.....	113
Foto 17. ‘Casa Grande’	114
Foto 18. Vapores do São Francisco	116
Foto 19. Travessia de balsa no Paracatu	116
Foto 20. Desfile da Independência dos alunos da Escola Vila Santo Antônio	117
Foto 21. Festa do padroeiro – Vila de Santo Antônio.....	120
Foto 22. Usina BEVAP.....	121
Foto 23. Enchente Vila de Santo Antônio.....	124
Foto 24. Fotografia pintada de casamento de Dona Júlia e Seo Antônio.....	131
Foto 25. Álbum de Zé Bom: esposa Anatécia.....	133
Foto 26. Álbum de Zé Bom: fotografias antigas dos pais	134

Foto 27. Álbum de Zé Bom: bois gêmeos	134
Foto 28. Álbum de Zé Bom: Tataravô	135
Foto 29. Álbum de Zé Bom: esposa com as irmãs.....	136
Foto 30. Álbum de Zé Bom: Zé Bom com o amigo Pedro no exército	136
Foto 31. Crânio de suçuapara.....	137
Foto 32. Álbum de Zé Bom: Zé Bom na juventude.....	138
Foto 33. Álbum de Zé Bom: Fotógrafo de Januária.....	138
Foto 34. Zé Bom folheando o relicário	139
Foto 35. Álbum de Zé Bom: ‘Mestre Carrim’	139
Foto 36. Álbum de Zé Bom: Igreja de Januária	141
Foto 37. Seo Caetano cortando lenha.....	143
Foto 38. Dona Arcesina na capela	143
Foto 39. Seo Ladu.....	147
Foto 40. Dona Sivi	152
Foto 41. Seo Geraldo Paiva	154
Foto 42. Casarão da antiga Fazenda Novilha Brava	160
Foto 43. Dona Sivi benzendo pasto	183
Foto 44. Quadros da parede da casa de Dona Sivi.....	184
Foto 45. ‘Calçada’	187
Foto 46. Jirau da casa de Divina	187
Foto 47. Sessão de fotografias	188
Foto 48. Vista da casa de Seo Caetano	188
Foto 49. Vista da casa de Seo Ladu	189
Foto 50. Meninos com bicicleta.....	189
Foto 51. Casa de Toim.....	190
Foto 52. Casarão da fazenda de Seo Eurico.....	190

II – Mapas

Figura 1. Topografia do Campo – mapa das cicloviagens realizadas	34
Figura 2. Mapa do percurso na região de Arinos	54
Figura 3. Mapa mental do caminho para Rio do Ouro feito por Durval	62
Figura 4. Mapa mental das veredas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas feito por Seo Ladu	84
Figura 5. Mapa mental da vereda Areia e Rio Preto feito por Seo Ladu	85
Figura 6. Mapa do percurso entre Riachinho e Santa Fé de Minas.....	89
Figura 7. Mapa do percurso de Santa Fé de Minas até Vila de Santo Antônio.....	107

LISTA DE SIGLAS

BEVAP – Bionergética Vale do Paracatu

CVSF – Comissão do Vale do São Francisco

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GSV – Grande Sertão Veredas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

LEGENDA

‘aspas simples’	Palavras ou expressões nativas utilizadas.
“aspas duplas”	Citações. Falas nativas. Palavras e/ou expressões utilizadas em sentido figurado.
<i>Itálico</i>	Ênfase, palavras estrangeiras e títulos de livros
(...)	Subtração de trecho transcrito
...	Silêncios durante as falas gravadas
[]	Explicações, complementos ou encaixe de minha fala ou de outros em transcrições.

SUMÁRIO

Introdução – Ponto de partida e objetivos de uma etnografia “em travessia”	15
<u>Primeira parte – Abordagem do sertão</u>	23
Capítulo 1 – A errância como método para saber ou saber que nada se sabe do sertão	24
1.1 – Errando de bicicleta por entre os vales do Urucuia e do Paracatu na companhia de Riobaldo Tatarana	30
1.2 – O campo na casa dos outros: da recepção no sertão	40
1.3 – Sobre escutar histórias em movimento e a difícil arte de lembrar e narrar	45
1.3.1 – As “situações de lembrança”	49
<u>Segunda parte – Percepção e Memória no sertão noroeste mineiro: lugares, contextos e reflexões de uma etnografia “em travessia”</u>	52
Capítulo 2 – Primeiro trecho: região de Arinos	54
2.1 - Arinos	54
2.2 – Rio do Ouro	60
2.3 – Rio Preto	75
Capítulo 3 – Segundo trecho: de Riachinho a Santa Fé de Minas	89
3.1 – Até Conceição	89
3.2 – Até o Assentamento Novilha Brava	91
3.3 – No Batizal	98
3.4 – Santa Fé e algumas reflexões sobre nossas percepções de sertão e cidade	101
Capítulo 4 – Terceiro Trecho: Brasilândia de Minas, Vila de Santo Antônio e a história do Vale do Paracatu	107
<u>Terceira parte – O sertão dos sertanejos: fragmentos de lembranças ouvidas e registradas ao longo da travessia</u>	125
Capítulo 5 – Lembranças na região de Arinos	128
5.1 – Lembranças de Seo Antônio: de seus lugares e movimentos (conexões entre localidades: Arinos – Unai – Brasília – Montalvânia – Chapada Gaúcha)	128
5.1.1 – Sobre Chapada Gaúcha	129
5.2 – Lembranças de Dona Júlia: travessias para casar	131
5.3 – Lembranças de Seo Zé Bom: o “Álbum de Família”	133

5.4 – Lembranças de Seo Caetano e Dona Arcesina: representação do passado (a festa do Encontro dos Povos de Grande Sertão Veredas) e as transformações do presente.....	143
5.5 – Lembranças de Seo Ladu e Dona Manelina: ‘Revoltas’ – jagunçagem e vingança.....	147
5.5.1 – A vingança de Bralo.....	148
Capítulo 6 – Lembranças na região de Brasilândia de Minas	152
6.1 – Lembranças de Dona Sivi: A mudança de Brasília de Minas para a Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu (atual Brasilândia de Minas).....	152
6.2 – Lembranças de Seo Geraldo: andanças entre a zona da mata mineira e o interior paulista até a mudança definitiva para a Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu. História da Colônia e o agronegócio na região nos dias atuais.....	154
<u>Quarta parte – Considerações Finais</u>	<u>169</u>
Capítulo 7 – Imagens e Perspectivas do sertão.....	170
7.1 – Sertão e Sertanejo no tempo e no espaço.....	170
7.2 – Generalizando o mundo sertão: síntese das observações de campo.....	177
7.2.1 – Vazios	178
7.2.2 – Fruição e reconhecimento da paisagem	179
7.2.3 – Religiosidade popular	180
7.2.4 – A “nação de gado”	185
Apêndice	187
Bibliografia	194

INTRODUÇÃO

Ponto de partida e objetivos de uma etnografia “em travessia” pelo sertão roseano

Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola. Mesmo que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau. E até o gado no grameal vai mingando menos bravo, mais educado: casteado de zebú, desvém com o resto de curraleiro e de crioulo. Sempre, no gerais, é à pobreza, à tristeza. Uma tristeza que até alegra. Mas, então, para uma safra razoável de bizarrices, reconselho de o senhor entestar viagem mais dilatada. Não fosse meu despoder, por azias e reumatismo, aí eu ia. Eu guiava o senhor até tudo.

(“Riobaldo Tatarana”, Guimarães Rosa, G.S.V.)

A epígrafe escolhida para a abertura deste trabalho condensa bem o que poderíamos chamar de subjetividade antropológica. Ela exprime a ideia de que

no coração da experiência etnográfica, encontra-se a mesma atitude cultural, presente nos escritores e artistas modernistas, de busca de uma experiência “autêntica”. Ao mesmo tempo articula-se a consciência de que essa experiência não é possível no mundo moderno. Daí a sua busca em lugares situados fora dos limites desse mundo ou em suas áreas marginais (GONÇALVES, 2008, p. 10).

Ao dizer a seu interlocutor que ele “veio tarde” – porque tempos foram, os costumes demudaram e de legítimo leal pouco sobra ou nem não sobra mais nada –, Riobaldo Tatarana está, de maneira subliminar, enunciando duas coisas. A primeira é que ele concebe que é no passado que se encontra a verdadeira cultura, a cultura autêntica: a tradição de um povo, lugar ou pessoa; e que o presente é degeneração. A segunda é que ele visualiza seu interlocutor como um sujeito interessado em singularidades; alguém em busca de ideias, comportamentos,

histórias, modos de vida,...fora dos padrões massificados da modernidade. Por isso, então, é que ele o aconselha a “entestar viagem mais dilatada”: para obter “uma safra razoável de bizarrices” – isto é, uma safra razoável de diferenças, uma safra razoável de coisas originais.

O livro *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, traz elementos que o tornam representativo de uma certa atitude investigativa que está relacionada, segundo Gonçalves (1988), com a questão da identidade, ou do *self* individualista moderno, que procura fundir sujeito e objeto tornando-lhes mutuamente significativos. Enquanto ciência social, a etnografia, por princípio, estaria interessada em construir padrões de pertencimento entre pessoas, lugares e objetos; e, ao fazer isso, conseguiria produzir a ideia de totalidades identitárias correlatas a ideia de nação, povo ou pessoa. Em certo sentido, é isso que *Grande Sertão: Veredas* promove. O livro, que tem uma inspiração etnográfica forte, já que fora baseado, assim como outros trabalhos de Guimarães Rosa, em pesquisas de campo que ele empreendeu em áreas do interior de Minas Gerais, consiste em uma narrativa autobiográfica (outro gênero que Gonçalves (1988) considera como exemplar da construção identitária) de um ex-jagunço letrado, habitante dos *Gerais*, que, ao contar sua história de vida, entrelaça sujeito e lugar (paisagens, topônimos e modos de vida) transformando assim o sertão em personagem ou o homem em sertão, como diz Guimarães Rosa: “Riobaldo é o sertão feito homem e é meu irmão” (ROSA, in LORENZ, 1973, p. 353); conferindo, assim, qualidades de caráter e sentimentos ao sertão e ao homem, construindo a simetria entre ambos.

O sertão de *Grande Sertão: Veredas* é, por assim dizer, o solo em que principia uma identidade. Portanto, é um lugar capaz de nos tocar pelas referências históricas e geográficas que mobiliza assim como pelos sentimentos românticos que expressam as angústias e as incertezas do sujeito moderno. E tem sido esta confluência, acredito, entre referências temporais, espaciais e qualidades subjetivas arranjadas no livro que tem tornado os *Gerais* uma espécie de monumento cultural roseano; e ainda que apenas em termos de localização no espaço, pois, apesar da região norte de Minas atrair um certo número de turistas, curiosos, aventureiros, pesquisadores que para lá partem co-movidos pela literatura de Guimarães Rosa; de valorização pública de lugares, acidentes geográficos, roteiros, personagens, festas, cerimônias, etc., há muito pouco ou quase nada nessas regiões. Exceto por algumas esparsas iniciativas no sentido de tornar a “cultura sertaneja” do norte de Minas Gerais um atrativo do ponto de vista do turismo histórico e cultural, o que se vê, como mais indicativo do reconhecimento da região enquanto patrimônio, são placas de trânsito anunciando que algumas cidades fazem parte de um roteiro chamado “Circuito Turístico Guimarães Rosa” e

outras, do roteiro “Vale do Urucuia: Circuito Grande Sertão”¹, que tem seus limites junto a reserva ambiental denominada Parque Nacional Grande Sertão Veredas, implantado em 1989 entre Minas Gerais e Bahia.

De qualquer modo, o que nos interessa ao relacionar *Grande Sertão: Veredas* e a atitude etnográfica de que fala Gonçalves (2008), da busca por uma experiência autêntica, é, justamente, mostrar que este livro engendra propriedades que reverberam sobre nossas fantasias de autenticidade, mobilizando-nos: *Grande Sertão: Veredas* fez e faz a muitos de seus leitores saírem em busca do sertão mineiro, ou o de Riobaldo Tatarana, imaginando que este lugar possa ser a materialização de um *self* do qual compartilhamos: seja porque nos identificamos *a priori* com certos ícones da memória do personagem (o meio rural, os costumes da sociedade agrária representativos de nossa História), seja porque ele demonstra viver conflitos existenciais que são peculiares à individualidade ocidental moderna (e isto ainda que saibamos que de “legítimo leal” pouco ou nada iremos encontrar).

Na prática, o que acontece é que a leitura de *Grande Sertão: Veredas* tem a capacidade, como diz Bachelard (1975), de *ressoar e repercutir* em nosso íntimo, dispersando-se em “diferentes planos de nossa vida no mundo” (BACHELARD, 1975, p. 187); o que nos leva, assim, à vontade de aprofundar essa experiência tomando contato, o quanto possível, com o mesmo universo que serviu à sensibilidade do seu autor.

“As ressonâncias se dispersam nos diferentes planos da nossa vida no mundo, a repercussão nos chama a um aprofundamento de nossa própria existência. Na ressonância, ouvimos o poema, na repercussão nós o falamos, pois é nosso. A repercussão opera uma revirada do ser. Parece que o ser do poeta é nosso ser. A multiplicidade das ressonâncias sai então da unidade do ser da repercussão.” (BACHELARD, 1975, p. 187)

¹ Fazem parte do Circuito Turístico Guimarães Rosa a cidade de nascimento do autor – Cordisburgo – e algumas outras da região de influência de Curvelo e Três Marias onde o escritor esteve na ocasião em que acompanhava uma comitiva de vaqueiros da fazenda Sirga, de seu primo, no município de Três Marias; até a fazenda São Francisco, no município de Araçá. A jornada, que teve duração de 12 dias, ficou famosa pois, além de ter sido documentada e noticiada pela imprensa; ainda foi a experiência na qual Guimarães Rosa conheceu Manuelzão, que viria a se tornar protagonista do conto Uma História de Amor, publicado no livro Manuelzão e Miguilim; além do que foi também a viagem à qual se atribui a inspiração para a criação de *Grande Sertão: Veredas*. As cidades que fazem parte do Circuito Guimarães Rosa são: Araçá, Curvelo, Corinto, Morro da Garça, Inimutaba, Buritizeiro, Pirapora, Lassance, Presidente Juscelino, Santo Hipólito. (fonte: www.circuitoguimaraesrosa.com.br) O roteiro Vale do Urucuia: Circuito Grande Sertão, abrange as cidades: Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Cabeceiras (GO), Chapada Gaúcha, Formoso, Pintópolis, Riachinho, São Romão, Uruana de Minas e Urucuia.

Foi o que aconteceu comigo. A prosa-poética (etnográfica) de Guimarães Rosa me levou, em 2011, a colocar em prática um projeto – vislumbrado desde que li o livro – de uma viagem pela região noroeste de Minas Gerais (o cenário do romance), para “pôr os olhos” sobre as paisagens retratadas por Riobaldo Tatarana afim de re-conhecê-las. Queria, digamos, fazer o que Riobaldo pergunta a seu interlocutor: “devassar a raso [aquele] mar de territórios para sortimento de conferir o que exist[ia]”. Mas queria isso pelo motivo de já ter me identificado com sua narrativa; imaginar que, estando no sertão, poderia, talvez, res-sentir, ou ter de volta aquela história – que já sentia como minha – potencializada nas imagens e sensações que esse espaço poderia produzir em mim.

Assim, numa manhã nublada de maio, parti de Belo Horizonte – com destino incerto – para o norte de Minas Gerais, numa jornada que acabou durando dois meses e tendo 2200 quilômetros percorridos entre Minas e Goiás.

Tal viagem, no entanto, realizei de bicicleta; e isto teve um grande peso para minha aproximação do sertão roseano: ajudou a pensar a perspectiva errante – que trataremos no primeiro capítulo desta dissertação – de onde fala Riobaldo Tatarana, como também funcionou para deflagrar uma série de questões, ligadas tanto aos modos de vida do sertão quanto a seu processo de transformação.

Passando por inúmeras cidades, vilas, fazendas, povoados, pude ver e sentir o cenário de *Grande Sertão: Veredas* a partir dessa viagem. Lentamente, no ritmo do pedal, muito da narrativa de Riobaldo pôde ser reconhecida nos acidentes geográficos da região, no aspecto da vegetação do cerrado, em algumas localidades mencionadas, nos hábitos das pessoas (suas palavras, gestos, atitudes) e em certas sensações experienciadas ao vagar sozinha por espaços ermos e desconhecidos.

O incortornável, entretanto, do tempo quando essa viagem foi realizada, das especificidades de sua configuração e do fato de ser *Grande Sertão: Veredas* uma criação literária, ou seja, uma ficção *strictu sensu*; impôs, inevitavelmente, a observação de que a experiência a que me propus se dava entre duas realidades: a realidade da memória sertaneja construída pela ficção etnográfica roseana² e a realidade do sertão mineiro hoje, com todas as

² Chamo de ficção etnográfica *Grande Sertão: Veredas* por se tratar, primeiro, de uma obra ficcional construída a partir de dados etnográficos recolhidos pelo autor; e, segundo, por ser o livro, conforme defende Bolle (2004), parte de um gênero literário que identifica como *retrato do Brasil*, aplicado basicamente a ensaios de história e ciências sociais, derivado do livro homônimo publicado em 1928 por Paulo Padro (BOLLE, 2004, p. 23); algo no sentido em que nos fala Gonçalves (2008 e 1988) sobre a motivação da experiência e da narrativa etnográfica estar relacionada à moderna ideia da construção identitária.

transformações espaciais, paisagísticas, sociais e culturais. Nesse sentido, esta percepção, combinada ao contexto da viagem em si (marcada pelo deslocamento de bicicleta, por encontros aleatórios, histórias compartilhadas, cultos, festejos, eventos presenciados), suscitou o interesse por pensar este lugar, justamente, nesta interface do passado com o presente e do imaginado com o vivido, ou testemunhado, na região noroeste mineira.

Deste modo, um ano depois desta viagem, decidi elaborar um projeto de pesquisa para rever tal experiência, dando ênfase, porém, a uma das coisas que dela tinha ficado como uma das mais significantes: a possibilidade de conhecer o sertão pela experiência dos seus habitantes, através de suas percepções e memórias de vida naquele espaço.

Portanto, esta dissertação que intitulamos *Rastros em Chão Branco: o sertão de João Guimarães Rosa entre percepções e memórias de travessias* representa uma tentativa de pensar o sertão mineiro, suas dinâmicas social e cultural, por meio de uma abordagem tanto objetiva quanto subjetiva deste espaço; o que consiste na ideia de uma travessia feita pelo espaço geográfico do sertão ao mesmo tempo que pela memória dos seus habitantes.

A partir da experiência da viagem de bicicleta, ou cicloviamagem como podemos denominar, e da ideia de uma autobiografia sertaneja, inspirada em *Grande Sertão: Veredas*; concebemos um método de trabalho de campo para essa pesquisa considerando a possibilidade de produzir, por meio dele, uma escrita da espacialidade do sertão mineiro baseada, por um lado, na descrição de e reflexão sobre lugares, paisagens, relações, falas e acontecimentos observados ou vividos ali por nós na condição de cicloviamante; e por outro, na exposição de experiências individuais relacionadas às imagens da memória da vida neste espaço e à sua percepção pela perspectiva de seus próprios habitantes. Assim, estabelecemos que, sobre a região delimitada entre as bacias dos rios Urucuia e Paracatu, no noroeste mineiro – da área de influência do município de Arinos à área de influência de Brasilândia de Minas –, traçaríamos um novo percurso para ser feito de bicicleta ao longo do qual procuraríamos conviver, por certo período, com pessoas das localidades do trecho ao mesmo tempo que empreender junto a algumas delas um trabalho de escuta e registro de memórias individuais.

A concepção de tal método se deu afinal porque a experiência da primeira cicloviamagem por aquelas regiões tinha demonstrado que a bicicleta era um excelente meio para promover encontros e garantir uma aproximação rápida do espaço do outro. O fato de ela me caracterizar antes como uma ciclista aventureira do que como pesquisadora atraía a atenção das pessoas facilitando o entrosamento nos lugares, tanto entre adultos quanto entre crianças, homens e mulheres. Além disso, era um meio de transporte que permitia uma outra apreciação

da paisagem, marcada por um contato muito mais intenso – pelo esforço físico, as incertezas e a vulnerabilidade.

Outro ponto igualmente relevante desta maneira de se colocar no espaço estava em seu caráter evocativo do passado do sertão: pela semelhança com a condição e o ritmo de deslocamento por força animal (cavalo e mula), viajar de bicicleta, em certa medida, estimulava os interlocutores a lembrar de suas experiências de viagens quando no sertão ainda não havia estradas pavimentadas e muito menos veículos motorizados. E foi isso, especialmente, o que nos levou a considerar como válida para esta pesquisa a estratégia de associar travessia etnográfica de bicicleta pelo sertão a um exercício de escuta e registro de memórias dos locais.

O exercício de ouvir a história ou as memórias da vida do outro foi o meio que encontramos para acessar a apreensão de sertão daqueles que habitam a região percorrida, valendo-nos de entrevistas, registros fotográficos e acompanhamento da rotina de alguns com quem permanecemos em contato por mais tempo. Na primeira parte deste trabalho, entretanto, o leitor poderá conferir que este método, em meio à condição da viagem, apresentou uma outra ordem de problemas. Viajar de bicicleta acarretava na construção de um campo multisituado, e o trabalho a partir da memória do outro demandava um tempo de permanência em cada lugar que, sob os prazos de um mestrado, não foi possível de ser estendido.

Tendo em vista tais limitações, o trabalho que apresentamos aqui tem, então, o caráter de uma etnografia não profunda acerca dos espaços do vivido, do lembrado e do imaginado do sertão mineiro – mais precisamente da área entre os rios Urucuia e Paracatu, no noroeste do Estado, onde fizemos nosso campo – numa relação etnográfica em que os dois lados, eu, a autora deste texto, e meus interlocutores pronunciamos nossas experiências, percepções e memórias sobre os lugares que conhecemos. Didivido em quatro partes, na primeira procuramos discutir a questão da viagem enquanto método, tendo em vista, de início, a ideia de sertão encontrada em falas de Guimarães Rosa³. Considerando que, para o autor, o sertão assume formas física e metafísica: existe enquanto concretude no espaço geográfico, mas é também pensamento, sentimento, estado, condição espiritual; tratamos o conceito de viagem de forma ampla, compreendendo-o como movimento pelo espaço e pela memória; a ação desencadeadora das percepções, narrativas e reflexões do texto. Partindo desta abordagem, apresentamos na primeira parte os princípios que nortearam esta pesquisa; e trazemos,

³ Neste caso, utilizo basicamente as informações presente na entrevista do autor concedida a Günter Lorenz em 1965.

bastante enfatizado, o termo errância para qualificar de que tipo de viagem estamos falando quando pensamos neste dispositivo como método: o de que não se trata, simplesmente, de um deslocamento entre um ponto ao outro; um ir para lugar diferente do habitual e fazer etnografia. Trata-se, antes, de um experimento que visa contemplar o movimento, o “durante” dos lugares; e assim incorporar ao texto as imprevisibilidades, o acaso, o desconhecido, as incertezas, e outros tantos pormenores que dizem respeito à ideia de um espírito, em campo, investigativo mas afetivamente aberto.

A segunda parte do trabalho, é onde, propriamente, apresentamos nosso relato de campo. Uma elaboração na qual procuramos narrar a experiência da ciclovagem pelo sertão mineiro analisando e refletindo sobre os contextos dos lugares por que passamos e nossa condição de pesquisa. Neste, buscamos apresentar um breve panorama paisagístico e histórico dos lugares – em diálogo com *Grande Sertão: Veredas*, quando conveniente –, descrevendo ainda situações de encontro, conversas e registros de memórias.

A terceira parte, de caráter documental, traz narrativas de alguns de nossos interlocutores. Trata-se, basicamente, de histórias relativas à vida pessoal e às lembranças do passado da região que nos foram contadas e/ou apresentadas por meio de arquivos fotográficos. A partir de blocos de relatos individuais elaborados com material recolhido em conversas e entrevistas, procuramos nesta seção apresentar ao leitor uma versão do sertão com ênfase na “voz” de seus próprios habitantes.

Por fim, a quarta e última parte consiste em um giro em torno de interpretações do sertão em que, procurando cotejar minhas observações de campo, faço primeiro uma explanação sobre as imagens e concepções produzidas a respeito do interior do Brasil e suas populações – em especial pela literatura e o pensamento social – para, em seguida, apresentar uma síntese do que elenquei como manifestações representativas do sertão roseano; as quais sobressaem ainda como fortes características da região norte mineira. Tomando por base as transformações espaciais e culturais ocorridas nessa região – e nas áreas consideradas sertão, de modo geral – a proposta, para futuras reflexões, é pensar essas características na dinâmica da modernidade.

No que tange ainda à forma como este trabalho foi concebido, vale dizer que pela empiria apriorística que lhe dá origem, teoricamente ele está pautado em perspectivas existencialistas do espaço, que o compreendem como fenômeno do vivido. Nesse sentido tomamos emprestado duas ideias de espaço semelhantes, porém formuladas em áreas disciplinares diferentes, que nos ajudam a distinguir melhor nossa apreensão do conceito. São elas: a primeira, a de *espaço vivido* da Geografia Humanista; e a segunda, a de Michel de

Certeau: de que o espaço não corresponde a uma geometria ontológica das coisas, mas, sim, ao efeito de um *conjunto de movimentos*⁴ percebidos quando se leva em conta fatores como direção e tempo (CERTEAU, 1998, p.202). De maneira sucinta, teríamos, por um lado, o *espaço vivido* referindo-se a uma noção de espacialidade que localiza na esfera subjetiva e social os princípios da análise espacial, estando diretamente ligada à experiência de vida, à trajetória, às relações pessoais, à visão de mundo, ao imaginário, aos sentimentos e as emoções do indivíduo (AMARO, 2014). E, por outro, as colocações de de Certeau, que vão de encontro à ideia de que o espaço é um fazer, uma prática; algo que se apreende pela atividade, pela mobilidade dos corpos, no contato com eles. As duas propostas encontrariam, pois, como já dissemos, seu parentesco na noção de um espaço – ou de uma percepção dele – que é antes de tudo existencial: uma encarada a partir da particularidade das experiências individuais; e a outra, a partir da “relação com o mundo; no sonho ou na percepção” (CERTEAU, 1998, p. 202) – efeito da condição de se estar situado em um meio e ter a capacidade de agir, movimentar-se, sobre ele.

Em nosso trabalho, no entanto, esta base teórica está subentendida na abordagem. Exceptuando a última parte, não nos preocupamos em fazer uma revisão bibliográfica sistemática de como o espaço sertão foi apreendido por outros autores; levamos a cabo esta etnografia tendo por referência maior o próprio *Grande Sertão: Veredas* e uma seleção eclética de pensamentos e estudos em etnografia, sociologia, geografia, memória e literatura que, ao longo da escrita, surgem para nos auxiliar na compreensão de nossas experiências, dos acontecimentos e das observações desta travessia.

⁴ Grifo meu.

Primeira Parte
ABORDAGEM DO SERTÃO

CAPÍTULO 1 – A ERRÂNCIA COMO MÉTODO PARA SABER OU SABER QUE NADA SE SABE DO SERTÃO

É preciso haver andado ali, mesmo agora, quando a destruição do cerrado dá lugar a desertos vazios, cheios do falso verde dos eucaliptos. É preciso sentir-se, por um momento que seja, perdido entre imensidões que são tão diferentes e tão iguais; cada curva de estrada, cada movimento de águas, cada fio de morro, para saber que do sertão nada se sabe, porque quanto mais se anda, mais existe ainda para se andar...(BRANDÃO, 1998; p.123)

Como movimentar-se adequadamente dentro desse miolo do Brasil representado pelo Grande Sertão: Veredas? Precisamos de um método que permita transitar no fio da navalha entre a compreensão analítica da construção do labirinto e a sensação da errância, que é a verdadeira forma de descoberta e de aprendizagem. (BOLLE; 2004, p. 80)

O que é o sertão? Como adentrar ou conhecer o sertão?

Ao propor um trabalho sobre percepção e memória no sertão de João Guimarães Rosa tentamos refletir sobre um espaço que, para além de um bioma, uma paisagem, uma realidade social ou um substantivo utilizado no Brasil para distinguir terras litorâneas de terras interiores, o centro da periferia ou o campo da cidade, trata-se antes, na concepção poética roseana, de um modo de ser e estar; uma postura perante a vida ou, mais precisamente, um *sentimento do mundo*⁵, o qual, partindo do próprio autor, poderia ser interpretado como um certo olhar e expressão voltados para o infinito. Mas o que isto significa?

Como afirmou o próprio Guimarães Rosa em entrevista concedida em 1965 a Günter Lorenz, isto significa partir do princípio de que “o sertão é a alma de seus homens” (ROSA, in LORENZ, 1973, p. 325). E como alma, o sertão compreenderia uma metafísica carregada de sentimentos: como o da eternidade, da solidão, do vazio, da vastidão; que encontraria espelho nas paisagens ilimitadas dos horizontes ou dos lugares desconhecidos.

⁵ Tomamos emprestada a expressão de Brandão (1998) a qual, segundo ele, nomeava um projeto seu e de alguns amigos que consistia no “desejo de explorar de diferentes maneiras uma antropologia de sujeitos, de cenários e de destinos (p. 13)

Face a esta noção, o sertão de Guimarães Rosa poderia ser pensado como um sentimento ao qual Bachelard (1975) traduziria por *imensidão íntima* ou *imensidão interior*, associando-lhe a categoria filosófica do devaneio e as imagens da grandeza espacial, representadas pelas paisagens do mar, das planícies, da floresta, do deserto, da noite ou de qualquer outro objeto fenomenológico do qual se depreendesse uma experiência de expansão interior, aprofundamento ou transformação da própria percepção. Assim, como numa espécie de fusão entre ser e espaços, o mundo do sertão seria aquele das imagens e das experiências transcendentais, onde o sujeito se encontraria num tempo e num espaço ontológicos (a-históricos) – tábula rasa – em estado de errância, em constante vir-a-ser, sob a condição de ainda ter que criar o cosmo em que irá existir.

Talvez por isso, ainda na entrevista citada, Guimarães Rosa formulasse que

No sertão, cada homem pode se encontrar ou se perder. As duas coisas são possíveis. Como critério, ele tem apenas sua inteligência e sua capacidade de adivinhar. Nada mais. (...)(ROSA, in LORENZ, 1973, p. 351)

E concluiu, então, que “sobre o sertão não se pod[ia] fazer "literatura" do tipo corrente, mas apenas escrever, lendas, contos, confissões” (ROSA, in LORENZ, 1973, p.325). Tal como reafirma mediante o personagem Riobaldo Tatarana próximo de concluir sua história: “Conto o que fui e vi, no levantar do dia. Auroras.” (ROSA, 2006, p.607) .

Sugerindo uma dimensão ao mesmo tempo espaço e subjetividade, lugar fora e dentro do ser humano, imagens e sentimentos, uma pesquisa de caráter antropológico no meio ambiente em que o autor situou boa parte da narrativa do romance *Grande Sertão: Veredas* e junto dos habitantes deste espaço geográfico – localizado no norte do Estado de Minas Gerais – deveria ser feita, portanto, tendo por base um método experimental que pudesse oferecer a sensação de “se encontrar ou se perder”; lançando-nos, assim, neste espaço-sertão paradoxal, ao mesmo tempo particular e universal, localizado e ilimitado; e, hoje, também regional e globalizado.

Para realizar tal façanha, propus-me, então, a combinação de dois métodos: travessia etnográfica de bicicleta pelo sertão mineiro e escuta de memórias de pessoas conhecidas ao longo do percurso – resolução processual que, na prática, revelou contradições mas que, em tese, concordava com o que estava buscando.

Conforme mencionei na introdução deste trabalho, minha proposta partia da experiência de uma longa ciclovagem realizada pelos sertões mineiros e goianos no ano de

2011. Uma jornada que, primeiramente, deu-me a oportunidade de experimentar o estado de alma, os sentimentos do sertão elaborados por Guimarães Rosa; e depois, de procurar compreender os limites da investigação antropológica deflagrados por esta experiência, tendo como foco a concepção que os habitantes dos lugares que percorri tinham dos mesmos.

Procurando, no entanto, um referencial metodológico no qual esta proposta pudesse se encaixar, descobri que, em certo sentido, o que havia empreendido apresentava parentesco com um método etnográfico que, embora, acreditasse, fosse possível adaptar para pensar o sertão roseano, encontrava-se vinculado a estudos e pensamentos sobre o espaço urbano com origem na chamada Escola de Chicago. Tratava-se de abordagens adequadas à visão das cidades enquanto espaço de fluxo, de intenso movimento; dinâmico e heterogêneo, onde não se encontraria um tipo específico de sociedade – tal qual o tematizado sobre o meio rural (ao que é comumente associada as noções de permanência, tradição, sazonalidade, isolamento, monotonia) por autores clássicos da sociologia camponesa⁶ – mas, sim, uma multiplicidade de formas, paisagens e usos que justificariam trabalhos como por exemplo o proposto por Eckert & Rocha (2001), interessados em explorar sobretudo a *temporalidade* do espaço urbano.

Tomando-se por parâmetro “as cidades como matéria moldada pelas trajetórias humanas” (ECKERT & ROCHA, 2001, p. 5), as autoras, no artigo *Etnografia de Rua: Estudo de Antropologia Urbana*, propunham um procedimento de campo que nos auxiliava para compreender como nossa pesquisa estava sendo composta. Denominado *etnografia de ou “na” rua*, este procedimento, ou técnica, como chamam, passaria pela adoção de uma atitude *flâneur* do pesquisador pelas ruas da cidade no intuito de se construir assim – por meio de deslocamentos constantes praticados sem destino fixo – um sentido para a vida do e no espaço urbano na contemporaneidade. Nesta pesquisa, de inspiração benjaminiana, segundo elas, porque às trajetórias humanas que tecem as cidades corresponderiam memórias e narrativas sobre o pensar-se na paisagem urbana, “o pesquisador [construiria] o seu conhecimento da vida urbana *na e pela* imagem que ele com-partilha, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigados” (ECKERT & ROCHA, 2001, p. 3), afirmando, assim,

...uma preocupação com a pesquisa antropológica a partir do paradigma estético na interpretação das figurações da vida social na cidade. Um investimento que contempla[ria] uma reciprocidade cognitiva como uma das fontes de investigação, a própria retórica analítica do pesquisador em seu diálogo com o seu objeto de pesquisa, a cidade e seus habitantes. (ECKERT & ROCHA, 2001, p. 3)

⁶ Como Simmel, Redfield, Chaianov, Wirth, entre outros.

O trabalho de campo da etnografia na rua deste modo valer-se-ia de instrumentos não apenas como observações, caderno de campo e anotações, mas de equipamentos como máquina fotográfica, câmera de vídeo, gravador de áudio e outros objetos técnicos que pudessem auxiliar no registro do recorte do *efêmero* que se quereria apreender do e por meio do movimento na cidade. Suportes estes que entrariam na negociação do diálogo e da pesquisa com o outro.

Pensar o sertão sociológico deste ponto de vista, embora pudesse parecer equivocado pelo fato do sertão, na visão cidadina, se constituir como espaço agrário e de cultura camponesa – portanto supostamente avesso ao tempo e ao espaço vivido nas cidades –, adequava-se para o caso de abordar o sertão roseano, percebi, devido a três fatores.

O primeiro, pela correlação com a própria definição que Guimarães Rosa fornece do sertão: ser a alma de seus homens e lugar onde cada um pode se encontrar ou se perder. Quanto a isto, o método *flâneur* seria útil para auxiliar na experiência pessoal de perceber o efeito do movimento pelo ambiente sobre nós próprios, além da possibilidade de poder observar e tentar fazer uma etnografia com o olhar voltado para as condições do encontro com o outro, na contingência do contato inicial; ou mesmo dentro de um curto período de relação, assumindo categoricamente as inconsistências da superficialidade do breve contato também como material etnográfico, assim como coloca Eckert & Rocha (2001):

A efemeridade da nossa passagem, entretanto, certamente nos impede de desvendar uma série de códigos locais, etiquetas, segredos, não ditos, gestos, olhares e ações que nos passam despercebidos, e que apenas uma continuidade da pesquisa de campo neste espaço pode elucidar. Mas é a própria experiência de estranhamento/familiarização que está sendo dramatizada. Aparências imediatas buscam ser ultrapassadas em parte pelas imagens que retemos, pela fotografia, pelo vídeo, pela descrição no diário. (ECKERT & ROCHA, 2001, p. 20)

No caso de minha viagem, considerei ainda que um método etnográfico *flâneur* – ou “em travessia”, como prefiro para me referir ao processo no sertão roseano – pudesse ser uma maneira para valorizar o *acaso* e tudo aquilo que num trabalho de campo com objetivo bem definido pudesse parecer descartável.

Na condição de viajante errante, a qual me propus, deixava-me levar por quem aparecesse em meu caminho; sem procurar, necessariamente, informantes ou instituições para me auxiliar; eles/elas surgiam ou era levada a eles/elas pelos outros. Acreditava que desta

forma qualquer acontecimento poderia se tornar significativo, que qualquer história poderia ser relevante – até os momentos de silêncio, de solidão, de monotonia, de cansaço –. Pensava que o “real” da experiência etnográfica poderia ser apreendido, neste caso, na casualidade; na não-definição dos assuntos na hora do diálogo, na liberdade do tempo e da vontade alheia. Uma perspectiva cujo parâmetro era a especificidade das vivências que poderia ter na hora em que me dispunha à relação com o outro e em movimento pelo espaço; a qual, sem dúvida, concordava com a conhecida afirmação de Riobaldo de que “o real não está na saída nem na chegada mas disposto para gente no meio da travessia (ROSA, 2006, p. 64).”

Quando parti, no entanto, pela primeira vez para o *gerais* de bicicleta, a errância como método era só uma vaga intuição sobre como viver para sentir e pensar o sertão. Não tinha ideia de que esta maneira de se colocar no espaço e perante a vida era consoante com o que outros pesquisadores já haviam proposto enquanto possibilidade de método etnográfico.

Mas esta viagem, depois de muitos quilômetros percorridos, na lentidão do giro do pedal, nas rodas da bicicleta agarradas nas pesadas areias do cerrado e sob a luz mais brilhante e estática que já vi e senti na pele, além de me possibilitar uma experiência de sertão tal como descreve Riobaldo Tatarana:

O senhor sabe o mais que é, de se navegar sertão num rumo sem termo, amanhecendo cada manhã num pouso diferente, sem juízo de raiz? Não se tem onde se acostumar os olhos, toda a firmeza se dissolve. Isto é assim. Desde o raiar da aurora, o sertão tonteia. Os tamanhos. A alma deles. (ROSA, 2006, p. 315)

Ainda revelou que a errância naquele espaço não era privilégio de quem se aventurava sozinha de bicicleta ali. O sertão era andarilho, viajante, perdido e buscado no passo de uma sociedade cuja tradição boiadeira traduzia-se em pessoas acostumadas à marcha animal, a longas distâncias percorridas em dias, semanas, a cavalo ou a pé; ao ranger do carro-de-boi, aos acampamentos de beira de rio, às romarias para festejo de dias santos, consumação de sacramentos, ajudas, etc.

Viajando, conhecendo e ouvindo pessoas pelo caminho, notamos que o sertanejo é um povo acostumado a conhecer o sertão se perdendo e se achando: campeando, na busca pelos animais fujões ou soltos nas imensas pastagens, na busca por caça e alimentos silvestres, na busca pelos vizinhos de perto e de longe, os parentes; na busca pelas rotas de comércio; ou mesmo migrando, como vemos atualmente, em busca de trabalho, estudo e melhores

condições de vida. E também no silêncio, no grande silêncio das campinas, dos vazios do cerrado.

Andar, perambular, ‘bestar’ por aí, portanto, era uma tônica do modo de vida sertanejo. As histórias do sertão eram histórias de travessias. Aqueles famosos ‘causos’ de quem percorreu espaços insondados, espaços de bichos selvagens, de imaginação fantástica, do monstruoso e do maravilhoso. E talvez por isso uma palavra forte e engajada como ‘romper’ estivesse no léxico corrente do sertão roseano indicando deslocamento, a atitude de “sair andando” ou viajar; enquanto que uma palavra que denota erro de fato, como ‘falhar’, fosse usada para indicar permanência.

O segundo fator que me levou, então, a definir a travessia como método para a pesquisa no sertão foi a observação de que o deslocamento, e o ato de errar pelo mato era uma parte importante do cotidiano sertanejo; estava presente nas práticas assim como nas histórias que ouvimos de nossos interlocutores.

Mesmo outros pesquisadores que também fizeram etnografia no sertão roseano coletaram expressões reveladoras desta postura andeja do habitante do sertão.

“Quem não caminha, não conhece”, diz o “povo dos Buracos” segundo Ana Cerqueira, que realizou um estudo antropológico sobre os modos de vida dessa comunidade localizada no Vão dos Buracos, no município de Chapada Gaúcha, no noroeste de Minas Gerais. E reforçando a fala de seus interlocutores, a autora ainda conclui que “o espaço é existencial antes de ser geográfico” (CERQUEIRA; 2010, p.26).

Outro habitante do *gerais*, Samuel Borges dos Santos, o Seo Samu; ex-proprietário de terra e ex-morador da região onde foi implantado o Parque Nacional GSV – também município de Chapada Gaúcha –, alvo da pesquisa de Carmem Silvia Andriolli, diz que “antes andar à toa, do que ficar à toa”; segundo o qual sua mãe completava: “está vendo ao menos as coisas, está vendo, aprendendo...” (em ANDRIOLLI; 2011, p.12).

Visto pelo ângulo sertanejo, portanto: de que o *andar* é o que dá o conhecimento, ainda que a *etnografia de rua* pensada para o espaço urbano não se conformasse para pensar o sertão, posto que neste espaço provavelmente não encontraríamos a heterogeneidade cultural e a dinâmica veloz – muitas vezes, impessoal – da cidade; o modo como o sertão é vivenciado pelos seus habitantes, ou pelo menos se encontra na história de vida destes, já justificaria uma abordagem viajeira deste espaço.

Porém, o sertão mineiro pelas suas características atuais, as mudanças paisagísticas e culturais ocorridas devido à expansão da economia capitalista no norte de Minas, reforçava minha decisão de fazer uma etnografia em travessia por ele:

Desde meados da década de 60 do século XX, quando se aceleraram os projetos desenvolvimentistas para as áreas de cerrado no Brasil, a região norte/noroeste de Minas Gerais sofre, paulatinamente, uma mudança em suas formas de ocupação e manejo do espaço.

Esta transformação implica, entre outras coisas, numa nova temporalidade vivida nos sertões.

Com a abertura de estradas, a chegada de veículos automotores, a construção da capital federal (Brasília-DF), o povoamento por grupos externos – como os gaúchos, plantadores de soja e capim da atual Chapada Gaúcha; e os migrantes, por exemplo, da Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu, atual Brasilândia de Minas –, a implantação de grandes empresas como *Mannesman*, *Gerdau*, *Bevap*, *Terracal*, *Fuchs*, entre outras; que impõem uma nova ordem de trabalho no campo, pautada agora pelas novas tecnologias e o sistema de produção assalariado; a relativa reestruturação fundiária com o estabelecimento de inúmeros assentamentos rurais e o conseqüente crescimento e municipalização de áreas comunitárias que antes eram apenas distritos ou povoados; o sertão mineiro vem experimentando uma dinâmica espacial e cultural mais interligada com e referente ao espaço urbano. Uma nova configuração que se estabelece afetando de maneira incortornável o espaço de reprodução da vida sertaneja e transformando “uma lógica das relações sociedade/natureza e de uma ética nas interações entre as diferentes categorias de atores culturais envolvidos em suas diferentes economias e em seus diversos modos de vida” (BRANDÃO, 2009 p.49). O sertão de hoje, ainda que conservando certas especificidades, está menos “sozinho” e menos “profundo” do que o de algumas décadas atrás. E por isso mais rápido – mais “passageiro”.

Nesse sentido, realizar uma etnografia em travessia pelo sertão significaria também tentar discorrer sobre um mundo rural em transição, mas a partir do ponto de vista da experiência pessoal, que é onde se processa o sentimento desse mundo em movimento. Deste modo, unindo percepção e memória, como chave para essa experiência.

1.1 – Errando de bicicleta por entre os vales do Urucuia e do Paracatu na companhia de Riobaldo Tatarana

No livro *Grande Sertão: Veredas*, é a palavra *travessia* que dá sentido à narrativa do protagonista Riobaldo Tatarana; é ela que, como conclusão reflexiva do narrador, fecha e

sintetiza sua história: “Existe é homem humano. Travessia” (ROSA, 2006, p. 608)⁷. Para além de uma experiência particular, a frase ainda visa igualar ser humano à travessia, como se trajetos, destinos, deslocamentos, viagens, pudessem representar o ser do “homem humano”. Com ideia semelhante, o antropólogo Tim Ingold (2007), nos fala que a vida é vivida ao longo de caminhos; e que é por caminhos que lugares são criados e pessoas desenvolvem seu conhecimento do mundo. Nas palavras do autor:

Life on the spot surely cannot yield an experience of place, of being somewhere. To be a place, every somewhere must lie on one several paths of movement to and from places elsewhere. Life is lived, I reasoned, along paths, not just in places, and paths are lines of a sort. It is along paths, too, that people grow into a knowledge of the world around them, and describe this world in the stories they tell (INGOLD, 2007, p.2).

Movimentos e trajetos compoariam a experiência humana que, processada pela memória, seria, mais tarde, transmitida através das histórias contadas. Esta é a base sobre a qual o trabalho destas páginas se ancora.

Em linhas gerais, digo que *Rastros em Chão Branco: o sertão de João Guimarães Rosa entre percepções e memórias de travessias* constitui-se de um “inventário de travessias”; uma elaboração sobre minha própria experiência pedalando pelo noroeste de Minas Gerais, pelos vales dos rios Urucuia e Paracatu, na qual procurei etnografar, através das “travessias dos outros”, ou seja, das memórias individuais de habitantes da região percorrida, o sertão mineiro da vida, da percepção, do sentimento e do pensamento de quem, ao contrário de mim, nasceu e/ou se criou naquelas terras.

O noroeste mineiro é a região que serve de cenário para a maior parte do enredo de *Grande Sertão: Veredas*, e os rios Urucuia e Paracatu são várias vezes citados pelo protagonista-narrador, Riobaldo, que conta a um viajante estudado, vindo de longe (provavelmente de alguma capital), sua história: de viagens e jaguncismo.

Em *Grande Sertão: Veredas*, é na região noroeste, do lado esquerdo do rio São Francisco, que acontece a maioria dos eventos narrados; e é também onde se encontram os lugares mais significativos da história do protagonista-narrador.

⁷ E na sequência, o livro traz o símbolo do infinito manuscrito.

O Rio Urucuia é o “rio de amor” de Riobaldo. Próximo ao Rio Paracatu, em um dos seus afluentes, na cabeceira do Rio Verde, nasce o protagonista. Acima do Urucuia, seguindo em direção ao Rio Carinhanha, que divide os estados de Minas e Bahia, ele e a tropa de jagunços atingem o “ermo”, a paisagem seca, o ambiente onde vivenciam a errância calvária do Liso do Sussuarão – lugar imaginário que na ficção roseana se estende até a Bahia, mas que em território mineiro faz referência a onde hoje se situa o município de Chapada Gaúcha e também a extensão, pertencente ao município de Formoso, conhecida como Liso da Campina, território do Parque Nacional GSV; áreas cuja cobertura vegetal original era o ‘carrasco’, uma formação agreste representativa da paisagem de transição entre o Cerrado e a Caatinga. A mais, a estória da viagem do protagonista se encerra em Paredão de Minas, povoado onde ocorre a batalha final entre os bandos de jagunços inimigos. Paredão é distrito de Buritizeiro, está situado a 85km da sede do município, às margens do Rio do Sono.

Baseada nesta ficção de João Guimarães Rosa, construí meu percurso topo e etnográfico no sertão mineiro, considerando o personagem Riobaldo Tatarana como um interlocutor, com o qual busco compartilhar minhas percepções de viagem e muitos dos registros⁸ produzidos.

Nas três cicloviagens que realizei por entre as bacias do Urucuia e do Paracatu, cobri a área onde se concentra a maioria dos eventos do livro na região noroeste. Ademais, por duas vezes entrei na área do Parque Nacional GSV, que, na ficção roseana, englobaria parte do Liso do Sussuarão. Em cada uma delas não cumpro exatamente o mesmo trajeto, variei um pouco o sentido e o itinerário, mas mantive, para a segunda e a terceira cicloviagens (que correspondem ao período em que a pesquisa foi, de fato, realizada), um percurso semelhante ao que fiz entre os rios na primeira.

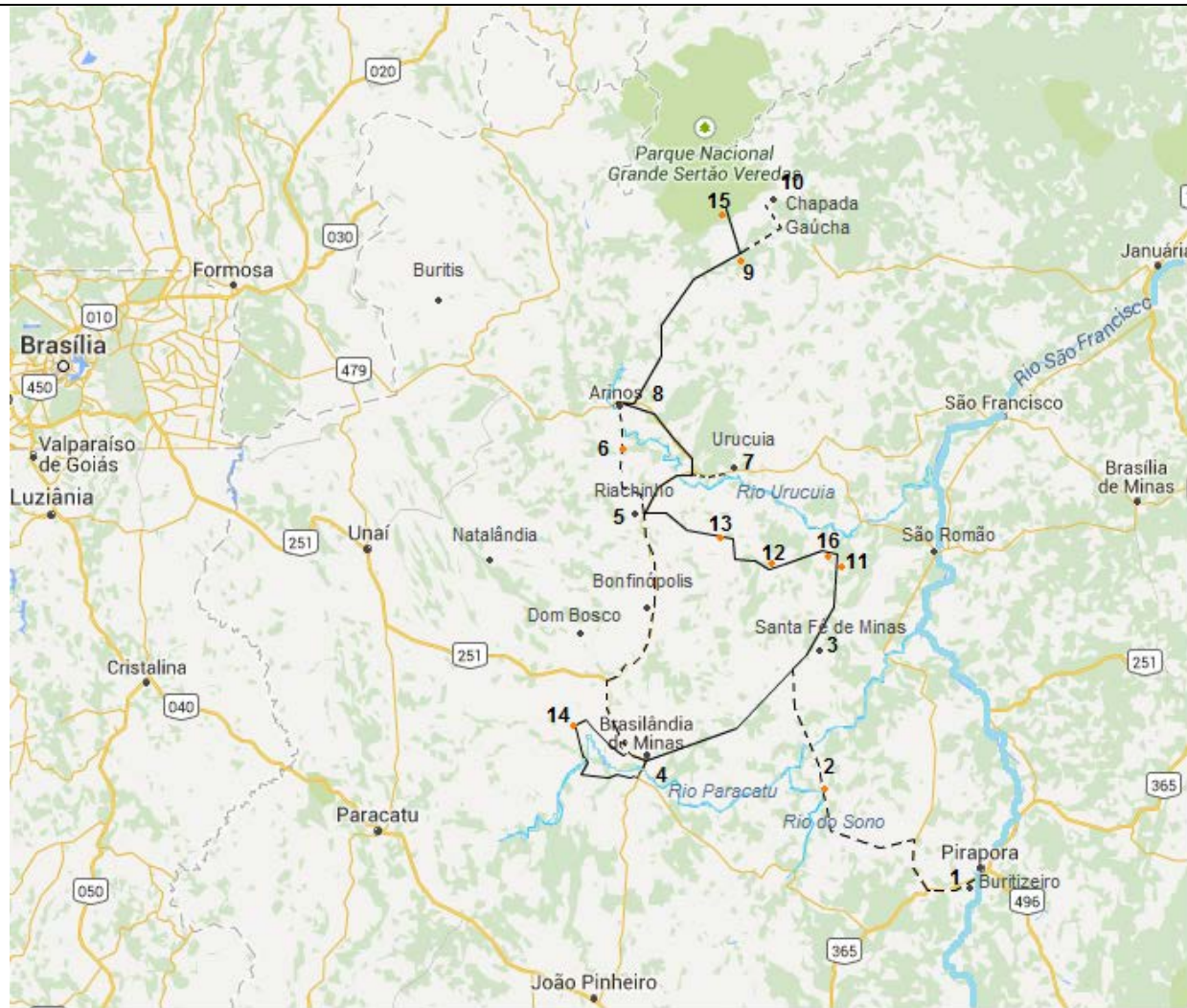
Na segunda visita ao noroeste mineiro, comecei a pedalar da cidade de Buritizeiro, indo, em seguida, para o povoado de Paredão de Minas, depois para a cidade de Santa Fé de Minas, os povoados do Batizal, Passagem Funda e Conceição; as cidades de Riachinho,

⁸ A proposta deste diálogo deve-se, entre outras coisas, ao fato de que entendemos a narrativa de Riobaldo e o contexto em que ela se dá como relativos a situações e experiências etnográficas. Willi Bolle (2004), em seu estudo sobre GSV, concebe que o ponto de vista do qual Riobaldo Tatarana (supostamente um alter-ego do próprio Guimarães Rosa) narra sua história é o de um jagunço que viveu esta condição enquanto um observador-participante, devido a sua capacidade de distanciamento e análise da mesma. E com relação ao contexto em que sua história é elaborada, não podemos esquecer que o livro fornece indícios de que se trata da entrevista de um nativo feita por um possível pesquisador, uma espécie de antropólogo diletante – um pouco o caráter do próprio Guimarães Rosa.

Urucuia e Arinos; o povoado de Sagarana, novamente Riachinho, e, por fim, Brasilândia de Minas e Vila de Santo Antônio.

Na terceira cicloviagem, na qual mantive o foco nas entrevistas e registro de memórias – e por isso considero-a como a efetiva viagem de caráter etnográfico deste trabalho – iniciei o roteiro em Arinos, seguindo de lá para as fazendas Rio do Ouro e Rio Preto, na divisa de Chapada Gaúcha. Depois retornei a Arinos e fui para Riachinho, Conceição, Passagem Funda, Assentamento Novilha Brava, Batizal, Santa Fé de Minas, Brasilândia de Minas e, finalmente, Vila de Santo Antônio. Esta última cicloviagem, que totalizou aproximadamente 700km rodados, é o roteiro narrado no próximo capítulo.

Figura 1. Topografia do campo – percursos das cicloviagens realizadas



----- Trechos percorridos somente na primeira e segunda cicloviagens

———— Trajeto da terceira cicloviagem

● Povoados e fazendas

1º Cicloviagem: 1. Pirapora/Buritizeiro, 2. Paredão de Minas (Buritizeiro), 3. Santa Fé de Minas, 4. Brasilândia de Minas, 5. Riachinho, 6. Sagarana (Arinos), 7. Uruçua, 8. Arinos, 9. Fazenda Rio do Ouro, 10. Chapada Gaúcha, 8. Arinos. Obs. Em nossa primeira viagem seguimos de Arinos para Buritis com destino a Goiás.

2º : 1. Pirapora/Buritizeiro, 2. Paredão de Minas, 3. Santa Fé de Minas, 11. Batizal (São Romão), 12. Passagem Funda (São Romão), 13. Conceição ou Escolinha Caio Martins (Riachinho), 5. Riachinho, 7. Uruçua, 8. Arinos, 6. Sagarana, 5. Riachinho, 4. Brasilândia de Minas, 14. Vila de Santo Antônio (Dom Bosco), 4. Brasilândia de Minas.

3º : 8. Arinos, 9. Fazenda Rio do Ouro, 15. Fazenda Rio Preto (Parque Nacional GSV), 8. Arinos, 5. Riachinho, 13. Conceição, 12. Passagem Funda, 16. Assentamento Novilha Brava (São Romão), 11. Batizal, 3. Santa Fé de Minas, 4. Brasilândia de Minas, 14. Vila de Santo Antônio, 4. Brasilândia de Minas.

Assim como o próprio Guimarães Rosa, seu personagem de *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo, percorreu o sertão mineiro a cavalo. As experiências de espaço, paisagem, natureza e cultura descritas em *Grande Sertão: Veredas* representam portanto a perspectiva de um viajante que segue em marcha lenta, sob a determinação dos recursos técnicos disponíveis na sociedade agrária de outrora.

A locomoção a cavalo por paisagens que parecem desabitadas como a de uma grande extensão de mata nativa, campina ou mesmo como é nos dias de hoje, uma imensa monocultura de eucalipto, soja ou capim, produz facilmente sensações como a de vazio, dúvida, medo e, não raro, desorientação, as quais delineam a ideia de errância.

A errância, mais do que um não saber para onde ir, ou um ir à toa, constituir-se-ia, acredito, nas sensações produzidas mediante o deslocamento lento por um espaço representativamente ermo. Fenômeno, aliás, que estaria relacionado ao imaginário da solidão, da paisagem do deserto, da figura do peregrino: caminhando em busca do que não sabe; guiado somente pela intuição de que *ir* é preciso.

Errar é, assim, uma ação que requer tempo: não se erra em alta velocidade; não se erra com avidez.

A bicicleta me propiciava este tempo de errância. Tendo-a como meio de transporte me aproximava da experiência sensorial do viajante a cavalo.

Sozinha e no ritmo da pedalada, perdi-me por estradas vazias, experimentando o medo de passar a noite ao relento, da espreita de animais selvagens; o medo de não encontrar água, de acabar a comida...Mas também, desta forma, pude sentir – como dentro de um automotor não seria possível – a textura de todos os solos por que rodei, as temperaturas de todas as horas em cima da bicicleta, a altura de uma serra, conhecida pelo esforço da subida, e o chapadão, a planície elevada perfeitamente recortada por um céu retangular. Pedalando, pude ouvir os pássaros no caminho, ver os animais, até os insetos; as flores, os frutos das árvores. Tinha tempo para colhê-los. Tinha tempo para banhos de rios – dos quais nem sabia o nome. De bicicleta, podia confirmar as observações de Riobaldo sobre a natureza do sertão: as espécies animais que ali pareciam maiores que a de outros lugares: “(...) Como não se viu, aqui se vê. Porque, nos gerais, a mesma raça de borboletas, que em outras partes é trivial regular – cá cresce, vira muito maior, e com mais brilho, se sabe; acho que é do seco do ar, do limpo, desta luz enorme. (ROSA, 2006, pg. 28)”.

Exércitos de ganhafotos, cada um do tamanho de beija-flores⁹, cruzavam as estradas, parecendo estarem também em travessia na região de Brasilândia de Minas. Tarântulas enormes, formigões, morcegos viviam em nosso caminho, nos locais de pouso; assim como nos grotões de Arinos e dentro do Parque, fui realmente avisada sobre as grandes sucuris – confirmando mais uma vez a fala de Riobaldo:

“Dali para cá, o senhor vem, começos do Carinhonha e do Piratinga filho do Urucúia – que os dois, de dois se dão as costas. Saem dos mesmos brejos – buritizais enormes. Por lá, sucurí geme. Cada surucuiú do grosso: vôa corpo no veado e se enrosca nele, abofa –trinta palmos! (ROSA, 2006, p. 31)”.

No extremo norte do sertão mineiro, contavam sobre as serpentes gigantes comedoras de bezerros e veados. Pediam cuidado ao entrar em alguma vereda.

Lentamente e sob o esforço de empreender o próprio deslocamento por entre os vales e chapadas do sertão, era absoluta a concordância com os comentários do personagem.

Sob calor intenso, dentro de uma paisagem seca e muda, sonhava com água fresca, flores, o colorido dos pássaros, mata úmida e sombra. “(...) Eu via, queria ver, antes de dar à casca, um pássaro voando sem movimento, o chão fresco remexido pela fossura duma anta, o cabecear das árvores, o riso do ar e o fogo feito duma arara. (...) O melhor de tudo é a água” (ROSA, 2006, p. 52).

Próximo ao tempo de viagem de um cavalo nas estradas de terra, com a bicicleta experienciava o meio ambiente da travessia de Riobaldo porque ela me permitia perceber o relevo da paisagem não apenas com os olhos, mas também, e sobretudo, pelo exercício físico que meu corpo todo realizava pedalando. Na intensidade do empurrão do pedal, na firmeza exigida dos braços para não escorregar nos areiões das estradas mais desertas, na respiração ofegante, no suor, na pulsação acelerada – sinais vitais construídos na relação com o ambiente que um cavaleiro, pela correspondência com o corpo do animal que se esforça, também vivencia –, entendia a explicação de Riobaldo da topografia do sertão. Ficava claro que “para trocar de bacia o senhor sobe, por ladeiras de beira-de-mesa, entra de bruto na chapada, chapadão que não se devolve mais”...(ROSA, 2006, p. 32); e que a secura desses platôs cheios de “mutuca ferroando a gente” (ROSA, 2006, p. 32), sem água – só a que a gente levava –, sem altas árvores para fazer sombra, eram o contraponto dos baixios repletos de nascentes,

⁹ *Ramphodon dohrnii*.

córregos, buritizais, pequizeiros, várzeas, áreas de alagadiço, que, junto com as “mesas”, tabuleiros ou chapadas, completavam a paisagem natural do sertão roseano.

Mas além de um meio de simulação da perspectiva espacial do cavaleiro, a bicicleta demonstrou também ser um equipamento de forte impacto na pesquisa pela forma como afetou minhas relações em campo (e mesmo fora dele).

A iniciativa de se estar viajando de bicicleta colocava-me em um outro lugar de observação. Criando condições para minha identificação, primeiramente, como ciclista, aventureira e, depois, como pesquisadora, contribuía para promover aproximações espontâneas, ofertas para refeição e hospedagem; e garantia também da maioria das pessoas um posicionamento prévio diferente: curioso e descontraído, do qual costumavam surgir comentários que levavam à percepção das ideias de espaço, formas de deslocamento e gênero construídas no e sobre o sertão.

Diferentemente do cavalo e excluindo-se o fato de hoje em dia as motocicletas terem se tornado um veículo muito popular na zona rural, substituindo o próprio cavalo como meio de transporte; a bicicleta, embora presente, não se configurava enquanto um objeto característico deste espaço. Associada sobretudo ao espaço urbano, à prática esportiva e de lazer, no imaginário dos habitantes do sertão perscrutado, a utilização da bicicleta como meio de transporte só fazia sentido em percursos de curta e média distância cotidianos e de preferência dentro do perímetro urbano. Para a realização de viagens ou para longas distâncias por espaços considerados inóspitos e perigosos, soava um tanto absurda sua utilização, ainda mais por uma mulher sozinha, tendo em vista a existência de recursos como carro ou moto, tidos como muito mais eficientes e seguros.

Em geral, minha atitude era melhor compreendida por velhos vaqueiros que tinham a experiência da realização de longas e lentas viagens e sabiam que naquela região era muito maior a probabilidade de obtermos ajuda e acolhida pelo caminho do que correr perigo.

O maior problema em conceber a bicicleta como meio de transporte parecia no entanto estar no fato de ser um veículo a exigir o esforço físico do próprio condutor. Na visão da maioria das pessoas, a bicicleta não oferecia conforto nas longas distâncias e ainda poderia se tornar uma ameaça consumindo em excesso a energia do ciclista. Não obstante, a característica de ser um veículo de baixa velocidade, sobretudo em terrenos acidentados, arenosos, encharcados ou com muita pedra, tornava-o um alvo fácil para assaltos de toda ordem nos espaços considerados “livres” – entenda-se: áreas desabitadas de florestas, matas nativas, grandes plantações, ou estradas (os lugares de passagem). O espanto, e o temor pela minha segurança, revelava assim um imaginário do medo construído acerca dos “lugares sem

referência”, sem caráter definido; e, principalmente, o medo do “movimento”: transitar podia ser perigoso, insinuavam; estando só, sendo mulher e de bicicleta, era uma loucura.

No sertão, era notório que o homem era quem andava e a mulher, quem ficava – cuidando da casa. O deslocamento feminino não fazia parte de sua realidade cotidiana. Suas viagens, normalmente, estavam relacionadas a motivo de doenças, visitas programadas a parentes e/ou festas religiosas. E geralmente acompanhadas.

O meio que concebi, portanto, de viajar, não passava despercebido. Na visão alheia, a bicicleta parecia um meio de transporte exótico, inseguro e medíocre demais para uma mulher sozinha que pretendia cruzar longas distâncias através do sertão.

Assim, notei que a forma escolhida para estar em campo impunha um acontecimento. Nos lugares em que chegava, para as pessoas que cruzavam comigo pelas estradas, entre os que tinham notícia de minha passagem através de terceiros: eu, cicloviajante-pesquisadora, representava um fenômeno extra-cotidiano, uma quebra da rotina, um dispositivo que alterava o assunto das conversas. Por causa da bicicleta, a experiência da errância no sertão se tornava um ato performático.

E como explicar isso? Como pensar um pesquisador-performático? Como abordar o objeto da pesquisa quando se age diretamente sobre ele, interferindo na sua lógica, no seu sistema de mundo? Seria possível conceber uma pesquisa antropológica realizada nesses moldes, na qual o método se revela uma *performance*?

Não sei se consegui dar uma resposta positiva a estas questões, mas observei que viajar de bicicleta exigia pensar o campo sob outro parâmetro; de uma perspectiva na qual o pesquisador era um agente engajado em uma segunda identidade: para além da de pesquisador; e que não ocupava apenas o ponto de vista do observador, ainda que a do observador-participante.

Mais do que ver, ouvir, descrever e interpretar o *outro*, este pesquisador também experimentava um jeito diferente de ser e estar nos espaços que afetava os sujeitos que o conheciam ou viriam a conhecer.

Observei que minha atitude de viajar de bicicleta sozinha pelo sertão, além de gerar fascínio e curiosidade, soava como uma espécie de provocação acerca de certos padrões e conceitos sociais preestabelecidos.

Frequentemente, surpreendiam-se (em especial os homens, que eram os que, em geral, se aproximavam) com a kilometragem média que dizia percorrer em um dia, com o fato de estar sozinha e ainda de ser capaz de realizar pequenos reparos mecânicos na bicicleta. Uma ideia de resistência física, coragem e ousadia imputadas no tipo de viagem realizada que, aos

olhos de muitos, não condizia com a imagem e o papel social esperado de uma mulher; e, por isso mesmo, parecia suscitar uma reação imediata de respeito e equidade no tratamento.

Em alguns casos, minha presença representou até mesmo um incentivo para a adoção da bicicleta como meio de viagem. Em Buritizeiro, por exemplo, minha passagem acabou levando um guia de turismo local a organizar um passeio ciclístico até Paredão. Em Arinos, o sobrinho-neto de Seo Caetano (senhor que apresentaremos no próximo capítulo) consultou-me pois desejava comprar uma bicicleta para fazer exercícios e assim também, como eu, ir pedalando visitar o tio-avô que morava na fazenda Rio do Ouro, a 75km da cidade.

A despeito das informações de pessoas conhecidas em campo, as viagens de bicicleta no sertão mineiro serviram de parâmetro para outros pesquisadores interessados em associar ciclovias à pesquisa.

A partir de minha primeira travessia ciclística pelo sertão, um músico, um geógrafo e um biólogo, dentre outros, procuraram-me com a mesma intenção de percorrer o sertão mineiro de bicicleta para fins de estudo e trabalho. Como se a bicicleta tivesse a propriedade de reinventar o tempo de travessia do passado, oferecendo ao viajante de agora a possibilidade de retomar com o espaço e o meio ambiente um contato e um tipo de conhecimento sensível que se perdeu com a hegemonia alcançada pelos automotores nos meios de transporte. Sua utilização nas estradas representaria a comunicação da confiança na boa vontade humana assim como a reapropriação do direito aos caminhos – por homens ou mulheres. A liberdade de viver as estradas, as trilhas, as rodovias, no tempo da vida.

Por isso viajar de bicicleta funcionava como dispositivo de memória entre aqueles que viveram um sertão onde os meios de locomoção possíveis se restringiam à força animal ou ao próprio caminhar, produzindo muito menos estranheza entre os mais velhos do que entre os mais jovens. E não por acaso, ajudando-nos no exercício de “percorrer” a memória desses senhores e senhoras que viveram no sertão de outrora.

Tendo a escuta e o registro de memórias no sertão roseano se tornado parte fundamental deste trabalho, encontrar os possíveis interlocutores como ciclista viajante e após o esforço de algumas dezenas de quilômetros pedalados, favoreceu o acesso a reflexões e lembranças que, certamente, jamais teriam sido formuladas e emitidas em um outro contexto, ou seja, se os tivesse conhecido apresentada por algum agente cultural ou representante institucional como pesquisadora – pelo menos não tão rapidamente.

O trabalho sobre a memória do e no sertão, realizada a partir de entrevistas, registros fotográficos e acompanhamento da rotina de alguns homens e mulheres com mais de sessenta anos aos quais cheguei pelo acaso dos encontros ocorridos nas cidades e povoados onde estive

teve como pano de fundo, afinal, a condição da errância ciclística. E justamente esta condição para o fim – mais uma vez remetendo a *Grande Sertão: Veredas* – de conhecer o “sertão da vida”, a experiência de lugar (ser/estar, dentro/fora) de pessoas que, como Riobaldo, teriam o sertão no relato autobiográfico; ainda que por um curto período de tempo – o tempo da passagem por um lugar – parecia deixar o outro relativamente à vontade para compartilhar sua história, os lugares de suas lembranças, suas imagens significativas.

Ser, portanto, identificada como uma espécie de andarilha antes de pesquisadora parecia conferir-me um *status* mais igualitário, menos estrangeiro ou utilitarista nos lugares, criando oportunidades para o acolhimento e as trocas espontâneas de conhecimento. Algo que ficou bastante evidente, por exemplo, em Arinos, quando, ao entrar em uma padaria para tomar um suco, um curioso me abordou, Durval Ribas; e, ao final de um dia, já tinha me garantido hospedagem bem como contado uma boa parte de sua história de vida e definido o destino seguinte de minha viagem.

1.2 – O campo na casa dos outros: da recepção no sertão

“Eh, que se vai? Jàjá? É que não. Hoje, não. Amanhã, não. Não consinto. O senhor me desculpe, mas em empenho de minha amizade aceite: o senhor fica. Depois, quinta de manhã cedo, o senhor querendo ir, então vai, mesmo me deixa sentindo sua falta. Mas, hoje ou amanhã, não. Visita, aqui em casa, comigo, é por três dias!” (ROSA; 2006, p.25)

Lembro-me de ouvir do professor da Unimontes, João Batista de Almeida Costa, na ocasião de um seminário sobre etnografia em Minas Gerais¹⁰, que o sertanejo era um povo que recebia em casa a pessoa vinda de fora porque tinha gosto em conhecer o outro.

Em Arinos, na casa de meu anfitrião Durval, ele, da cabeceira da grande mesa de madeira maciça que tinha fabricado, abriu os braços e apontou para nós e a garrafa de café no centro do móvel: mineira era a recepção, a qualquer hora, em volta de uma mesa servida de café, para uma boa ‘prosa’ com o visitante.

¹⁰ Evento promovido pelo Departamento de Antropologia Social do Museu Nacional/RJ em setembro de 2012, nomeado “Giros Etnográficos em Minas Gerais: conflito, casa, comida, prosa, festa, política e o diabo...”

Ao tratar da hospitalidade, Derrida (evocando a leitura de *Roberte ce soir*¹¹) coloca que “o dono da casa ‘espera com ansiedade sobre a soleira de sua casa o estrangeiro que ele verá despontar no horizonte como um libertador. (...)’ ” (DERRIDA, 2003, p. 107). Antes, o filósofo discorria sobre o caráter do gesto da hospitalidade. Dizia que este concentrava uma antinomia insolúvel, correspondente a significar abertura, acolhida, recepção irrestrita e inquestionável,

Digamos sim ao que chega, antes de toda determinação, antes de toda antecipação, antes de toda identificação, quer se trata ou não de um estrangeiro, de um imigrado, de um convidado ou de um visitante, quer o que chega seja cidadão ou não de um outro país, um ser humano, animal ou divino, um vivo ou um morto, masculino ou feminino (DERRIDA, 2003, p. 69).

Ao mesmo tempo que por outro lado implicava em leis¹².

Durante minhas travessias pelos municípios, povoados e fazendas do noroeste mineiro, experimentei, de certa maneira, essa hospitalidade ilimitada de que fala Derrida. Não sei dizer em que medida isto estava condicionado à minha forma de viajar e ao fato de ser mulher e estar sozinha; mas encontrei no sertão, apesar das falas sobre a violência e a insegurança do mundo moderno, pessoas dispostas a me oferecer pouso sem saber nada sobre mim. E o que, curiosamente, não parecia ser feito somente pela obrigação cristã de acolher – haja vista a força do catolicismo ainda naquela região – mas pelo interesse, a curiosidade e o prazer em estabelecer contato com o outro e trocar experiências.

Seu Ladu e Dona Inácia, respectivamente anfitrião-interlocutor¹³ e entrevistada, disseram-me que a prática da hospedagem no sertão era comum antigamente, pois lá

¹¹ Compilação de duas novelas de Pierre Klossowski. Literatura francesa.

¹² “Esses direitos e deveres sempre condicionados e condicionais, tais como definem a tradição greco-latina, mais ainda a judaico-cristã, todo o direito e toda a filosofia do direito até Kant e em particular Hegel, através da família, da sociedade civil e do Estado.” (DERRIDA, 2003, p. 69)

¹³ Denomino anfitrião-interlocutor a pessoa que me hospedou e se dispôs a conversar, contar histórias e falar da vida. Entrevistado ou entrevistada, aquele ou aquela com quem estive em ocasiões determinadas, especialmente para ouvir e perguntar.

Ladu:

“...tinha um movimento assim...Tem vez que passava – era no mundo todo – pessoas assim que andava, né, minha filha? Saia, assim como você chegou (...). A gente lembrou, né?, assim, como que era antes. (...)

Aí chegava uma pessoa nós não sabia de onde era, aí nós recebia a pessoa, agasaiava a pessoa, né? Às vezes a pessoa conversava, era não sei de onde, veio de São Paulo, de Belo Horizonte ou do Rio, contava para a gente. Aí a gente só agasaiava – a gente é simples, não é? – Então a gente recebia a pessoa, agasaiava ele; ele drumia. Aí, no outro dia, minha filha, essa pessoa tornava a pegar o rumo: de pé! (...) E nem tinha condução. (...)

Então a pessoa e vinha e chegava, posava – pedia o pouso – hospedava com a gente. Isso era sempre. (...).”

Inácia:

“Naquela época, tinha muito andarilho. Na época que a gente veio. Aquelas pessoas que andavam pelo mundo. Que às vezes chegava ali e muitas vezes ocê nem via mais aquela pessoa. Sabe, ali, pedia pouso, né? – Na época eles falava: “Ah, vocês me dão pouso?”. Meu pai dava: alimentação para eles...E ali ficava até lá para meia-noite, contando casos; das viagens, das andanças. E a gente ali ficava, contando casos. Depois dormia. De manhã, tomava café; minha mãe às vezes preparava ali um lanchinho...; e essa pessoa ia embora. Seguiu viagem. Nunca mais via. E assim foram vários.”

Uma hospedagem, pois, sem nenhuma exigência, exceto a do retorno, se possível fosse; repleta de cuidados e manifestações de que o desejo era pela permanência prolongada do visitante. Uma frase dita com frequência pelos anfitriões no sertão mineiro, durante uma visita ou mesmo em situação de hospedagem, quando se prepara a despedida é: “É cedo...”! – Não importa quão tarde for ou há quanto tempo o visitante se demora na casa do anfitrião, ele ouvirá esta frase. A expressão do desejo da presença do outro é parte importante da etiqueta no sertão. Demonstrar satisfação pela visita. E, se não se trata apenas de encenação, de normas de polidez, receber no sertão é uma maneira de viajar, uma prática desenvolvida em relação às condições do espaço – ermo – das grandes fazendas, minimamente povoadas, onde se vivia a experiência do isolamento, do esquecimento, da monotonia. A pessoa de fora representava o movimento. Era oportunidade para a transformação, o conhecimento; mas era também a oportunidade para a reposição dos valores e da identidade. Derrida comenta sobre uma espécie de poder libertador e liberador que o visitante de fora exerceria sobre o anfitrião: “*como se o estrangeiro, então, pudesse salvar o senhor e libertar o poder de seu hospedeiro; é como se o senhor estivesse, enquanto senhor, prisioneiro de seu lugar e de seu poder, de sua ipseidade, de sua subjetividade...*” (DERRIDA, 2003, p. 109). O anfitrião, o senhor; é aquele que, na presença do hóspede, se coloca em relação ao mundo, em relação ao “fora”; “liberta-

se” de seu reduto¹⁴. Mas, por outro lado, o anfitrião reafirma o seu lugar, reintera seu poder ao oferecer sua hospitalidade. Sob certas circunstâncias, o hóspede representa ainda a possibilidade da “libertação” do anfitrião, por representar, do seu ponto vista, uma oportunidade para conquistar algo que acredita estar relacionado à visibilidade alheia.

No Assentamento Novilha Brava, município de São Romão, na casa de Seo Zé Bigode e Dona ‘Du Reis’, minha presença significava a esperança de obter melhoras na condição de vida; pela convicção de que eu – supostamente um canal de comunicação privilegiado – podia divulgar para outros lugares o que tinha sabido dali. Falavam-me das dificuldades que passavam à espera da infraestrutura do assentamento (tal como instalação de rede hidráulica e elétrica; material para a construção das casas...) a encargo do INCRA; do que produziam, mesmo com poucos recursos; e da “mina de ouro”, uma área da fazenda, denominada ‘calçada’, cuja estranha formação do solo¹⁵ instigava Seo Zé a pensar que aquilo atrairia visitantes e, por sua vez, recursos para o assentamento. Era um lugar que precisava se tornar conhecido, portanto.

Mais do que a revitalização de uma esperança, no entanto; da possibilidade de um fortalecimento material e simbólico pelo encontro com a pessoa de fora, receber no sertão era uma prática que estaria ligada à sobrevivência na estrutura agrária não-modernizada.

Num passado – não muito remoto – em que não havia estradas no noroeste mineiro, veículos automotores e as pessoas circulavam a pé, a cavalo, de carro-de-boi, de tropa, ou levando boiada, uma rede solidária de hospedagem era fundamental.

Longas distâncias eram percorridas, passando por áreas praticamente desabitadas, de maneira muito lenta. Eram dias na estrada; semanas, meses, que exigiam paradas para

¹⁴ No povoado do Batizal, município de São Romão; achei curiosa a insistência de Rufina, uma das moradoras, para que eu fosse visitá-la e passasse a noite em sua casa. Cogitava hospedar-me na casa de Delza e Fausto, no centro do povoado; onde havia ficado da primeira vez que estive no local. Rufina encontrou-me na estrada quando chegava no povoado, vinda do Assentamento Novilha Brava. Ela ia para casa de um vizinho ‘rapar’ [descascar] mandioca e eu me dirigia para a casa de Delza. No encontro, Rufina disse para que eu visitasse Delza, mas que depois, no fim da tarde, fosse para sua casa: “Da outra vez, você ficou na comadre Delza; agora, fica na minha casa”. Manhosa, Rufina fazia o convite misturando súplica e desconfiança: Fica lá em casa?...Ah, eu sei que você não vai...”

¹⁵ A ‘calçada’ é um tipo de solo rochoso, de aspecto cerâmico encontrado em algumas áreas da fazenda onde se localiza o assentamento. Os locais que apresentam este tipo de solo parecem ladrilhados, tal é a simetria entre as placas de rocha e o nivelamento do piso. A primeira impressão que se tem ao visitar o local é de que se trata das ruínas de uma cidade, entretanto não existem relatos, nem vestígios de ocupação humana ali. Recentemente, a ‘calçada’ foi cercada para estudo; e os moradores da área, proibidos de retirar as pedras, que utilizavam para fazer mesas, pias, jirais... Ainda não há laudo sobre este tipo de formação rochosa. Ver foto no apêndice.

descanso e alimentação (de pessoas e animais). Se não fosse por essa rede de hospedagem, se o viajante não pudesse contar, pois, com a hospitalidade de pessoas que muitas vezes ele nem conhecia¹⁶ ao longo do caminho, as jornadas tornar-se-iam mais árduas e arriscadas; a sobrevivência, tanto das pessoas como dos animais guiados, estaria em xeque. Se, nas fazendas, os donos não abrissem as porteiras para receber as “comitivas”, os vaqueiros, condutores da boiada, descansariam menos, obrigados ao revezamento noturno na vigilância dos animais. Como comentou Seo Caetano e Dona Arcesina, proprietários da fazenda Rio do Ouro no município de Arinos:

Seo Caetano:

“Aí tem vez que quando você pára numa fazenda, que o povo dá para botar [o gado no pasto], você bem. Se não dá para parar, você fica com gado no rodeador a noite inteirinha. Uns vai dormir, os outros ficam rodeando; até meia-noite. Aí, aqueles que ficou até meia-noite vai dormir e os outros que já dormiu vem para ficar rodeando o gado. A noite inteirinha! [D. Arcesina: “é ruim, né?”] E quando está chovendo, minha filha? Chuva a noite inteira, você tem que ficar ali. A hora que o gado fica a noite inteira [quando está chovendo] é bom porque quieta, fica tudo parado ali. Fica parado...Eh, mas é ruim demais! (...) Até o ano passado tinha uns caras de Bahia que tocava gado numas fazenda aqui no Urucuia. O ano passado...Nós demo pouso.”

Não ter recepção, pouso na casa de alguém, significaria também ter que carregar maior quantidade de mantimentos para a viagem. Ademais havia, consoante, o risco do gado emagrecer demais no trajeto, perdendo valor de mercado.

Ficar pela estrada também significava a exposição ao perigo: do ataque de animais selvagens e da violência de saqueadores. Riobaldo Tatarana quando descreve o sertão, logo no início do romance, diz a seu visitante que sertão “é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas¹⁷, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”. (ROSA, 2006, p. 8). Se não fosse, pois, o sistema da hospitalidade sertaneja – e por que não dizer: o princípio civilizatório da hospitalidade? – a imagem do sertão talvez ficasse reduzida à de um lugar hostil: pelos seus vazios, suas irrestritas possibilidades para a prática da violência. Mas não. O sertão é

¹⁶ Como comentou Seo Zé Nogueira, de Brasilândia de Minas, sobre suas viagens com boiada: “Como vaqueiro peguei a andar para o mundo, né? Fui para São Gonçalo, Formiga,...Lajeado, Cidade Luz, Abaeté, Dolores do Indaiá, Carteara, Chapadão, Patrocínio, Patos de Minas, João Pinheiro, Brasília, Unaí, Paracatu. Esses lugarzim tudo eu já remexi. Era de uns quinze a vinte dias de viagem...Tocava por esse mundo aí sem nenhum documento. Mas todo lugar que eu chegava, todo mundo me recebia: – “Oh, você vai ficar aqui mais nós”. (...)”

¹⁷ Uma légua corresponde a seis quilômetros. Quinze léguas, portanto, são noventa quilômetros.

acolhedor; e o é exatamente pela sua “dureza”, pelos seus vazios; pelas mesmas razões que produziram ali também a brutalidade e o grotesco.

O hábito da recepção ao estrangeiro no sertão, no entanto, vai sendo paulatinamente afetado conforme os padrões da vida urbana vão sendo incorporados pelos seus habitantes. De Arinos a Brasilândia de Minas, ao povoado de Santo Antônio, era possível perceber a mudança na atitude das pessoas. A recepção, a hospedagem e a comida em Brasilândia e Vila de Santo Antônio já são tratados como serviços. Ao perguntar por pouso nesses lugares, ninguém, imediatamente, ofereceu a própria casa (como veio acontecendo até Santa Fé de Minas); e, quando o fez, cobrou, ainda que de maneira informal. Em Brasilândia, isso se explica porque há vários hotéis, porém este não é o caso em Vila de Santo Antônio, onde não tem nenhum. Atribuo, pois, a mudança nos padrões de recepção nesses lugares ao imperativo do sistema capitalista.

A região de Brasilândia, como mostrarei mais a frente, tem uma história de desenvolvimento capitalista anterior ao conjunto de localidades visitadas. Desde o início do século XX, com a chamada ‘fazenda dos ingleses’, a *Companhia Brazil Land* ou *Brazil Land Cattle and Packing Company*, esta área da bacia do Paracatu vem sendo alvo de diversos empreendimentos agropecuários de grande porte, tanto de caráter privado (internacional e nacional) quanto público; contexto que levou à emancipação recente de Brasilândia e outros municípios vizinhos, Dom Bosco e Natalândia.

1.3 – Sobre escutar histórias em movimento e a difícil arte de lembrar e narrar

Arinos, Rio do Ouro, Rio Preto, Riachinho, Conceição, Passagem Funda, Assentamento Novilha Brava, Batizal, Santa Fé de Minas, Brasilândia de Minas e Vila de Santo Antônio. Estes foram os lugares nos quais estive no início de 2014 com a intenção de ouvir as histórias dos seus habitantes. A partir de um trabalho sobre a memória de algumas pessoas que conheci antes ao longo das travessias por essas localidades, minha intenção era captar as percepções e as imagens da memória que perfaziam a relação delas com o espaço. Ao longo do trajeto, priorizei, entretanto, gravar entrevistas e colher depoimentos em Arinos e Brasilândia de Minas, visto nestes municípios valer-me da ajuda de dois interlocutores: Durval, em Arinos; e Valdson Rosca, em Brasilândia, que me indicavam pessoas as quais, acreditavam, podiam contar bem as histórias do local. Além disso, havia ainda o motivo

desses municípios apresentarem características que chamavam bastante atenção por serem representativas das mudanças espaciais, sociais e econômicas em curso na região.

Em Arinos, no vale do Urucuia, era possível perceber o contraste entre os valores e a cultura de uma sociedade agrária (constituída sob o domínio das grandes fazendas de gado, do mandonismo local, de uma economia baseada no clientelismo e na subsistência) e as novas formas de ocupação e uso da terra: agora pelas agroindústrias (de grãos e eucalipto), os programas de assentamento rural e – no caso específico da área de influência de Arinos – a implantação da unidade de conservação ambiental Grande Sertão Veredas¹⁸, abrangendo o território dos municípios de Formoso e Chapada Gaúcha. Em Brasilândia, era sobretudo a história de uma cidade forjada a partir do projeto de colonização do governo Getúlio Vargas, nos anos quarenta, que me gerava interesse¹⁹.

Em todos os locais por que passei, procurei entrevistar pessoas com mais de 60 anos, na confiança de que entre os mais velhos encontraria histórias mais ricas sobre a vida na região. Estava segura de que os velhos, por sua longa experiência, tinham mais a contar das paisagens percorridas, dos costumes do passado, dos mistérios do sertão, das mudanças testemunhadas.

Ouvir as lembranças de pessoas que, exatamente, teriam como função social *lembrar*; “ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade” (BOSI, 1987; p. 23), porque, devido à idade avançada, teriam deixado de ocupar um lugar produtivo na sociedade, parecia, à princípio, uma maneira simples de perscrutar a história coletiva assim como chegar às percepções e imagens da vida dos habitantes do noroeste mineiro. A prática de campo, entretanto, revelou que esta atividade poderia ser bem mais complicada do que o imaginado, a dizer, sobretudo, pela relação de cumplicidade que deve ser estabelecida entre o pesquisador e seus interlocutores e também pelo fato – observado durante o processo – de que lembrar e narrar não são, efetivamente, atividades orgânicas, que se desenvolvem naturalmente e em conjunto assim que se inicia um relato. “A memória não é sonho, é trabalho”, diz Bosi (1987, p. 17). Lembrar exige pré-disposição, às vezes a utilização de recursos palpáveis como objetos e fotografias para ajudar. Narrar exige lógica, habilidade, o conhecimento e também a

¹⁸ Sobre os efeitos da implantação do Parque na vida dos habitantes locais ver ANDRIOLLI, Carmem Silvia; 2011.

¹⁹ A Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu, sob administração da Comissão do Vale do São Francisco (C.V.S.F.), atual Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), criada em 1948 para gerir o processo de colonização e implementar a produção sistemática de gado bovino na região.

lembrança de palavras – as quais muitas vezes faltam para expressar o que a memória guarda. Segundo Bosi,

“Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.” (BOSI, 1987; p. 39)

Viajar não era um método que pudesse favorecer a escuta das lembranças, muito embora funcionasse, da forma como foi empreendida, para estimular as pessoas a conversar sobre os aspectos geográficos da região e contar histórias de deslocamento. O curto período junto dos entrevistados (o máximo de uma semana) não era suficiente para consolidar laços de confiança a ponto de conseguir construir com eles uma prática de narrativa e escuta íntima. Além disso, diferente do que indicava Halbwachs (apud BOSI, 1987), os velhos sertanejos que conheci, muitos deles não eram pessoas desocupadas que se compraziam com entusiasmo de relembrar o passado a outrem. A maioria deles – especialmente os moradores da zona rural – estavam sempre muito entretidos com os afazeres domésticos, a lida no campo, mexendo com roça, com criação (ANDRIOLLI, 2011); e por isso a preferência era sempre por conversar sobre o cotidiano e suas atividades.

O exercício de lembrar também exigia o esforço da elaboração narrativa, o que parecia ‘custoso’ para aqueles que, acostumados ao trabalho braçal, pouco se aventuravam com as palavras.

Apreender, portanto, a experiência de sertão dos meus interlocutores a partir de suas histórias de vida não foi um objetivo plenamente satisfeito de acordo com minhas expectativas. Talvez pelo pouco tempo, a falta de intimidade comigo; ou por um suposto desinteresse nas próprias memórias, a dificuldade de narrar – ou apenas por uma questão de personalidade – não obtive da maioria uma narrativa engajada, memórias que me fossem confiadas com capricho e zelo. Em geral, os relatos eram curtos e fragmentados – ora embaraçados em meio a pensamentos que ficavam pelo meio do caminho, ora retidos em figuras e palavras das quais não ofereciam muitos detalhes: como se a repetição do substantivo ou do nome próprio de uma coisa, pessoa ou lugar bastasse para contar a história. Em alguns casos, porém, era possível perceber o impulso da pessoa para ir adiante, para aprofundar a narrativa; mas neste momento ela parecia recuar, esbarrando na dificuldade que prosseguir lhe impunha. E assim escolhia o silêncio, a repetição ou o desvio.

A arte de contar histórias, de narrar, é uma prática que, segundo Benjamim (1975), se perde na sociedade industrial; se perde com a aceleração do tempo da vida social, o aumento da produção de bens e serviços e a banalização das experiências; o “crescimento do mundo”, a “diminuição da Terra” – dos espaços desconhecidos onde todo tipo de mito cabia, onde a imaginação (poética) encontrava espaço para criar as formas que iam povoar as histórias dos sonhadores de mundo, dos viajantes que saíam para desbravar os lugares distantes; e dos que ficavam, para testemunhar a vida de sua gente, de sua terra. Na sociedade atual, regida pela lógica da mercadoria, em que o *desconhecido*, o mítico, declina para dar lugar ao “útil”, ao objetivamente consumível; as matérias que alimentavam a arte de narrar – a experiência e a memória – parecem sucumbir. A viagem, em seu sentido clássico: como ícone exemplar da experiência, aparenta conservar sua dignidade em ser contada se for realizada de maneira não-convencional ou através dos lugares mantidos ou construídos como ilhas de exotismo – em geral porque são considerados hostis, perigosos ou estranhos. E, apesar disso, a narrativa dessas viagens provavelmente não será ainda exposta oralmente para uma platéia de ouvintes, mas será escrita em livro, editada em filme ou publicada em alguma plataforma virtual de comunicação.

Diante de uma juventude que se alfabetiza, aprende que as histórias estão nos livros, cresce introjetando que informação é conhecimento e abre mão da experiência de seus antecessores – dos conselhos deles – para ficar com a “opinião” (a forma comunicativa que comporta o caráter da individualidade, do relativismo das coisas e da consumição dos fenômenos); a memória e a sabedoria dos velhos perde importância. Logo, eles deixam de contar suas experiências porque perderam seus ouvintes. Deixam de valorizar suas memórias porque elas perderam sua relevância social (BOSI, 1987).

Não saberia precisar em que medida a fragilidade do engajamento narrativo observado entre meus interlocutores poderia estar associada a este efeito dilacerante da modernidade sobre as velhas técnicas de transmissão de conhecimento ligadas à cultura oral. Mas, de qualquer maneira, tive a impressão de estar diante de uma realidade muito diferente da que Guimarães Rosa pareceu presenciar no interior de Minas, durante a infância:

Quando menino, no sertão de Minas, onde nasci e me criei, meus pais costumavam pagar a velhas contadeiras de estórias. Elas iam à minha casa só para contar casos. E as velhas, nas puras misturas, me contavam estórias de fadas e de vacas, de bois e reis. Adorava escutá-las. (ROSA apud VASCONCELOS, 1997, p. 11)

Os velhos que conheci ou que me foram indicados como pessoas cheias de histórias para contar, não se mostraram hábeis narradores (com exceção de Seo Geraldo, de Vila de Santo Antônio; professor aposentado e historiador diletante, o qual apresentaremos no próximo capítulo).

Acredito que o tempo é um fator que faz diferença quando se trata de ouvir as memórias de alguém. É preciso permanecer na companhia do outro esperando – tal qual o ornitólogo espera horas, dias, pela breve aparição de um passarinho – seu momento de inspiração, de nostalgia; seu desejo de recordar. É preciso deixar o outro se acostumar com nossa presença para se mostrar. Por este motivo, prazos curtos em campo não resolvem se o objetivo é acessar a dimensão subjetiva dos sujeitos: que requer o estreitamento de laços, a confiança...Entretanto, penso que a habilidade narrativa não dependeria dessa cúmplice relação entre narrador e ouvinte. E foi esta, sobretudo, a fragilidade observada, da fazenda Rio Preto, dentro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, ao povoado de Vila de Santo Antônio, no vale do Paracatu, entre as pessoas mais velhas que procurei ouvir.

Suponho que muitos que lêem *Grande Sertão: Veredas* – as “memórias” de Riobaldo Tatarana –, quando viajam para o sertão mineiro, sonham porventura encontrar velhos contadores de estória como o personagem de Guimarães Rosa. Mas, certos de que a literatura está a uma relativa distância do real, o que nos resta, no caso de uma jornada dessas nos dias de hoje – em que contar histórias ou estórias caiu em desuso – é garimpar fragmentos de narrativa, esboços de sentimentos e valores que surgirão esparsos nas falas locais.

1.3.1 – As “situações de lembrança”²⁰

As marcas da vida e a percepção do mundo revelada através da memória não se mostram apenas nas situações em que a ação de recordar é requerida; elas estão também expostas no próprio cotidiano, nas relações sociais.

²⁰ Valho-me desta expressão para pensar as condições em que trabalhei com a memória de meus informantes. Formulo-a considerando o apontamento de Bosi em *Memória e Sociedade* de que o lembrar, muito mais do que um fenômeno onírico, é uma atividade que requer ocasião e estímulo para que aconteça: “Se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar: “O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, nô-las provocam”. (Introdução, VIII) [citando Halbwachs].” (BOSI, 1987, p. 17).

Ter atentado para isso foi importante para lidar com a problemática de realizar um trabalho de campo itinerante tendo por objeto empírico subjetividades.

Ainda que em todos os lugares eu procurasse manter as entrevistas como principal procedimento para ouvir as percepções e as lembranças do espaço vivido de meus interlocutores; e pedisse para ver – quando havia – álbuns de fotografias; as situações, evidentemente, em que essas entrevistas eram realizadas estavam sempre à mercê de um conjunto de fatores (contingentes à realidade de cada pessoa, às relações estabelecidas em cada local, às condições dadas nos momentos em que estava com elas) que impunham diferenças imponderáveis no modo como isto se dava, determinando, por sua vez, uma conformação da abordagem da memória individual às circunstâncias do encontro e do tipo de contato. (Quero chamar atenção aqui para o fato de que viajar significava não estar em um mas em “vários campos”; e isto exigia adotar uma perspectiva ampla e flexível com relação às maneiras de realizar a pesquisa).

Diante do fato observado por Bergson (apud BOSI, 1987) de que a memória se expressa tanto nas práticas cotidianas (nos hábitos) como nas recordações do passado, em forma de imagens, nos casos em que considerei impraticável estabelecer relações de narrativa e escuta individual, optei pela estratégia da observação, acompanhando o cotidiano das pessoas e participando dele na medida em que percebia abertura para isso ou era expressamente convocada: como na situação de uma missa em Rio do Ouro em que fui convidada a ler partes da liturgia; ou como, por exemplo, em Brasilândia, quando fui benzida por Dona Sivi por sugestão dela própria.

De Arinos a Brasilândia, pois, diferentes maneiras de estar em campo e situações de lembrança se configuraram. O que era de se esperar visto tratar-se de um trabalho itinerante. Contudo, para melhor compreensão do leitor de como se processou a pesquisa na prática, dividi em três os tipos de encontro, considerando os lugares e as condições estabelecidas:

O primeiro, a que chamo de *misto*, predominou entre Arinos, Rio do Ouro e Rio Preto, onde, sob influência de Durval, percorri áreas rurais e periurbanas entrando em contato com seus parentes e amigos. Nesses lugares houve alternância entre um trabalho de acompanhamento da rotina das pessoas, gravação de conversas informais e entrevistas. O segundo tipo, nomeado *contemplativo*, se deu entre Riachinho e Santa Fé de Minas, onde não estabeleci relação de narrativa e escuta com ninguém em especial: apenas permaneci por poucos dias nas cidades indicadas e em povoados rurais observando o cotidiano e também gravando conversas informais. Em Brasilândia e Vila de Santo Antônio, lugares onde paguei

pela hospedagem, os encontros foram mais formais: ia²¹ à casa do senhor ou da senhora indicada; e lá, durante uma manhã ou uma tarde inteira, ficava, em geral, ouvindo a pessoa contar suas histórias. A este terceiro tipo, baseado em entrevistas, nomeei *formal*.

Por levar em consideração que etnografias não costumam ser feitas da maneira como esta foi empreendida, elaborei esta rudimentar classificação da interação no campo por achar importante esclarecer que as técnicas de abordagem assim como o método da observação empregados não estiveram necessariamente combinados durante todo o processo dessa pesquisa – o que, talvez, fosse esperado para o caso de um campo fixado sob uma comunidade ou grupo de pessoas.

O caráter multisituado a que submeti o campo e a pesquisa evidenciou, *a posteriori*, as diferenças de método aplicado e a possibilidade de agrupá-los de acordo com sua predominância nos trechos percorridos, o que destaquei aqui, como forma de explicar as particularidades dos encontros, das observações e dos acontecimentos que relato a seguir.

²¹ Quase sempre acompanhada de Valdson (o informante de Brasilândia mencionado anteriormente), que demonstrava enorme interesse em me apresentar a todos que conhecia, como também a tudo aquilo que considerava parte importante da história da cidade.

Segunda Parte

PERCEPÇÃO E MEMÓRIA NO SERTÃO NOROESTE MINEIRO: LUGARES,
CONTEXTOS E REFLEXÕES DE UMA ETNOGRAFIA “EM TRAVESSIA”

Esta seção é dedicada ao desenvolvimento de uma narrativa sobre o espaço sertão do noroeste mineiro em que nossas observações, percepções e memórias de travessias se cruzam com as de nossos interlocutores visando assim à construção de uma reflexão a respeito da espacialidade vivida nesta região. Tomando por base os elementos que compuseram nossa experiência etnográfica, esta narrativa traz um pouco da história dos lugares em que estivemos durante nossa última cicloturagem, descrições e interpretações dos contextos relacionais vividos, pensamentos acerca do trabalho sobre a percepção e a memória realizado e, finalmente, nossa tentativa de apresentar o sertão roseano a partir da perspectiva do deslocamento que propusemos de acordo com o caminho traçado no mapa 1.

CAPÍTULO 2 – PRIMEIRO TRECHO: REGIÃO DE ARINOS



Figura 2. Mapa do percurso na região de Arinos.

2.1 – Arinos

Chamava-se Barra da Vaca. Era um povoado às margens da vereda ‘da Vaca’, aflrente do Urucuia. Depois de emancipar-se de São Romão, em 1962, passou a se chamar Arinos – a despeito de Uruaianópolis, o primeiro nome pensado pelo Major Saint-Clair segundo relata José Pio Fonseca, morador da cidade, que disse que Arinos foi um nome escolhido para homenagear o escritor Afonso Arinos de Melo Franco, amigo do Major – figura lendária da região, primeiro prefeito de São Romão (SOUZA, 2000).

Arinos é no vale do Urucuia, do lado esquerdo do rio. Uma cidade em meio a uma planície muito verde (de fazendas de gado, sobretudo) que se avista de longe. O protagonista

de *Grande Sertão: Veredas* faz referência recorrente a este rio; e, por duas vezes, menciona o povoado de Barra da Vaca. Vejamos algumas passagens:

“O Urucuia vem dos montões oeste. Mas hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há.” (ROSA, 2006; p. 8)

“Viemos pelo Urucuia. Meu rio de amor é o Urucuia. O Chapadão – onde tanto boi berra.” (IBDEM, p. 73)

“Ah, o meu Urucuia, as águas dele são claras certas. E ainda por ele entramos, subindo légua e meia, por isso pagamos uma gratificação. Rios bonitos são os que correm para o norte, e os que vêm do poente – em caminho para se encontrar com o sol. E descemos num pojo, num ponto sem praia, onde essas altas árvores – a caraíba-de-flor roxa, tão urucuiana. E o folha-larga, o adesso-preto, o pau-de-sangue; o pau-paraíba, sombroso. O Urucuia, suas abas. E vi meus Gerais!” (IBDEM, 2006, p. 306)

“O Urucuia, o chapadão derredor dele. Estas árvores: essas árvores. (...) Mesmo na hora em que eu for morrer, eu sei que o Urucuia está sempre, ele corre. O que eu fui, o que eu fui. E esses velhos chapadões – dele, dos Couros, de Antônio Pereira, dos Arrepiados, do Couto, do Arrenegado.” (IBDEM, p. 435).

“Como que algum santo ainda não há de vir, das beiras deste meu Urucuia?...” (IBDEM, p. 484).

“ – “Ao que pois, Tatarana: em faltas de notícia, formei meu pião por aí...Já estive em Ingazeiras, na Barra-da-Vaca, no Ôi-Mãe, em Morrinhos...O Urucuia não é o meio do mundo?” – assim ele se temperou.” (IBDEM, p. 486) [Riobaldo reproduzindo a fala de Quipes, um dos jagunços de sua tropa].

“O Urucuia sai duns matos – e não berra; desliza: o sol, nele; é que se palpita no que apalpa.” (IBDEM, ps. 532 e 533)



Foto 1:Rio Urucuia. Vista da estrada (MG-181) que liga o município de Riachinho a Urucuia. Ana F. Vasconcellos, 2011

A primeira vez que estive em Arinos foi em 2011, quando realizava minha primeira viagem de bicicleta pelo *gerais*. Naquela ocasião, logo que cheguei, ao parar em uma padaria, conheci Durval, o artesão marceneiro que me ofereceria hospedagem na cidade e me indicaria o caminho para chegar ao Parque Nacional “Grande Sertão Veredas” (unidade de conservação ambiental situada na divisa dos estados de Minas e Bahia, com sede administrativa na cidade de Chapada Gaúcha-MG).

Curioso e desenvolto, Durval – que junto com o irmão, na época, era dono do estabelecimento – se aproximou, interessado em saber de onde eu vinha e que tipo de viagem estava empreendendo. Depois de uma descontraída conversa em que esclareci como viajava e contei sobre alguns lugares pelos quais havia passado – e ele conhecia –, recebi o convite para pernoitar em sua casa²²; o passo para uma aproximação que resultaria na escuta de uma história de vida fascinante e minha decisão – ainda naquela ocasião – de passar por Rio do Ouro, conhecer seus tios, e, posteriormente, delinear toda a pesquisa de campo na região de Arinos a partir da rede familiar e de amizades de Durval.

Como um legítimo narrador: tirando da experiência a matéria para suas histórias (BENJAMIM, 1975), Durval, contara-me sua trajetória da periferia de Brasília, trabalhando como marceneiro, até os quatro anos vividos com a esposa e os filhos pequenos em Rio do Ouro, como vizinho do tio; em terras da família que, para assegurar, precisou habitar. Assim, ao enfrentar dificuldades com a marcenaria que possuía no distrito de Gameleiras – na região do triângulo mineiro – e retornar à Brasília sem perspectivas, decidiu abdicar dos modos de vida da cidade, aos quais estava acostumado, para viver em um espaço onde ele e Marisa, a esposa, tiveram que aprender, entre outras coisas, a construir a própria casa com barro e palha, a caçar, a plantar e a processar mandioca para obter farinha.

As dificuldades relatadas até o momento em que conseguiram o reconhecimento da propriedade e sua venda, descortinavam o sertão dos contrastes; um lugar onde o passado mais arcaico – de camponeses vivendo em casa de adobe, cozinhando em fogão de lenha, sem energia elétrica, água encanada – de repente, no século XXI, emergia a poucos quilômetros de uma rodovia, de uma pequena cidade de imigrantes gaúchos plantadores de soja, ou mesmo da própria capital federal (referência metropolitana para a região de Arinos) em meio a imensas áreas agrícolas planejadas. A história de Durval, assim como a própria paisagem do noroeste mineiro, parecia refletir a experiência espacial da maioria da população sertaneja

²² A de sua esposa, aliás; pois naquele momento ambos viviam em casas diferentes: ela na cidade com os filhos e ele numa chácara, há sete quilômetros dali.

cuja vida construía-se na interface entre o mundo rural mais precário, em termos de infraestrutura e tecnologia; e a cidade grande, ou o campo modernizado de hoje em dia do agronegócio, que se apresenta organizado a partir de uma lógica produtiva e simbólica absolutamente diferente da do campo tradicional.

Ao ouvir Durval e cogitar que o que ele contava poderia representar a realidade de muitos outros daquela região, situados em uma espécie de limbo, entre os espaços mais modernizados e os espaços mais rústicos, considerei, então, escutar as histórias dos velhos locais, imaginando que estes poderiam ter histórias igualmente ou mais interessantes e reveladoras acerca da experiência da vida no sertão mineiro do que as de um homem de pouco mais de 40 anos, como Durval, que crescera já em contato direto com o espaço urbano, sob a lógica deste sistema, e não tendo, possivelmente, sofrido o impacto de ver a estrutura social e cultural campesina se dissolver à medida que seu espaço foi sendo dominado por outras forças e requerido para outros usos.

Assim, em minha terceira visita a Arinos, não me debrucei sobre as memórias de meu anfitrião apostando em um trabalho de campo junto a seus pais – deduzindo também que pelas histórias e a capacidade narrativa esboçada por Durval, fosse encontrar em Dona Julia e Seo Antônio, excelentes interlocutores.

O casal morava na mesma chácara que o filho, em uma casa há aproximadamente cem metros da de Durval; o que me permitiu estabelecer a rotina de visitá-los todas as manhãs, bem cedo, para estar com Seo Antônio no curral, acompanhando-o a tirar leite das vacas²³, e com Dona Julia, nos afazeres domésticos. Sem encontrar, porém, o mesmo interesse e engajamento evocativo espontâneo que Durval, permanecia ali várias horas, em meio às atividades cotidianas de ambos, tentando fazer perguntas que pudessem estimulá-los a falar do passado à medida que percebia abertura ou alguma disposição dos senhores para as lembranças.

Sisudo e de pouca ‘prosa’ – talvez pela surdez da velhice – Seo Antônio me dava pouca atenção. Dona Júlia, ao contrário, é quem se dispunha-se a conversar mais.

²³ Na chácara, Durval e o pai utilizam de forma diferente o espaço. Durval dedica-se à marcenaria numa grande oficina que construiu no terreno logo acima de sua casa. Seu pai, aposentado, mantém um pequeno rebanho de vacas leiteiras que lhe valem o leite para consumo doméstico e o fornecimento para a padaria de Mário, o irmão de Durval. Nenhum deles, entretanto, participa da atividade um do outro: Durval, embora aprecie a vida na zona rural, diz não gostar das atividades tradicionais do campo.

Relembrando o passado e revirando álbuns de fotografia na varanda da casa²⁴, a senhora contava uma vida construída entre Arinos, Brasília e a Suíça, onde moram duas de suas filhas; uma vida marcada pela imagem da família, pela trajetória dos filhos, netos e parentes.

Ouvindo Dona Júlia e, em raras oportunidades, Seo Antônio, pude reparar, então, o que Bosi (1987) havia indicado – a partir de Halbwachs – sobre a memória ser uma construção social²⁵: as memórias de Dona Júlia estavam vinculadas à família, aos filhos; enquanto a memória de Seo Antônio, ao trabalho, especialmente à lida com gado.

Embora ambos tivessem uma trajetória de vida parecida (nasceram na zona rural, na fazenda Pacari; mudaram-se para a periferia de Brasília, trabalharam em fazendas e lavouras do Distrito Federal), Dona Júlia expressava o que eu chamaria de “memória feminina em sociedades patriarcais”: em que as lembranças predominantes são as relativas à casa, ao reduto doméstico, à relação com os filhos. Ao passo que os dos homens orientam-se para as de aventuras, viagens, política, o espaço público e os negócios.

Ao conversar com Seo Antônio, percebia que suas lembranças se dirigiam muito mais para as relações externas, para os assuntos de cunho político e econômico estabelecidos no contexto de sua experiência como vaqueiro e pequeno proprietário rural do que como “pai de família” ou assalariado urbano²⁶.

Outra coisa observada em Arinos foi a dificuldade de ter palestras particulares com meus interlocutores. Exceto na ocasião da entrevista marcada com Napoleão Valadares, um senhor – ainda não muito velho – advogado, descendente da família mais tradicional de

²⁴ Em quase todas as casas em que estive hospedada, o lugar preferencial da conversa era a varanda da casa. A qual, na maioria das vezes era ligada à cozinha. A varanda é o lugar de trânsito por excelência; é a passagem entre o quintal e a área interna da casa, onde o dono recebe tanto o visitante mais íntimo como o estranho – medindo, de certa forma, qual nível de proximidade estabelecerá com o último. A cozinha é o outro espaço de recepção; entretanto, para esta o visitante é convidado tendo em vista alguns fatores: se for pessoa conhecida, se o espaço tiver dimensão suficiente para acomodar as pessoas e se houver comida para oferecer (refeição; não necessariamente café ou biscoitos, como costuma-se servir em qualquer ocasião na própria varanda). Sobre os aspectos da sociabilidade no espaço da varanda no sertão noroeste mineiro, ver ANDRIOLLI, 2011.

²⁵ “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.” (BOSI, 1987, p. 17)

²⁶ Seo Antônio foi funcionário da SLU (Serviço de Limpeza Urbana) em Brasília.

Arinos: “os Valadares”²⁷; todos os outros encontros cujo objetivo era falar do passado tiveram como característica serem situações de lembrança coletiva, ou seja, situações em que a conversa com meu interlocutor se dava num encontro entre várias pessoas (parentes e amigos). O que se podia observar e se extraír desses encontros era uma paisagem sonora e semântica poli e multifônica, visto que, no contexto do encontro coletivo, não apenas muitos ofereciam suas versões sobre as histórias apresentadas como também desviavam o assunto da conversa o tempo todo: num ir e vir do passado para o presente, do interior para o exterior (do local, do particular; para o geral, os outros...), dos afazeres domésticos para uma fofoca do vizinho; de um relato de vida para uma piada, uma provocação, uma emenda; ou, às vezes, uma complementação afoita do que o outro tentava elaborar.

Na chácara de Durval e sua família, durante o tempo que passei na casa de seus pais, as conversas ocorriam quase sempre em presença de algum neto, filho ou vizinho. Os quais, exceto as crianças, participavam das narrativas.

Na fazenda de José de Oliveira Carvalho, o Seo ‘Zé Bom’ (senhor bastante conhecido na cidade, indicado por Durval), também não foi muito diferente. A primeira entrevista tornou-se uma roda de conversa entre Durval, as irmãs de Zé Bom e o neto de Brasília. No segundo encontro, em que Zé Bom animou-se em mostrar suas fotografias, é que ficaram presentes somente eu, ele e o neto.

Uma das razões para os encontros em Arinos terem sido quase sempre coletivos poderia ser explicado pelo fato de eu ter feito campo em janeiro na cidade, período de férias. Na chácara de Durval, assim como na casa de Seo Zé Bom, parentes de Brasília estavam de visita; e os filhos de Durval circulavam o tempo todo entre as casas dos pais e dos avós. Mas ainda que as férias pudessem justificar o movimento observado nas casas, aquele não parecia ser um fenômeno atípico nos lugares.

Conforme a viagem foi se dando, constatei que as relações sociais naquela região eram baseadas no princípio de comunidade – que possivelmente remete à ordem social camponesa brasileira, estudada por Queiroz (1973) e Cândido (2001): nas análises de ambos, a figura do camponês brasileiro se estrutura mediante certos fatores sociais dos quais os laços de

²⁷ No noroeste mineiro ainda é muito expressiva a menção às famílias extensas no que tange à localização social das pessoas. É através das linhas de parentesco que se distinguem, especialmente, os pertencentes aos grupos “pioneiros” da região. Em geral, herdeiros ligados a famílias cujas terras foram adquiridas ainda sob o estatuto agrário das sesmarias. “Os Valadares” são uma das chamadas famílias tradicionais de Arinos – que dominam a política, inclusive –, cuja linhagem parental se vincula a matriarca Joaquina do Pompéu, figura lendária, senhora de terra, que acumulava fazendas desde o centro do Estado até o Vale do Urucuia, em Arinos.

vizinhança são um dos mais importantes. Na casa de Durval, em Santa Fé, nos povoados rurais e até mesmo em Brasilândia, onde a condição de vida urbana apresenta-se mais estabelecida, as portas estão sempre abertas; sempre há um vizinho, amigo, conhecido, parente; chegando, saindo ou ficando sem muita formalidade. É possível notar ainda que embora houvesse – mesmo nas cidades – diferenças de *status* entre as pessoas, diferenças de classe não se constituíam efetivamente como marcantes nesses lugares (cf. QUEIROZ, 1973). Características essas, aliás, as quais, no caso mineiro, os fenômenos da política local e da fofoca poderiam ser ainda associados (cf. DAINESE, 2011).

O “entre e sai” nas casas matizava o limite entre o público e o privado possibilitando a pessoalidade em praticamente todas as situações. Cerqueira (2010), em seu estudo sobre os modos de vida do “povo dos Buracos”, uma comunidade rural de Chapada Gaúcha; indica que o movimento das pessoas pelas casas tem relação com a ‘prosa’ e com a comida. Ou seja, uma questão, entre outras coisas, de receptividade. A circulação das pessoas do local nas casas umas das outras, seria motivada pelos assuntos, os ‘causos’; relativos às pessoas da comunidade; e também ao oferecimento de comida durante as passagens: um almoço, um café, uma janta...Tudo, entretanto, enredado dentro de uma lógica complexa do dar e receber cuja prosa estaria ligada. As expressões ‘boa prosa’ ou ‘prosa ruim’, neste contexto, não apenas indicariam a qualidade da conversa de uma pessoa, mas seus modos de proceder num sistema de reciprocidade. Apontando ainda que há casas que “puxam [mais] gente” do que outras, a autora deixa subentendido que são essas, provavelmente, aquelas em que a prosa e a comida rendem mais: são por isso mais “animadas” (CERQUEIRA; 2010, p. 75, 76)

2.2 – Rio do Ouro

Rio do Ouro é a fazenda de Seo Caetano e Dona Arcesina, tios de Durval. Após uma semana em Arinos, segui para o local. O nome da fazenda é relativo ao nome dado à vereda principal que banha as terras, um afluente do rio Pacari que deságua no Urucuia.

A fazenda Rio do Ouro era parte da fazenda Pacari, a qual, segundo Seo Antônio, pertencia originalmente aos Ribas, seu grupo familiar. Hoje, apenas Seo Caetano, Dona Arcesina, os agregados Chico e Juca, a filha Divina com o marido Darci e três filhos moram nessas terras. São uns dos poucos pequenos proprietários que ainda estão lá pois o lugar, atualmente, está cercado por monoculturas de um lado e limitado pelo Parque Nacional GSV

de outro. Visto de cima, na cabeceira do Pacari, do lado direito, estão as plantações de grãos dos gaúchos; do lado esquerdo, a fazenda Arapuá, dedicando-se ao plantio de eucalipto; acima, encontra-se a estrada que liga os municípios de Formoso e Chapada Gaúcha, funcionando como divisória do Parque; e apenas do lado de baixo, no limite com as terras que pertenciam aos pais de Durval, permanecem áreas de cerrado e de pequena criação bovina, seguindo o mesmo padrão das terras da família de Seo Caetano.

Conheci Rio do Ouro ainda em minha primeira viagem. O encontro com Durval, em Arinos, decidi aquele como o próximo destino na ocasião.

Sabendo que tinha intenção de ir à Chapada Gaúcha (distante de Arinos 100 quilômetros pela estrada principal), para visitar o Parque, Durval sugerira que, em vez de eu ir direto, como pretendia, pela rodovia – que naquele momento estava sendo pavimentada –, fosse por dentro, pelo caminho das fazendas. Disse que assim teria uma viagem menos cansativa e menos monótona, pois poderia parar na casa de seu tio Caetano e de sua tia Arcesina, pernoitar e depois seguir para Chapada Gaúcha pela estrada interna que margeava o Parque. Seguindo este roteiro, além de poder conhecer seus estimados parentes e amigos – cujos modos de vida, Durval disse que era os dos ‘antigos’²⁸ –, garantiria um itinerário adequado a minha intenção de conhecer a reserva ambiental, já que seus tios eram vizinhos da área.

Confiando nessas informações e na opinião de meu anfitrião, na manhã posterior a minha chegada em Arinos, parti, afinal, para Rio do Ouro. A quarenta quilômetros da cidade, seguindo o mapa desenhado em guardanapo que tinha feito para mim, deixei a rodovia e entrei à esquerda, tomando a estrada de terra na altura da ‘Barraquinha’: uma construção que servia de bar, bem visível na beira da estrada.

²⁸ Por viajar de bicicleta e querer visitar o Parque, Durval concluía que minha busca era por aventura: por conhecer lugares “selvagens” e/ou paisagens remotas. Enfatizou várias vezes que o povo do Parque e do entorno morava em casas de adobe, cobertas com palha de buriti; que dormiam em camas de catre, cozinhavam em fogão de lenha; e que não havia energia elétrica – e nem banheiro em algumas casas.

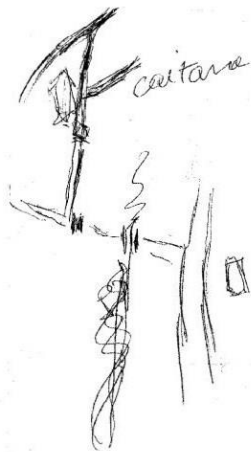


Figura 3: Desenho do caminho para casa de Seo Caetano feito por Durval. 2011.

A partir daí, pedalando por uma região que me parecia deserta, durante os aproximados trinta quilômetros que ainda faltavam percorrer, para controlar o medo, mantive um olhar insistente para as cercas de arame, os mata-burros, as ‘cancelas’, os rastros de gado; tudo que me parecia sinal de presença humana. Pois ali, ouvindo somente o som das engrenagens da bicicleta e o atrito de suas rodas com o chão, do movimento que eu mesma produzia, podia dizer que senti o mesmo que Riobaldo quando se perdeu com sua tropa, passando dias a errar sem rumo pelo sertão: Faltava era o sossego em todo o silêncio, faltava rastro de fala humana. Aquilo perturbava, me sombreava. (...) Nós estávamos em fundos fundos. (ROSA, 2006, p. 382)

Na tensão do vazio, do silêncio, do não-saber exatamente para onde me dirigia, cumpri o percurso até Rio do Ouro. Ao cruzar a porteira da fazenda, depois de informada da localização por dois empregados da fazenda Arapuá, cheguei à casa de Divina, a filha de Seo Caetano e Dona Arcesina que morava com a família um quilômetro antes da casa dos pais.

Encontrando-a sozinha, a espera do marido que voltava com as crianças da escola, apressei-me em explicar a situação contando que estava de viagem para Chapada Gaúcha e Durval, seu primo, me recomendara passar pela sua casa. Assim, mesmo ainda um pouco assustada e reticente, convidou-me a entrar e serviu-me um prato de comida. Era por volta de duas da tarde. Darci, o marido, e os filhos logo chegaram.

Por coincidência, Darci, eu havia conhecido cerca de duas horas antes, numa fazenda chamada Barreiro Preto, onde os filhos do casal estudavam. Havia errado o caminho e, matendo-me na estrada principal, acabei encontrando a escola que atendia àquela zona rural.

O marido de Divina estava na entrada da escola, esperando os alunos das fazendas locais que transportava com sua kombi.

Na casa da prima de Durval passei o resto do dia e a noite, vindo a conhecer, pois, os bem falados tios de meu anfitrião arinense no fim da tarde, quando vieram à casa da filha provavelmente para verificar a história que o neto ou algum dos agregados havia relatado de uma ciclista aparecer sozinha em Rio do Ouro e estar na casa de Divina. Neste momento, eu, que tinha passado as primeiras horas em Rio do Ouro sendo introduzida de maneira espontânea e muito gentil à família de Divina, partilhando de um contato bastante animado com suas duas meninas, de repente me vi em uma situação de constrangimento com a chegada de Seo Caetano e Dona Arcesina, os quais, compondo um cenário de interrogatório, sentaram-se junto com os outros a minha frente, na varanda, como se esperassem explicações.

Desconfiados, mas ao mesmo tempo mantendo uma postura humilde e honrada, Seo Caetano e Dona Arcesina – pareceu – só deixaram a casa da filha ao estarem certos de que eu não representava nenhum perigo, pelo menos não objetivamente. Assim, sob o modo curioso e avaliativo dos que ficaram, entrei a noite jogando dominó com as crianças na tentativa (sob a única luz elétrica que havia: a que Darci acendera, por ocasião de minha visita, com energia da bateria de seu carro) vencer o embaraço de ser uma completa estranha naquele lugar e junto àquela família.

Para não criar mal entendidos e fazer valer, pois, o que havia dito sobre minhas razões para ter ido a Rio do Ouro, na manhã seguinte, já de partida, passei pela casa de Seo Caetano para encontrar Chico, o agregado que me conduziria (também de bicicleta) até o ponto de onde seria fácil prosseguir a viagem.

Pelo consenso de todos, no entanto, de que o caminho que Durval sugerira (a estrada que margeava o Parque, ligando Chapada Gaúcha a cidade de Formoso) poderia ser perigoso pois, além de mais longo, era muito deserto; determinou-se que Chico me guiaria por um outro caminho – esquisito, aliás – que começava atravessando o Rio do Ouro em meio a trilhas no mato e terminava no gigantesco latifúndio monocultor do gaúcho Teodoro Sanders, uma fazenda de soja acima da cabeceira do rio Pacari de onde já se podia avistar a rodovia que havia deixado no dia anterior. Do escritório da fazenda onde me despedi de Chico, restavam agora apenas mais vinte e cinco quilômetros para percorrer até Chapada.

Não sendo mais uma completa estranha e havendo notícias de meu retorno, minha segunda “aparição” em Rio do Ouro teve outro caráter. Seo Caetano, que estivera em Arinos uma semana antes de minha chegada, fora avisado que iria revê-los, por isso minha visita estava sendo aguardada; e com certa expectativa, segundo Durval.

Cumprir de bicicleta os 75km que separavam Arinos de Rio do Ouro já não era mais uma novidade para mim, sendo assim, imaginava refazer o caminho sem cometer erros, evitando, pois, a tensão e a sensação de medo experimentadas da primeira vez. Não considerando, porém, o problema de ter, dessa vez, começado o percurso de um outro lugar: uma fazenda, do outro lado da rodovia, para a qual tinha ido acompanhando Durval e a família; e o fato de que a paisagem rural está em constante transformação naquela região²⁹, mudando mais rápido do que o cenário urbano, me perdi várias vezes ao longo do trajeto sendo tomada pelos mesmos sentimentos de aflição e medo até encontrar a casa de Divina. Em *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo diz: “No mato, o medo da gente se sai ao inteiro, um medo propositado” (ROSA, 2006, p. 20). O propósito do medo de Riobaldo referia-se às batalhas entre os bandos de jagunços do qual ele participava e à questão simbólica do *mato* representar o espaço desregrado, sem ordem, sem lei, onde não há limites para a perseguição e a violência. Já o meu sentimento, embora tivesse certo parentesco com o do personagem, edificava-se, sobretudo, pela relação com as distâncias, os vazios e a incerteza que as paisagens não identificadas me causavam.

Assim, quando cheguei na casa de Divina – que também estava diferente, pois haviam aumentado a varanda e estendido sobre o telhado uma lona colorida que pendia cobrindo toda a frente – e identificar que era a sua pelos cachorros que saíram a latir –; o assunto predominante daquela tarde chuvosa fora a mudança da paisagem e os erros que tinha cometido no trajeto.

Desde minha primeira viagem, o asfalto ligando Chapada Gaúcha a Arinos fora concluído; uma nova estrada (de terra batida), cruzando o rio Pacari em um ponto bem acima do que conhecia, havia sido aberta; e, na fazenda Arapuá – entrada obrigatória para se chegar a Rio do Ouro – não se via mais gado ou pastagem, mas uma floresta de eucalipto em

²⁹ A paisagem rural do latifúndio monocultor (em expansão na área de Arinos) é muito dinâmica, tendo em vista que os períodos de plantio, colheita e preparo da terra alternam-se – dependendo do produto (por exemplo, a cana) no prazo de um ano – modificando o visual de grandes extensões. A percepção, a experiência local de espaço e paisagem fica comprometida diante dessa macro-escala de produção agrícola, que tem também como um agravante o fato da transformação visual das grandes lavouras não estar atrelada apenas ao tempo de produção de um determinado insumo, mas ao valor de mercado dele; que fará com que o dono da terra o substitua conforme achar outro mais vantajoso para ser cultivado.

formação cujo plantio exigiu a transposição da estrada (que era em curva, passando pela sede da fazenda) para as margens da cerca da Rio do Ouro.

Por isso, ao chegar a Arapuá, depois de informada do caminho por um motoqueiro, não reconheci o espaço. As árvores, a terra revirada, a ausência do gado: um novo lugar, uma nova paisagem que se erguia à minha frente completamente diferente daquela que guardava na memória. Somente depois de ultrapassar a ‘cancela’, do lado direito da cerca – sem ter certeza ainda de para onde ia – é que as imagens do ambiente começaram a convergir com as de minha lembrança: estava nas terras de Seo Caetano, ali, onde o cenário permanecia o mesmo: uma estradinha, bastante arenosa, pisada de gado e margeada por pequizeiros, pequenos coqueiros nativos e outras árvores baixas de troncos retorcidos. E, para além da estrada, do lado direito, até onde a vista alcançava, as pastagens naturais do cerrado com seus buritizais seguindo a linha das vertentes d’água: o Rio do Ouro e outra pequena vereda perpendicular a ele.

Eram quase seis da tarde quando cheguei à casa de Divina. E dessa vez, não a encontrei sozinha, todos os seus filhos (Tiago, Gabriela e Débora – que por sinal haviam crescido muito desde a última vez que os vi: eram adolescentes agora) – estavam em casa. Além de Juca, um dos agregados de Seo Caetano; e dois sobrinhos de Arinos (Miquéias e Deidson), que aproveitavam o período de férias escolares para se divertirem com os primos na fazenda (mas não só: os meninos também passavam o mês lá como forma de se despedirem dos parentes e avós, pois em breve partiriam de mudança para São Luís do Maranhão, o lugar de origem da mãe).

Bem diferente do primeiro encontro, a recepção desta vez fora calorosa e animada: com sorrisos, gestos maiores e mais relaxados. Divina demonstrava certa alegria ao me ver de novo.

Talvez por ser férias e a casa estar com visitas, o clima geral parecia mais descontraído. Divina, andando do quintal para a cozinha, às voltas com a galinha que acabara de matar para o jantar e o preparo de um café com bolachas para me servir; contava que cheguei primeiro do que as fotografias que eu havia remetido a Durval para lhe serem entregues. Disse que o primo pouco ia visitá-los; e as vezes que foi, passados os dois anos e

meio de minha primeira viagem³⁰, esqueceu-se de levar as imagens que havia feito deles naquela ocasião.

Atualizando nossas vidas uma para outra, contava a Divina o restante de minha primeira viagem, da qual fora testemunha; e o desdobramento que lhe tinha dado: a pesquisa, que me fazia reencontrá-la. Ela, por sua vez, abordando os “não-acontecimentos” de sua vida, dizia que ali “tudo continuava igual”. Um igual, entretanto, que se afastava à medida que falava dos sonhados projetos de melhoria da infraestrutura da casa: a instalação de caixas d’água para a finalização de um banheiro com chuveiro e a construção de uma pia na cozinha. Divina ainda comentou o espanto de um sobrinho, morador da cidade, ao descobrir que não havia pia em sua cozinha. Ele não entendia como era possível alguém administrar a limpeza dos utensílios domésticos sem esta base de serviço³¹.

Enquanto conversava com Divina, seus filhos e sobrinhos nos assistiam, com certa timidez e curiosidade. Quando, no entanto, mostrei-lhes a nova máquina fotográfica que levava, a situação se inverteu: a conversa com Divina passou a ser uma sessão de fotos dos meninos, das meninas e de Juca; o qual, reticente a ter sua imagem capturada (mas ao mesmo tempo muito curioso de ver o que a câmera registrava), tornava-se alvo dos meninos que o forçavam a participar dos quadros.

Na casa de Divina, a imagem fotográfica causava muita adesão dos jovens. Tinha percebido isso desde o primeiro contato com eles. No momento inicial, as imagens que produzi atraíam a atenção da mesma forma que as anotações do caderno de campo, que Débora pediu para ler. Depois, com seus celulares em punho, dispunham do mecanismo para produzir suas próprias imagens e vídeos; e não mais se interessavam pelos meus manuscritos.

No lugar em que viviam, sem sinal de rede telefônica, os portáteis eram utilizados como brinquedos: na função de *game*, para ouvir músicas ou como instrumento criativo, quando se dispunham a fotografar, gravar cenas pessoais – sob certa atuação premeditada – ou registrar qualquer coisa por que tinham afeto. Gabriela, como forma de interlocução, fez questão de mostrar-me as gravações que havia feito: uma da irmã, insinuante, com uma flor no cabelo; e a outra de um dos cachorros. Os meninos pareciam menos interessados nos

³⁰ Em fevereiro de 2013, na fase do pré-campo, não retornei a Rio do Ouro, viajei com Durval e sua família para a fazenda de um amigo deles em Formoso.

³¹ Divina lava os objetos de cozinha no quintal, sob um jirau coberto. A água utilizada vem de um afluente do rio do Ouro (bombeada através de um carneiro hidráulico – dispositivo mecânico que funciona como bomba de água) e é armazenada em tambores plásticos dispostos ao redor das instalações. Ver foto no apêndice.

recursos dos celulares. Observei sua utilização por eles apenas na situação da missa ocorrida na capela da fazenda em que, antes da chegada do padre, fotografavam Juca e Chico de modo insistente por se divertirem com a intimidação dos dois. No resto do tempo, suas brincadeiras consistiam em caçar passarinhos com estilingue ou matar morcegos da mesma forma.

Apesar de disporem da tecnologia dos celulares, seu uso tinha que ser comedido pela falta de energia elétrica, que os impedia de recarregá-los a qualquer momento. Assim, funcionavam como um brinquedo, mas um brinquedo especial, porque não podia ser usado sempre.

As imagens fotográficas para os jovens pareciam interessar também pela sua capacidade de revelar as diferenças e “estranhezas” do passado. No exercício de rever os álbuns de fotografia da família³², observava olhares circunspectos, pausas analíticas; sombrancelhas que ora levantavam espantadas ora franziam-se interrogativas; risos, risinhos, risadas; e comentários que, em geral não eram sobre o contexto do registro fotográfico, mas sobre a aparência e atitudes das pessoas fotografadas.

Passei uma noite na casa de Divina. Pela manhã, após o longo café da manhã, regado a bijus com queijo e fotografias de família; segui, então, para a casa de Seo Caetano e Dona Arcesina³³, onde ficaria por uma semana.

³² Diferentemente do que ocorreu no encontro com outros interlocutores, não precisei pedir, na casa de Divina, para me mostrarem suas fotografias. Eles próprios tiveram a iniciativa de abrir seus arquivos, como forma, acredito eu, de potencializar a qualidade do nosso encontro. A situação de ver fotografias particulares em grupo (na presença de “desconhecidos”, como era o meu caso) pareceu-me um gesto de grande potencial interativo – assim como convidar para um café e contar casos. As fotografias, sobretudo as de família, guardam a narrativa, a história de vida das pessoas, é testemunho; e compartilhá-las com o outro pode significar a permissão, o desejo de compartilhar experiências. É, por isso, um meio de interação privilegiado. Como referência sobre memória familiar através de fotografias cito aqui duas publicações: o livro de Miriam Moreira Leite, intitulado *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp, 1993. E a tese de BRUNO, Fabiana. *Uma antropologia das “supervivências”: as fotobiografias*. São Paulo: Instituto de Artes, Unicamp; 2009.

³³ O visual frontal da casa dos tios de Durval encaixa-se perfeitamente nas imagens do rural idílico que nos trazem os livros infantis ou as poesias de teor bucólico. A construção e a forma de organização do espaço segue, pois, um padrão observado nas construções mais antigas da região. A casa é feita de adobe, pintada com cal e coberta com palha de buriti. Sua localização é sempre próximo de uma vereda – não ultrapassa duzentos metros – nos fundos da casa, ou nas laterais; há geralmente um pomar (com pés de laranja, limão, goiaba, manga, abacate, rosas...) que segue após o terreiro do quintal. A frente é cercada com madeira, separando a área da casa do pátio gramado inicial que funciona como curral para o gado e lugar para mexer com os cavalos: amarrar, selar, desselar...Este pátio também é cercado com madeira e a cancela de passagem

Ao chegar, depois de ultrapassada a ‘cancela’, um “Caetano” muito diferente daquele que encontrei a primeira vez me recebe. A impressão de quando nos conhecemos foi a de um velho frágil e tímido; agora era uma figura alegre, divertida, ágil e dinâmica que aparecia, gritando, ao me ver há poucos metros de distância: “Vamo chegar! Desapeia a mula!”. Como velhos conhecidos, nos cumprimentávamos efusivamente, com apertos de mão e tapinhas nas costas, enquanto seguíamos em direção à cozinha, onde Dona Arcesina preparava o almoço.

Sua entusiasmada recepção, entretanto, revelou logo todo seu caráter artificial assim que acomodei minhas coisas na casa e pusemos-nos a conversar. Os grandes silêncios, a voz baixa, o interesse em saber de minha vida e o certo constrangimento que demonstrava em responder minhas perguntas, expunham a verdadeira condição de nossa relação: éramos ainda estranhos, distantes; e nada garantia que eu não fosse uma espiã interessada em compromê-los de alguma forma. Ali, a preocupação maior parecia ser com respeito às restrições do Parque. Embora Rio do Ouro se localizasse fora da unidade de conservação, estava a menos de 10km de distância, o que significava que estava dentro do perímetro de segurança onde a caça era proibida³⁴.

Percebendo que a hipótese de eu ser uma agente do meio ambiente disfarçada poderia ser a causa da contenção dos ânimos, minha estratégia para ganhar a confiança era introduzir as conversas com assuntos que enfatizassem a característica de minha viagem e que envolvessem parentes e/ou pessoas conhecidas por eles; um *modus operandi* baseado na observação de que a ‘prosa’ nos sistemas comunitários gira muito em torno das ações e acontecimentos ligados à vida de seus próprios integrantes³⁵.

Minhas primeiras conversas, portanto, na casa de Seo Caetano envolveram Durval, seus pais e o ‘compadre’ Ladu. Comentei sobre a visita, com o sobrinho, ao vizinho João Quinhentos, em Formoso, no ano anterior; sobre a pernoite na casa de Canaro, mais uma vez

para a área da casa pode ser duas estacas fincadas no chão com grandes furos no sentido longitudinal nos quais grossas varas de madeira são encaixadas. Imagens no apêndice.

³⁴ Andriolli (2011) comenta suas dificuldades de pesquisa com o vaqueiro Samu (no período, morador da zona do Parque) correlacionando-as a desconfiança que ele e a esposa tinham de que ela fosse mais uma agente do IBAMA, responsável por restringir o uso da terra e seus meios de vida tradicionais. O IBAMA representava a desapropriação de suas terras e a inviabilização da reprodução de seus costumes. O agravante da situação de Andriolli frente a seus informantes era ter sido apresentada a eles por funcionários do Parque.

³⁵ A concentração no espaço geográfico não é determinante para definir nos sistemas comunitários rurais quem faz ou não parte dele. A comunidade se estabelece, mesmo dispersa pelo espaço, por laços de compadrio e parentesco. Sobre o assunto ver QUEIROZ, 1973. E CERQUEIRA, 2010, sobre o caso específico da comunidade dos Buracos no noroeste mineiro.

acompanhando Durval e a família; e disse também sobre o desejo de conhecer Ladu, o amigo que Durval tinha indicado como alguém que sabia de muitas histórias. Ladu estava no Rio Preto, informei a Seo Caetano; notícia dada por Canaro, vizinho de Ladu em sua outra fazenda³⁶. Tinha intenção de visitá-lo, porém não tinha certeza se encontraria o caminho sozinho: Durval aconselhara-me a pedir a Juca ou a Chico para me acompanhar até Rio Preto, pois considerava o trajeto complicado.

Falar sobre Ladu e a fazenda Rio Preto era falar do Parque – da natureza, da paisagem, dos animais – mas também do processo de desapropriação das terras e das indenizações. Dona Arcesina comentava que morava muita gente no Rio Preto, sua terra de origem; e que ela mesmo tinha direito a indenização visto ser herdeira da terra dos pais.

Sertão, para eles, era uma palavra que não parecia fazer muito sentido, era usada, em geral, para falar do Parque (cf. ANDRIOLLI, 2011); conheciam os lugares pelas suas veredas: Seo Caetano, por exemplo, ao falar da fazenda Rio Preto mencionou que tinha aquele nome porque este era o “corgo premente de dentro dela”. Ao invés de sertão, usavam a palavra *gerais* ou a expressão *mundo véio*, *mundo* ou *mundão* para se referirem aos lugares onde não conheciam, não passavam com frequência, era desabitado ou possuíam características visuais panorâmicas, de imensidão. *Gerais*, especificamente, ainda podia ser usado como uma referência exclusiva para determinar lugares de vegetação seca, como colocou Dona Arcesina: o ‘carrascão’.

Caetano:

“Porque tem lugar que some de vista assim. Eu gosto de subir quando tá de tardezinha assim, só para modo de olhar. (...) Tem uns lugar assim que é alto, aí você enxerga assim, aquele muuundo véio, aquele geraizão...que vai até perder de vista! E aparece assim nuvem de chuva, outra hora uma manga de chuva naquele mundo! Você vê de longe. Aí eu gosto de ir lá, só para mim ver aquele mundo véio! Tão bonito...!”

Procurando não interferir muito nos assuntos quando eles mesmos se propunham a conversar, percebi, ao longo do tempo na casa de meus anfitriões, que, tal qual a descrição do camponês brasileiro feita por Queiroz (1973):

³⁶ Ladu é um dos que possuía terra escriturada na área que o Parque desapropriou: na fazenda Rio Preto, no município de Formoso. Apesar de ter adquirido outra fazenda, no município de Arinos, onde atualmente vive com a família; Ladu ainda não aceitou o valor determinado como indenização da fazenda Rio Preto e por isso ainda cria gado no local, uma das poucas atividades permitidas pelo regimento da unidade.

Curioso diante de tudo quanto ignora, gosta de ouvir falar de novidades e está pronto a dividir seu próprio saber com os outros, sob a forma de anedotas, de historietas, de ditados, de provérbios. Pergunta, reflete em voz alta, especula ingenuamente, procura ir mais fundo na compreensão do mistério universal, que acredita ser regido por uma lei de participação recíproca. Tudo está interligado, tudo alcança uma explicação natural e sobrenatural, porém sempre relativa (QUEIROZ, 1973, p. 63).

Seo Caetano preferia contar histórias sobre a “natureza”, animais selvagens, o gado; propor charadas, anedotas ou especular sobre a origem do mundo³⁷. Enquanto Dona Arcesina se sentia mais atraída pelas conversas sobre a família, os filhos, os animais pequenos do terreiro (as galinhas) e as tradições passadas. Assim, colhi histórias diversificadas em Rio do Ouro como também procurei captar as imagens que perfaziam o universo de nossas conversas.

Na casa de Seo Caetano, portanto, a máquina fotográfica foi um instrumento de pesquisa muito útil, pois fora utilizada tanto para registrar a vida cotidiana, como os espaços e as coisas que o casal apontava como significativas. O *gerais* ou o ‘mundo véio’ da contemplação de Seo Caetano, registrei na ocasião em que seus netos decidiram se aventurar comigo de bicicleta em busca do espaço visualizado pelo vaqueiro.



Foto 2: Vista do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, perspectiva do ponto próximo onde Seo Caetano costuma ir para contemplar a paisagem. Ana F. Vasconcellos, 2014.

³⁷ Anedotas e casos de Seo Caetano no apêndice.

Os bois ‘carreiro’ – de puxar carro de boi ou carroção – foram fotografados a pedido de Dona Arcesina, para mostrar ao marido.



Foto 3: Bois de tração. Rio do Ouro. Ana F. Vasconcellos, 2014.

E a pequena capela e o Santíssimo, a senhora fez questão que eu registrasse na ocasião que limpava o local para a missa que aconteceria em breve.



Foto 4: Capela Rio do Ouro. Ana. F. Vasconcellos, 2014



Foto 5: Santíssimo. Rio do Ouro. Ana. F. Vasconcellos, 2014.

A missa era o principal acontecimento regular (mensal) em Rio do Ouro.

Quando retornei a Arinos, Durval até perguntou se eu tinha atentado para o cuidado dos tios com a capela: “Você reparou que a capelinha é mais arrumada que a casa deles? Pois é, para eles a tradição é a coisa mais importante...Não há o que discutir com o que os antigos legaram”³⁸.

No dia marcado para a missa (uma quinta-feira, ao meio dia e meio), Dona Arcesina limpou a pequena capela, enfeitou-lhe com flores (plásticas) e arrumou, cuidadosamente, a mesa que serviria de altar com uma toalha branca, uma cruz e uma rosa vermelha natural. Por volta de onze da manhã, chamou a todos para o almoço para que na hora marcada estivéssemos prontos para receber o padre e começar a missa. Divina explicou que em Rio do Ouro somente um café seria servido ao pároco após a cerimônia pois ele almoçava na fazenda Boa Vista, seu destino anterior: “Antes ele almoçava aqui, mas como é só a minha mãe para cozinhar e as crianças não podem assistir a missa de manhã porque estão na escola, pedi para trocar; e hoje ele passa lá antes.”

Enquanto esperávamos ansiosos a chegada do padre, Divina e Dona Arcesina ensaiavam comigo e as filhas os cantos que deveríamos entoar durante a missa. Os homens participavam, mas não havia expectativa ou exigência para que o fizessem. Na capela, todos, das duas casas (exceto o marido de Divina), e os agregados, estavam presentes. A visita de algum vizinho ainda era esperada: Ladu, talvez; ou Manuel de Dedé – que provavelmente sabiam da missa. Mas eles não vieram.

Com uma hora de atraso, o padre chegou e, antes de dar início a missa, realizou o ato de confissão daqueles que desejavam ser ouvidos.

Em Rio do Ouro, a cerimônia católica seguia exatamente os mesmos padrões observados em igrejas urbanas: o caráter intimista do pequeno espaço da capela ocupado por apenas uma família (além, é claro, de Chico, Juca, eu, o padre e seu ajudante) não provocava alteração em suas etapas ou mesmo nos gestos e atitudes do clérigo e das pessoas. Somente

³⁸ A tradição (catolicismo, com relação à religião) é a razão porque os vizinhos de Ladu no Rio Preto, ‘Toim’ e a esposa, são discriminados. Durval comenta que o casal converteu-se a certa igreja pentecostal e isto provocou a rejeição dos tios e demais vizinhos católicos. Disse que o aumento dos adeptos pentecostais nas comunidades rurais tem afetado as relações de vizinhança. De fato, Dona Arcesina manifestou descontentamento com essa situação. Não entende como é possível alguém “trocar de credo sendo que Deus é um só; e deixou isto escrito na Bíblia”. Para ela, a existência de outras religiões não é legítima.

após o final, quando Dona Arcesina e Divina improvisaram rapidamente uma mesa de café sobre o comprido banco de madeira do local, e todos esperaram que o padre se servisse³⁹, é que se revelou a particularidade daquele encontro: o fato do padre ser uma visita.

O ritual católico representava o reforço da narrativa cristã no imaginário religioso campesino ao mesmo tempo que a suspensão parcial da rotina. Porém, a figura do padre e a celebração religiosa determinada necessariamente pela sua presença, tornavam o evento um mote para, tal como colocou Brandão (1980), o camponês tradicional afirmar os limites de direção da Igreja sobre sua formas de vida e crença⁴⁰.

Logo após a partida do padre, conversamos por um tempo na cozinha sobre a missa: Seo Caetano disse ter gostado de minha leitura do texto litúrgico assim como do novo pároco (era a primeira vez que este ia a Rio do Ouro); mas quando Dona Arcesina se pôs a reinterar “as verdades” da ‘palavra de Deus’ lidas e ditas por ele, foi o momento para intervir e demarcar o limite do poder do catolicismo proferido pela Igreja em sua vida.

Como se a figura do padre pudesse, de alguma forma, enfraquecê-lo, Seo Caetano fez questão de deixar claro que a única diferença que via entre ele e o clérigo era que o último sabia ler a ‘palavra de Deus’ e ele não. E ainda enfatizou o valor de seu próprio

³⁹ Há uma regra de etiqueta alimentar rigorosamente respeitada no sertão mineiro: sempre o primeiro a se servir é a pessoa mais distante ou recém chegada na casa. Após o visitante, ou visitantes, quem se serve é o “homem da casa” ao mesmo tempo que os jovens e as crianças; por último, a pessoa que preparou a comida: em geral, uma mulher. Não é costume o visitante ser servido, ele próprio se serve e todos ficam esperando sua vez naquela ordem. Na casa de Seo Caetano, era sempre eu quem deveria fazer o prato primeiro – conforme a determinação do vaqueiro ou de sua esposa: ‘Puxa!’ –. Com a visita do padre, ele se tornava o primeiro, seu ajudante, o segundo, eu, a terceira. A lógica do anfitrião parece baseada em uma “escala de generosidade”, que adequa a proximidade do alimento e o poder sobre ele com a distância da possibilidade de usufruí-lo. Assim, quem preparou a comida será a última pessoa a se valer dela e os outros moradores da casa os penúltimos, se houver visita. Deixar que todos se sirvam ao invés de servi-los também é uma forma do anfitrião demonstrar que ele não se importa em oferecer todo seu alimento; é uma maneira de acentuar a generosidade. É de bom tom, por sua vez, que o visitante recuse e adie o momento de se servir para que o anfitrião entenda que ele reconhece e valoriza sua oferta. Para mais sobre a etiqueta em situações alimentares correlacionadas a descrita acima ver CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001, p. 187-188).

⁴⁰ O campesinato brasileiro não parece expressar mais a homogeneidade confessional que afirma Brandão, entretanto, no noroeste mineiro, ainda é notória a força e o predomínio do catolicismo entre os camponeses que, assim como identifica o autor, formam uma classe “dividida entre compromissos de fidelidade com o seu próprio sistema religioso e o da Igreja. Ao lado dos fiéis tradicionais da pequena e da média burguesia, são os do campesinato aqueles que respondem pela estabilidade demográfica e operacional da igreja. No entanto, de maneira diferente da dos burgueses paroquiais, os camponeses se conservam católicos e aceitam com reservas a direção da Igreja, sob a condição de participarem dela como fiéis não-regulares quanto aos compromissos religiosos de preceito, e de se manterem à margem do trabalho cotidiano de associações locais e da ordem das paróquias “. (BRANDÃO, 1980, p.74)

conhecimento, da sua experiência e seu estilo de vida frente à “sabedoria” letrada do padre dizendo que “padre, no passado, era igual bonecão de cera: precisava ser carregado para lá e para cá porque não sabe selar, montar, andar a cavalo...”

Naquela mesma tarde, assim que Divina deixou a casa dos pais, organizei minhas coisas na bicicleta para ir à casa de Seo Ladu, na fazenda Rio Preto, área do Parque. Seo Caetano, observando meu movimento, dizia: “Já vai fazer rastro...”

O caminho até lá não era mais um mistério: tinha estado próximo ao local, na casa do cunhado de Ladu, Toim; no dia em que os netos de Caetano me acompanharam para fazer a foto da paisagem exibida acima (Foto 2). Thiago, o filho de Divina, conhecia a casa de Toim e sabia que era próxima a de Ladu, então propôs de irmos até lá⁴¹.

Com intenção de passar apenas um dia em Rio Preto e depois retornar, despedi-me provisoriamente de Seo Caetano e Dona Arcesina, com recomendação para dar lembranças do povo de Rio do Ouro ao compadre.

Assistindo o casal no quintal, parti então imaginando o retorno dos dois à rotina: Seo Caetano, provavelmente, passaria o resto do dia ‘caçando rumo’ (fazendo algum pequeno serviço no quintal), enquanto Dona Arcesina voltaria para a cozinha (o principal lugar da casa) para preparar a janta. Tomariam café preto de hora em hora e, à noite, Seo Caetano ligaria o radiozinho de pilha para ouvir notícias e modas de viola. Pela manhã, Seo Caetano deveria (se não estivesse chovendo, pois: “Está chovendo, eu não tenho destino. Meu destino, quando está chovendo, é beber café...”) arriar o cavalo e ir para a roça de mandioca e melancia que planta um pouco distante dali; ou apenas campear. E Dona Arcesina, já de pé, estaria novamente na cozinha, com o fogão de lenha aceso, colocando água para ferver, varrendo o chão, lavando louça, tratando das galinhas, preparando o almoço... Neste momento, lembrava-me dela dizendo do desgosto de viver tão longe ‘do conforto’, da família; reclamando da solidão, da monotonia; de estar longe dos outros filhos e dizendo que era Caetano quem gostava de viver ali⁴².

⁴¹ Imagens da viagem com os jovens e visita a casa de Toim no apêndice.

⁴² Embora Dona Arcesina tenha se queixado de viver em Rio do Ouro, em outros momentos, dizia ela que não se acostumaria em morar na cidade. O conforto de que sente falta é com relação, especificamente, à falta de energia elétrica, pois gostaria de ter uma máquina de lavar roupas, confessou.

2.3 – Rio Preto

A casa de Seo Ladu distava, pela estrada, dezenove quilômetros da casa de Seo Caetano. Ficava na cabeceira do Rio Preto, entre o entroncamento deste com o pequeno Areia, um córrego nos fundos da casa, onde Dona Manelina, a esposa de Ladu, lavava roupas, vasilhas; e indicava como o lugar de ‘banhar’ (mas que, no entanto, tivéssemos cuidado e não fôssemos até o meio da vereda, por causa dos ‘sucruíús’).



Foto 6: Areia. Fazenda Rio Preto. Parque Nacional GSV. Ana F. Vasconcellos, 2014.

O caminho até lá era todo feito por dentro do cerrado.

Deixando a fazenda Arapuá, em cuja terra era possível ver tratores de esteira trabalhando na derrubada da vegetação nativa, atingia-se uma estrada de areia comprida e estreita que cortava todo o alto de uma serra; descia e subia novamente terminando na rodovia estadual (MG-608), de terra batida, que liga os municípios de Chapada Gaúcha e Formoso – esta dividindo também Formoso do município de Arinos. (Neste ponto, tudo o que se avista ao norte é território do Parque Nacional Grande Sertão Veredas). Tomando, então, a direita nessa estrada (sentido de Chapada Gaúcha) e entrando na segunda à esquerda, estava na direção da cabeceira do Rio Preto, ali, onde carros raramente passam; e apenas os rastros do gado, do cavalo de Toim, da moto de seu cunhado Valmir – e agora o das bicicletas que tinham percorrido o local no dia anterior – podiam ser vistos sob a branca e fofa cobertura do

solo. Um caminho bastante arenoso que impossibilitava pedalar o tempo todo e me tornava alvo fácil para as obstinadas mutucas.

A casa de Ladu e Dona Manelina ficava à esquerda da de Toim, aproximadamente quatro quilômetros no final de um trecho ainda mais arenoso; por dentro de uma mata fechada. Ao chegar, a primeira pessoa que avistei foi Fátima, a filha de Ladu; sentada na varanda, na frente da casa. Ao perguntar-lhe pelos pais, informou-me que o pai campeava, mas que voltaria em breve; e a mãe estava no Areia, cujo caminho indicou.

Dona Manelina, uma senhora grande e morena, de aparência plácida, acabava de lavar roupas no córrego quando a encontrei. Sem demonstrar espanto ao me ver, posto que Toim, seu irmão, já lhes havia ‘dado notícia’ de minha visita, ela somente perguntou: “É você que corta esse mundo aí de bicicleta?...É animada demais.”

Ao retornar com ela, que estendia as últimas peças de roupa no varal, finalmente conheço Ladu, o singelo e devoto vaqueiro que Durval e o tio adoravam imitar (“Eita, minha filha, mas que benção, né?, você aqui nos visitando...” Provavelmente, ambos pronunciariam, rindo, imaginando como o amigo me receberia no Rio Preto).

Ladu era um senhor pequeno e magro, de atitude carinhosa e gestos delicados. Isto podia ser percebido, especialmente, no trato com o gado, com o qual falava manso, quase sussurrando no ouvido (pschi, pschi, pschi, pschi...). Sua suavidade impressionava. Seus modos eram muito diferentes daqueles de outros peões e vaqueiros que tinha observado até o momento: não gritava ou ralhava com os bichos⁴³.

O comportamento amável de Ladu, expresso também na atenção dedicada a mim, garantiu certa intensidade no trabalho com a memória no Rio Preto, tendo em vista o curto tempo que passei ali. O vaqueiro interrompeu a rotina, deixando de campear – como fazia todos os dias, segundo informaram Caetano e Toim – para estar, com Dona Manelina e a filha, quase um dia inteiro sentado na varanda dos fundos da casa conversando comigo.

⁴³ A atitude do vaqueiro do Rio Preto impunha-me a revisão da ideia de que o tratamento “bruto” para com os animais de grande porte era um fator determinante para a comunicação com eles; e uma tônica, portanto, do gestual do homem acostumado com a lida bovina. A eficácia do procedimento de Ladu e a confirmação, posterior – por parte de Caetano, Durval e Marisa, sua esposa – de minha observação, apontavam para que as noções de tratamento dos animais eram relativas: a gritaria, a fala grossa, os gestos fortes e espalhafatosos predominavam na relação com o gado mais pelo costume das pessoas – pelas técnicas e valores transmitidos – do que por uma necessidade estabelecida com relação às características da espécie e o tipo do contato humano desenvolvido com eles. Ladu, na sua diferença, demonstrava isso. Ele utilizava de sons e gestos que normalmente eram vistos aplicados na relação com animais de menor porte (como cães e gatos) e cuja história doméstica era diferente.

Neste local, extensão da cozinha, onde conversar pressupunha comer constantemente (e no meu caso, de maneira quase obrigatória, tal era a insistência do senhor para que eu me alimentasse mais: “Não, minha filha, você tá de viagem, precisa comer...”), ouvi as histórias do povo da região e pude observar o profundo conhecimento que Ladu e a esposa demonstravam da geografia local.

Nascidos e criados entre as veredas que hoje constituem parte do território do Parque Nacional GSV, Ladu e Manelina expunham toda a história humana de uma região que o projeto do Parque, devido a sua concepção⁴⁴, ocultava ao valorizar a imagem da natureza intocada. Relembrando da infância, da família, das transações de terra, do trabalho rural, das formas de travessia no passado, do processo de desapropriação imposto pelo Parque; o casal construía um cenário preenchido por localidades – lugares de grande significação social – que destoava terminantemente da paisagem selvagem que o termo sertão, do nome do Parque, podia sugerir. Nomes de veredas, trilhas boiadeiras, taperas, árvores de quintal (mangueira, laranjeira, limoeiro, etc.), construções artesanais, cemitérios; reacendiam-se na fala de ambos fazendo-me perceber o mundo rural daquelas pessoas suprimido pela reserva ambiental.

A história de Seo Ladu, Dona Manelina e muitos outros que viveram ali compunha-se agora apenas de vestígios de movimento humano em processo de desaparecimento no espaço. Elementos destinados ao esquecimento.

E, se para Riobaldo, por exemplo, esquecer era desagradável “quase igual a perder dinheiro”(ROSA, 2006, p. 407); para Seo Ladu era fenômeno que causava medo, posto que o vaqueiro associava esquecimento à demência. Quando uma bezerra atingira-lhe a cabeça levando-o a um traumatismo craniano e à internação em Brasília, disse-me que o exercício feito para assegurar-se de que o acidente não tinha provocado danos a sua mente era exatamente lembrar o nome de todos os ‘gaio’ [pequenos cursos d’água, córregos ou veredas] da região do rio Carinhanha que conhecia. E, a partir disso, recuperar a lembrança das pessoas, acontecimentos e sentimentos que, em sua memória, estavam vinculados a esses locais. Ao conseguir isso, deu-se como são.

O espaço, como a dimensão física onde a vida se processa, é a base sobre a qual alicerçamos as imagens de nossa memória. É sobre ele que se desenvolvem nossas percepções

⁴⁴ De acordo com o Código Florestal (Lei n. 4771/65), artigo 1, parágrafo 2, II) “área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2 e 3 desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm> Acesso em 25/09/2013

e as experiências a partir das quais conhecemos e construímos a realidade (cf. TUAN, 1983, p. 9). Espaço (o exterior), vida e memória formam um todo indissociável na esfera subjetiva, que faz com que o esquecimento das imagens e do nome dos lugares possa significar – como pareceu indicar Seo Ladu – não apenas uma relação de alienação para com o meio vivido, mas a perda de uma parte do “eu”; dos ícones sobre os quais se apóiam nosso conhecimento das coisas e nossa identidade. De modo semelhante, o desaparecimento ou a transformação dos objetos constituintes da paisagem (formas naturais ou artificiais dadas à visão) de um lugar poderia representar a eliminação de uma parte do “eu” de uma coletividade, a supressão dos pontos de apoio de uma identidade de grupo. Se a fazenda Rio Preto, portanto; assim como toda a área do vale do Urucuia percorrida até ali, sob minha perspectiva, podia ser percebida como um “vazio”, uma imensidão pouco referenciada, de presença humana rarefeita; para Seo Ladu e Dona Manelina, eram “lugares”: espaços conhecidos e dotados de valor (cf. TUAN, 1983, p. 6); por onde sabiam andar, reconhecer rastros de animais, espécies de plantas, acidentes geográficos, indicar os locais de morada de parentes e vizinhos ou pontos onde eventos significativos tinham ocorrido.

A região recortada pelo rio Preto, o Carinhanha e o Urucuia; Ladu e Dona Manelina conheceram durante a vida atravessando serras, cortando veredas, a pé e a cavalo; formas de deslocamento das quais eu me aproximava por viajar de bicicleta.

Ladu demonstrava entusiasmo em reconhecer que meu equipamento era utilizado a partir da mesma lógica que a de um animal de sela – guardando ainda semelhanças como: a adaptação de alforjes, o tempo relativamente lento da locomoção, o pouco ruído produzido e a vulnerabilidade, devido a maior exposição ao ambiente.



Foto 7: Bicicleta equipada com alforjes e um isolante térmico. Meio de transporte utilizado durante todo o trabalho de campo. Ana F. Vasconcellos, 2011.

Meu “estilo” de viagem funcionava como uma ponte para as experiências deles (no que tange ao modo de deslocamento pelo espaço) ao mesmo tempo que lhes conectava ao passado estimulando a lembrança sobre os meios de vida – fortemente relacionados ao contexto das viagens e à atividade de campear, realizadas em montaria ou caminhando⁴⁵. Por esta razão, em meio a riqueza de histórias que Ladu e a esposa contaram sobre o passado, estavam sempre presentes elementos da experiência do casal que dialogavam, em parte, com minha experiência andando de bicicleta pela região: os perigos (ou medos) de andar no “mato” sozinha, o desconforto imposto pelos insetos, as aventuras no ‘carrasco’ (vegetação a que se associa a desorientação, pela falta de referências, em especial os cursos d’água), as demoradas e difíceis viagens até os centros de comércio. Na concepção de Seo Ladu e Dona Manelina era o ‘sofrimentozinho’ de meu trabalho – relacionado ao fato de eu transpor distâncias, sozinha, de bicicleta – que garantia sua importância e me “igualava” a eles. De bicicleta, eu fazia as coisas de modo similar ao “antigo”⁴⁶; e – antigamente – ali “tudo era muito difícil” (frase corrente, ouvida ao longo de toda a viagem).

Para que o leitor tenha uma noção do conteúdo das conversas em que nossas experiências – as minhas e as de meus interlocutores – se comunicavam, selecionei trechos de gravação em que eu não ouvia o casal, necessariamente, na condição de pesquisadora, mas como uma espécie de cúmplice – que vivenciava situações e preocupações parecidas; carecendo ainda de orientação para seguir viagem.

D. Manelina:

“Perigoso é onça.”

Seo Ladu:

“Oh, deixa eu te falar. Tem uma coisa perigosa – que todo lugar tem um perigo. Em outros lugar tem o perigo talvez...Perigo de gente, né, minha filha?”

D. Manelina:

“Perigo de gente aqui mesmo não tem. Gente maldoso, assim. O perigo daqui dos mato é onça.”

Seo Ladu:

⁴⁵ Dona Manelina explicou que, no passado, muitas viagens pelo sertão eram feitas a pé, pois as famílias, geralmente, tinha um ou não tinham animais de montaria: rebanho de cavalos ou tropas de mula era coisa de fazendeiro rico. Então, quando saíam todos de uma família (em ocasião de romaria, por exemplo) utilizava-se o animal para carregar mantimentos, enquanto as pessoas seguiam a pé.

⁴⁶ Ver fala de Seo Ladu na página 42.

“Porque aqui não tem movimento de gente, né? Outros lugar tem o perigo da pessoa andar só, né? Até mesmo na estrada. Oh, dex’o te falar para ocê: nessas estradas, ocê acredita...Nas estradas, ocê [a]credita, tem hora que é mais perigoso que aqui. (...)”

Ana:

“É que tenho medo de me perder e ficar sem água, sem comida...”

Seo Ladu:

“Mas no caso de perder...Não tem como perder aqui. (...) O perigo daqui que corre risco é, às vezes, é um sucuri. (...) É perigoso aqui. No lugar que a pessoa vai tomar banho. Aqui mesmo nesse lugar era riscoso, você não podia tomar banho. (...) Naquela passagem ali [o Areia] onde a gente vinha, a gente pedia muito cuidado [?], porque sucuri é uma fera perigosa. Ele é na água, ele é assim uma fera perigosa. Ele pega gado. Pega gado – então pega gente, né?. Já pegô. Já pegô gado aqui. Tem pegado, para o remanso lá...Então isso aí é um trem perigoso. (...) Mas...às vezes é onça também [o perigo]. Mas você vê: eu desde rapazim novo, menino! Desde menino que eu rodo aqui nesse lugar aqui...”

D. Manelina:

“O perigo da onça é só a noite mesmo.”

Seo Ladu:

“Se você pegá, dormi no mato assim, né? Você não pode dormir no mato. Se deu de tardinha, você procura uma casa. (...) Esse rio aqui, oh. Ele desce aqui, oh. O Rio Preto vai ali, aqui vem Areia. Aqui é uma ilha. Depois eles encontra e desce. Aí vai lá em compadre Samu. Passa por lá (...) vai para o Carinhonha. E vira. A pessoa às vezes pega a margem...[começa a falar de outras veredas]...Num carrasco é mais difícil da pessoa andar, né? Agora em estrada, não! Se saiu numa estrada você chega numa casa. (...) Onde você vê: não tem estrada, não vai, não, porque ali não tem gente.”

Seo Ladu:

“Você tem seu desejo de ocê cumprir sua história, do seu plano, de sua vida, não é? Você vê: não é fácil uma pessoa de tão longe que nem ocê estar por aqui...Podia ter uma vida mais importante, não é? Milhor, não tinha? Mas não tinha precisão. Seus planos são esses, não é? Você poder aprender e ter uma vida mais...Quem sabe, não é? É preciso que você conta causo. Ter uma vida sofrida primeiro. No de vive de mosquito, de moriçoca, de carrapato, como nós fomos.”

Dona Manelina:

“Podia tá lá, num escritório lá,...Mas sua vocação é essa.”

Seo Ladu:

“Às vezes a gente pensa assim: Mas, oh, gente, mas só nós estamos sendo aqui? Estamos aqui guentando, né? Por acaso, né?, porque isso não é nada para nós. Às vezes aguentando as consequências do lugar. (...) Mas a gente vai falar assim: Só nós estamos aqui? Só nós que estamos aqui às vezes. Às vezes pega o sole [sol], tem que pegar mesmo, não é? A chuva, que bom, tem que pegá! Morcego, carrapato, mutuca, moriçoca...Só nós? Mas você também está aqui. Então nós, minha filha, nós tem que participá das luta, das pejeja. Agora miorou, agora tá bom, minha filha!”

Dona Manelina:

“Agora já miorou, agora já miorou muito. Mas teve um tempo que nós mexia aqui – que podia mexer com a natureza, para colocar roça [quando ainda não era o Parque]...Roçava de foice, derrubava de machado, queimava, depois plantava...Às vezes o lugar era brejo, tinha água – na enxada é um serviço que aumenta mais – , aí nós plantava o arroz, nós limpava de mão [Seo Ladu: mato por mato na mão]. Chama tiririca esse mato. Ele corta...A gente trabalhava o dia todinho assim arrancando, aí, de tarde, as mãos não podiam nem fechar porque cortava, assim, retalhava...”

Seo Ladu:

“Vale a pena a pessoa participar de um sofrimentozinho, numa batalha primeiro. Não existe uma vitória sem que não tenha uma batalha primeiro. Até mesmo as pessoas que estudam hoje, que eles ganha boa tranquilidade amanhã.

Vamos supor que amanhã, ocê tiver uma pessoa de quarenta anos, ocê já vai contar alguma coisa. Talvez, você vai de contar essa vida onde você foi. Onde você andou. Igual nós tamos contando para ocê...Como nós criou os filhos, né? Aí você vai [contar] como é que nós chegou até aqui. Isso que nós tamo contano já passou. Tão difícil...”

Seo Ladu:

“Às vezes a gente socava arroz aqui e ia vender em Januária. Daqui em Januária é 50 léguas (...). Cinco marchas de cavalo [cinco dias]. (...) Então nós quando tinha o arroz...Colhia o arroz, aí a gente levava no pilão, pisava no pilãozinho..., colocava no cargueiro [ou bruacas: cestos ou caixas de madeira acomodadas sobre o cavalo para transporte de mantimentos e objetos] e aí vai vender na Januária. A gente fez muito isso. (...) Isso naquele tempo de rapaz. Depois que eu casei já não mexi mais com isso, não. A gente já deu para vender as coisas aqui no Arinos, outra vez em Formoso. Formoso era difícil...Formoso era muito negócio (...). Outro lugar difícil era Buritis. Buritis era mais difícil para nós por causa dos rios. Que você passava Piratinga, você passava São Domingos – rio perigoso – e você passava Urucuia. Lá, quase chegando. Tudo dentro d’água! Com cargueiro. Para ir vender, às vezes, um porco: matava um porco, ia vender lá. Colocava no cargueiro. Se tivesse vazio [o rio], era vazio; se tivesse cheio, você tinha que passar numa canoa [o cargueiro]. [E tinha barqueiro] Morava na beira do rio. Essa pessoa já morava lá para passar as pessoas. Aí tinha que pagar um pouquinho. E aí a pessoa passava. O cavalo tinha que passar puxando, nadando. Desse jeito, minha filha; eu já fiz. Tudo para sustentar os filhos! [Pergunto até quando fizeram essas travessias] Ah, isso a gente veio trazendo até sessenta [década de 60] mais ou menos, de lá para cá foi miorando.”

Seo Ladu:

“Em São Paulo tem vereda? Vereda de buriti, sancalha [?], assim? Às vezes vazante...?”

Das veredas.

Percebendo a relevância dos rios e veredas para Seo Ladu, posto os inúmeros desvios que fazia dos assuntos para falar deles, propus-lhe então a atividade que com Seo Caetano tinha fracassado: esboçar em papel seu mapa mental do espaço vivido.

Dizendo não saber pegar em lápis, mas ainda assim aceitando o desafio, Ladu começou a traçar, meticoloso, as linhas correspondentes às veredas que conhecia. Conforme ia traçando, dizia o nome da vereda e, dependendo de qual fosse, apresentava uma lembrança referente ao lugar: “Eu sei te contar até o nome dos gaio que tem dentro desse Parque, aqui. Eu sei te contar gaio por gaio. Eu estudei esse Parque aqui, os gaiozim daqui de dentro, né? Gaim por gaim. Se ocê perguntar quantos gaio, quantas veredas, tem dentro do Parque, eu sei te contar. Tá na mente, né?” Ladu desenhava e eu anotava no papel os nomes das veredas para ele.

As veredas são umas das mais características formações da paisagem do noroeste mineiro. Elas correspondem aos milhares de pequenos veios d’água que abastecem as bacias dos principais rios da região: São Francisco, Urucuia, Paracatu e Carinhanha. Em todo lugar onde há uma vereda há também a palmeira buriti, outro ícone desta paisagem; que sempre cresce nas margens desses pequenos riachos de solo arenoso. “Buriti quer todo azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho” (ROSA, 2006, p. 310).



Foto 8: Seo Ladu desenhando os primeiros traços. Ana F. Vasconcellos, 2014.

Durante as quase três horas que passamos na atividade, Ladu foi se dando conta de que fazer mapas era um trabalho difícil: “Mas é complicado para fazer, né? Meu Deus do céu!”

O vaqueiro lembrava-se dos cursos d'água terciários das três principais veredas que riscou para começar o desenho: Santa Rita, Rio Preto e Mato Grande. A folha de caderno não tinha tamanho suficiente para as minúcias que ele gostaria de marcar. Por vezes, ensaiou riscos no papel sem realizá-los porque não encontrava, na superfície reduzida, espaço para as formas, proporcionais às que tinha em mente. Assim, quando lhe perguntei onde estava o Areia nas marcações do Rio Preto, ele não conseguiu colocar e tivemos que começar outra folha com o recorte somente da parte desta vereda.

Fazer mapas era um exercício que exigia a redução e a adequação das imagens mentais à planificação do papel. Neste momento, verificava-se que o espaço percebido com o corpo e seus sentidos era, não obstante, um forma de conhecimento e a escrita, o desenho, a grafia, outro. Desenhar, fazer mapas, formas sob o plano abria caminho para habilidades e construções conceituais diferenciadas, que impunham uma nova percepção do espaço: agora adaptada à bidimensionalidade e à miniaturização das coisas. Seo Ladu, esforçado no novo trabalho, começava a perceber a distância entre conhecer as coisas sentindo, experienciando no viver, e o conhecer representando, transcrevendo para outras bases a experiência. Uma elaboração de certa forma complicada, que o 'compadre' Caetano percebeu logo e por isso abandonou o exercício⁴⁷ (dizendo para eu pedir aquilo a Durval, o sobrinho que, segundo ele dispunha dessas habilidades).

⁴⁷ Uma observação que me parecia intrigante feita entre os habitantes iletrados das zonas rurais por que passei era a ausência de produção de objetos gráficos; o que me levava a pensar que o sistema camponês arcaico daquela região, diferentemente do que pode, por exemplo, ser encontrado entre grupos indígenas, não se valia de grafismos como forma de expressão. Não vi pintura, desenho, entalhe, bordados que fossem produzidos pelos locais. A impressão geral foi que todo o trabalho se voltava para a criação de animais e a produção de alimentos apenas. Os materiais gráficos – e também icônicos (imagens de santos, terços, cruzeiros, etc.) – que manuseavam não eram produzidos por eles.

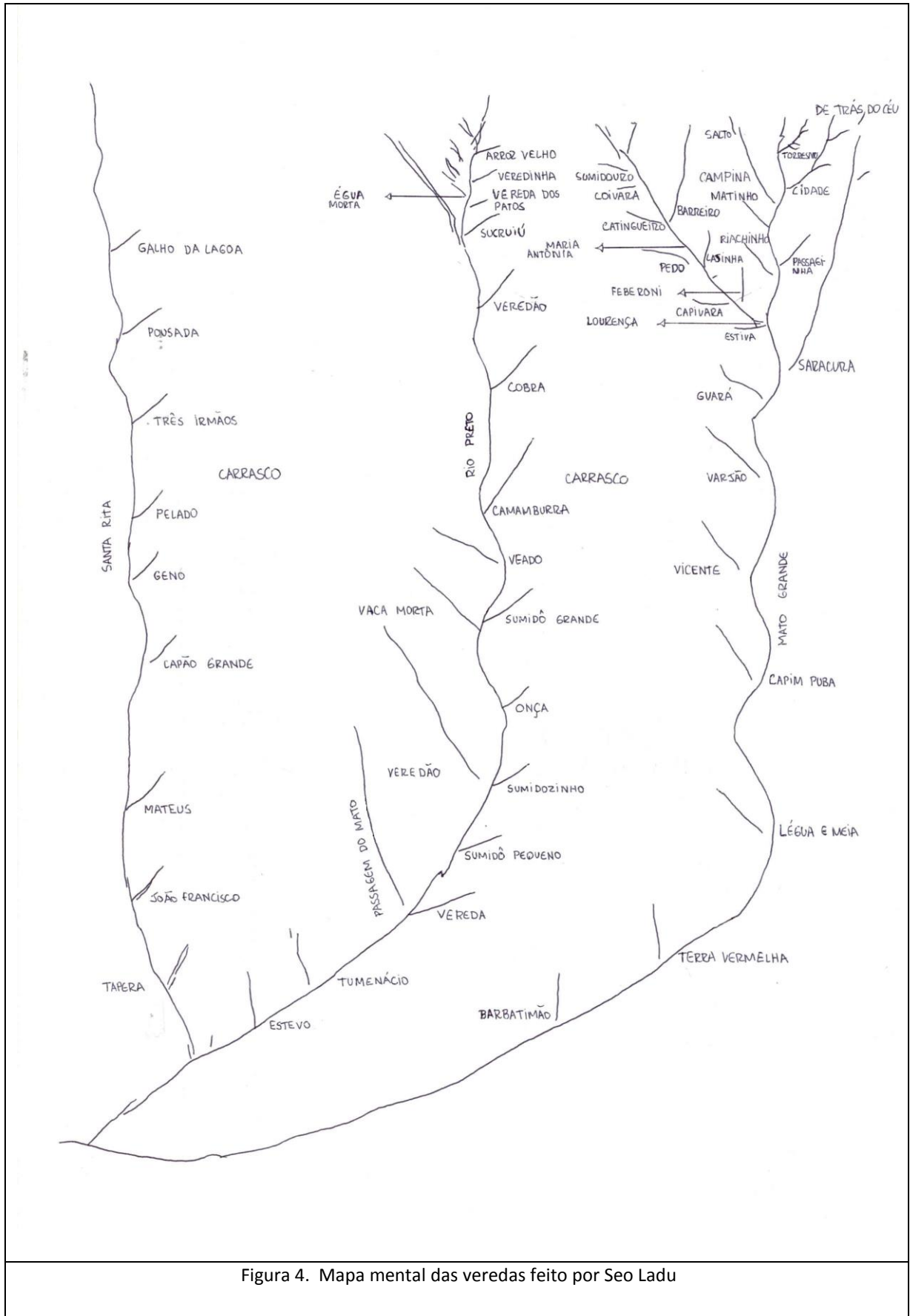


Figura 4. Mapa mental das veredas feito por Seo Ladu

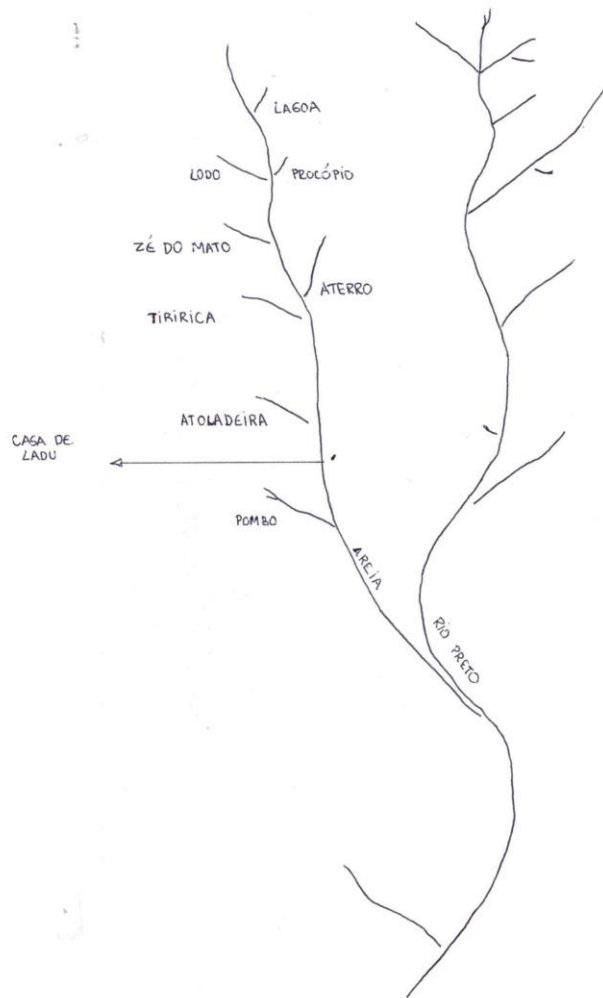


Figura 5. Mapa mental da vereda Areia no encontro com o Rio Preto feito por Seo Ladu

Conforme seguia no desenho, Ladu lembrava de pessoas e acontecimentos do lugar.

No Matinho moraram os avós do vaqueiro. “Hoje mora Edgar mais Dona Lúcia. Só o casalzinho mora lá.” No Riachinho “morava um famião de gente. Só tá as tapera.” Esta vertente do Mato Grande também tinha sido o palco de uma ‘revolta’ contada por Ladu. O caso do menino que teve a família assassinada por um vizinho do avô de Ladu e, crescido, voltou para vingar a morte dos pais e do irmão (ver caso na página 148). No Salto também morava uma grande família. “Umás véinha. Eu ia lá passear muito, brincar mais os meninos, né?, no tempo de eu menino. Ia lá, passeava na casa da véinha. Chamava tia Dumira. Era mãe dum povão que morava lá, morreram...Morreu quase tudo, né, minha filha? Lá. Ficou agora só uma pessoa só, mudou de lá. Mas ainda tem uma casa lá, no Salto. Lugar bonito.”...No ‘gaio’ do Barreiro, morou seu pai e a mãe de João Quinhentos (amigo de Durval), cuja casa é na cabeceira.

Seo Ladu:

“Então nós terminô os gaio do Mato Grande. De um lado e outro, nós fez, né? Imagina, isso aqui é um carrascão, oh?...Que é um carrascão aí nesse meio aí. Um fundão que desce aí, oh! Vai até lá na barra do Mato Grande. (...). A hora que você subi na bicicleta, que você subi aquela serra lá, sair do compadre Toim, você olha lá, desse memo jeito aqui, oh: Você pegá esse papel aqui, você abri lá – pára um pouquim – e abri que você olha a vertente...Tudo aqui você vê. Esse mundão aqui, oh, a serra aqui...Vai a estrada...que vai cortando essas cabeceira tudo. Olha para acolá assim que você vai ver.”

Continuando, o vaqueiro foi para os traços das veredas do Rio Preto. Na Onça “morava comadre Arcanja. O pessoal dela, os filhos dela – quase tudo – foram fiscal aqui do IBAMA. Tão tudo aí. Eles mudaram. Mas tudo era fiscal do IBAMA. (...) Ainda tá viva ainda, a comadre Arcanja. É tia da comadre Raimunda [esposa de Toim]”. No Camamburra “morava Seo Márcio, o Marco Queijo... morava um famião lá. Até hoje tá as taperona lá.”

Ouvir Seo Ladu falar das famílias do local era descobrir a relação de parentesco entre muitos habitantes da região do Parque. Laços desenvolvidos dentro de um contexto onde os homens, como colocou Seo Ladu, tinham muitas famílias; e órfãos eram levados de uma casa para outra para serem criados por parentes ou vizinhos. “De primeiro era desse jeito, minha filha. É, porque às vezes tinha muito filho, minha filha; às vezes as pessoas dava menino, hoje não dá mais não, né? Difícil. Quem vai dar seu filho aos outros? [Digo que morriam muitas mulheres também...] Morria! Inclusive a mãe de papai morreu. Morreu do parto dele.”

Assim como os “galhos” das veredas, meus anfitriões se mostravam interligados por relações consanguíneas – ou não – com pessoas que conheci ou tinha ouvido falar. Dona Arcanja era tia de Raimunda; e Toim, irmão de Manelina; prima segunda de Dona Arcesina por parte de pai, o primo primeiro. Seo Ladu, era “meio aparentado” com a esposa de João Quinhentos (o povo dos Paçoca) por parte da primeira família que o avô constituiu quando morava no Santa Rita. Dona Manelina ainda era prima distante da família de Durval (os Ribas) por parte de mãe; e, junto com o marido, padrinhos de Divina, a filha mais nova de Seo Caetano e Dona Arcesina.

A memória de Seo Ladu e Dona Manelina revelavam uma percepção do espaço ligada ao sistema da família extensa, da parentela. Os lugares eram conhecidos de acordo com a trama estabelecida pelos cursos d’água e a respectiva localização de parentes ou vizinhos em suas margens, com os quais mantinham – ou mantiveram – relações de solidariedade.

Para Queiroz (1973), a percepção do espaço do sitiante – como classifica a população habitante das zonas rurais com economia voltada para a subsistência – se constituiria tendo como instrumentos de organização e referência espacial as relações sociais de parentesco e vizinhança; e, na capela (o edifício simbólico da religiosidade dessas comunidades), a principal referência geográfica: em torno da qual o bairro, a estrutura centralizadora do grupo, se formaria.

No caso das famílias rurais visitadas (em todo o percurso, mas sobretudo na região de Arinos) pudemos constatar a proeminência da família extensa no que tange a relação e à percepção do espaço. Entretanto, o mesmo não podia ser dito sobre a localização da capela ou do bairro. A religiosidade cristã era um fenômeno forte e evidente na vida cotidiana dessas famílias⁴⁸, com interferência consistente sobre sua visão de mundo; porém, a fisicalidade das capelas não representava um ponto importante no tocante a noção espacial, a seleção de lembranças das pessoas sobre o espaço revelava isso. No sertão dos “sertanejos” não parecia haver centro. O que havia eram caminhos, cursos d’água. E eram os rios e os “familiões” na beira deles que orientavam a percepção de espaço. Até mesmo a forma como se identificavam, demonstrava isso. Ser urucuiano, por exemplo, significava, como explicou Seo Caetano, ‘beber água’ do Urucuia; ser do Rio Preto ou do Rio do Ouro, ‘beber água’ desses rios; e assim por diante.

⁴⁸ Na casa de Seo Ladu e Dona Manelina era hábito a reza de um terço antes de dormir e um pela manhã, ao levantar.

Seo Caetano:

“Bom, nós saí daqui, perguntá: quale a região que ocê mora? No Urucuia. Aí nós vão para lugar mais adiantado, eles chamam urucuiano. Mas um bocado aqui não chama a gente, não, porque nós não bebe água do Urucuia. É de gaio que cai no Urucuia. Porque diz que urucuiano é quem bebe água do urucuia. (...)”

Seo Ladu:

“Agora eu nasci...Ela [a esposa] nasceu aqui. Nasci aqui no Rio Preto, aqui embaixo. Papai morou aqui em baixo, Rio Preto. [D. Manelina: Que aqui nós já estamos na cabeceira do Rio Preto (...)]. Mas bem na beira do Rio Preto, sempre bebendo água do Rio Preto.”

“O povo urucuiano, né? – Nós tratava daqui...O pessoal daqui tratava o pessoal do Urucuia: urucuiano. E os daqui, o pessoal de lá tratava: chapadeiro.(...) Porque dá hora que você desceu para lá, do Arinos para ali; essa serra aqui...do compadre Caetano para lá, já pode dizer que é Urucuia.”

Após a visita a casa de Seo Ladu e Dona Manelina, retornei para Rio do Ouro. Passei mais uma noite na casa de Seo Caetano e Dona Arcesina e, pela manhã, com a “mula tralhada” (maneira de Seo Caetano se referir a bicicleta equipada com a bagagem) segui para Arinos. Desta vez, apesar de ir pelo caminho novo (a estrada de cascalho recentemente aberta); o ambiente me parecia mais familiar: Seo Ladu havia indicado todos os parentes e vizinhos que ele conhecia que moravam ao longo do trajeto que faria até Arinos: para o caso de eu precisar parar, “encostar numa casa”, como disse; “pois a gente que viaja tem, uma hora, essa precisão”.

CAPÍTULO 3 – SEGUNDO TRECHO: DE RIACHINHO A SANTA FÉ DE MINAS

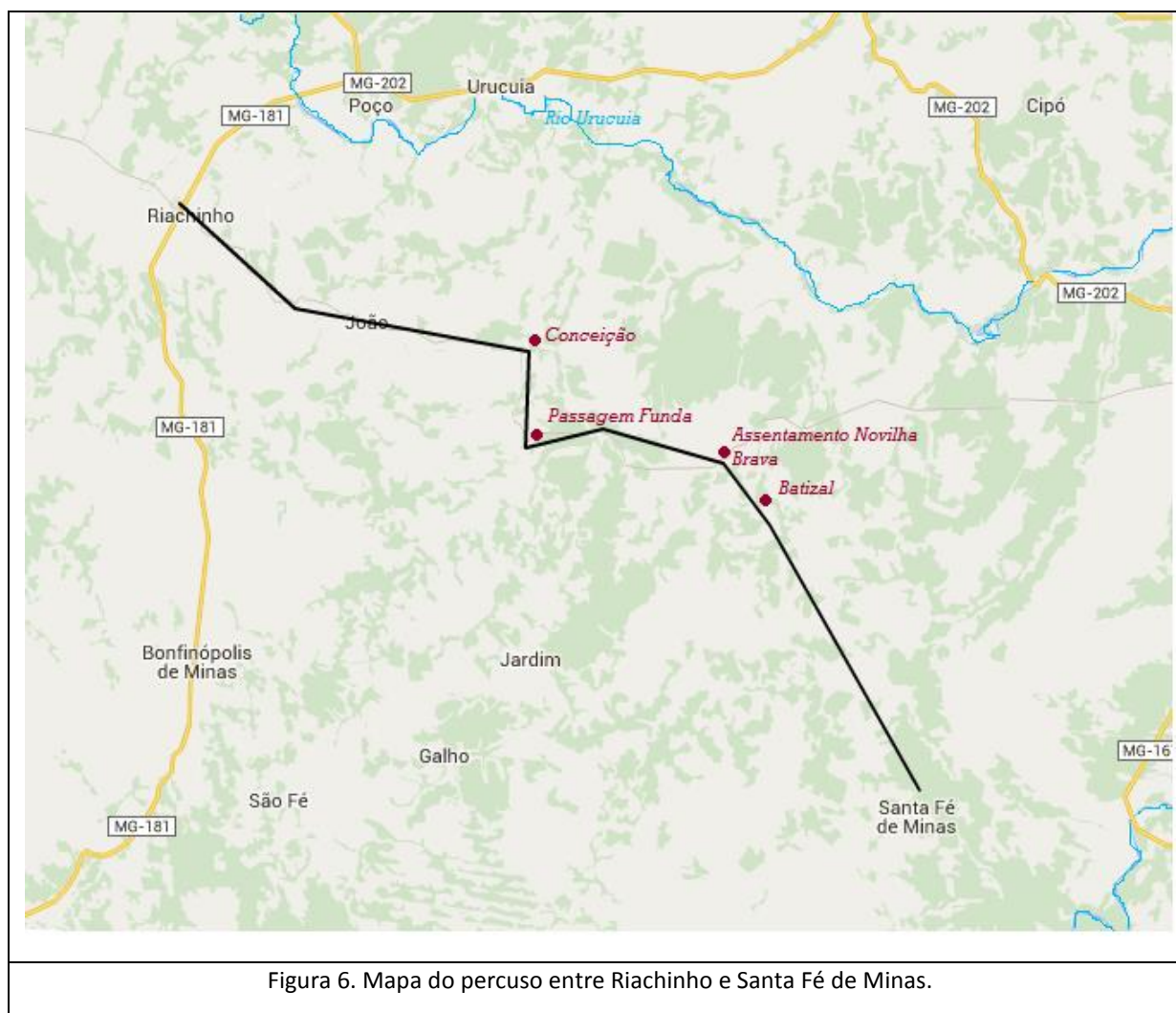


Figura 6. Mapa do percurso entre Riachinho e Santa Fé de Minas.

3.1 Até Conceição:

Após retornar a Arinos e passar mais dois dias na casa de Durval, segui para Riachinho: cidade há sessenta quilômetros de Arinos na qual, pela terceira vez, passaria a noite – antes de seguir para o percurso da zona rural deste e de mais outros dois municípios: São Romão e Santa Fé de Minas.

Riachinho é uma cidade recentemente emancipada (1992) como várias por que passei ao longo de meu roteiro. A criação de seu território político é parte do processo de desenvolvimento econômico do noroeste mineiro. Segundo contam seus moradores, foi uma cidade que se formou devido à instalação de um posto de gasolina às margens da rodovia MG-181, que liga João Pinheiro à MG-202. Tal ponto teria se tornado referência para

caminhoneiros que faziam rota para Chapada Gaúcha ou Brasília, e o movimento criado por eles no local teria estimulado a expansão do comércio e a vinda de pessoas da zona rural para o povoado. De fato, quando se chega à cidade, nota-se que seu centro é a própria rodovia e que Riachinho cresceu às suas margens: a igreja principal é atrás do tal posto, hotéis e restaurantes da cidade também se encontram aglutinados neste mesmo trecho da estrada.

A área que percorreria novamente de Riachinho a Santa Fé, em comparação com os lugares onde estive na região de Arinos, era mais povoada e apresentava uma paisagem diferente: o cerrado era mais verde, as árvores mais altas e o relevo mais montanhoso. As fazendas locais pareciam também serem mais estruturadas: com currais, casas de alvenaria, fiação elétrica, pastagens plantadas; o que revelava, em certa medida, uma produção agropecuária mais diversificada e voltada para a comercialização de menor escala do que para o consumo ou para a indústria, como observamos em Arinos; características que estariam associadas, provavelmente, ao fato da região de Riachinho, Santa Fé e, em parte, São Romão, possuir ainda um número relativamente alto de pequenos produtores rurais moradores da zona rural. Além de vários povoados, a região foi alvo, nos últimos vinte e cinco anos, da implantação de inúmeros assentamentos como: Pára-Terra, Riacho do Mato, Novilha Brava, São João do Rodeio, entre outros.

A viagem até Santa Fé foi realizada tendo como pontos de parada alguns dos lugares nos quais pernoitei em minha segunda viagem, quando fazia o trecho ao contrário: vindo de Santa Fé. Naquela ocasião, o encontro com Vinícius, um rapaz que me abordou quando calibrava os pneus da bicicleta na cidade, definiu a recepção de Delza no povoado do Batizal; e esta, a recepção de Seo Aristeu e Dona Senhorinha (tios de Delza) em Conceição. Por este motivo, em minha última viagem, ao deixar Riachinho, Conceição foi meu primeiro ponto de parada. Um povoado cuja história, Dona Senhorinha, tinha me contado brevemente.

Conceição ou ‘Escolinha’ teve início com a fundação da Escola Caio Martins. Antes, a localidade fazia parte da fazenda Boa Vista das Palmas, outra extensão de terra que pertencera à Dona Joaquina do Pompéu (grande latifundiária do século XIX, já citada em nota, herdeira de sesmarias no noroeste mineiro), depois veio a se tornar propriedade de um banco, até o momento em que chegaram os posseiros, vindos por conta da implantação da escola, ocupando as terras ao redor da instituição.

A Escola Caio Martins, segundo contaram, foi um projeto de educação desenvolvido por um político idealista mineiro, Manoel Antônio de Almeida, que visava a educação para o norte de Minas Gerais. O projeto teria se iniciado na cidade de Esmeraldas, região próxima à Belo Horizonte, em 1948, e se estendido para cidades do norte de Minas Gerais – Buritizeiro

e Januária foram cidades que receberam a escola, assim como algumas áreas rurais tal como a fazenda Boa Vista. A ideia do projeto era de internato, hoje a escola é mista, possuindo internato e colégio normal, até o ensino médio. Atualmente, o povoado de Conceição constitui-se, a maioria, de posseiros e aposentados dessa escola; tal qual Seo Aristeu e Dona Senhorinha.

3.2 – Até o Assentamento Novilha Brava

Urucuiano conversa com peixe para vir no anzol – o povo diz. As lérias. Como contam também que nos Gerais goianos se salga o de-comer com suor de cavalo...Sei lá, sei? Um lugar conhece outro é por calúnias e falsos levantados; as pessoas também, nesta vida. (ROSA, 2006, p. 497)

Bem, após passar uma noite na casa desses senhores segui para outra comunidade rural, distante apenas 11 quilômetros de Conceição, na qual tinha esperanças de coletar histórias interessantes sobre a região.

Formada por apenas sete famílias, todos parentes, os Batista; oriundos de Porteirinha (nordeste do estado, perto de Montes Claros), Passagem Funda era um povoado situado às margens do Ribeirão do Galho, onde, no romance *Grande Sertão: Veredas* Riobaldo leva um tiro no braço⁴⁹; e sobre o qual Vinícius (de Santa Fé) tinha me dito que não gostava de ir porque lá “as velhas botavam quebranto...”

Achando curiosa esta história e ouvindo depois Osvaldo, o enfermeiro do posto de saúde local, comentar (quando estive lá pela primeira vez) que a papeira fora uma doença que acometera muitos ali – acreditando ele, pela falta de iodo das águas da vereda Passagem Funda (que corta o povoado) e do Ribeirão do Galho –, imaginei, então, que o comentário de Vinícius pudesse estar associado a alguma ideia que fizeram da localidade a partir da aparência de sua antiga população. Meu objetivo, portanto, quando retornei ao local era encontrar mais histórias desse passado remoto que pudessem, talvez, servir de pistas para uma análise da percepção daquele lugar a partir da imaginação que dele se fazia. Supunha que, ao aprofundar o conhecimento dos casos antigos daquele povoado, conseguiria tanto

⁴⁹ Na versão de GSV com que trabalho (2006): página 321.

compreender a afirmação e o temor de Vinícius quanto descobrir mais lendas a respeito daquela população.

Mas, tal foi a minha frustração ao estar ali, que Passagem Funda não revelou nenhuma história extraordinária como os relatos prévios davam a entender; nada que dispusesse a relação entre a memória e o imaginário da suposta feitiçaria das velhas do local ou algum outro caso interessante. Tudo o que ouvi sobre a vida daquele lugar no passado fora contado num certo tom de banalidade e não apresentou nada de diferente do que já tinha ouvido em outras paragens sobre os modos de vida do sertão de outrora. A essas pessoas, efetivamente, parecia interessar apenas os “tempos de agora”.

Assim, durante o período em que estive em Passagem Funda (quase sempre na companhia de Osvaldo, no posto de saúde, ou em uma das duas únicas ‘vendas’ do local) pude observar que, diferente do que tinha imaginado, aquele povoado não se constituía de uma comunidade de velhos agricultores, donos de um suposto passado curioso e interessante. Passagem Funda parecia mesmo apenas um local de encontro de trabalhadores rurais assalariados que, ao voltar de um dia de trabalho em fazendas de grãos e eucalipto do município de São Romão (de onde Passagem Funda é distrito), paravam para tomar uma cerveja ou algumas doses de cachaça nas vendas e conversar sobre assuntos do cotidiano.



Foto 9: Trabalhadores rurais retornando de um dia de serviço. Passagem Funda. Ana Luísa F. de Vasconcellos, 2014.

Acompanhando por três dias o movimento ali, era de se notar que ao “desinteressante” passado equivalia a diferença na relação com o espaço visto em comparação a meus interlocutores de Arinos. Os assuntos conversados nos bares estavam sempre mais voltados para os empreendimentos agrícolas de grande porte instalados na região e/ou ligados ao espaço urbano.

Para os homens que paravam nas vendas de Passagem Funda (a maioria jovens, com idade abaixo dos quarenta anos), a terra parecia ser apenas trabalho e negócio; uma perspectiva diferente da de Seo Caetano, Seo Ladu, Zé Bom e Durval, por exemplo, que demonstravam mais afeto e prazer ao falar da natureza, dos hábitos dos animais e da paisagem. Os interlocutores de Arinos gostavam de falar dos animais selvagens, das caças, do aspecto dos lugares, dos rios, das veredas, das chapadas; já os que paravam em Passagem Funda não pareciam se interessar tanto por estes assuntos: eles falavam de compra e venda de gado, maquinário agrícola, das lavouras em que trabalhavam, tudo de um mesmo patamar de valor: o do serviço rural – a relação com a terra, por isso, parecia ser menos sentimental.

Para os de Arinos, por exemplo, o gado era um modo de vida: ser vaqueiro. Para aqueles de Passagem Funda e seu entorno (Buritizeiro, Conceição, Batizal...) parecia ser apenas mais um negócio, ou emprego dentro outros; quando não era uma atividade recreativa ligada estritamente à montaria de rodeio.

A população do local, embora tivesse suas roças (milho, sorgo, feijão, algumas hortaliças), se via, era muito dependente da cidade. A maioria dos produtos de consumo doméstico eram adquiridas em São Romão, Riachinho e Bonfinópolis; comprava-se muito também nas vendas.

Outro ponto que chamava atenção era que Passagem Funda estava cercada por fazendas que recentemente estavam cultivando eucalipto, e não se ouvia ali nenhum tipo de reclamação com relação a isso.

Em Arinos ouvi severas críticas de Seo Caetano e Dona Arcesina sobre as áreas circunvizinhas que estavam sendo apropriadas para a monocultura desse insumo (e também a da soja). Neste novo trecho da viagem, entretanto, para a minha surpresa, ninguém disse uma palavra de desaprovação sobre o assunto; falavam apenas que isto representava desenvolvimento pois gerava empregos.

Nesse sentido, a figura de um grande empresário agroindustrial vindo de Patos de Minas para São Romão, Decio Bruxel, era sempre aclamada como um ícone representativo da entrada do município em uma era de progresso: atribuíam a ele as transformações econômicas e sociais experimentadas na região. E o fato também desses empreendimentos serem sempre obra de pessoas ou grupos de fora (paulistas, paranaenses gaúchos e uma multinacional, a Terracal) que adquiriram grandes extensões de terra ali, não parecia incomodar os locais. Em Passagem Funda, não ouvi nenhuma lembrança nostálgica, nenhuma evocação que valorizasse tradições do sertão ou a paisagem do cerrado mineiro. Sobre tais questões, no

máximo, fizeram menção a algumas cachoeiras do local que consideravam bonitas e boas para ‘banhar’.

Nesta localidade, portanto, não tive acesso a nenhum ‘causo’ curioso, mágico, ou alguma lembrança nostálgica do passado da região. Porém, no Assentamento Novilha Brava, local onde acabei pernoitando ao conhecer Dona ‘Du Reis’ e Seo Zé Bigode quando seguia para o Batizal por um caminho novo e mais curto que haviam me ensinado, vim a saber de algo que me obrigou a repensar a ideia do “passado curioso” que buscava em Passagem Funda, assim como a refletir sobre os nexos que talvez estivesse fazendo entre memória, percepção e imaginação.

Carecendo de água e comida para continuar pedalando, além de informações sobre a distância que ainda faltava percorrer para chegar ao Batizal, no Assentamento Novilha Brava, resolvi me aproximar da última casa que avistei, no sentido de quem ia para o Batizal, para pedir alguma provisão. Era uma construção de pau-a-pique, no meio de um lote arenoso – como a da maioria do assentamento – onde moravam Dona ‘Du Reis’ e Seo Zé Bigode.

Como se já estivessem a minha espera e sabendo o que desejava, cheguei até a porta e, imediatamente, fui convidada a entrar e a fazer um prato de comida. Era aniversário de Seo Zé e o casal, de fato, aguardava visitas; porém, o sentido da recepção pronta e simpática a mim tinha outro significado: eu era a “muié da bicicleta”, da qual tinham ouvido falar e cuja história intrigava Seo Zé Bigode.

Segundo ele, “o povo tinha inventado” que eu era uma policial disfarçada, loira, e que estava lá para investigar suspeitos de envolvimento no assalto ao banco de São Romão. Outros haviam dito que eu era uma espiã dos próprios assaltantes, infiltrada na região para descobrir e se vingar de quem havia denunciado a rota de fuga deles. Orgulhando-se de não acreditar em nada do que dizia ser “lenda do povo”, Seo Zé demonstrava animação com minha presença em sua casa porque iria agora tirar suas próprias conclusões a meu respeito e desfazer a idéia que tinham espalhado sobre mim.

Seo Zé Bigode:

Eu fiquei mais curioso de tudo de você ter aparecido aqui hoje. Porque, sabe, quando acontece umas coisas dessas [o assalto ao banco]...O lugar nosso tem pouca gente. (...) O povo fica pondo medo nos outros.

O que Seo Zé me contara dizia respeito a um longo relato que ouvi em Passagem Funda e para o qual, na ocasião, não dei muita importância por fazer parte da história recente

do povoado. Tal história, no entanto, fora a única contada com interesse e envolvimento, e referia-se a um assalto à agência do Banco do Brasil de São Romão, ocorrido em 2007, o qual atingiu sobremaneira a vida dos habitantes da região. O caso foi lembrado uma tarde, numa das vendas, em Passagem Funda, quando um de seus protagonistas estava presente.

Joaquim, um fazendeiro das redondezas do povoado, fora sequestrado pelos assaltantes quando estes fugiam pela estrada que liga São Romão a Riachinho. Abordaram-no na estrada porque queriam trocar de carro e acabaram fazendo-lhe refém para evitar que ele os denunciasse. O caso acabou se complicando de qualquer modo, quando, ao passarem por Passagem Funda, o carro de Joaquim fora reconhecido e, em Conceição, a polícia, acionada. O cerco a todas as estradas que liga aquela área rural às cidades da região e a busca nas fazendas e localidades, fez, então, com que os assaltantes abandonassem o carro e decidissem fugir a pé, pelo mato, ainda levando Joaquim. A partir daí, foram oito dias, segundo contou o fazendeiro, andando pelo mato, quase sem comida, carregando sacos de dinheiro molhado pela chuva (cujo cheiro, pestilento, disse, traumatizou-lhe) e sob ameaça de ser morto caso não aguentasse continuar. A libertação veio, então, somente quando, ao alcançarem Bonfinópolis, numa noite de carnaval, os assaltantes conseguiram se dispersar no meio da multidão, roubar outro carro e escapar.

Na memória dos moradores de Passagem Funda e daquela zona rural como um todo, este acontecimento ainda era muito vivo, pois, além do sequestro de Joaquim, a vida cotidiana no povoado e seus arredores fora subitamente alterada, por pelo menos um mês, devido ao grande contingente de policiais deslocados para lá. Em Passagem Funda, contaram das dezenas de homens que se instalaram ali durante este período; das viaturas, das *blitz* nas estradas, das revistas, do pouso de um helicóptero no local e também das mais de trezentas refeições que lhes pediram (aos donos das vendas) para servirem às tropas e que nunca foram pagas.

Vir a saber, no entanto, que a esta história fui associada, levou-me, inevitavelmente, a reconsiderá-la e a pensar sobre o dinamismo da memória e seu caráter ficcional. Até aquele momento, não tinha me dado conta de que a memória estava sempre latente no presente, pronta para ser remexida e reinventada a qualquer momento; e, deste modo, afetando as imagens e as narrativas possíveis de um lugar, coisa ou pessoa.

De repente, na fala de Seo Zé Bigode, descobri que a lenda significativa daqueles lugares e caminhos poderia não estar em velhas feiticeiras, como pensei; mas, talvez, na história de uma mulher de bicicleta da qual, por pouco se saber, se inventava a partir dos elementos factuais que pareciam ter com ela mais afinidade de sentido: fosse porque, em meio

a uma seleção de eventos expressivos, tais elementos eram os mais relevantes naquele momento para quem criava sua memória para os outros; fosse porque a aparência desta mulher e sua atitude só poderiam ser associadas a contextos relacionados à modernidade, tal qual as ações criminosas e policiais espetaculares testemunhadas com o assalto ao banco de São Romão.

A percepção, portanto, daquele lugar, para seus habitantes, poderia muito bem agora, passar pela lenda, como dizia Seo Zé Bigode, da “muié da bicicleta”; uma figura de longe, misto de vilã e heroína, que, não se sabe bem por quê, decidiu um dia ‘romper’ sozinha, de bicicleta, aqueles sertões. Uma história que, se eu nunca mais voltasse àqueles lugares, talvez permanecesse investida de uma aura de mistério e passasse, pois, a ser contada para lembrar aos outros dos perigos da região⁵⁰.



Foto 10: Vista dos fundos da casa de Zé Bigode e ‘du Reis’. Assentamento Novilha Brava, São Romão-MG. Ana Luísa F. de Vasconcellos, 2014

⁵⁰ Sobre o processo criativo da memória, BRANDÃO, em *Memória/Sertão* (1998), fornece um rico relato pessoal, comentado, que é bastante ilustrativo de como entre diversas versões sobre um mesmo acontecimento, uma história coletiva vai se tecendo, valendo-se, no processo, de uma série de procedimentos seletivos e incorporativos de conhecimentos, informações e imaginários.

O dia no Assentamento Novilha Brava, a despeito da descoberta da nova personagem do sertão, fora marcado também pelas histórias de luta e trabalho dos assentados.

Durante a tarde, regada a café e melancias, na companhia de vizinhos que vieram felicitar Zé Bigode, falou-se muito sobre as demandas do local, a difícil relação com o sindicato dos trabalhadores rurais e o longo processo de estabelecimento e estruturação material das famílias nos lotes a elas destinados; assuntos que perfaziam a política local, mas, sobretudo, a política em nível federal. Para os moradores de Novilha Brava, a memória do sertão se constituía, em grande medida, de cenas e imagens⁵¹ enredadas por ações do governo federal dos últimos doze anos (tempo em que estão no assentamento) e pelo progressivo desenvolvimento político experimentado pela comunidade no ínterim das relações institucionais e de classe, as quais, inevitavelmente, se inseriam.

Mas não só a essas pessoas tal memória poderia ser associada. Visto de longe, tomando toda a área percorrida, de Arinos à Vila de Santo Antônio, era de se notar que as lembranças do sertão, mesmo para aqueles que não tinham um envolvimento direto com órgãos governamentais, eram marcadas por referências ligadas a ações e programas sociais de ordem pública e, particularmente, federal.

Lembrar do sertão era lembrar das transformações do sertão – quase sempre. E estas transformações, em geral, diziam respeito a iniciativas do Estado: a construção de Brasília, a criação da Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu, a criação do Parque Nacional GSV, a abertura de estradas, a implantação de escolas, o acesso à equipamentos jurídicos para formalização, especialmente, de direitos civis (tal qual direito à propriedade e à aposentadoria) e, sobretudo, o acesso à saúde; uma das maiores queixas com relação ao passado.

A percepção desse espaço nos dias atuais, portanto, era carregada dessa memória das transformações experimentadas, e também denotava a continuidade deste determinismo estatal sobre as mudanças regionais, feitas de várias formas.

Era também com relação à emergência dos aparatos públicos e aos diversos tipos de auxílio social atuais (Bolsa Família, Bolsa Jovem, Auxílio Estiagem, Bolsa Verde...),

⁵¹ Penso aqui sobre o depoimento de Ângela, vizinha de 'du Reis', que, ao descrever suas condições de vida hoje no assentamento, atribuiu a sua luta e ao governo do PT (ao programa Bolsa Família) o fato de ter conseguido construir uma casa com cobertura de telhas cerâmicas (antes, ela e os outros moradores do assentamento viviam em palhoças de buriti em outra área da fazenda), comprar uma cama e conseguir empréstimos bancários. Outra imagem que entra neste bojo é a da escola agrícola do INCRA construída em outro assentamento próximo do Novilha Brava, onde um de seus filhos estuda hoje. Representações, para ela, de melhoria de vida.

dispensadas a uma parte relativa da população, que se produzia uma ideia de degeneração do valor trabalho, muito cara à moral camponesa⁵², da qual compartilham os sertanejos. Se por um lado, tais estruturas eram representativas da melhoria das condições de vida local, por outro, eram o que distanciava o sertanejo da ordem tradicional, vivida pelos mais velhos.

Um depoimento ilustrativo desta perspectiva foi o de Seo Zé Batista, de Passagem Funda, que, de um modo um pouco irônico, deu a entender que os recursos atuais tornavam as pessoas mais acomodadas, alheias ao tipo de atividade que ele reconhecia como trabalho necessário: o serviço braçal (em Arinos e outros lugares, de outras maneiras, também ouvi comentários de mesmo teor):

“Naquele tempo não tinha nada de graça, trabalhava demais, era difícil; mas hoje tem tudo de graça. Naquele tempo, a gente ia para a escola tinha que levar um pedaço de queijo, uma rapadura para merendar, né? Porque na escola não tinha comida. Então, hoje tem tudo, né? Tem carro para pegar menino na porta e levar para escola (...) Então hoje tem facilidade demais, né? Hospital de graça. Naquele tempo você tinha que ir até a São Romão, internava lá e tinha que adiantar...Uns tanto morria à míngua. (...) Hoje só está ruim porque a gente é quem tem que trabalhar porque...Hoje você tem o dinheiro para pagar, mas o serviço braçal está morrendo. Ninguém quer mais puxar enxada, foice...(...) E é para todo lado, né? Mão-de-obra manual acabou. Hoje tem muita ajuda, né? É o que eu estava falando, muita facilidade...Então, às vezes, um filho encosta num pai, numa mãe – às vezes é aposentado, né? – outra hora, um neto, né? E...Acha tudo ali e não trabalha, né? Hoje está bom demais. Hoje sem trabalhar, você ainda recebe. De primeiro trabalhava e demorava a receber, dinheiro era difícil. (...)”

3.3 – No Batizal:

Continuando a viagem:

Após passar a noite na casa de ‘Du Reis’ e Zé Bigode (e confirmar que voltaria para conhecer a ‘calçada’ – o estranho terreno da fazenda que comentamos anteriormente) segui para o Batizal; povoado há três quilômetros apenas do Novilha Brava no qual já havia estado um ano antes.

O povoado do Batizal era um lugar conhecido pela fabricação de farinha de mandioca. Tal produto ocupava boa parte do tempo e do trabalho dos moradores que se revezavam nas

⁵² Terra, trabalho e família. Estes seriam os pilares da ordem econômica camponesa. Entre os autores que defendem a teoria de que o campesinato se pauta por estas bases, destaca-se, como principal expoente, A. V. Chayanov (1888 – 1937), que explica que a força de trabalho familiar é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa.

pequenas fábricas artesanais, sendo a mais estruturada delas a de Delza e Fausto, moradores do centro do povoado que me hospedaram as duas vezes em que estive lá.

Contando com 19 famílias em 2013, e todos parentes, originários do tronco dos Queiroz – cujos casamentos consanguíneos, aliás, entre primos, ao longo de gerações tinha levado à manifestação de uma doença cardíaca que, segundo relataram, nos últimos anos, provocara a morte súbita de pelo menos quatro indivíduos da comunidade, com idades entre quinze e trinta anos –, o Batizal tinha as características de um agrupamento voltado para a agricultura familiar que, cada vez mais, demonstrava dificuldades para se manter.

Na primeira vez em que estive lá, Delza relatou que, no passado, a fabricação da farinha era um evento que reunia muitas pessoas – e os barracões de processamento da mandioca que “davam mais braços” eram aqueles que tinham mais mulheres... – Hoje, a produção da mandioca está minguando e, na perspectiva de Delza, uma das razões é a falta de água, por conta da diminuição do regime de chuvas na região⁵³. Porém, o esvaziamento do campo era o principal agravante do processo: não havia mais pessoas suficientes no lugar em condições de ajudar no manejo das roças; era necessário a utilização de maquinário para suprir a carência de mão-de-obra e, do que pude observar, apenas Fausto possuía um trator e equipamentos para dinamizar o trabalho agrícola – só que o mesmo passava, praticamente, a semana inteira longe do povoado, pois sua principal fonte de renda estava, na verdade, em seu emprego na multinacional Terracal, onde vivia de segunda a sexta em casa da empresa. No dia em que cheguei no Batizal, à propósito (na ocasião da terceira viagem), Delza me diria que aquele era um dia muito triste para ela e que talvez para amenizá-lo eu vinha: mais uma família estava indo embora; mudando-se para a cidade de São Romão sob a alegação de, assim, facilitar o estudo dos filhos. A solidão agora só aumentaria, comentou; pois, no centro do povoado, onde mora, restariam apenas ela e o marido, um tio e uma tia com quem tinha relações cortadas por algumas desavenças.

O Batizal era um lugar aconchegante, bucólico, mas que conservava um tempo de espera e de tristeza que se fazia sentir em seu silêncio, na depressão do tio de Delza, abandonado pela esposa; na memória da mudança das pessoas e também nas marcas deixadas no espaço pelas iniciativas de dinamizar sua economia que não se realizaram. Havia no Batizal uma fábrica de rapadura construída e uma outra pequena casa (toda feita dentro dos

⁵³ O assunto sobre a diminuição das chuvas foi unânime durante toda a viagem. Este também era um dos principais motivos de queixa em relação aos dias atuais. Ao lembrarem do passado, a maior precipitação pluviométrica era sempre apontada como uma das coisas boas, afinal chuva significava melhor rendimento agrícola e pecuário.

padrões técnicos exigidos) destinada ao preparo e ao embalamento de doces de frutos do Cerrado (pequi e buriti, basicamente) que estavam paradas por falta de comprador para a produção: o projeto, que tinha sido proposto pela EMATER sob a garantia de que a CONAB absorveria os produtos, não se efetivou, restando deste apenas as dívidas do investimento nas estruturas.

A frase irônica, pois, dita por Seo Manuel, morador nascido e criado no Batizal: “hoje em dia tudo está tão bom que ficou ruim”, refletia a angústia de pessoas que ao mesmo tempo em que reconheciam melhoras na condição de vida atual, pela facilitação do acesso a recursos e a serviços que antes não existiam para eles (como luz elétrica, educação, saúde, transporte, aposentadoria, etc.) era acompanhado da percepção de que aquela sociedade (a sociedade camponesa) tendia a se desfazer⁵⁴.

Foram três noites no Batizal até a partida para Santa Fé de Minas. Na saída, a arrumação da bicicleta na presença de Delza me fazia lembrar do que ela tinha dito à primeira vez que me viu. Mais uma vez, minha forma de viajar encontrava eco na memória do sertão: Delza comentou que eu andava “igual ao povo da SUCAM”; agentes de saúde de outrora que percorriam de bicicleta (com alforjes também) a zona rural desses lugares detetizando as casas contra o inseto barbeiro⁵⁵, transmissor da Doença de Chagas; e mosquitos transmissores de malária e febre amarela.

Pesquisando depois sobre este órgão de saúde⁵⁶ e seus agentes, encontrei algumas imagens que confirmavam a fala de Delza; e com as quais, de fato, senti certa identificação:

⁵⁴ Não faremos aqui uma revisão bibliográfica da literatura sociológica que tratou do tema do êxodo rural ou da urbanização da sociedade brasileira. Nosso objetivo ao comentar o problema do esvaziamento do povoado do Batizal e a estratégia da fabricação de doces, por exemplo, foi apenas mostrar que esta também é uma realidade vivida no noroeste mineiro e para a qual seus habitantes não estão indiferentes, muito pelo contrário, experenciam e expressam de várias maneiras este fenômeno.

⁵⁵ *Triatoma infestans*

⁵⁶ A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), vinculada ao Ministério da Saúde, é hoje a instituição que guarda a memória da SUCAM. Em texto veiculado no endereço eletrônico da Fundação, a SUCAM é lembrada como o “órgão de maior penetração rural no país”, com estrutura operacional presente em todos os Estados brasileiros.

Segundo a FUNASA, “não há localidade no interior do Brasil, por mais remota, que não tenha sido periodicamente visitada por guardas da Sucam. (...) Tinha como finalidade o controle ou erradicação das grandes endemias no Brasil, desenvolvendo quatro Programas de Controle de Doenças: Chagas, malária, esquistossomose e febre amarela, bem como cinco Campanhas Contra: a filariose, o tracoma, a peste, o bócio endêmico e as leishmanioses. Possuía em todas as unidades federadas diretorias regionais, que tinham em sua



Fotos 11, 12, 13: Servidores da SUCAM indo a campo de bicicleta. Fonte: Portal do Servidor Público do Brasil/
<http://waldirmadruga.blogspot.com.br/2013/07/os-sucazeiros-que-fizeram-e-faz-parte.html> Último acesso em 31/01/2015

3.4 – Santa Fé e algumas reflexões sobre nossas percepções de sertão e cidade

Bem, até Santa Fé de Minas seriam mais 35 quilômetros, cujos primeiros dez seriam difíceis de percorrer devido ao excesso de areia da estrada; a partir daí, no entanto, não teria mais problemas, pois, conforme informara Zé Bigode, o trecho havia sido patrolado.

estrutura distritos sanitários, totalizando oitenta em todo o país, sendo essas as unidades responsáveis pela operacionalização de atividades de campo.

A Sucam foi legítima herdeira de um dos mais antigos modelos de organização de ações de saúde pública do Brasil, denominado sanitário camponês. Esse modelo teve como premissa a revolução pasteuriana (alusão ao cientista francês Louis Pasteur) e foi implementado pelo médico-sanitarista Oswaldo Cruz, na primeira década do século XX.” Fonte: <http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/sucam/> Último acesso em 31/01/2015

Santa Fé de Minas era uma cidade de caráter estritamente agropecuário mas cujo passado estava vinculado ao garimpo de diamantes no Rio Santa Fé. Tanto que as famílias tradicionais da cidade tem origem nos primeiros garimpeiros que se instalaram no local. Antes, como distrito de São Romão, a localidade tinha o nome de Capão Redondo⁵⁷.

Seria minha terceira visita a este município, sobre o qual Durval costumava dizer que era ‘lugar de voltar’, pois, em sua visão, Santa Fé representava um “fim de mundo” de que deveríamos desistir antes mesmo de chegar. Ele havia estado lá uma única vez e sua experiência fora marcada pela sensação de distância de Santa Fé (cujos acessos eram todos por estradas de terra até 2012) e pelo fato da cidade não possuir agências bancárias na época (atualmente há somente a agência do Bradesco): ele e a esposa, por estarem sem dinheiro e não ter como consegui-lo ali, passaram fome na localidade. De certa forma, confesso que minha primeira impressão do lugar não fora muito diferente da de meu anfitrião de Arinos.

A primeira vez que estive em Santa Fé, vindo de Paredão de Minas, distrito de Buritizeiro, situado às margens do Rio do Sono e cenário da batalha final de *Grande Sertão: Veredas*; deparei-me com uma cidade que pouco ou nada se diferenciava de um bairro rural esquecido no meio do sertão; algo que, naquela ocasião, significara um grande desapontamento.

Vindo de uma sequência de longos trechos por áreas rurais pouquíssimo habitadas, esperava encontrar em Santa Fé de Minas um alívio daquelas paisagens de solidão e isolamento que vinha experimentando desde que deixei a Barra do Rio de Janeiro, no município de Três Marias.

Depois de Paredão, eu buscava saídas do sertão em que tinha me enrascado, por isso andei sessenta quilômetros por ermas estradas de terra e atravessei de canoa o Rio Paracatu: para chegar a um outro lugar que representasse uma abertura, uma saída daquela paisagem de “vazios”. Porém, em minha concepção, Santa Fé não se configurou como o lugar esperado; ao

⁵⁷ Em GSV, o lugar é citado duas vezes. A primeira para se referir ao encontro do bando de Riobaldo com boiadeiros que vinham de lá com destino a Morrinhos (hoje cidade de Matias Cardoso, no extremo norte mineiro). O encontro se dá na fazenda dos Tucanos (em minha versão, 2006, p. 322), lugar abandonado, provavelmente fictício, entre São Romão e Santa Fé (o qual gosto de pensar que seja o Batizal ou a fazenda do pai de Vinícius, Seo Eurico, 11 quilômetros do povoado, cujo casarão sede não sabem precisar a data de construção – foto no apêndice – onde o bando se instala depois de Riobaldo ter sido baleado. Lá, serão atacados pelo grupo rival, perdendo os cavalos cruelmente assassinados. A outra citação surge ao dizer sobre o jagunço Quipes. O mesmo informa a Riobaldo que recebeu da fazendeira D. Adelaide, no Capão Redondo, a proposta de servir de jagunço a ela (2006, p. 486)

contrário, pareceu-me mais um outro ponto isolado no meio de um ‘cerradão’ a perder de vista.



Foto 14: ‘Corredor’ no meio do cerrado, como vários por que passei ao longo de toda a viagem. São Romão-MG. Ana Luísa F. Vasconcelos, 2013.

Minha primeira impressão foi que Santa Fé era uma pequena cidade com um ar antigo e esquecido que algumas benfeitorias na avenida central (equipamentos de exercício físico instalados), um projeto habitacional e umas poucas casas de comércio com letreiros atuais, não conseguiam desfazer. Ao contrário, a estética atual ali parecia algo estrangeiro, desconectado do tempo do lugar e seu estilo de vida. Em Santa Fé, as referências da modernidade pareciam mais museológicas que as referências do arcaico, representadas em nossa memória e imaginário pelos objetos e pela estética dos modos de vida coloniais.

Por estar incrustada num vale, semicercada por uma serra⁵⁸ e distante dos municípios vizinhos⁵⁹, Santa Fé parecia um lugar isolado, distante; uma cidade a viver um tempo e uma sociabilidade própria, muito próxima, aliás, à do regime onde o campo era realidade

⁵⁸ No Assentamento Novilha Brava, Seo Zé Bigode me disse que a serra tratava-se do ‘cais’, um longo planalto arestado, tal qual um canion ou uma falésia, na vertente do Batizal e do assentamento. Por este motivo é que a fazenda da qual no passado o Batizal fazia parte chamava-se Boa Vista dos Cais.

⁵⁹ 80 quilômetros de São Romão, 60, de Bonfinópolis; 150, de Buritizeiro; e 90, de Brasilândia de Minas.

dominante sobre a cidade, esta servindo apenas como centro político-administrativo, não exercendo função produtiva; e, por isso mesmo, não podendo avançar sobre os espaços rurais (QUEIROZ, 1978).

Ao ter, pois, esta visão da cidade e a noção das distâncias e das condições das estradas para os outros municípios, fui tomada de uma sensação de aprisionamento que me fazia olhar para aquela localidade como se ela fosse o fim da linha para mim que estava de bicicleta. Assim, depois de estudar as possibilidades para prosseguir a viagem, a única alternativa que vi, naquela ocasião, para escapar das durezas do chão arenoso e do medo de desaparecer entre os labirintos do cerrado – ou mesmo junto àquela população que parecia a de uma típica cidade perdida no nada – foi seguir pelo único caminho que me pareceu seguro e certo para alcançar uma cidade conectada a outras rotas: segui, então, para Brasilândia de Minas, pois naquele sentido a estrada estava em pavimentação.

Tal sensação, no entanto, restringiu-se à primeira visita ao município, posto que no contexto das outras duas seguintes, a paisagem do cerrado e a experiência de viajar sozinha de bicicleta através dela já não me eram estranhas; e já tinha feito alguns conhecidos na cidade. A familiarização com o espaço e algumas pessoas, conquistada parcialmente com os retornos, funcionou então para transformar minha perspectiva de visitante: agora, embora ainda conservando uma ideia de uma Santa Fé anacrônica, pelo menos conseguia localizá-la no espaço e, assim, contextualizá-la no cenário de uma região. Contudo, o fato da cidade ter ganhado, em 2012, sua primeira rodovia asfaltada, foi o que considerei como o principal fator responsável para essa mudança de perspectiva.

Uma coisa que o depoimento de Durval sobre sua experiência de Santa Fé e a minha revelava era que estradas de terra produziam uma sensação maior de isolamento do que caminhos asfaltados. O asfalto dava segurança, era a garantia de encontrar pessoas durante a travessia. No asfalto, parecíamos menos vulneráveis, era um espaço que parecia impedido aos animais selvagens que, no sertão, insistiam em pintar como perigosos para nós – eu, no caso, que estava de bicicleta –: as onças, os guarás, os caititus, os porcos queixada, as sucuris⁶⁰... Além disso, o asfalto representava a certeza do alcance de uma cidade, já o chão de terra poderia, muitas vezes, terminar em uma fazenda sem habitantes – como aconteceu comigo quando estava indo da última vez para a casa de Seo Caetano, em Rio do Ouro – ou em uma dessas monoculturas imensas, que são latifúndios sem moradores – os “desertos” de capital.

⁶⁰ Respectivamente: *Panthera onca*, *Chrysocyon brachyurus*, *Pecari tajacu*, *Tayassu pecari* e *Eunectes murinus*.

Na verdade, o que o asfalto representava era a presença da civilização; de relações sociais, estruturas e códigos que faziam parte de minhas referências de mundo muito mais do que aquelas do meio rural as quais estava pouco familiarizada – existiam com força, realmente, em minha memória (imaginária) do passado agrário brasileiro. Talvez, por isso, quando estava nas áreas rurais, sentia-me mais tranquila ao adentrar assentamentos, pois estes representavam um campo habitado, com propriedades próximas umas das outras; uma configuração espacial que remetia mais ao espaço urbano⁶¹.

Em *Topofolia* (1980), Yi-Fu Tuan diz que “os conceitos de *cultura* e *meio ambiente* se superpõem do mesmo modo que os conceitos *homem* e *natureza*” (p. 68). Talvez por isso, ainda que saibamos que a cultura rural e o espaço rural, são construções humanas tanto quanto a cultura urbana e o espaço urbano; e mais, que, conforme nos ensina a sociologia rural, campo e cidade formam um todo contraposto mas complementar, ao entrar em uma estrada de terra, não deixamos de sentir como se estivéssemos nos distanciando do *homem* e nos aproximando da *natureza*; da mesma forma que, ao contrário, ao entrar em uma estrada asfaltada, sentimos que estamos nos aproximando do *homem* e nos distanciando da *natureza*. Movimento que, para um indivíduo acostumado ao espaço urbano, representava proteção.

Porém, ainda com Tuan (1998), tais observações deveriam ser relativizadas a partir da perspectiva do sujeito: certamente a visão de um visitante sobre um lugar seria bem diferente da de um nativo. Segundo Tuan (1998), a visão do primeiro seria superficial e focalizaria mais aspectos estéticos para avaliar um lugar, enquanto a visão do segundo seria complexa devido a “sua imersão na totalidade de seu meio ambiente” (p. 72).

Sem compactuar totalmente com o autor, pois acredito que a percepção do visitante (que fui em todos os lugares dessa pesquisa) não se restringe a experiência oferecida pelo sentido da visão mas a um complexo de observações que envolve todos os sentidos e, principalmente, está relacionado ao contexto que levou o visitante a viajar – ou seja, seus objetivos, suas expectativas, suas necessidades – e suas referências de espaço e lugar anteriores; penso que a colocação é válida para pensar, por exemplo, o caso de Durval: nativo em Arinos e visitante em Santa Fé.

Para Durval, a casa de Seo Caetano, por exemplo, não é longe; e até 2011 não existia asfalto ao longo dos 75 quilômetros que dividem sua casa da do tio. Rio do Ouro fora o lugar

⁶¹ Ao fazer este comentário no Assentamento Novilha Brava, ‘Du Reis’ vibrou; como se minha fala demonstrasse o valor daqueles espaços e, conseqüentemente, de sua população, pois ‘Du Reis’ era consciente da discriminação existente contra os assentados.

onde Durval morou por quatro anos vivendo basicamente de caça (segundo ele conta), o que o levou a conhecer muito bem a região e também a área do Parque Nacional GSV. Por isso, ao falar sobre aqueles lugares, mesmo eles sendo praticamente desabitados, em nenhum momento, ele expressa a ideia de que aquela paisagem possa representar para si um “fim de mundo” como disse de Santa Fé. Por outro lado, como Santa Fé é uma cidade, pode se apreender que suas expectativas sobre ela estivessem ligadas a certas estruturas e serviços que estão presentes hoje na maioria dos espaços urbanos, como a agência e o serviço bancário, por exemplo; que não esperaria encontrar caso estivesse buscando um lugar reconhecidamente rural.

E para os habitantes de Santa Fé, obviamente aquela cidade possuía outras representações que o exame de suas competências urbanas, digamos assim; ou sua localização em termos comparativos e qualitativos não se colocava como questão relevante. Como o lugar da vida, os santafeenses davam atenção aos acontecimentos cotidianos, ao trabalho e à sociabilidade local; fatores que ali, do que pude perceber, eram motivos mais para a apreciação do lugar do que para seu desprezo.

Do curto período em que passei na cidade – um total de seis dias, considerando todas as viagens – ouvi depoimentos que valorizavam Santa Fé, e justamente pelas características que pareciam lhe afastar de um modelo social mais urbanizado: para os habitantes com quem tive contato, um dos motivos para Santa Fé ser considerada um bom lugar era o fato de todos ali serem conhecidos uns dos outros, ou parentes; o que, na visão deles, representava a garantia de segurança da cidade: como se o maior entrosamento entre os moradores funcionasse como um inibidor de violência, assim produzindo uma sensação maior de liberdade: ser próximo ou conhecido de todas as pessoas representava poder transitar por todos os espaços, ter acesso a todos eles, de maneira despreocupada. Um sentimento que em espaços urbanos maiores costuma ser vivido de forma contraditória.

O isolamento do indivíduo nas cidades tende a tornar os espaços alheios ao cidadão. O habitante dos grandes centros já não conhece seu vizinho de porta. Este tipo de relação social que se reflete na construção espacial, e vice-versa, tende a ser avaliado de duas formas: por um lado, a falta de relação comunitária é muitas vezes encarada como um processo libertador para o indivíduo, que acredita que em nichos sociais menores suas ações, posturas, atitudes estariam sempre sob julgamento dos outros, obrigando-lhe a manter um estado de controle, de contenção das vontades. Por outro lado, justamente esta falta de relação, impedida entre outras coisas pelo tamanho e a diversidade das populações urbanas, seria a causadora do medo

da cidade e da ideia do espaço violento; o que exigiria uma atitude sempre atenta, controlada e desconfiada do sujeito com relação ao seu lugar de vida.

Santa Fé era uma cidade que quase não recebia visitantes, então, por isso, o espaço ali ainda era vivido como algo próprio, pertencente a seus habitantes – uma relação que processos de colonização, a chegada de grandes empresas e determinações governamentais, tendem a dissolver: novas pessoas e novas estruturas significando um novo lugar.

Se a negativa mais expressiva sobre Santa Fé que ouvi de seus moradores foi a falta de emprego, pelo menos não se vivia ali a experiência de ver seu espaço se tornando estranho pela tomada do território e as imposições sobre ele de outras referências sociais e paisagísticas que certamente afetariam a sensação de segurança e liberdade que manifestam hoje. Algo que Brasilândia de Minas e Vila de Santo Antônio, próximas localidades de que trataremos, já experimentam em certa medida.

CAPÍTULO 4 – TERCEIRO TRECHO: BRASILÂNDIA DE MINAS, VILA DE SANTO ANTÔNIO E A HISTÓRIA DO VALE DO PARACATU

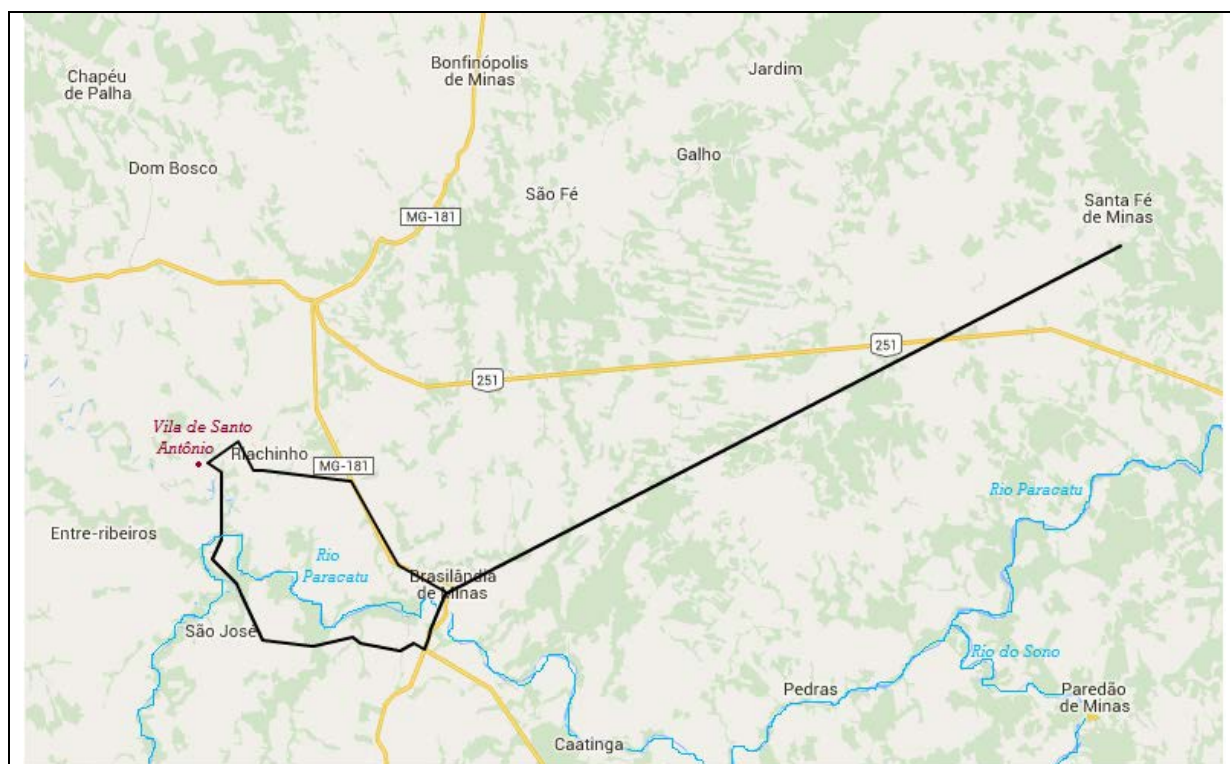


Figura 7: Mapa do percurso até de Santa Fé até Vila de Santo Antônio

A história de Brasilândia de Minas e do povoado Vila de Santo Antônio (distrito de Dom Bosco) se confunde. Todo este território tem origem nas glebas concedidas à Inácio de Oliveira na primeira metade do século XVIII pelo então governador da capitania das Minas Gerais; uma imensidão de terras que se estendia do vale do Paracatu até o vale do Urucuia, tendo sido herdada pelo filho Inácio de Oliveira Campos e mais tarde passada para o domínio de sua esposa, Dona Joaquina do Pompéu (1752 – 1824), que, devido ao marido ter uma vida nômade – designado pelo governador da capitania para a caça e o aprisionamento de índios e a destruição de quilombos no oeste mineiro –, já comandava as fazendas da família na região central do Estado onde hoje se encontram as cidades de Pitangui, Pompéu, Dolores do Indaiá, Abaeté, Pequi, Maravilhas, Papagaios, Bom Despacho e Martinho Campos (OLIVEIRA, 2012). Por fim, a expansão dos domínios de Joaquina do Pompéu no noroeste mineiro teria distribuído entre nove filhos, genros, 74 netos e 15 bisnetos⁶² aproximadamente um milhão de alqueires de terra (MORAIS, 1998), área que mais tarde seria vendida, tendo sido as fazendas Cotovelo, Gado Bravo, Barra, Novilha Brava, Extrema, entre outras – que hoje englobam os municípios de Brasilândia e Dom Bosco – adquiridas por fazendeiros de Paracatu que as repassaram a estrangeiros – ingleses – que ali fundaram a *Brazil Cattle and Packing Company*, uma empresa agropecuária produtora de charque e manteiga que mantivera suas atividades até meados da década de quarenta do século XX quando, durante o governo de Getúlio Vargas, todos os estrangeiros foram impedidos de ter propriedades no Brasil, exceto se naturalizados (MORAIS, 1998).

Desapropriada, então, a chamada ‘fazenda dos ingleses’ passou à administração pública federal por meio da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)⁶³, em 1952, tornando-se, segundo contam em Brasilândia, o primeiro projeto de reforma agrária do Brasil, denominado Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu.

Reservando-se algumas áreas de vazante, brejo e de mata encorpada, assim como o espaço onde seria construída a sede administrativa da Colônia – onde hoje se localiza o centro urbano de Brasilândia – o restante da fazenda fora dividido em lotes destinados à ocupação de qualquer pessoa que estivesse interessada em habitar aquelas terras, os quais recebiam

⁶² Em geral, aqueles que possuem como sobrenome Campos, Oliveira, Oliveira Campos, Valadares e Castelo Branco são os que provém desta linhagem.

⁶³ Órgão criado em 1948 com o fim de implementar um plano de desenvolvimento para a bacia do São Francisco.

material para cercar a propriedade, algumas cabeças de gado e outras provisões iniciais para começar a fixação no local. Assim, durante um período de pouco mais de uma década, houve um afluxo populacional para a região, sendo que, embora de diversas localidades de Minas Gerais, muitos dos novos habitantes seriam provenientes da região onde fora construída a represa de Três Marias – coincidentemente abrangendo boa parte da área onde no passado se encontravam as outras fazendas de Pompéu.

Até a emancipação, portanto, ocorrida em 1995, Dom Bosco e Brasilândia de Minas, apesar de estarem o primeiro município sob jurisdição de Bonfinópolis e o segundo, sob jurisdição de João Pinheiro, nos aspectos social e econômico, respondiam às determinações da CVSF (transformada, posteriormente, na autarquia SUVALE e depois na empresa pública CODEVASF) que além de gerir o aproveitamento dos espaços que ficaram sob seu controle, ainda empregava uma certa parcela da população em serviços diversos como: construção, transporte, limpeza, saúde, educação e manejo de terra e gado – já que a partir da década de oitenta o grande foco da empresa na Colônia recaiu sobre a criação de gado *nelore* selecionado.

Porém, com o seu enfraquecimento, o ciclo econômico de Brasilândia e Vila de Santo Antônio fora substituído pelo de outras grandes empresas que se instalaram na região. Primeiro as alemãs *Mannesman* (1986), plantando eucalipto, e a *Fuchs*, produzindo pimentão; para agora, nos últimos anos, a nacional *Bevap* chegar absorvendo boa parte da mão-de-obra com o seu plantel de cana-de-açúcar irrigada dentro da extensão de 30 mil hectares da usina; infraestrutura que, embora situada a menos de quinze metros de Vila de Santo Antônio, a distância da largura do Rio Preto – um afluente do Paracatu as margens do qual o povoado se desenvolveu –; e trinta quilômetros de Brasilândia, está no cruzamento dos municípios de João Pinheiro, Unaí e Paracatu, numa área chamada Entre-Ribeiros, nome dado por conta do Ribeirão Entre-Ribeiros que divide Unaí de Paracatu, e sobre o qual mais uma vez encontramos referências no livro *Grande Sertão: Veredas*:

Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco. O Rio do Chico. O resto pequeno é *vereda*. E algum ribeirão. E agora me lembro: no Ribeirão Entre-Ribeiros, o senhor vá ver a fazenda velha, onde tinha um cômodo quase do tamanho da casa, por debaixo dela socavado no antro do chão – lá judiaram com escravos e pessoas, até aos pouquinhos matar...Mas, para não mentir, lhe digo: eu nisso não acredito. Reconditório de se ocultar ouro, tesouros e armas, munição, ou dinheiro falso moedado, isto sim. (...) (ROSA, 2006, p. 74)

Ainda situado dentro do mar de cana da *Bevap* – ou muito próximo – estaria também o local de nascimento do personagem Riobaldo: a ponta da Serra das Maravilhas, nas fontes do Rio Verde⁶⁴:

...quando eu era menino, no sertãozinho de minha terra – baixo da ponta da Serra das Maravilhas, no entre essa e a Serra dos Alegres, tapera dum sítio dito do Caramujo, atrás das fontes do Verde, o Verde que verte no Paracatu. Perto de lá tem vila grande – que se chamou *Alegres* – o senhor vá ver. Hoje, mudou de nome, mudaram. Todos os nomes eles vão alterando. É em senhas. *São Romão* todo não se chamou de primeiro *Vila Risonha*? O *Cedro* e o *Bagre* não perderam o ser? O *Tabuleiro-Grande*? Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor não concorda? Nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado. (...) (ROSA, 2006, p. 42)

Alegres, a qual o autor se refere, é hoje a cidade de João Pinheiro; localidade com uma população em torno de quarenta e oito mil habitantes que junto a Paracatu e Unaí formam as maiores cidades da região; e somando-se Pirapora, Patos de Minas, Montes Claros e mesmo – ainda que mais afastadas – Belo Horizonte e Uberlândia, compõem os pontos de referência no Estado da população do noroeste mineiro que migra ou se desloca constantemente em busca sobretudo de serviços de educação e saúde; além de trabalho.

Geograficamente, a chamada Mesorregião do Noroeste Mineiro é formada pelas micro regiões⁶⁵ de Unaí e Paracatu que juntas englobam um total de dezenove municípios⁶⁶ (não tendo, no entanto, incorporado Santa Fé, São Romão e Riachinho, onde estivemos; pois estes são considerados como parte da região Norte de Minas Gerais); uma divisão cartográfica que, na verdade, pouco importa quando se trata de pensar as dinâmicas social, cultural e econômica de toda a área que se encontra a oeste do Rio São Francisco e acima do Rio

⁶⁴ O Rio Verde passa dentro da usina. Ao retornar de Vila de Santo Antônio para Brasilândia pelo caminho da *Bevap*, cruza-se uma ponte sobre este ribeirão que, por sinal, já se encontra bastante assoreado.

⁶⁵ As micro regiões mineiras foram estabelecidas “em 1996 por meio de uma parceria entre a Fundação João Pinheiro (FJP), a Secretaria de Estado de Planejamento e a Coordenação de Minas Gerais (SEPLAN/MG), com a contribuição do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA). Visavam estabelecer uma nova divisão do Estado em regiões administrativas.” (SILVA; GONÇALVES; SILVA, 2011, p. 22)

⁶⁶ Mesorregião do Noroeste de Minas: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unaí, Uruana de Minas, Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Paracatu, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas, Vazante. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Noroeste_de_Minhas. Último acesso: 22/02/2015)

Paranaíba, porque toda esta extensão, grossomodo, passou pelo mesmo processo histórico: foi colonizado duplamente por populações que migravam vindas do nordeste do país acompanhando as vargens do Rio São Francisco, na expansão dos criatórios de gado; e por grupos provenientes do sudeste que utilizavam o curso deste rio e de outros de Minas Gerais para adentrar os interiores em busca de minérios preciosos e captura humana (cf. MATA-MACHADO, 1991). Sendo assim, para falar das diferenças ou mesmo das semelhanças observadas nesta região, convém mais pensarmos em Vale do Paracatu e Vale do Urucuia do que nas divisões arbitrárias da Geografia. Fazendo a delimitação espacial pelas bacias hidrográficas, fica mais fácil para refletir sobre as particularidades mapeadas ao longo de nossa travessia.

Praticamente todo o território que percorremos, em algum momento, esteve sob o controle de Joaquina do Pompéu, de seu marido, sogro ou algum outro parente seu. Ouvimos seu nome em Arinos, em Riachinho, em São Romão, em Brasilândia e Vila de Santo Antônio. Entretanto, a memória desta personagem histórica foi evocada com recorrência nas localidades mais próximas ao Paracatu.

Isto poderia ser explicado pela migração para o Vale do Paracatu, conforme já dissemos, de pessoas provenientes da região inundada pela construção da barragem de Três Marias⁶⁷. Porém, ao notar a forma como esta lembrança aparecia ali combinada a paisagem social e econômica observada, podíamos pensar em uma relação explicativa mais forte, estabelecida entre a produção da memória coletiva (cf. BOSI, 1987) e o desenvolvimento urbano.

A memória de Joaquina do Pompéu vincula-se a narrativa histórica de desenvolvimento do Vale do Paracatu; e esta narrativa, pelo menos em Brasilândia e Vila de Santo Antônio, é o que, em geral, seus habitantes tentam nos contar primeiro quando indagados sobre suas lembranças da cidade ou da região. E ainda que esta tentativa não se manifeste, durante uma entrevista ou conversa sobre o assunto, a estruturação das memórias poderá se fazer em meio a dados técnicos, numéricos, geográficos, históricos, políticos, de patrimônio, que, em nosso trabalho em Arinos, por exemplo, não surgiram espontaneamente nas lembranças.

O trabalho sobre a memória no Vale do Paracatu apresentou diferenças; e se podemos relacioná-las à forma como o campo se configurou em cada lugar e às pessoas que entrevistamos ou acompanhamos por períodos mais ou menos curtos, podemos também

⁶⁷ Quem nos conta esta história é o professor aposentado Geraldo Paiva, morador de Vila de Santo Antônio.

relacioná-las ao efeito do espaço – neste caso, tomado como dimensão social, cultural, política e econômica – e de suas transformações para isso.

Quando cheguei em Brasilândia pela primeira vez, em 2011, ainda sem saber nada sobre o local, vindo de Santa Fé, encontrei uma cidade movimentada, com uma população urbana acrescida de algumas centenas de homens – que o local parecia não comportar – vindos alguns para a pesquisa, empreendida pela Petrobrás, de gás natural na região e outros para a construção da segunda caldeira de processamento de cana na usina *Bevap*. Esta paisagem me deu a impressão, naquele momento, de que Brasilândia representava uma espécie de frente pioneira do sertão; um lugar onde ruas de terra, pastos, terrenos vagos, casas com quintais enormes – que mais pareciam chácaras –, com pomares, galinhas, cachorros, não raro cavalos, se misturavam ao asfalto da área central, à larga pista que dava acesso às rodovias, aos postos de gasolina, aos bancos, padarias, mercados, lojas e um número relativo de hospedarias e restaurantes que mais pareciam ter sido alguns improvisados e outros recém construídos apenas para atender ao contingente temporário que aportava na cidade. Uma situação, por sinal, que produzia um notório clima de desconforto para os moradores, tanto que diziam que o lugar estava se tornando perigoso: “parece que tudo de ruim mandaram para cá”, comentou a balconista de uma sorveteria. Naquele momento, temiam sobretudo assaltos a residências.



Foto 15: Vista panorâmica da sede da Colônia do Vale do Paracatu, Brasilândia de Minas, no início de seu estabelecimento. A foto exhibe especificamente a pista de pouso, as primeiras estradas abertas e os recortes dos terrenos destinados às instalações da CVSF. Fonte: Acervo de Valdson Rosca. Sem data.



Foto 16: Vista aérea atual da cidade de Brasilândia de Minas. Fonte: Acervo de Valdson Rosca. Sem data.

A agitação e o estranhamento local – desfeita nos anos seguintes assim que a Petrobrás encerrou as pesquisas e a caldeira da *Bevap* fora concluída – não permitiria, no entanto, que minha chegada passasse despercebida.

Logo no primeiro dia, hospedada na chamada ‘Casa Grande’, uma construção do século XIX erguida pelos tais ingleses ao pé da serra da Extrema, ou Boqueirão, que hoje a família proprietária e moradora transformou em pousada, fui procurada por um senhor que se dizia jornalista e queria fazer uma matéria comigo.



Foto 17: 'Casa Grande'. Sede da antiga 'fazenda dos ingleses', patrimônio de Brasilândia de Minas, hoje, pousada Pé da Serra. Ana Luísa F. Vasconcellos, 2014.

Este senhor, Valdson – na verdade artesão de objetos feitos com jornal –, em minhas outras duas visitas a Brasilândia seria quem faria o papel de meu cicerone na cidade e me apresentaria às pessoas que ele supunha poderiam me contar sobre Brasilândia.

Suas atitudes embora pudessem soar um tanto estranhas, visto que lidava com a história de Brasilândia, ou da Colônia, e seus acontecimentos de uma forma, digamos sem exagero, voluptuosa; não o tornavam, no entanto, uma figura impensável em um lugar em que se podia notar uma consciência mais ou menos elaborada sobre a construção da memória coletiva.

Diferente de Arinos, por exemplo, e de todas as outras localidades em que estivemos, Brasilândia e Vila de Santo Antônio exibiam uma produção historiográfica e de memória locais; e por isso era relativamente comum ouvir das pessoas, assim que sabiam que eu estava interessada na memória do lugar, a menção à professora Maria Morais, que havia escrito o livro *Brasilândia de Minas, sua história, sua gente*; indicarem o escritório da CODEVASF como local de busca, ou ainda começarem um relato sobre a cidade baseado primeiro no que se sabia, escutara, sobre o passado local, para depois engrenar na história pessoal, na própria experiência de vida ali⁶⁸.

O Vale do Paracatu viveu e vive um desenvolvimento urbano e econômico mais acelerado do que o Vale do Urucuia, onde ainda, excetuando a região de Chapada Gaúcha, predomina uma economia vinculada à criação de gado e a pequena produção; um cenário, portanto, comparativamente menos industrializado e menos urbanizado. No Vale do Urucuia, consoante a uma densidade demográfica menor, a um relativo isolamento das cidades – por

⁶⁸ Sobre este processo de lembrança e narrativa é importante observar que ele se dava particularmente entre as pessoas mais escolarizadas.

não serem rota para nenhuma capital ou zona de maior importância econômica – e pela região não ter experimentado a industrialização observada em áreas mais ao sul; nota-se uma produção historiográfica irrisória; e, principalmente, se procurarmos entre os eruditos das próprias localidades. Assim, não foi de se estranhar que em Arinos, por exemplo, não encontrasse livros sobre a história local e, entre os habitantes, a sentença *memória do lugar* suscitasse de imediato às recordações da vida pessoal ao invés da História política, econômica e social; como ocorreu em vários encontros em Brasilândia.

O Vale do Paracatu, assim como toda a região noroeste, após um período grande de isolamento comercial⁶⁹ viu se acelerarem suas transformações com a construção da capital federal e a abertura da rodovia BR 0-40, cujo eixo corta as cidades de João Pinheiro e Paracatu. Entretanto, esta região, já no século XVIII, por ter sido rota para as minas de Goiás, através do Rio Paracatu e caminhos boiadeiros; e a cidade de Paracatu, a única representante da produção aurífera no oeste do Estado durante o período conhecido como Ciclo do Ouro – que marcou a ascensão de algumas cidades do centro mineiro, como Vila Rica (Ouro Preto), Mariana e Sabará –, já apresentava um fluxo maior de pessoas assim como uma economia pecuária mais dinâmica. A proximidade também com a cidade de Pirapora, que em fins do século XIX tornou-se a referência comercial portuária do Rio São Francisco com a instalação de um depósito de algodão e tecidos da Companhia “Cedro e Cachoeira” e, em 1911, recebeu a estrada de ferro Central do Brasil (MATA-MACHADO, 1991), ajudariam para promover a concentração de boa parte do comércio e dos serviços regionais na área.

⁶⁹ Dentre as razões para o isolamento comercial do noroeste mineiro, Mata-Machado (1991) aponta o declínio da mineração nas Minas Gerais, porém destaca que já no início do século XVIII a Metrópole demonstrava preocupação em impedir o comércio com o sertão sobretudo pela observação do crescimento do poder dos grandes senhores de terra da região e a dificuldade, por sua vez, do controle sobre o escoamento da produção aurífera junto com os comboios de mantimentos que mantinham a rota do Rio São Francisco até Salvador. Mata-Machado (1991), na defesa deste argumento, cita a carta régia de 1701, que visava proibir “o comércio pelo caminho do sertão (...); incumbiu os paulistas de confiscarem os comboios que vinham do norte, como estabeleceu *contagens* para a cobrança de impostos sobre as mercadorias que seguiam em direção à zona mineradora” (1991, p. 59). Segundo o autor, esta determinação foi o que em 1736 ocasionou a Sedição, uma revolta dos potentados do sertão contra o poder da Metrópole que buscavam reaver sua autonomia política e o comércio livre com a região mineradora. Uma das formas, no entanto, que a Coroa encontrou de garantir este isolamento foi com a abertura da Estrada Real (ligando Rio de Janeiro à Diamantina, que ajudou a desviar o comércio com *as Gerais*; e o fato de que outras regiões da colônia estabeleceram currais para suprir a carência do mercado das Minas havido com o cerceamento do comércio do sertão.



Foto 18: A imagem exhibe o Vapor São Francisco da Companhia Indústria e Viação de Pirapora durante procedimento de embarque de mercadorias. Foto de Olímpio M. Gonzaga, sem data. Fonte: Acervo do Arquivo Público de Paracatu.



Foto 19: Travessia de balsa do Rio Paracatu. Foto de Otto Dornfield, 10/1950. Fonte: Acervo do Arquivo Público de Paracatu.

Deste modo, como o leitor já deve ter percebido, o que mais nos marcou em nosso trabalho de campo em Brasilândia e Vila de Santo Antônio, foi o drama de uma população que viveu e vive uma dinâmica territorial mais intensa do que a da região do Urucuia; e, por isso, provavelmente exiba uma memória local de caráter mais historiográfico...O que nos fez sentir, então, a necessidade de, além de fotografar e tentar uma coleta de imagens nos álbuns de seus moradores – como fizemos em Arinos – visitar as cidades de João Pinheiro e Paracatu para buscar em arquivos públicos registros que pudessem retratar este passado de transformações tão evocado no local.

A cidade como o lugar privilegiado para a elaboração da memória coletiva seria uma afirmação a destacar as estruturas simbólicas e rituais sustentadas no e pelo espaço urbano afim, segundo algumas correntes de estudo sobre a memória⁷⁰, de legitimar uma determinada ordem de poder. As cidades seriam os locais por excelência da reprodução e da sustentação de uma experiência coletiva, produzida e assistida por meio dos mecanismos e equipamentos sócio-culturais estabelecidos em seu espaço tais como meios de comunicação social, sistema de ensino, monumentos, edifícios, museus, bibliotecas e rituais públicos. Além disso, por constituírem-se em espaços supostamente mais dinâmicos e suscetíveis a transformações, dependeriam da construção desse aparato memorialista para garantir certa coesão social e identitária.



Foto 20: Jovens do Clube 4-S “Jovens Progressistas” no desfile da Independência – Brasilândia 07/09/72.
Fonte: Acervo de Geraldo Paiva.

Tendo em vista esta perspectiva do espaço urbano frente a produção da memória é que analisamos o modo como se deu nosso campo em Brasilândia e Vila de Santo Antônio.

Na cidade, sede da ex Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu, exceptuando o contato com Dona Sivi, a mais popular rezadeira local, com quem passei um tempo maior⁷¹ acompanhando um pouco de sua rotina (no atendimento a casos diversos: desde mau-olhado, quebranto, *stress*, até infestação de cobra em fazendas e máquinas quebradas); meu trabalho

⁷⁰ Linha de investigação que ficou conhecida por uma abordagem “presentista”, que possui entre seus representantes Eric Hobsbawm e Ranger (*Peralta, Elsa; Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In: Arquivos da Memória/Antropologia, Escala e Memória/n. 2 (Nova Série)/2007/Centro de Estudo de Etnologia Portuguesa.*

⁷¹ Um dos motivos porque passei mais tempo com Dona Sivi diz respeito ao fato de que em minha terceira viagem para Brasilândia encontrei a cidade vivendo um surto de dengue, e alguns dos senhores que ficara de reencontrar estavam agora doentes, o que restringiu minhas possibilidades de visita.

restringiu-se a explorar de bicicleta a cidade – quase sempre acompanhada ou guiada por Valdson que seguia em sua moto – e a realizar entrevistas pontuais com senhores e senhoras aos quais ele me apresentava.

Desses deslocamentos por Brasilândia, fui levada a visitar alguns bairros, o distrito de Caatinga⁷² e pontos de referência da história da cidade tais como a primeira igreja, a oficina mecânica da CVSF, a chamada casa de hóspedes da CODEVASF, onde hoje funciona o próprio escritório da empresa, os currais (chamado por Seo Siduca, um de nossos entrevistados, de ‘curralama’) onde permaneciam confinados os animais da CODEVASF; a área onde aconteciam os grandes leilões de gado da mesma – os quais, segundo os moradores, representavam o maior evento e o que mais movimentava a cidade, tendo sido realizado até a primeira década dos anos 2000 – e a escola Pacheco Pimenta, a primeira construída na cidade e motivo de orgulho – pelo que pude notar – para seus habitantes.

Dos bairros aos quais Valdson me apresentou, destacavam-se o centro, o bairro do Porto e do Contingente. O centro, localizado na encosta da Serra da Extrema, tinha como peculiaridade não ser a área mais povoada da cidade e ter se estabelecido à revelia do que havia sido planejado para o seu crescimento: era esperado que o centro fosse construído nas imediações da pista de pouso e da casa de hóspedes, no entanto, com a venda de lotes dentro da área da sede que antes pertenciam à empresa administradora da Colônia, o centro se aglutinou onde antes corria uma vereda e havia o pomar e as hortas do tempo da ‘fazenda dos ingleses’.

O bairro do Porto tinha como característica ser o primeiro espaço de povoamento da Colônia, pois ali estavam os primeiros lotes doados pelo projeto⁷³. Este bairro, que por sinal é afastado do centro e dividido pela rodovia que liga Brasilândia à Bonfinópolis, é onde vive a maior parte da população da cidade; e que, por sua vez, guarda uma relação de discriminação racial com a localidade por ser formado por uma maioria negra.

⁷² Caatinga ou Santana do Caatinga, distrito, na verdade, de João Pinheiro, situa-se a 29 km de Brasilândia e em 2004 teve seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares. O povoado, que conta hoje com uma população de aproximadamente 200 habitantes, já fora importante entreposto comercial para o sertão do Vale do Paracatu por estar situado no entroncamento do Rio Paracatu com o Rio Caatinga, fazendo parte também das terras de Joaquina do Pompeu que em 1806 às doa de esmola à Capela Nossa Senhora Santana do Caatinga (ver livro *Dona Joaquina do Pompeu* [1956,p. 91], citado em SILVA; GONÇALVES; SILVA, 2011, p. 27). Atualmente, o povoado vive de agricultura e da exploração do turismo pesqueiro de temporada.

⁷³ Segundo contam os moradores de Brasilândia e também Vila de Santo Antônio, houve muita revenda dos lotes por conta sobretudo de recorrentes evasões que aconteciam devido aos frequentes surtos de malária que ocorriam na região.

O bairro do Contingente recebe este nome por conta de ter sido ali a área onde foram armadas as tendas e abrigos para receber os soldados que tomaram a cidade em seguida ao Golpe Militar de 64. Contam os moradores que o motivo da invasão das tropas fora a substituição do administrador da então SUVALE.

Em Vila de Santo Antônio, apesar de livre da mediação de Valdson, o trabalho não se diferenciara: foquei minha atenção na escuta das memórias (um exercício que ali acabou sendo praticamente todo realizado junto do professor Geraldo Paiva devido a sua atenção, riqueza de informações e aguçada capacidade de lembrança) assim como na observação da paisagem e do cotidiano local.

O povoado, distante 35 quilômetros de Brasilândia, o qual decidira visitar por se encontrar ao lado da usina *Bevap* – separado apenas pelo Rio Preto – e ter atualmente, segundo me informaram em Brasilândia, quase toda a população ativa trabalhando na Usina, consistia no maior e mais urbanizado povoado rural que havia visitado até então ao longo de todo o trecho percorrido. Além de três ruas asfaltadas, possuía um conjunto habitacional logo na entrada principal, cujo caminho era a estrada que vinha de Riachinho do Gado Bravo, um outro povoado (só que incomparavelmente menor) a menos de 10km; uma praça central, com a igreja do padroeiro, uma estátua de Santo Antônio e uma grande quadra poliesportiva. Logo acima da praça encontrávamos ainda o Posto de Saúde, com frente para a avenida principal, e a Escola Estadual Santo Antônio, com que fazia fundos. A casa do Centro Comunitário, um supermercado, um açougue, quatro bares e outras duas igrejas pentecostais completavam o quadro urbanístico do lugar que possuía em torno de mil habitantes para um município que apresentava um total não superior a quatro mil.

Foram duas viagens a Vila de Santo Antônio, totalizando seis dias de permanência no local, tendo as duas vezes hospedado-me na casa dos donos do açougue que também possuíam uma pensão que garantia refeições caseiras para funcionários da *Bevap* bem como para esporádicos viajantes como eu que iam até lá.

Diferente do que veio acontecendo, no entanto, em todos os lugares, Vila de Santo Antônio me surpreendeu por não apresentar anfitriões. Na primeira visita, ninguém me ofereceu pouso; pareciam suspeitar de minha presença ali. Ao final de um dia inteiro, passado praticamente nos arredores da casa de Dona Hilda e Seo João Facão (os donos do açougue) à espreita de um convite para ficar; não me restou saída a não ser pedir para que me permitissem ao menos tomar um banho e armar minha barraca em seu quintal, serviços pelos quais ainda ofereci pagamento além do que já havia pagado pelas refeições. Na segunda visita, na qual permaneci por quatro dias, procurei novamente por Dona Hilda, que dessa vez

me garantiu um cômodo ao lado do açougue por não menos que trinta reais a diária, o dobro do que estava pagando em Brasilândia, além do valor das refeições.

A relação mercantil do pouso alinhada ao fato de nenhum morador ter aparecido para oferecer sua hospitalidade durante o tempo em que estive lá somada ainda a observação de que no povoado já compartilhavam de certos recursos e lógicas comuns ao espaço urbano – dentre as quais poderia citar a preocupação em trancar as portas de casa à noite e ao sair, a preocupação com horários para a realização das atividades cotidianas e a possibilidade da utilização da máquina de cartão de crédito no supermercado –, levavam-me a cogitar que Vila de Santo Antônio expressava, com efeito, a transformação dos costumes sertanejos, afetados justamente pela industrialização e pelo desenvolvimento urbano da região.



Foto 21: Festa do padroeiro em Vila de Santo Antônio, década de 70. Fonte: Acervo de Geraldo Paiva.

A maioria da população ativa do local era operária. Vila de Santo Antônio com a instalação da *Fuchs* e depois da *Bevap* se configurou como uma vila de trabalhadores industriais; um cenário de relações que destoava das localidades onde a vida rural autônoma ainda predominava.

Fazer inclusive a viagem de Brasilândia até o povoado passando pelo caminho do Riachinho do Gado Bravo e depois pela área da Usina ao retornar era uma experiência impactante, que podia representar o contraste de costumes. Se na ida víamos apenas pastagens e cerrado; na volta, logo após a travessia pela balsa do Rio Preto, encontrávamos imediatamente uma paisagem semelhante a de um filme futurista: monótonos e gigantescos canaviais planejados, rigorosamente recortados por canais de concreto onde corria a água desviada dos rios próximos; largas estradas sinalizadas, guaritas, seguranças, galpões de máquinas, caminhões circulando e, por fim, coroando o percurso de aproximadamente dez

kilômetros por esta paisagem, o deserto central da Usina: a área de não menos que uns 30 hectares onde não se via nada exceto terra batida e a indústria propriamente dita, as caldeiras e todas as instalações necessárias para o processamento da cana. Tudo isso abaixo de um silêncio tumular.



Foto 22: Instalações da *Bevap*. Fonte: http://www.sermatec.com.br/empreendimentos/bevap_/

Finalmente, no encontro dessa paisagem de contrastes com a memória local perscrutada é que se extraía alguns temas que pareciam importantes para a representação deste espaço e que em sua relação com a continuidade dos investimentos agroindustriais na região provocava um sentimento ambíguo de orgulho pelo desenvolvimento ao mesmo tempo que de tristeza pela degradação ambiental.

Neste último trecho da viagem, em que entrevistamos dez pessoas, sendo que com quatro delas tivemos mais de um encontro: Dona Sivi, Seo Geraldo Paiva, Seo Siduca e Seo Zé Nogueira; além da personagem Joaquina do Pompéu, da ‘fazenda dos ingleses’ e de todo o processo de transformação territorial por conta da criação da Colônia; os entrevistados lembravam particulamente das cheias e enchentes do Rio Paracatu e seus afluentes, dos meios de transporte disponíveis no passado, da dificuldade de deslocamento e da malária que, conseqüentemente, puxava a lembrança dos agentes de saúde, do hospital local e dos métodos

disponíveis de tratamento. Neste ínterim, o alheamento do espaço provocado pela instalação dos grandes projetos agroindustriais surgia como a razão para a nostalgia de uma época onde apesar das dificuldades, havia água, “chovia”, havia caça, pesca, áreas de cultura e por todos os caminhos, por todas as estradas transitava-se livremente.

Seo Siduca:

“E aí, Ana Luísa, quando foi no governo de Getúlio Vargas (...) Ele implantou a reforma agrária aqui em Brasilândia e dividiu a fazenda todinha. Então tinha doze mil cabeças de gado. Que os ingleses anoiteceram e não amanheceram, a gente fala assim; porque eles foram embora. E deixou uns empregados. E eles não vinham mais; que era difícil (...) porque o meio de transporte aqui era só através de vapor (...), mas aqui tinha um campo de aviação que era aqui assim; e bem aqui atrás passava uma estrada, essas estradas cavaleiras que ia para essas fazenda tudo. (...)

(...) Mas quando eles vieram de lá para cá [os primeiros funcionários da CVSF], tanto disse que para atravessar, para chegar aqui, até o Brejão; tinha lugar ali que você olhava assim, parecia um mar d’água. Era um mar d’água. Hoje não. Está tudo seco. Mas...Você vê: nós atravessava de a cavalo. Precisava saber o lugar de entrar para poder atravessar, porque senão não passava. As lagoas. Secou tudo! Não, secou tudo! Hoje tá a sequeidão. [Anita, esposa de Seo Siduca: Agora é sertão só].

A gente bebia água numa grota ali. Tinha um rego d’água que vinha, passava na porta da casa da gente.

(...) Então vai transformando, né? Aonde você via córrego com água escorrendo – uma beleza! – hoje tá seco, né? Então, é uma depredação muito grande. A gente fica assim: Mas gente, eu lembro que eu já passei aqui...mas não recorda por causa da transformação de veredas, córrego, né? E muitos outros lugares.

Hoje, eu fico pensando assim: como as coisas mudam. Eu cansei de pescar aqui, oh, gente! No córrego do Piteiro, pegando peixinho desse tamanho. Você vê: hoje botaram uma rede de esgoto. Oh, meu Deus, que depredação! Cai no rio Paracatu. Então, quer dizer, pessoas...Hoje ali onde é o correio; aquilo ali era um pântano. Um buritizal! Eu conheci aquilo ali. Para ir na casa de hóspedes, a casa grande, fizeram um calçamento de pedra (...) a passagem; senão não atravessava ali, não! Passava ali, subia, para poder ir lá para a casa grande. Então você vê, né? E o rego d’água desaguando ali, dentro daquele buritizal. Acabou tudo.”

Seo José Nogueira:

“Isso aqui, quando eu era pequeno – que eu fui criado nessa região aqui –, o movimento aqui era por água. Era vapor, barco, (?), essas coisas assim. Vapor aqui era o Paracatuzinho, o menor; Afonso Arinos, Cruzeiro, Mauá, Coronel Ramos, Benjamin...Esses vapor. Tinha um outro, mas eu não lembro o nome dele.

Então, esses maior, só vinha nas águas [tempo de chuvas, de cheia dos rios]. O menor, que era o Paracatuzinho, trabalhava na seca, porque tinha água que ainda dava para ele. Tinha muita cachoeira e os grandes não passavam. Aí, esse pequeno navegava aí, a seca inteira. (...) Era o que fornecia os comerciante aqui tudo. (...)

Nessa época, chovia mesmo! Hoje não chove. Mas que de primeiro chovia que esse rio saía fora, que ficava semanas para fora.”

Dona Inácia:

“(...)Mas a gente viu muita coisa feia por aqui...

Na saúde, minha filha, você precisa de ver! Você acha que cortava, machucava, tinha médico?! Não! Isso era...Nós vivemos aqui uma época da malária. A malária matou muita gente na época. Todos nós

arregamos. [Pergunto se ela contraiu malária] Vixe, minha filha! Vinte e duas vezes – cheguei a marcar as vezes que eu sofri febre. Às vezes a gente estava lá no córrego lavando roupa – lavava roupa no córrego –, de repente você começava a tremer, tremer, tremer; ali dentro d'água...Aí eu não dou conta! Deixo eu tentar dar conta de terminar essa roupa...! Não dava conta, por ali ficava, tremendo...Menina, mas foi difícil! (...)

E tinha um médico em Brasilândia, né? Doutor Góes. Doutor Góes era muito bom. Aí ele ajudou muito, né? Ele vinha aqui para a fazenda nossa dar assistência ao pessoal. (...)"

Dona Sivi:

"(...) O Paracatu deu uma enchente que saiu cá fora, veio até aqui nos tabuleiros. Veio aqui nos Canudos [córrego que passa próximo à casa de Dona Sivi].

No Canudos ninguém passava, não tinha ponte, não tinha nada. Arrepresou. Ficou muito tempo sem a gente poder passar. Depois a gente passou, mas era água por aqui [aponta a perna acima do joelho]. Passava andando, para poder plantar...[Pergunto se o nível da água demorou a abaixar] Demorou, demorou...E deu uma febre, uma maleita, que morreu muita gente. Uma maleita!...Que morreu muita gente!

Aqui já era doutor Góes. Já tinha um médico. E eu já trabalhava na CODEVASF. Não era CODEVASF, era SUVALE [Dona Sivi era funcionária de serviços gerais do órgão].

Aí a gente já tinha hospital, tinha doutor Góes – que tinha tirado férias, foi para Pirapora. Mas aí chamaram ele, ele veio; tratou de muita gente. Morreu muita gente, mas escapou muita gente. Eu via morrendo. Botei a vela na mão de muitos.

Mas primeiro teve o hospital aqui no pé da serra. Era dona Esmeralda...Médico não tinha. Vinha de Pirapora, um. Toda semana, vinha dois dias.

Na época da maleita, já era doutor Góes mais dona Edilze.

[Pergunto se ele era bom médico] Ele era bom.

(...) Veio do Rio Grande do Sul.

[Pergunto quantos anos ele morou em Brasilândia]

Muitos anos. Morreu de infarto.

Chegou no hospital – eu estava. Ele chegou disse que estava passando mal e ia para casa. Aí ele foi para casa, não voltou mais no hospital. Aí ele arruinou: era um infarto."



Foto 23: Enchente em Vila de Santo Antônio, 1989. Fonte: Acervo de Geraldo Paiva

Nas memórias dos interlocutores que selecionamos para compor a terceira parte desta dissertação, o leitor poderá conferir alguns desses temas nas falas de Dona Sivi e de Geraldo Paiva – migrante, professor aposentado e ex-diretor da Escola Santo Antônio que mantém por diletantismo, mas com muito rigor, uma pesquisa sobre a história da Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu e da Vila de Santo de Antônio, a qual, junto com sua família, ajudou a fundar.

Terceira Parte

O SERTÃO DOS SERTANEJOS: FRAGMENTOS DE LEMBRANÇAS OUVIDAS E
REGISTRADAS AO LONGO DA TRAVESSIA

Quando começamos nosso trabalho de campo, tínhamos em mente coletar um certo número de narrativas autobiográficas para, nesta dissertação, compor um quadro do *espaço vivido* do sertão noroeste mineiro a partir de histórias individuais. Estávamos influenciados pelo próprio *Grande Sertão: Veredas*, em que um lugar é descoberto através da história de vida de um sujeito que a narra; e pelo livro já citado, *Memórias de Velhos*, de Ecléa Bosi (1987), onde a autora coleciona pequenas biografias (que parecem autorais, pois estão registradas em primeira pessoa) de senhores e senhoras que acompanhou durante certo período (não mencionado) para captar destes suas memórias.

A realização desta ideia se viu afetada, pois, pelos problemas – relacionados anteriormente – para conseguir de nossos interlocutores narrativas de vida que fossem melhor estruturadas.

Pela quantidade, no entanto, de registros de áudio e de imagens que havíamos feito sobre a vida pessoal, as lembranças, os lugares de morada e destino de nossos interlocutores, não declinamos desta ideia e, com fragmentos de histórias pessoais, entrevistas e fotografias, tentamos aqui construir ainda um conjunto de memórias que permitisse ao leitor uma aproximação do sertão vivido do noroeste de Minas Gerais pela “voz” dos seus próprios habitantes.

O conteúdo que apresentamos agora consiste de uma seleção de conversas e entrevistas feita em Arinos, Rio do Ouro, Rio Preto, Brasilândia de Minas e Vila de Santo Antônio; com alguns dos senhores e senhoras já apresentados no segundo capítulo. São eles, respectivamente, da região do Urucuia: Dona Júlia e Seo Antônio, os pais de Durval; José de Oliveira Carvalho (o Seo Zé Bom), vizinho de Durval; Seo Caetano e Dona Arcesina, os tios de Durval; Seo Ladu e Dona Manelina, seus ‘compadres’; e, da região do Paracatu: Dona Sivi e Seo Geraldo.

O material corresponde a lembranças que, em seu conjunto, apresentam características que aludem ao sertão do romance de João Guimarães Rosa ao mesmo tempo que revelam a dinâmica histórica da região. São fragmentos que versam sobre a história, os costumes, o movimento humano pelo espaço, a imagem dos lugares, pela perspectiva de seus habitantes. Por esta razão também é que decidimos conservar nos textos transcritos – fazendo somente os ajustes necessários para favorecer o entendimento – as palavras e o jeito como a pessoa

falava, procurando manter suas tentativas e erros na hora de formar uma frase, dizer uma palavra; seus esquecimentos, repetições, pausas, desvios...O natural correr da fala.

Sob a forma de registros, chamamos atenção ainda para o fato de que eles não são transcrições puras. Por se tratar de contextos de conversa e entrevistas – não monólogos ou narrativas completas –, utilizei como critério compor os seguintes blocos de falas de maneira livre, dando a cada um o formato de notação que achei mais conveniente. Deste modo, o leitor verá que em algumas passagens minha participação está mais explícita e em outras menos.

CAPÍTULO 5 – LEMBRANÇAS NA REGIÃO DE ARINOS

5.1 – Lembranças de Seo Antônio: de seus lugares e movimentos (conexões entre localidades: Arinos-Unaí-Brasília-Montalvânia-Chapada Gaúcha)

Antigamente essa linha daqui, que saía de Montalvânia...

Quando abriu essa linha da Bahia, que vinha de Cocos, Montalvânia, Januária...Esse mundo aí. Essa linha, ela passava pelo Unaí. De Unaí, ia para Mamoneiras, de Mamoneiras voltava para Unaí, e ia para Formosa; de Formosa ia para Brasília. É essa linha aí. Você saía daqui de Arinos e ia para Unaí. Em Unaí, você ficava, tinha a pensão. A pensão de Unaí, que acho que ainda tá até hoje, a pensão Sagrado Coração de Jesus. Tinha que esperar lá. O ônibus ia em Mamoneiras e voltá. O ônibus ia. O ônibus saía daqui deixava a gente em Unaí (...) Não tinha quem dormia, Unaí é muito quente. (...)

Aí a pessoa ficava lá em Unaí, o ônibus ia para Mamoneiras, vinha no outro dia a tarde. Você chegava em Formosa seis horas. As quatro para as cinco horas é que ele chegava. De Mamoneiras a Unaí. Mamoneiras, Bonfinópolis...De Mamoneiras para Unaí. Era o Santo Antônio. A gente pegava ele e ia para Formosa. Aí, de Formosa, a gente deixava o pessoal em Formosa e ia para Brasília. Nesse tempo tinha aquela Anapolina que também fazia a linha. Aí, a gente ia...Carro aqui era só o ônibus, a não ser que você pagava uma rural, uma especial, uma caminhonete, C-10, D-10. (...)

Adoecia uma pessoa aqui, você tinha que pagar especial para levar ou para Formosa ou para U...Não. Era muito difícil o povo internar em Unaí. O mais era Formosa e Brasília. Aí deixava o doente em Formosa e voltava e pagava. Naquele tempo era cem reais. Cem cruzeiros. Cem mil réis, naquele tempo. Cem mil réis, você, era...Era uma vaca para dar um conto. Você entendeu? Era uma vaca para dar um conto.

Eu lembro que minha mãe...Eu vendi duas vacas da minha mãe para Vicente Vieira, que era dono do Barreiro Preto, que foi de João Lopes. Eu vendi duas vacas para Vicente Vieira por dois mil, dois conto. Era dinheiro. Tinha a vaca que ser muito boa para dar um conto cada uma. Tinha que ser vaca muito boa. Eu vendi essas vaca por dois mil cruzeiros para tratar de minha mãe. Que ela adoeceu. Cabô que ela morreu. (...)

Arinos chamava Barra da Vaca. Passou a chamar Arinos...Ah, isso tem muitos anos, eu não sei mais da era. Foi nas eras cinquenta. Cinquenta para sessenta. Não! Arinos já era construída. Em cinquenta para sessenta, Arinos já era construída. Era cidadezinha, chamava

Barra da Vaca. A gente vinha da Chapada a cavalo. Nesse tempo chovia era quinze, vinte dias de chuva,...Quinze, vinte dias de chuva: a internada. (...)

Você já passou a Extrema [córrego], a viagem por dentro, passou a barra do Pacari com o Rio Claro?

Pois é, a gente passava com água na topa da sela, a cavalo, para vir para o Arinos. Era dois dias para vir da Chapada aqui no Arinos. Era um dia para vir e um dia voltá.

5.1.1 – Sobre Chapada Gaúcha

Chamavam de Capão: “Lá no Capão”. Não existia essa Chapada Gaúcha, não. Essa Chapada Gaúcha veio depois, agora passado uns tempos.

Uma cidade que construiu ligeiramente foi a Chapada Gaúcha. Esses gaúchos chegou por lá. Esse aí era um deserto. Passou de Arinos para lá era deserto. Era uma fazendinha aqui, outra...Mas na hora que subia a chapada, do Gaio Alto, onde o Jaime morava...O único morador que tinha lá para subir a chapada era Jaime Batista. Esse Jaime Batista levou muito, muito...É quem socorria esse povo que avesso entrava nessa estrada.

Formoso já existia. Formoso é velho. Formoso tá quase que na mesma idade de Arinos. Arinos...Existia um armazém sozinho que era do Zeca Viana. Existia um armazém sozinho, não tinha rodoviária. Só tinha aonde o ônibus encostava. Só tinha uma pensãozinha.

Sertão...Sertão Veredas é o Parque. Isso aqui a gente chamava...Não existia, ninguém conhecia essa chapadona aí. Porque essa chapada vai de Jaime...

Da hora que rondava a chapada de Jaime para lá era aquele chapadão, aquele sertão, era aquele carrascão. A única criação...Nem gado não ia. A única criação que tinha era porco queixada e de viver-de-trem do mato. Só. Só quem tava lá é desse jeito, essas caça, esses trem. É queixada, porco queixada, caititu...Aí tem lugar que tem tiririca. Tiririca é uma bicha navaia que corta muito. Aí você vê: tem lugar nesse carrascão que você entra assim, tá molhadim igual aquele capim na seca, no mês de agosto. Tá molhadim igual esse capim assim. Tem lugar que meleja água, viu? Mas é aquele carrascão, baixo, que nem cobra ensebada passa. É seco, é aquele chapadão. Só quem bate é caititu, porco queixada...E se você pelear muito, você perde, porque não tem direção. Todo lugar é direção.

[Pergunto se onde fizeram o parque era esse lugar que descreve]

Era sertão também. Onde fizeram o parque era sertão também. Só tem terra cheia de galharia. Esse aí, esse parque aí é cortando esse mundo, sai no Mundo Novo [córrego],

cabeceira do Cachimbo, Mundo Novo...E aí ele vira, beira de Carinhanha; beira abaixo, divide com Cocos; e vira de novo, beira de Carinhanha; e vira, divide com Formoso. Gentio. Esse mundo é do Parque. O Parque é muito grande.

[Pergunto se morava gente onde fizeram o parque]

Não. Ah...No carrascão era deserto. Ninguém, ninguém, ninguém, porque ia beber aonde?! Não tinha água. Agora, nos gaio..! Nos vão...Dentro tinha morador. Tinha morador que a única coisa, que eu saiba, era andar a pé e a cavalo. Não tinha costume com gente, bem dizer. Era um perrengue esse mundo aí.

Tinha um lugar por nome Mutuca...Tudo era sertão do parque. Vereda Grande, esse mundo tudo ficou para o parque: Vereda Grande, Carinhanha, as Areia...

[Pergunto se ele conhece esses lugares]

Conheço. Uma parte eu conheço, a outra, não. Beira de Rio Preto, muito embaixo, eu não conheço, não. Beira de Carinhanha também não conheço, não. A Mutuca, eu conheço, fui lá uma vez, a Mutuca.

Agora, isso aí era um carrascão. Isso aí faz divisa com Formoso [córrego], Formosão. O carrascão era pelo lado de cá, o carrascão nesse sertãozinho aqui [aponta para o lado de Chapada Gaúcha].

O Parque, o Formosão, ele tem uma campina, é oito léguas de campina; (...) mas não tem nem um ramim daquele ali para você amarrar o cavalo. É só aquele cupinzim preto e aquele capinzim arrastando. Mas a campina é uma campina que você só vê o céu. Todo lugar são direção. A estrada cavaleira, que hoje já virou estrada de carro que passa aí, ela saía do Seio de Abraão, passava Tolda, Carindé...É o sertão sozinho. É a campina: sozinha, sozinha, sozinha...Só tem veado, anta e porco queixada. É esse sertão aí. É onde passa a estradinha cavaleira. Conheço no casco do burro. Isso era antes do Parque. Isso aí era largado, aí depois construiu o Parque. (...) Só tinha caçador. Caçador na beira do Formosão tem demais. Tinha, não sei se ainda tem. Caçador, na beira do Formosão, eles pegava um veado, matava o veado, retalhava ele inteirim; não esquartejava, nem nada, só tirava a cabeça. Às vezes que tirava a cabeça, outra vez retalhava com pescoço, com espinhaço, com cabeça, com tudo e punha no sol para secar.

5.2 – Lembranças de Dona Júlia: travessias para casar



Foto 24: Dona Júlia e Seo Antônio

A primeira foi essa que faleceu [mostra a foto de Conceição, primeira filha]. A Cotinha, que mora na Suíça; depois eu tive o Mario, depois do Mario, a Maria; depois da Maria, o Durval; depois do Durval, a Dinha (...).

Os pais de Toninho são lá da Chapada. E eu morava lá, no Vão daqui de Minas. Mas eu fui criada com meu avô, uma tia e um tio, minha mãe morava com meu padastro.

Aqui no Arinos eu tenho um monte de irmão, sobrinho...Porque eu, por parte de pai e mãe, é só eu. (...) Por parte de pai [pai de criação] é Ribas. Os meus irmãos é primo de Toninho, mas eu e Toninho não somos nada. (...) O pai dos meus irmãos [padrasto de D. Julia] era primo de Toninho. (...)

Nós casou não foi nem aqui também. Nós casou na divisa de Minas com Goiás, em Posse, indo para a Bahia. Lá tem uma divisa, menina, um negócio assim de esquina, um lado é Minas o outro é Bahia. É Goiás. Divisa de Bahia com Goiás. Porque meu padastro não queria que eu casasse com ele.

Nós tava no Capão com a Estivinha, que eu falo para você. Aí, eu, eu mesma...(Toninho eu não sei a jornada dele, porque ele foi mais os pais dele) eu fui mais meu avô.

Meu avô morava em Santa Catarina, lá na Catarina, Goiás. Aí nós queria casar, mas meu padastro não queria, não deixou. (...)

Nem registro eu tinha, eu já tava moça véia, moçona, e não tinha nenhum registro. Não existia, né? Não era gente no mundo porque quem não tem registro não existe.

Aí Toninho veio aqui no Arinos mais o pai dele e tirou o meu registro. Eu dei os dado, tudo. E aí...Eu tinha uma tia que morava no Logrador, um lugar por nome Logrador; na estrada que vai para a Catarina. Aí escrevi para meu avô, meu avô veio me buscar. Ele veio de cavalo de Catarina no Capão, que eu falo para ocê: Capão e Estivinha. Aí eu fui com ele. O véio tinha uma mulinha. Você conheceu aqueles “sião”? É uma sela que as muié munta e senta do ladinho. Pois é, a véia tinha uma, me arrumou e eu fui mais o meu avô, de sião. Aí nós saiu daqui do Capão, foi dormir lá no Logrador, lugar por nome Logrador. Aí, de lá, nós saiu e fomos para as Areia, um lugar por nome Areia. Isso em Minas, mas na linha que vai para Catarina, Goiás. Aí de lá, nós saiu de lá e fumo, nós foi para Catarina, para cidade, uma cidadezinha. Aí depois Toninho foi mais os pais dele.

Aí a gente foi para casar no Sítio da Abadia, não casamo porque não tinha juízo. Aí de Sítio da Abadia, nós ia casar em Formoso, também não tinha. Aí tinha um oficial de justiça que ia botar a filha na Caio Martins [rede de escola rural do noroeste], lá em Posse. (...) O homem chamava...Eu não sei se ele ainda é vivo: Paulo, Paulo “Chofer”. Aí ele falou assim: Olha, Sá Julia, eu vou levar a Ana Lucia (...) para estudar lá em Posse, e aí nós vamos, os meninos vai, eles lá. O padre lá é muito bom, lá de Posse. Aí eles casa lá. Aí nós foi de cavalo. Passamo lá nesse Seio de Abraão, naquela ponte que eu falei para ocê, que a ponte é dentro do chão assim, ponte por natureza...Aí passamo lá e si mandamo.

E aí, a gente foi lá; chegando lá...Sim, aí foi eu, Tonin, a mãe dele (a mãe de criação), o pai de criação e meu avô. Nós casamo no padre, na igreja. Aí nós casô em Posse. (...) Aí viemo embora para Catarina.(...) Tudo a cavalo. (...) Lá nós dormiu na casa dos meus tios, no Areia.

No caminho a gente dormia assim: chegava era na casa do pessoal com coisa que fosse conhecido. Nós viajava de dia, de noite repousava.

[Pergunto se não tinham medo de andar no “mato”]:

Não. Nesse tempo não tinha violência, você não ouvia falar em violência.

5.3 – Lembranças de Seo Zé Bom: o “Álbum de Família”⁷⁴

Vamos ver os retratos primeiro.

Aqui é minha esposa, quando nós casamos.



Foto 25

Casaram-se quando ela tinha 25 anos. Digo que ela é muito bonita e ele concorda. Mostra mais algumas fotografias.

⁷⁴ Apresentamos as lembranças de José de Oliveira Carvalho de acordo com o contexto de nosso encontro. Estavam presentes eu e seu neto. Por esta razão, sua fala é destacada em itálico.



Essa aqui é uma fotografia de máquina velha, daquelas de entrar dentro assim ó, lá no barranco do rio do Porto Novo, chegando em São Romão. Ó o chapéu de meu pai...E esse aqui também é na mesma época.

Foto 26

Aqui é uns boi que eu tinha aqui.

Neto: gêmeos.

Gêmeos. Igualzinhos.



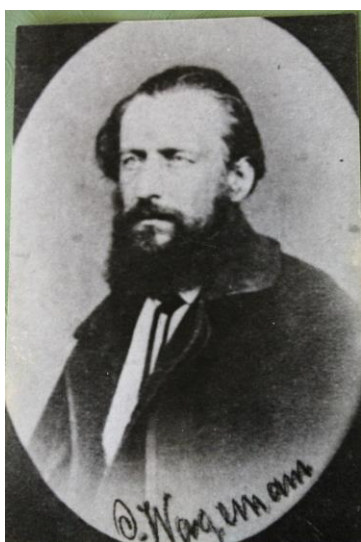
Foto 27

Esse aqui é de meu tataravô por parte de pai. (...) Esse aqui é meu tataravô...

Neto: “Otto.”

Otto Carlos Wagner não sei de quê, não sei de quê Wagemann. Mas aqui está só Otto Wagemann. Mas é Otto Carlos Wa...Wanner [tentando falar o nome] Wagemann.

Neto: Esse aí era um alemão que ninguém sabe como chegou lá em Januária.



Eu sei, ele era médico sanitarista. [O neto insiste que isso não diz nada sobre o modo como Otto chegou lá]. Ué, foi bater [de bater lá, chegar lá] andando! De vapor. Subiram pelo Rio São Francisco. Era a única coisa que tinha naquela época. (...) E ele era médico, né?

Foto 28

Aqui é minha esposa, uma irmã...duas irmãs. Ela está aqui no centro. E essa aqui com a filhinha, essa mora em Formosa.



Foto 29

Seo Zé me pergunta se conheço Preto Santana.

O segundo prefeito de Arinos.

Esse aqui é eu e ele em 1946 no exército no Rio de Janeiro.

Preto Santana. Chama Salustiano Santana.



Foto 30

Seo Zé Bom continua mostrando suas fotografias e explicando-as. São fotos mais recentes. A maioria, imagens dele com a esposa e os filhos.

Segue mostrando muitas fotos da esposa, Anatésia; em várias situações. Sente falta dela.

Comentamos as fotos. Zé Bom diz que tem uma caixa cheia de fotografias antigas, as que está me mostrando *são as preferidas*. Enquanto isso o neto ajuda-o a lembrar detalhes registrados nas imagens.

A sessão é, então, brevemente interrompida porque querem que eu registre o crânio da suçuapara⁷⁵. Ficamos falando da arrumação do ambiente para fazer a fotografia do objeto. Não encontro um local adequado. Fico procurando, mas, ainda assim, a faço.



Foto 31

Eu e Bruno, o neto de Seo Zé Bom, ficamos conversando sobre um quadro na parede pintado por sua tia, enquanto Seo Zé Bom sai para pegar outro álbum.

Ele retorna e continua mostrando imagens e contando da família.

Falamos do Rio de Janeiro porque costumava ir com frequência para lá. Seo Zé Bom tinha um irmão que morava no Rio.

De repente, passamos por uma foto de Zé Bom que parecia feita em estúdio. O neto comenta que devem ter amarrado o avô para fazer o retrato porque ele não gosta de ser fotografado. O avô diz que a foto foi tirada em Brasília, quando foi reabilitar a carteira de motorista. Isto, então, o faz lembrar de uma outra fotografia e Zé Bom corre para buscá-la. É uma foto antiga dele, da juventude; ele quer que eu adivinhe de que ano é a foto. Lembrando-

⁷⁵ *Blastocerus dichotomus*. Este crânio havia sido encontrado por um ex-empregado de Seo Zé Bom, em uma área de alagadiço, habitat desta espécie também conhecida popularmente como Cervo do Pantanal, Veado Galheiro, entre outros nomes.

me que ele a havia exibido no dia anterior e comentado a idade, arrisco dizer que ele tinha 24 anos na época. Não acerto; Zé Bom corrige-me dizendo que tinha 21. A foto era de 1950, *mais ou menos*.



Eu era novo. E era um gato.

Zé Bom comenta que o mesmo fotógrafo que produziu esta foto fez também a maioria das que estão no *relicário*, um livro de fotografias de Januária.

Foto 32

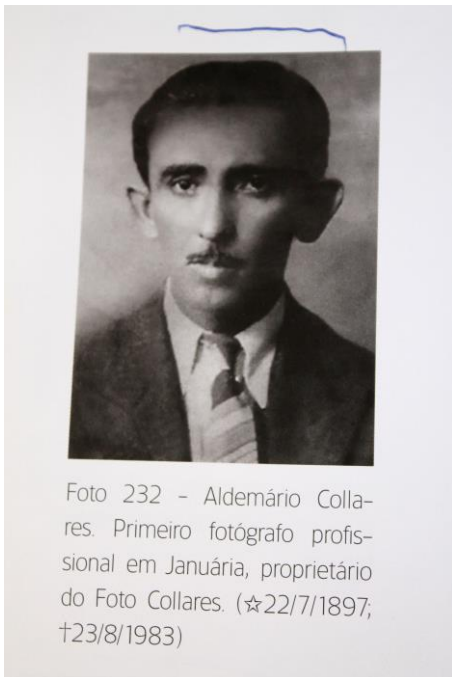


Foto 232 - Aldemário Collares. Primeiro fotógrafo profissional em Januária, proprietário do Foto Collares. (☆22/7/1897; †23/8/1983)

Foto 33

Começamos, pois, a ver o livro.

Seo Zé Bom folheia e, com a ajuda das imagens, lembra o passado.



Foto 34

*Ah, esse meu tio aqui (onde é que nós vimos ele, peraí...[voltando páginas do livro].
Aqui. Lê aí para você vê:*

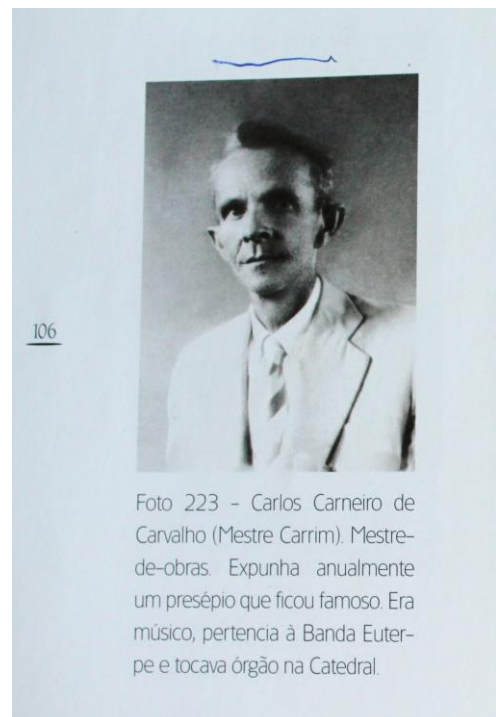


Foto 35

Leio em voz alta a nota sobre o tio abaixo da foto.

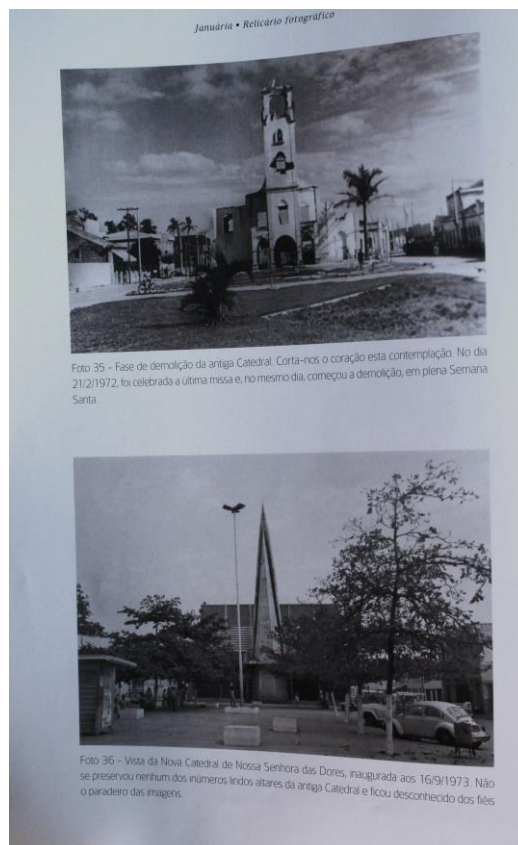
Zé Bom: *Ele era mestre de obras, fazia os prédios mais...Antigamente que era tudo casa comum...Já ele fazia aqueles palacetes. Dava prontinho. Pegava aquilo e dava na chave para o dono que empreitava com ele. [Espera eu fazer a foto] Mestre Carrim...! Ah, lá na casa dele tinha um canto assim – era numa esquina, sabe?, a casa nossa lá –; e um cômodo no canto da casa tinha saída para ali e para cá, assim, para a rua. Era uma quina assim; saía para uma rua dali e para a outra daqui. Ali era onde ele fazia o presépio. Enorme assim, lá no canto da casa. E ali ele fazia...já tinha aquelas pedra própria. Porque lá tem, lá abaixo de Januária tem um lugar que...onde tem um...Como é que chama, gente? [Neto: um lajedo? Pedra?...] Não, o rio! O rio Peruassú! É...o...Tem hora que me falta a memória assim para mim falar as coisas...E lá tem um lugar que o rio entra aqui e vai sair daqui uma légua ou mais, né? E ali é uma...Perai, perai...Tem aqueles estaleg...estalagué...[tento ajudar: estalactites?] estaleletites...É...salina. E vai fazendo aqueles trem pendurado, pendurado, lá embaixo; que ele [o tio] tirava para poder enfeitar a lapinha; e fazia o regozinho e tinha um tambor de duzentos litros num corredor atrás da parede, e ele encanava a água para lá, para correr; e aí caía numa lagoa na lapinha. Coisa mais linda. Todo mundo frequentava. Tempo de vinte e cinco de dezembro até seis de fevereiro [queria dizer janeiro] era lá uma farrá lá de gente visitando. [O neto corrige, perguntando se não era janeiro o mês de encerramento do presépio. “Ninguém lembrou de bater uma foto desse trem?"]. Eles observam que não tem no livro.*

Olhamos mais fotos. Seo Zé Bom continua enumerando aqueles que conhece do relicário. O livro vai sendo virado...Aparece as imagens de alguns músicos: *Ai Priangú!* Faz eu ler novamente a nota, que vai abaixo da foto do pandeirista.

O livro continua sendo virado. Apresenta casas, prédios de Januária que se transformaram. Alguns demolidos, outros foram engolidos pelas águas das enchentes do São Francisco.

Essa aqui era uma igreja, era um monumento que eu achava, né? Ela aqui dentro, tinha uma coluna assim, no meio, onde tinha um altar do santíssimo sacramento; e ali era o altar de São José. E o altar-mor ficava no fundo. Eles derrubaram (esse homem aqui, ó [mostra a imagem], que é bispo lá, quem derrubou) na Semana Santa – antes de terminar a Semana Santa. Eles começaram a demolir. Esta igreja, ó, que eu falo, que eu condeno.

Foto 36



Passamos pelas imagens dos vapores que navegavam pelo São Francisco e Seo Zé volta a falar da igreja demolida.

Eles derrubaram na Semana Santa – antes de terminar a semana santa. Eles derrubaram a igreja. (...) Essa aqui é a nova [fala da igreja nova que construíram no lugar da velha]; e essa aqui é a velha (...). Essa [a nova] é um vão só: aquele salãozão imenso até no altar-mor. E a outra, daqui para frente, era o altar-mor e tinha dois comodozinhos assim de lateral que tinha uns santos. E para cá o salão grande, a entrada da porta principal da igreja por aquela lá. E aqui [falando da igreja nova] é uma entrada só, até sair lá. Tem porta lateral também, né? Mas eu não fui com a cara, não. Detesto.

Seo Zé Bom segue lembrando do passado através das fotografias do livro. Passa pelas enchentes do São Francisco, comenta do cais contruído para proteger a cidade das inundações...

Então, de Januária, retorna para Arinos e fala do tempo em que foi intendente na cidade. Reintera a fala de Seo Antônio, ao narrar como faziam para ir para Brasília: indo até Unai e esperando uma noite na cidade.

Em seguida, conta de suas viagens para Belo Horizonte à trabalho, como intendente. Diz que ocupou o cargo por quatro meses. Viajava mais para colher assinaturas, já que a comarca de Arinos era em São Romão. Acrescenta que foi difícil levar o cargo, pois a cidade não tinha recursos e fala com orgulho da fossa que abriu na *escolinha*: *porque as crianças tinham que fazer suas necessidades no mato e quando eram as meninas que iam, os meninos costumava ir atrás para atentar.*

E mais uma vez resgata Anatécia. O relato de seu período como intendente lhe fez lembrar da panela de pressão que havia comprado para a esposa numa de suas viagens: o povo comentou que o presente tinha sido adquirido com dinheiro público. *Panela de pressão era uma raridade*, comenta; *não existia em Arinos*. Pontua o neto que a avó adorava cozinhar em panela de pressão. Então ambos, neto e avô se põem a falar de como Anatécia era boa cozinheira.

Lembrar da esposa era lembrar da casa para Zé Bom; das obras que fez logo que se casou e dos objetos que adquirira. Assim, Zé Bom me leva para um passeio curto dentro de sua casa para mostrar os móveis do seu enxoval. O guarda-louça que, segundo ele, foi *o primeiro que entrou no Vale do Urucuia*, a cômoda, que também era uma novidade, pois lençóis, toalhas e outras roupas de cama costumavam ser guardadas em canastras (baús)...

Enfatiza que a esposa era muito *trabalhadeira*. *Mas trabalhava comigo na roça no duro da cebola!* E me conduz, enfim, para mostrar o quadro da família dela na parede.

5.4 – Lembranças de Seo Caetano e Dona Arcesina: representações do passado (a festa do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas⁷⁶) e as transformações do presente



Foto 37: Seo Caetano cortando lenha. Ana F. Vasconcellos, 2014.



Foto 38: Dona Arcesina à espera do padre na capela. Ana F. Vasconcellos, 2014.

⁷⁶ Evento cultural anual organizado na cidade de Chapada Gaúcha.

Seo Caetano:

E é bonita a festa deles lá. (...) Vem folia de reis, vem aquela dança..São Gonçalo, né? Todo tipo de dança vem.

[Pergunto se já dançou a dança de São Gonçalo. Seo Caetano diz que já ajudou a cantar, mas nunca dançou. Pergunto como é a dança. Seo Caetano diz que é bonita. Dona Arcesina diz que tem uns arcos, que os participantes batem os arcos uns nos outros e faz um som: “tracle, ta, tracle, ta, tracle”...Explica que se forem doze mulheres na dança, haverão doze rodas, se forem dez mulheres, dez rodas...Explica que é uma dança de par. Seo Caetano diz que, na festa, os organizadores “fazem representação” do passado: constroem casinhas de palha de buriti, tem folia, mulher fazendo renda; “tudo representação”, segundo ele. O vaqueiro gosta muito da festa, acha muito bonita e diz que só não viu lá a representação da Folia do Divino. Seo Caetano tenta explicar por que gosta da festa]

Seo Caetano:

Eu gosto da natureza. Do princípio do mundo. Da época que eu nasceu. Porque eu estou com setenta e poucos anos...Aliás, eu ainda peguei umas frases [quer dizer fases] mais ou menos. Então eu gosto da natureza. Naquilo que eu nasci, eu gosto. Eu gosto de ver sendo cultivado, tá olhando, tá vendo como é que era, essas coisas. Tem muitas coisas que eu não alcancei e hoje ainda vejo passar.

Dona Arcesina:

Muitas coisas que passou lá [na festa] eu alcancei. Porque antigamente não tinha bolsa para carregar nada. A mulher fazia a trouxa de roupa e botava na cabeça. Mulher fazia as trouxas e botava na cabeça porque não existia sacola. E roupa rodada, de manga. (...) Eu alcancei: as mulher quando ia passear nas casas levava as roupas todas nas trouxas. E elas chegaram [as atrizes da festa] e se assentaram em riba das trouxas. E perguntaram a elas: “o que é que vinha ser aquilo lá? É que antigamente não usava bolsa [como se fosse a resposta das atrizes da festa], as mulher carregava as roupas era nas trouxas”. E as roupas também eram diferentes. (...) As roupas de antigamente eram muito bacaninhas. Fazia franzidinha na manga, manga de bata; os vestidos rodados, (...) gola...Não usava roupa de alça, não usava cinta...

Seo Caetano:

Nós ia em Januária. Era vinte e um dias com carro de boi. Vinte e um dia com carro de boi. Saia madrugada, fazendo pouca madrugada. Levantava três horas, quatro horas, e ia até ali pelas sete, oito horas da noite viajando. E agora desarriava, pousava, tirava o carro de boi. Boi não comia mais porque tinha comido à tarde. Aí [a]marrava os bois. [a]marrava o boi na feira. (...) O rabo da atiradeira noutro pau lá. Boi deitava tudo, ficava tudo deitado resmoendo. Madrugada soltava os bois. Você ia para o pastoril pastorá boi – madrugada! Ali ele levantava, fazia café, cozinhava arroz; e a hora que dava na hora botava na buraca [quer dizer bruaca]. Buraca era um negócio feito uma caixeta dessas [aponta uma caixa de madeira no canto da cozinha], mas era grandona, de couro de boi, costurado. Botava arrumadim, para modo de não derramar. Botava o feijão e o arroz. O feijão era seco. Na hora de temperá é que botava água e machucava. O arroz não derramava, ia lá bem ajeitado, tinha as painelas premente para cima.

Ai agora, dava na hora de botar boi para comer. Ali para as dez horas, botava boi para comer. E arrumava para os outros. Arrumava o feijão. O arroz já estava com tudo. Almoçava, fazia o café, botava na garrafa e encostava. Montava no carro e rodava. Pegava uma junta de boi brabo e ia daqui para Januária. Lá enchia o carro cheinho como essa carroça que tá aí [o carroção que fica na porta de sua casa]. Não tinha carroça nesse tempo, não; era carro de pau! Era de pau! Enchia o carro cheinho, de sal, café, fazer roupa..., pano! Mas era peça, não era roupa costurada, não. Aqui é que as mulher ia costurar. Era assim.

Eu fui muitas vezes para Serra das Araras, em época de festa, levar alguma coisa que tinha para vender, e trazia de lá. Comprava uma lata de querosene, outra hora uma arroba de café, outra hora um saco de café. Comprava sal, comprava uns quinze kilos de sal e vinha embora. [Diz que gastavam oito dias de viagem para Serra das Araras; Januária eram 21; para ir e voltar]. Ninguém tinha achava [acho que quer dizer: ninguém reclamava] e o povo tinha tempo. Tudo.

[Pergunto se hoje o povo tem tempo].

Seo Caetano:

Hoje é uma correria, você não vê nada!

[Pergunto se eles também “correm”].

Seo Caetano:

Aqui nós não sossega, não! São poucos os que ainda têm folga. Uma correria...Tá do mesmo tamanho: não diminui, mas também não aumenta.

[Pergunto o que é mais “corrido” hoje para eles].

Seo Caetano:

O mais difícil é você fazer um bocado para comer. Porque hoje é aposentado, mas se ocê [vive de] aposentadoria,...Se você for pagar um carro para modo de levar o sujeito e trazer...A aposentadoria não dá para comer. Porque é assim: todo mês você vai pegar a grana, mas todo mês você tem que gastar, né? Pagar um carro, pagar a gasolina, para te trazer...[Diz que antes plantavam: “de primeiro tudo tinha”. Não era aposentado, mas trabalhavam muito e adquiriam as coisas]. Hoje voce não pode botar uma rocinha aí, porque sem tirar licença não pode por. Então...A força já acabou também. Tudo vai diminuindo.

[Pergunto quais as lembranças mais marcantes do passado: se tem saudade de alguma coisa que existia e acabou].

Seo Caetano:

A gente se acostuma com tudo.

Dona Arcesina:

Tem muita coisa que a gente recorda do passado.

[Pergunto o que é mais estranho nos dias hoje].

Seo Caetano:

O que eu estranho mais é o respeito que tá muito pouco. Falar a verdade: taí uma coisa que eu estranho mesmo. Porque a criação da gente não foi essa que tá aí.

D. Arcesina:

Qualé o filho que chega no pai para joelhar e dar a benção? Nenhum. E nós era. [Dizem que os meninos hoje ainda pedem benção no norte de Minas mas que não se ajoelham mais].

Seo Caetano e D. Arcesina [falas sobrepostas e complementares]:

Quando não joelhava, agachava desse jeito assim [Seo Caetano tenta reproduzir]. E o pai pegava na mão da gente para abençoar. Desde que ainda dava um beijo na testa do filho. Hoje fio passa por lá: “bença pai, bom dia, pai...” Aí faz que nem o Dedo Bichado [Riem. Tentam lembrar como um conhecido deles fala com o pai, fazendo troça].

5.5 – Lembranças de Seo Ladu e Dona Manelina: ‘Revoltas’ – Casos de jagunçagem e vingança



Foto 39: Seo Laudelino (Ladu). Ana F. Vasconcellos, 2014.

Dona Manelina:

Chegava essa turma de gente, tudo armado. Chegava nas casas, corria com o povo da casa. Se tivesse em casa, onde eles alcançava, o que não matava, tomava conta da casa, da pessoa. Aí quando eles começou a sair (que veio a notícia), aí o povo da região já foi escondendo. Abandonaram as casas e foram para dentro das matas. Esconder. Aí diz que não podia deixar a casa trancada (...) porque se trancasse eles rebentavam a porta e invadia...Diz que eles apanhavam [coisas], o que não apanhava, derramava. Diz que eles misturavam arroz com feijão, farinha, tudo...Acampanha ali uns dias, matava gado; comia o que eles davam conta de comer. O que não comia largava lá para urubu...Eles passava de tropa. Inclusive

passou lá no Matinho. O pai dele [do marido] era rapaz. Passou lá em Vargem Bonita...Meu pai estava com idade de cinco anos. A vó do meu pai diz que não quis sair da casinha dela, não. Mas os pais dele saíram [os pais de Seo Ladu]. Aí diz que eles acampou perto.(...) Dizem que eles vieram do rumo do Goiás [a tropa de jagunços]. (...) E eles falaram que iam voltar; e disseram que aquela vez estavam era com o pente grosso, que, da próxima, iam voltar com o pente fino: que era para não sobrar nada.

Seo Ladu:

Então minha filha, foi uma coisa que ficou da lembrança do povo. Foi muitas famílias que sofreram.

5.5.1 – A vingança de Bralo

Seo Ladu:

(...) O meninim ficô, e o outro morreu, junto com o pai. O que matou o pai deles chamava João Antônio, pai de uma famiona. Naquele tempo os homens tinham uma famiona. Que nem ela [a esposa] contou ali, né? Às vezes tinha duas mulheres. E tinha até mais, minha filha.

Pois é, aí então, fia de Deus, (...) aí, então, o fazendeiro ficou tranquilo aí; o João Antônio, que matou o pai [do Bralo] e o irmãozinho. O pai chamava até Antonim. E ficou esse menino aí, jogadim. Para um lado e para outro. Ficou sem o pai. E não sei se a mãe...Às vezes não tinha nem a mãe, né? Às vezes tinha morrido a mãe. E ele ficou sozinho. E foi embora pelo mundo.

Nesse tempo o Caetano, meu avô, morava no Matinho. Por isso que o causo é verdade. O papai sabia, assim né?...Porque o papai criou aí, né?

Então aí, meu avô, Caetano, morava no Matinho; onde hoje mora o Edgar. O meu avô morava no Matinho nessa época, desse fato. Aí o menino ficou por aí. Não tinha mãe, não tinha pai mais. Porque tinham matado e tudo, né? O outro fazendeiro morava de vizinho com meu avô. Chamava João Antônio. E ele tinha também um menino que morava com ele que chamava Zé Soares. Chamava José Soares. O nome do menino. Era dos Soares. E eu conheci o menino, depois dele velho, na idade, né? Para você ver como é que foi a história, né?

Aí, meu avô morava no Matinho, o Caetano. O João Antônio morava no Riachinho. Chamava Riachinho. (...) E aí, minha filha, lá foi decorrido o caso.

E o menino sumiu, o Bralo. Decorreu uns anos... – para lá, não sabe para onde foi. E o João Antônio morava no Riachinho. E tinha um menino com ele que era filho dele, o Zé Soares. Eu não sei também se o menino era de outra mulher...Ele morava só com o menino em casa. Devia ter outras mulher, mas não sei como é que era, né? Sei que deram em casa com esse menino; meninim pequeno, o Zé Soares. Esse menino [o Bralo] que era filho do pai que ele [João Antônio] matou. Você entendeu bem?

Quando decorreu uns anos, o Bralo voltou com a tropa, minha filha. Com a jagunçada. Aí tem um alto, assim, na frente da casa – lá tratava por Gonçalo, que tem o gaió que é o Riachinho, pertinho do Matinho. Matinho...É dois rios assim: Mato Grande, Matinho e o Riachinho. Riachinho é uma vereda pequena e baixinha, né? Existia até, lá, tem a certidão de onde era a casa do João Antônio. Ele tinha a casa fechadinha, né? Ele tinha gado...Era pessoa bem de situação.

Tava com o meninim em casa. Com o meninim...Chamava José Soares – o sobrenome dele.

Aí quando o Bralo arrumou a tropa lá – aonde é que tava? Não sei aonde é que estava a tropa com a jagunçada –, ele desceu...Chegaram, né? A pessoa que tocava o cargueiro da comitiva, né? Ele veio todo arrumado para fazer a vingança. Por isso que eu falo para ocê esse negócio da revolta, né? Eles vieram tipo uma revolta, não foi? Aí vieram, chegaram, desceram...O do cargueiro veio mais atrás. E a jagunçada romperam adiante. E aí cercaram a casa. E é vem descendo lá no alto, o cara que veio com o cargueiro; e o Bralo com a jagunçada desceram adiante e cercou a casa. E o homem estava dentro da casa com o menino. Que aperto – não é, minha filha? – que foi passado.

Chegou. Gritaram ele: “Oh, João Antônio, sai para fora que hoje chegou o dia de ocê pagar o que você deve.” Diz que foi bem assim, papai me contava. Depois gritava: “Sai para fora, João Antônio, que hoje chegou o dia de ocê pagar a dívida.” E diz que tinha uma janela na casa...E é vem o cara do cargueiro descendo o alto, acabando de descer. Estou contando a ocê as histórias, né?, que foi passada. Aquilo que papai contava.

Aí de lá ele [o rapaz do cargueiro] enxergou. O homem já ia entrando no mato, não é minha filha? Saiu e eles não viram. Pegou o meninim...Que nem você viu a Manelina contando, né?, que as pessoas que, às vezes que podia mais...Às vezes moía cana, botava a rapadura no...por riba do cozinheiro, assim...de certo para não melar, né?...

Aí tinha um jirau...Pegou o meninim, minha filha – meninim pequeno – jogou em cima [do jirau], lá; e saiu e eles não viram. Aí quando ele estava entrando no mato, o de lá de cima que vinha gritou: “ocês estão com a casa cercada e o homem já está acabando de...tá

encobriundo o mato. Tá entrando no mato.” Aí diz que eles levaram a vista, aí diz que enxergaram ele. Vi dizer que enxergaram tipo duma linha. Aí atiraram, aí passaram para lá e estraçalharam...a vida do homem. Aí voltaram para casa.

Por isso que eu falo para ocê: negócio da revolta, né? Ela deve ter sido uma coisa que fizeram, não é, minha filha? Mais ou menos uma coisa que fizeram desse tipo: vingança. Um país fez uma coisa que ofendeu um outro país – a gente falava: “gente de outro país” – alguma cobrança, não é, minha filha?

Aí diz que tomaram conta da casa, mataram gado, chamou gente...Diz que deram tipo uma festa. Diz que decorreu uns dias, aí que foram lá no jirau. Depois que fez o bagaço com o homem. Entraram para dentro da casa, arranjaram o meninim. Arranjaram o meninim amarelim, assim. Tava escondido em riba. Aí tiraram de lá...O jagunço pegou o meninim para matar. Aí o Bralo falou que não matasse o meninim, não. Que não fizesse com ele que nem fizeram com pai dele: que matou o pai e o irmãozim. Que deixasse com a morte só do pai. Que deixasse o meninim. Aí ficaram com o meninim lá – esse meninim pequeno, né?

Aí pegaram esse meninim, ficou com esse meninim lá...Aí panhou esse meninim no dia de ir embora. Panhou o meninim meteu na cabeça da sela e aí chegou lá no meu avô. Chegou lá: “Oh, Seo Caetano”. Aí meu avô saiu. Meu avô era um véio assim...Eu sou bem moreno, mas meu avô era bem branco, né? Olho azuli, né? O papai era do olho azul; mamãe era moreninha, né? Mas o papai, o olho dele era azul. Eu tenho dois irmão do olho azul.

Aí saiu: “Oh, Seo Caetano”. Aí ele saiu: “É”. “Viemo trazer esse meninim aqui para o senhor cuidar dele, zelar dele. Né? Criar o meninim, cuidar do meninim. Nós fizemos um serviço acolá, sujemos as mãos, mas nós não importa de sujar os braços, não”. Falou para meu avô, com o meninim na cabeça da sela. Mas meu avô: “Não, mas sim, né?”...De certo meu avô já sabia, né?: “Não, pode me entregar o meninim”. Aí: “Entrega o meninim para mim aí” [ainda o avô]...Aí meu avô recebeu o meninim. Eles tiveram aí. Meu avô não viu mais. Fizeram igual tipo da revolta: não se sabe de onde é que veio nem para onde é que foi.

[Pergunto sobre o menino entregue ao avô]

Seo Ladu:

Entregou o meninim para meu avô!

[Mas como foi a vida do menino?]

Seo Ladu:

Aí sim. Aí ficou esse menino. Lá com meu avô, meu avô cuidando, né? O Caetano cuidando dele. O meninim foi crescendo, meu avô cuidando dele...botou na escola e tudo. Ele estudou bem. Eu ouvi dizer que ele levou esse menino ali para Januária. Para estudar em Januária. E depois passou a ser um professor, o meninim.

O rapaz [José Soares, o meninim] casou com a filha do véio, o senhor Hermelindo, da casa da família Neres. Esse menino – como bem dizer... – morou aqui, ó, morou não tem muitos anos, não. A gente conheceu. Foi na época que ele estava doente. Nós foi lá, né? Não foi, Nelina?

Dona Manelina:

Quando nós casou, homem! Tá com quase cinquenta anos que ele morreu.

Seo Ladu:

É, tá com quase cinquenta anos que ele morreu. Mas nós já tinha casado, eu e Manelina.

Dona Manelina:

Ele morreu em setenta e seis (...)

Seo Ladu:

Foi morador ali, minha filha, de vizinho com nós. Teve um familião! E hoje a família dele ficou no lugar de irmãozim nosso. (...) Chamava Zé Soares. Passou a ser dono de muita terra aqui, não é?

Nesse caso, a filha dele casou com um filho do véio Joaquim, com o irmão da comadre Cesina [Dona Arcesina]. Quer dizer, a filha dele, a Dona Leonora casou com o finado Davi (...) que é irmão da comadre Cesina. E passou que hoje você vê: mas tem filho ainda, ó, nesse mundo! Já morreu uns, mas tem gente demais, né? Neto...Passou que é uma familiona enorme. Vizinho nosso aqui. Muito amigo meu [o irmão de Dona Arcesina], gostava muito dele. (...) Chamava Tedavido. Até hoje tem a cruz lá, na fazenda ali, aqui, perto aqui...

CAPÍTULO 6 – LEMBRANÇAS NA REGIÃO DE BRASILÂNDIA DE MINAS

6.1 – Lembranças de Dona Sivi: A mudança de Brasília de Minas para a Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu (atual Brasilândia de Minas)

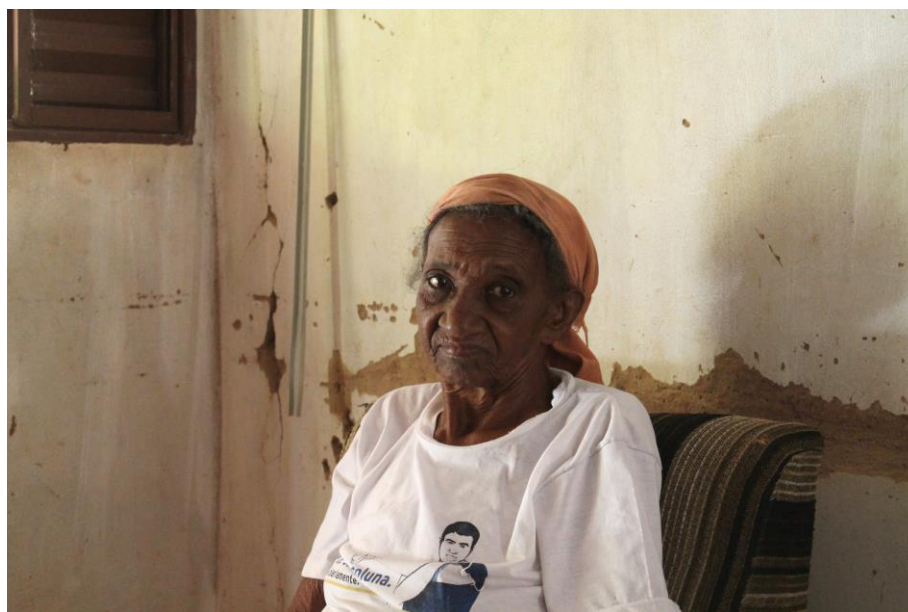


Foto 40. Dona Severiana Pereira da Silva (Dona 'Sivi'). Ana Luísa F. Vasconcellos, 2014

Em Brasília de Minas, nós morava em fazenda. Na fazenda do meu pai. Tinham muita plantação. Tinha mandioca, fazia farinha; tinha cana, fazia rapadura. Fazia tudo! Lá era um movimentão, que nós trabalhava seca e águas. Era fazenda grande. Tinha muito pau de aroeira para roçar, fazer o plantio. Não tinha esse negócio de florestal; derrubava a hora que queria. Cada roça boa! Não perdia, não tinha rio para comer. E nós fazia muita roça. Nós fomos muito bem criado.

Tinha gado. Muito gado. Ficou tudo lá. Pai morreu, nós não partiu; fazenda ficou lá. Eu mudei para aqui. E meus irmão ficou lá. Até hoje tem uns resto lá. (...)

Nós era quatro. Porque minha mãe morreu. Fomos criado só com meu pai. Criou nós um tempo, os filho tudo pequeno. Aí virou tudo rapaz, moça...

Casei em Brasília de Minas, fiquei viúva, casei com outro, (...) vim com ele, aí passou tudo aqui os passado. Que ele ficou doente, os meninos já estava rapaz, foram embora para

São Paulo. Aí os menino levou ele; ele morreu lá. Mas aí enterrou lá porque os menino já estavam lá.

(...) Era a família do meu marido que veio. Falaram: “tão dando terra lá, vamos para lá.” Mas nós chegou aqui já tinha acabado. Ganhamo essa aqui. Ganhamo não, compremo. Porque naquela época a gente não ganhava nada. Os colono tiravam uma fazenda e iam pagando. Mas os colono era muito bem beneficiado. (...)

Nós viemos em seis famílias. Todos os seis irmãos de meu marido. Não tinha outro jeito de vir, era canoa mesmo. Viemos pelo rio. Levemos duas semanas. Trouxemos as coisas tudo. A canoa veio cheia. Parava nos pontos. Nos pontos de vapor. Nós parava, as canoa ficava; nós pegava os trem de dormida e os trem para fazer comida. Fazia janta. Nós jantava...Na frente, nós tornava a apiá, fazia almoço...Era rio acima. Primeiro entrou no São Francisco, depois entrou no rio grande [Paracatu]. Entrou no paracatuzim e depois entrou nesse grande, o rio grande. Descemos no Porto Cavallo.

O Porto [bairro do Porto, perto de Canudos, onde Dona Sivi mora atualmente] era quatro casas e não tinha rua. Tudo era mato. Lá na sede, que é a cidade hoje, tinha quatro casas, que era lá no pé da serra. Tinha a casa grande que era da CODEVASF [na época, CVSF], tinha a casa que era da Esmeralda, a enfermeira; tinha o doutor Benevil, que era o chefe; que trabalhava para a CODEVASF e...Não tinha mais nada. E tinha o almoxarifado que era mais lá no pé da serra, (...)

Porque eu cheguei aqui, fiquei lá um mês, no Porto Cavallo; aí Bernardino Beta veio buscar nós, de carro; nós fomos lá para a fazenda dele, que é no Boqueirão. Lá nós trabalhemo muito; trabalhemo dois anos. Três anos no Matoso.

(...) Eu morei no Boqueirão. Ali eu achei bom. (...) Tinha muita amizade, muitos padres, tinha missa do Riachinho...Eh, era bom demais! Depois mudei pra aqui. Aqui não tinha ninguém, só tinha eu aqui e um cumpadre meu, que morava ali, que morreu; a mulher dele e outra mulher ali em riba. E lá no Porto tinha quatro casas.

Quando eu cheguei aqui, ainda não tinha construído a cidade. Quando eu cheguei aqui, tinha quatro casas: quatro no pé da serra e quatro aqui. O resto era tudo mato, cerradão.

Aqui era bom, minha filha, aqui era tudo dado! Tinha umas hortas...Porque hoje é tudo casa ali na sede, mas tinha umas hortas, tinha um pomar...E tinha um senhore, ele vinha trazer no jipe; trazer verdura para nós, de graça. O leite, de graça.

Tinha o velho Tanázio, que inté hoje tem a geração dele ali. Fulga, um homem que chamava Fulga. E tinha muita gente aí que cuidava [da horta e do pomar]. Já tinha os currais, pegava leite para distribuir com o povo. Depois foi só acabando. Depois foi acabando. O povo

já estava assim, mais trabalhando; a CODEVASF já deu serviço. Serviço de empreita, de capiná na enxada, de roçar. Já deu serviço para o povo. Nós ganhamos, lá na beira do rio, um lugar para trabalhar, plantar. Plantava abóbora, plantava o milho, plantava o arroz; colhia muito. Era bom. Chovia. O rio enchia. A água entrava, dava muito prejuízo. Aí a água ia embora, nós plantava abóbora na seca, milho...Colhia muito. Tinha um farturão danado. Aqui era bom. Era melhor do que hoje. Porque nós tinha onde trabalhar. E hoje eu só tenho isso aqui. Esse pedacinho aqui; não tem para plantar. Não dá para fazer uma roça boa.

6.2 – Lembranças de Seo Geraldo: andanças entre a zona da mata mineira e o interior paulista até a mudança definitiva para a Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu. História da Colônia e o agronegócio na região nos dias atuais.



Foto 41: Geraldo Paiva. Imagem cedida pelo próprio

Seo Geraldo:

E eu lembro muito bem, que meu pai,...

E lá era interessante porque tinha tudo justamente: a colônia, casinhas todas parecidas assim; os empregados, moravam ali.

Eu lembro muito bem que meu pai levantava cedo e todo o trabalho era comandado pelo sino (?) da fazenda. Por exemplo, o horário de almoço era hora tal, eu lembro que quando meu pai ficava no campo lá com a turma, aí minha mãe ia lá e puxava o sino. Por exemplo, hora do almoço, hora da parada, e assim por diante. Eu lembro muito bem desse sino que comandava cada porta. Era muito interessante, só que eu era muito pequeno. Nós éramos em seis irmãos, mas tinha uma irmã que ficou aqui em Minas, e os outros eram tudo pequeno também. Eu lembro bem desse lugar.

Lembro quando a gente saiu de lá e foi até uma estação chamada Chibarro, próxima. E lá embarcou. E aquele tempo a gente era acostumado – foi de Minas pra lá de Maria Fumaça, aquela tradicional locomotiva a vapor, aquela coisa que sacolejava demais.

Ana:

Ainda tem um trem que passa lá, só que hoje só carrega carga. Essa linha que provavelmente o senhor pegou, ela foi desativada. (...) Tem estação ainda em Araraquara.

Seo Geraldo:

Meu pai que falava o nome: Chibarro.

Quando chegou lá, chegou uma locomotiva super moderna pra época, elétrica; e a gente embarcou. A linha era tão suave que eu dormi e acordei lá na estação da Luz, famosa, em São Paulo, na capital. E eu lembro que a meninada acordou e desceu. E lá tinha uma tia que morava lá.

Aquele tempo era interessante porque lá em São Paulo mesmo – apesar de muito pequeno, eu lembro que a gente olhava da casa da minha tia, da rua Machado de Assis, lá na Vila Mariana; olhava pra uma praça e só via os tetos das carruagens: Ford Bigode, aquele da fotografia, de lona, assim, a cobertura. (...)

Ana:

E quantos anos o senhor tinha quando morou lá em Araraquara?

Seo Geraldo:

Seis, sete,...Oito eu não tinha, não; porque com oito anos a gente veio pra cá, voltou...Em torno disso.

Ana:

E o senhor está com quantos anos agora?

Seo Geraldo:

Setenta e três. É muitos anos...

Mas interessante que São Paulo com relação a Minas é muito evoluído.

Eu lembro que naquela fazenda tinha um telefone, aquele modelo interessante na parede, aquele modelo interessante. Usava nas comunicações tudo lá que o dono passava, o chefão, o dono lá. Viemos cá pra Minas, a maior raridade do mundo, telefone...Surgiu na cidade e foi muito devagar. Telefone mesmo é de pouco tempo pra cá.

Ana:

E por que vocês saíram lá de São Paulo?

Seo Geraldo:

Ah, meu pai mudava demais....Meu pai não parava em lugar nenhum.

Ana:

Porque o senhor é de Juiz de Fora, não é?

Seo Geraldo:

A origem da família, por parte do meu pai, é de Juiz de Fora; minha mãe é lá da região mineradora do Rio Doce, por ali afora. Mas de modos que meu pai parecia sangue de cigano, gostava de andar. São Paulo, desde ele muito jovem, ele conhecia tudo ali, contava causos, conhecia a palmo ali; na capital, né? Quer dizer, hoje é outro mundo totalmente diferente. Mas aí voltou pra Minas e moramos aí...

Ana:

Mas vocês não tinham parentes aqui na região de Brasilândia...?

Seo Geraldo:

Aqui não tinha nem conterrâneo pra falar a verdade.

Interessante, meu pai sempre gostou muito de roça, de terra, trabalhar com a roça; e vivia nas fazendas de irmão, não sei o que, sempre sonhando com a reforma agrária, que desse terra para as pessoas, isso, aquilo outro...Conseguir um pedaço de terra.

Aquela época era muito difícil. Um belo dia ele numa fazenda que era cidade: de um lado a margem de um ribeirão, de outro lado a fazenda – inclusive da minha tia. Nossa casa era assim: só saltava a ponte tava dentro da cidade.

Ana:

Lá em Juiz de Fora?

Seo Geraldo:

Não, lá em Dionísio, na zona da mata. Juiz de fora, a história começa mais longe um pouco.

Meu avô, pai do meu pai, era da família tradicional lá de Lima Duarte, próximo de Juiz de Fora. Agora o meu avô, ele descende da Inácia Delgado, que é fundadora, ou co-fundadora, da cidade de Lima Duarte. É dessas famílias que todo mundo é parente na cidade.

Ele tinha as fazendas dele lá. Aquele tempo que usava aquela patente comprada de coronel, major essas coisas...Ele era coronel, Cel. Joaquim Antonio de Paiva; e ele, interessante, aquela época, muitos e muitos anos atrás, meu avô, ele disse, que toda fazenda que ele tinha lá – pouco tempo uma prima que esteve aqui tava me contando, ela já é bem idosa, já fez bastante pesquisa da família; disse que toda fazenda dele lá tinha uma biblioteca.

Ana:

Eram raras as pessoas da roça que tinham esse costume da leitura, né?

Seo Geraldo:

Cada fazenda dele tinha uma biblioteca. Aí ele vendeu os bens lá e veio pra zona do Rio Doce, que é pra baixo de Mariana, de Ouro Preto, aprofundou ali. Mas quando ele foi pra lá, parece que foi quase igual quando nos viemos pra aqui. Era uma região que tinha muita mata, não tinha sido desbravada ainda. E ele chegou com dinheiro, e adquiriu sete fazendas, na região lá. Meu pai parece que puxou meu avô, só que meu pai era caçula da turma. Aí morreu o pai, morreu a mãe, e daí ele ficou meio assim, você sabe, quando não tem um pai e uma mãe pra orientar fica hora na casa de um irmão, de outro,...Aí internaram ele na Academia do Comércio, um colégio muito importante de Juiz de Fora.

Em Juiz de Fora. Era chamada Academia do Comércio – tenho até foto dela. E meu pai ficou internado lá um determinado tempo. Estudou, fez tiro de guerra, essa coisada toda. E depois também não sei o que levou...O certo é que depois ele saiu, andou na casa de um...

Só que meu pai é o seguinte, faltou ele ser igual aos outros irmãos que alicerçaram tudo numa fazenda, aprenderam a fazer as coisas, mexer com as coisas tudo direito. Meu pai parece que ficou meio alheio assim, meio aventureiro com essa vontade de andar, né?

Agora com relação a vinda pra cá, a mudança pra cá, foi uma coisa interessante.

Eu comecei a contar que a casa, saltava o ribeirão, ia...E a pessoa que mora perto do rio, da cidade, de uma vila ou o quê: “Ah, vai lá buscar um kilo de café, vai buscar um kilo de sal,...” Toda hora que precisou lá, manda lá. Aí, então, minha mãe mandou um menino lá na venda – aquele tempo falava venda – comprar alguma coisa que eu não lembro o quê. E aquele tempo não é igual hoje que usa a famosa sacola de plástico que está aí causando este problema horrível. Embrulhava – tinha o papel próprio de embrulho e jornal, conforme o artigo. (...) Eu sei que chega lá o menino com alguma coisa comprada que eu nem sei o que era, e logo desembulhou aquele jornal para lá. Meu pai logo pega, lê lá um jornal, lá um artigo que está escrito: “Terra e gado para o homem do São Francisco.” Ele era dessas pessoas habituadas a toda noite enquanto não lê o jornal não vai deitar...

Aí ele pegou, leu lá a notícia que tinha Colônia Agropecuária do Vale do Paracatu, que o governo instalou essa colônia, que...Falava tudo lá, que era dividido em três categorias de lote: tinha o lote agrícola, o lote pecuário, o lote misto; e que, de acordo ao tamanho, recebia tantas cabeças de gado. Então ele leu aquela notícia lá, botou aquilo na cabeça e começou a pesquisar daqui, dacolá,...e falou: “Não, eu tenho que conhecer, eu tenho que descobrir esse negócio.” Só que quando ele veio cá, para descobrir mesmo, *in loco*, essa Colônia; saber como é que era a coisa, já tinha seis anos que ela tinha instalado – ou cinco, talvez, quando ele veio. (...)

Ana:

Ele veio sozinho?

Geraldo:

Veio só.

Ana:

Como ele veio?

Geraldo:

Lá nessa cidade onde nós morávamos, tinha uma linha de ônibus que passava lá. Ela pegava de Coronel Fabriciano, que era perto de Ipatinga,...(a Usiminas estava sendo instalada...Ipatinga...Estava nascendo aquela época). Aí ele pegou um ônibus, veio até Belo Horizonte. Em Belo Horizonte foi que ele pegou a Central do Brasil e veio até Pirapora. E de Pirapora para cá, veio na carroceria de caminhões da Colônia porque não tinha ônibus, não tinha nada.

Ana:

Aí chegava lá no Porto Cavallo, parece. Atravessava....

Geraldo:

Ali, em Porto Cavallo, era a coisa mais interessante.

O certo é que ele chegou aqui, olhou tudo, veio até aqui, nesse lote.

Esse lote, o dono dele tinha sido...Tinha mudado...Tinha uma pendenga que funcionários não podiam ter lote. E esse homem era funcionário da Comissão do Vale e caçaram o direito dele...E naquele tempo, quando tomavam o lugar de um, avaliava tudo e ficava a disposição para encontrar outro, dono...O outro que chegasse pagava agremiação e tornava-se dono. Aí ele conseguiu. Deu tanta sorte, porque liberaram esse lote aqui, que estava enrolado.

Ana:

Eu ouvi histórias de gente que quando chegou aqui já não tinha mais terra. Estava tudo colonizado já.

Geraldo:

E foram muitos, né? Pegou tudo de segunda mão.

Aí o certo é que ele veio para cá, deu sorte que adquiriu esse aqui...

Mas essa colônia aqui encheu mais com o problema de Três Marias.

Aquela época, quando Juscelino construiu Brasília, ele construiu aquelas rodovias e as Furnas. Três Marias...essas represas famosas. E acontece que Três Marias desalojou muito fazendeiro; e seus agregados, é claro. E aí, esse pessoal que foi indenizado (dizem que tem uns que não aceitou, que foi na justiça lá e tal)...Mas aqueles que pegaram indenizações, eles

vieram para aqui. Tinha pessoa que recebeu lote...Porque eles falam reforma agrária, você sabe, em cem, se entrar cinquenta que realmente gosta de terra e adapta à terra, é muito. Sempre tem aquela faixa que entra e logo quer ir embora. É que não gosta disso.

Ana:

Antes, acho até que era menos. Hoje em dia, acho que tem mais.

Geraldo:

Hoje em dia está famoso este negócio. Você quer comprar terra, basta ir num assentamento.

Aí esse pessoal comprou terra, achou lote demais disponível...Compraram e com isso encheu tudo aqui. As chamadas reservas também encheram.

Ana:

Aqui era uma reserva ou um retiro?

Geraldo:

É. Agora aqui tem uma história antes da Colônia, né? (...) A impressão que se tem é que aqui começou quando a mineração em Paracatu começou decair. O ouro foi ficando mais difícil e aqueles senhores ricos de lá entraram por este sertão afora e botaram retiros, criatórios de gado, criação extensiva. Aí começou. Depois essas fazendas foram passando para herdeiros e tal...Mas era fazenda o que? Essa daqui era uma coisa absurda, que ia lá para aquela serra acima de Dom Bosco e tudo. Terra para não acabar mais. Subia cá para cima. Cada fazenda ia de barra de rio tal, espigão tal e assim por diante. Aqui inclusive foi...Ali naquelas mangueiras era a sede da fazenda da Novilha Brava. Isso tudo lá para mil e oitocentos, na época da independência, pouca coisa para cá. (...)

Mas aqui é o seguinte: aqui foi de Joaquina do Pompéu e foi terras do marido dela. Porque ela casou com o capitão Inácio Campo; eu acho que era de Paracatu. E com isso, ele tinha as terras nessa região. Aí fundiu o patrimônio todo. Que ela era dona deste oeste de Minas todo para lá. Aí o certo é que aqui já teve um relativo progresso.

Aqui na Novilha Brava. Porque eu sou um pouco curioso com esse negócio de história e pesquiso bastante. E pelos vestígios a gente sabe que já teve muita coisa relativamente importante pela época. Inclusive aqui era um ponto de referência entre o Paracatu e o São Francisco. Mais ou menos uma estrada que passava aqui...E aqui era um ponto de parada.

Ana:

Então quando seu pai veio para cá, já devia ter casa aqui.

Seo Geraldo:

Tinha. Depois vou te mostrar a foto dela.



Foto 42: Casa sede da fazenda Novilha Brava.
Arquivo de Geraldo Paiva (imagem de 1998)

Geraldo:

Quando a gente veio para aqui, a gente conversava com ex-colonos que tinham antes. Contavam horrores de como era aqui.

Ana:

E sua família, não ficou com medo de ficar aqui?

Geraldo:

É. Mas parece que nós chegamos o pior já tinha passado. Apesar de que para quem morava dentro da cidade...Porque você tinha missa todos os domingos; se quisesse, podia ir à igreja todo dia, tudo beleza. Um lugar onde você via alguma coisa diferente. Inclusive lá...A gente morava assim: passava os caminhões levando aquelas estruturas imensas; diz que era montando a Usiminas. Então a gente já via alguma coisa diferente. Agora, vir para um sertão desse, que, para começar, é uma vegetação totalmente diferente. Cerrado, a gente nunca tinha ouvido falar. Nunca tinha ouvido a palavra: cerrado. Então, quer dizer, a gente foi para outro mundo. Agora, é claro que a gente teve medo mesmo. Você vê: para chegar aqui tinha que atravessar de balsa, essa coisa toda.

Ana:

Veio seu pai, sua mãe, imagino...

Geraldo:

E cinco irmãos. Porque teve uma irmã, que até é falecida, que ficou morando com a avó. Essa nem para São Paulo não foi.

Ana:

E sua mãe? Não se importou de vir?

Geraldo:

Mamãe, quer dizer, num sentido, achava muito difícil. Noutro, você sabe, toda a família quer tentar um jeito de vida; um jeito independente. (...)

E o pessoal contava cada história...A malária era a coisa mais horrível do mundo. Porque hoje eu vejo o cuidado que tem: “Porque descobriu um caso de malária em tal lugar...”Aqui não. Aqui era o paraíso da malária. Eu quase morri. Agora esses moradores antigos contavam que tinha um bicho, um carrapato ou coisa parecida, (...) que diz que mordida e aí criava-se uma ferida, sabe? Se fosse na orelha diz que a pessoa ficava troncha. (...)

Para essa região do Gado Bravo foram muitos lotes. Então a pessoa saía de Brasilândia quando eles liberavam lá e diziam: “Você vai para tal lugar!” (...) Uns vinham com o carro de boi, com as tralhas tudo, as coisas; e na frente, limpando o jeito de vir. Fazendo estrada. (...)

E outra coisa, pior: vieram e os lotes não tinham demarcação. Por exemplo, você vai ali para o Gado Bravo, mostravam mais ou menos a altura do Gado Bravo; aí quando vinha o topógrafo, marcando as divisas, muitas vezes: [exemplo] eu entrei nesse lote e tinha que mudar para esse outro. Eu tinha feito roça aqui, um rancho; aí eu tinha que mudar para esse. Porque o meu era esse, mais para cima. Aí foi mexendo com a vida de todo mundo. A sorte é que era rancho mesmo! Palha!

Quando nós viemos para aqui, a gente achava interessante que...Na minha terra tinha ranchos cobertos de sapé, e o rancho lá era de pau a pique, enchimento – mas era bem acabadinho...Agora, quando chegamos aqui no sertão, não: eles faziam cobertura de buriti e cercava com paus em pé. Agora, um dia quando nós chegamos, fomos numa casa, (...) visitar e tal (e gente que até podia: tinha até gado, lote, tudo, grande), aí a dona da casa veio abrir a porta: puxa os paus lá, tira para lá...Tipo, como diz o povo: porta de chiqueiro.

Para nós, aquilo tudo era chocante. Engraçado. Tudo diferente.

(...) Ah, outro detalhe interessante. (...) Quando nós chegamos, a primeira pensão onde nós ficamos foi ali: aquele lugar que eu falei para você, que era o Chico Bezerra, ali; no João Gonzaga, na Brasilândia. E quando nós chegamos lá, a gente achou estranho porque chegava um pessoal em Brasilândia, os colonos, esse pessoal, eram muito acolhedores. Qualquer pessoa que chegava de fora, logo eles apresentavam, aquela coisa toda. E chegava lá – e eu e minha mãe e duas das irmãs viemos um pouco antes, porque meu pai veio com o caminhão com os caixotes de mudança – (...) um importante, uma pessoa do lugar, cumprimentava e tudo; e na cintura um revólver de todo o tamanho! Exposto! E para nós, na nossa terra,

ninguém nunca tinha visto aquilo. Pensava assim: Mas como é que é esse lugar aqui? Aqui tudo é muito liberal demais...Esse revolvão na cintura, que é isso?!

E outra coisa interessante também é que as pessoas aqui, principalmente o pessoal que veio da região de Patos, a calça era toda feita de algodão e feita tecida por cá. Você compreende? Num tear aí. (...) Por exemplo, a roupa, a calça principalmente, era feita de tecido confeccionado aqui mesmo. Tinha aquelas pessoas que tinha o tear, fiava o algodão e fazia a roupa, o pano. E tinha aquelas colchas, mais bacanas, feitas cheia dos desenhos e tudo. E feito aqui, no mato. Isso que eu estava lembrando há poucos dias. O pessoal, apesar de morar assim, no sertão, largado; eles tinham jeito de fazer as coisas. Fazia, por exemplo, aqueles cobertores, aquelas colchas chiques; mantas, para botar no arreio, calças...(..)

Agora, era tudo interessante. Porque, nuns pontos, o povo até se organizava. Por exemplo: dava tempo da seca, fazia rapadura, que era a rapadura mais deliciosa (...); fazia farinha, muita. Então o povo até se organizava para produzir as coisas, para o consumo próprio, né?

Geraldo:

Esse lugar aqui onde é a Vila Santo Antônio era uma reserva. Reserva é o seguinte:

Quando eles fizeram o loteamento, essas áreas muito baixas, muito cativas (eles falavam cativa, de enchente) ficou sendo reserva. Reserva é uma área que ficou ainda da Colônia, da Comissão do Vale para lá. E tinha essa reserva da Novilha Brava, do Limoeiro, (...) reserva do Buriti Grande, reserva do Sapato...Isso tudo aí. Teve um monte de reserva por aí, grande.

Quando nós viemos para cá, isso era uma reserva; inclusive era até fechado, e tinha cercas antigas, do tempo da Companhia [dos ingleses] (...). E aquele tempo, quando nós viemos para cá, tinha um administrador (...) e naquele ano ele resolveu botar todo mundo para correr: na reserva não era para ficar ninguém. Fez uma limpeza. E essa reserva, em 1959, em janeiro de 1959, quando nós chegamos aqui, tinha um morador num rancho de palha, ali onde é a Conferência... – Por sinal, eu até plantei uma palmeira ali, em frente a escola. Esse morador saiu. Aí ficou sem ninguém. E eles lá, na Colônia, de vez em quando mandava olhar, para ver se não estava tendo invasão, nem nada. Inclusive eu lembro de Seo Emídio vir de Brasilândia a cavalo e conversar com meu pai e tal...e botar meu pai para olhar. Aí meu pai ficava de guarda (...) E depois, o que que aconteceu? Aí já entrou a política.

Bom, em 1960, alguns moradores, em torno de uns cinco ou seis, entenderam de entrar lá e invadir. (...). Aí começaram a fazer umas derrubada lá e estavam pensando: “Essa reserva, nós vamos entrar aqui...” (era Pedro Jacó, João Tatu...Quem mais? Tinha Joaquim Irigó, mais uns outros lá). Pensaram: “nós vamos entrar aqui, essa reserva vai ser dividida entre nós, nós vamos ficar com um lote grande aqui.” E entraram. E começaram lá, com medo. Quando foi 1962, chega doutor Valter, novo administrador. E aí que foi a política. Porque doutor Valter era um jovem, recém-formado, que tinha um padrinho político, deputado, Manoel de Almeida (você já deve ter ouvido falar porque ele dominava esse São Francisco com esse negócio das escolas Caio Martins, essas coisas). E, pegou, botou doutor Valter, falou: “Oh, precisa fazer a política lá.” E doutor Valter chegou e aí abriu. Falou: “A política que eu vou fazer aqui é distribuir terra para esse povo.” E pegou aqui nessa reserva esses cinco, que pensaram que a área da reserva ia ser dividida entre eles...Aí vem Seo Emídio, chamou meu pai (...), e dividiram em oitenta e seis áreas. Mas fizeram o seguinte: áreas de roça. (...) Coisa pequena. Bom, aí chegava gente querendo. Lá na Colônia, eles davam um papelzinho (...), mandavam encontrar meu pai e meu pai tinha que pegar um cavalo e ir mostrar: “essa área é sua...número tal é essa aqui.” Tinha de tudo: gente de fora e gente morador por aqui que não tinha terra, estava na terra do outro.

(...) Aí, o que que aconteceu? Sobrou uma sobrazinha de terra, muito pouca, mais alta. E o pessoal que veio não tinha como morar lá no barranco do rio porque lá era baixo, enchente tomava tudo. Aí tiveram a ideia de lotear aquela sobra mais alta um pouquinho – apesar de ser vargem, baixo...Porque mais alta é só na igreja, na escola, por ali. Aí loteou ali para a pessoa morar, fazer o rancho; e tocar a roça lá embaixo. E deu tanta falta de sorte que o ano de 1962, que foi o ano da entrada do pessoal, (...) a chuva chegou cedo e eles derrubaram os matos e não teve como queimar. Sem fogo não abria clareira para plantar nada. Aí ficou todo mundo na pior, ninguém tinha nada. Aquele ano não teve colheita. Quando foi final de sessenta e dois, no natal, ainda deu uma grande enchente e tomou o trem tudo. Pronto! Se bem que não plantou, se plantou algum quintalzinho, perdeu tudo. Sessenta e três foi um ano crítico porque não choveu. Foi a coisa mais terrível que teve. E esse pessoal saiu.

Lá em Brasilândia, eles arrumaram uma distribuição lá, dos americanos, da Aliança para o Progresso...É do tempo de Kennedy ainda. Os coitados iam lá na fila para pegar um pouco de fubá, de leite em pó...E esse povo naquela dependência, naquela pobreza. Nós aqui...Meu pai, sempre que podia, dava serviço a algum. Mas nós também estávamos na pior. Não tinha dinheiro para tanto assim. Era uma pobreza de fazer dó. (...) E a Vila Santo Antônio

foi assim: dificuldade em dificuldade, pobreza; pelejando daqui, dacolá...que foi, devagar. Devagar, devagar...Aquilo ali existe por milagre.

Quando foi sessenta e sete. Aqui, essa região, dava febre malária, muita! A gente ia para a roça capinar, daqui a pouco ia lá na beira do corgo, uns arrepio daqui, dacolá; pode caçar rumo de casa porque a situação está feia. Vinha para cá, deitava na cama, tremia feito vara verde, depois, quando essa febre ia embora dava aquele suor brabo que molhava a cama toda...e era um caso sério. (...) Dava essa febre, mas já era coisa conhecida do pessoal: tomava Aralém, curava a febre.

Quando foi em fevereiro, março, abril de sessenta e sete deu um surto da malária – mas a malária mais violenta que tem – e aí foi a coisa mais horrorosa que eu já vi nessa região. (...) Que aí a gente pensou: “Agora acaba a Vila Santo Antônio, acaba tudo! Porque o que o que sobrar, vai embora” Inclusive muitas pessoas mudaram porque não tiveram condição de continuar. E a febre foi a coisa mais difícil do mundo. Porque essa febre pegava as pessoas e não largava, não! Porque a outra, dois, três dias, passava; vinha no mês seguinte. E essa pegava, pegava para matar. Os velhos, sobrou seu Urbano e Zezim Bolão. (...) E aquele tempo não é igual hoje que tem ambulância. O povo tinha que cuidar, não tinha dinheiro; da parte do governo, não existia nada. Tinha o doutor Góes, sozinho, para dar socorro a essa multidão. E não tinha nada. E o povo sofrendo e morrendo e pelejando (...)

Mas foi a coisa mais horrorosa. E ainda para acabar de danar, naquele tempo ainda não tinha o cemitério aqui, levava para o Riachinho [do Gado Bravo], aquela igrejinha que você viu ali. Levava para lá. Ih, ó, foi a maior calamidade que já houve na história dessa Vila Santo Antônio. E não só aqui. Todo esse vale do Paracatu, subindo para essa região, do outro lado do rio – só que lá não tinha gente, né? Lá quase não tinha ninguém. Aqui onde hoje é FUCHS, aqui do outro lado. Só que lá era mata; só pouquíssimos moradores.

Agora, o que que aconteceu: muitas pessoas venderam lotes, foram embora...Foi um fracasso. Aí Deus ajudou, com o tempo foi equilibrando devagar. Para você ter uma ideia da coisa como foi: a Secretaria de Saúde do Estado mandou uma equipe de médicos para fazer uma verificação, esses médicos eram americanos...Essa equipe veio (inclusive meu irmão estava deitado ali, ruim), deu umas voltas aí para a barra do Rio Preto, por aí; e eles passaram aqui em casa – eu não estava na hora. Minha mãe disse que chegaram na porta do quarto assim; meu irmão...nem chegar perto, assim, não chegou. Olhou assim...É e tal. Foram embora. Depois, eu fiquei sabendo – pessoas informaram – que o chefe da equipe quando verificou o tipo de febre que era, ele falou: “colocar-se a salvo.” Senão corria era risco de alguém da equipe morrer. E cascaram fora.

E deixou sequelas. Teve pessoa que custou melhorar. Demorou, mas sarou. Porque atacava o fígado; a pessoa tinha que tomar muito Aralém, essa coisa toda.

Um dia eu saí daqui, fui lá no doutor Góes para pegar remédio para o meu irmão que estava ruim. Chegou lá, lá estava cheio de gente do Bambu. Os corredores daquele postinho onde Dona Sivi lidava, por ali, estava assim de gente; o doutor Góes lá dando patada no meio do povo – ele era doido. Um gaúcho doido. E aí, a hora que ele entrou lá no consultório, (...) ele pegou lá – arrumou nas coisas dele – uma vasilha de alumínio, encheu até as bordas e disse assim: “Você leva e toca comprimido naquele povo lá, adoidado, para ver se cura.” E eu trouxe, esse mundo véio de comprimido. E antes, ali em casa, era o chamado Posto de Notificação. Os casos de malária. Minha irmã mais velha – ela dava aula ali – ela era encarregada do Posto. Nós todos tínhamos treinamento para isso. A pessoa chegava, nós colhia sangue, botava naquela lâmina, embalava aquele trem e mandava. E todo mês vinha alguém de Paracatu, da SUCAM, levava e examinava esse trem para depois trazer o resultado e coisa. E o povo já tinha o costume de pegar os comprimidos. Mas aí, foi uma derrota na Colônia toda. (...)

Naquela eleição do Collor, em oitenta e nove (...) deu enchente que veio até ali...Atravessou ali onde você e o João Facão...Tudo ali tomou a água. Tomou, pronto! Tomou conta de tudo. Aí foi o maior corre-corre para tirar as pessoas dos lugares baixos, indo para a igreja, escola, tudo. Mas no fim da história...Foi aquela vigília a noite toda, vigiando a enchente; e toma lá, para aqui para acolá...Você pensa – por isso que eu falo: que o pior foi a febre – que alguém ficou abalado com aquilo? Todo mundo bebeu sua pinga para rebater a friagem, todo mundo – os pousos, lá – foram comer carne e matar capado...E passou, passou; parece que não aconteceu nada. Por isso que eu falo: o povo luta com certas coisas, mas parece que o pior de tudo é doença. As outras coisas é fácil.

Seo Geraldo:

Quando nós chegamos para aqui, cultivava muito o arroz. Dava na safra, os caminhãozeiros, conforme o povo falava, vinham de Patos e Paracatu – mais Patos – e escoava a produção toda. Depois veio o milho e o feijão. E depois começou a fase de esvaziamento. Essa região de Dom Bosco tinha muita lavoura, mas lavoura ainda naquele estilo mais antigo. Esse pessoal, foram vendendo as terras que eram menores – indo muita gente para Matogrosso, outros para Brasília...Foi esvaziando, esse processo de esvaziamento.

Bom, depois também veio a carvoeira, na década de 70, para o final; aí veio a formação de pastagens (desmatou, depois entrou trator, e formou pastagem). Muito bem. Que foi o gado. Mas ainda existia muita lavoura nas partes de cultura, nas margens de rio, etc. E, atualmente, isso foi escasseando.

Mas com relação ao problema da cana é o seguinte:

Do outro lado do rio, a fazenda Chapalimon ali no...português...Ali no Três Rios, foi o seguinte. Um investimento muito alto, porque um homem muito rico. Ele tinha muito movimento em Angola...Com aquela guerra civil em Angola – ele é um português –, ela correu com os fazendeiros, com eles quase todos. E o Seo Antônio Chapalimon, (...) um homem muito rico, comprou aí.

Aí era só mata, e terra boa; aí do outro lado. E foi muito bom porque ele começou a investir...Você sabe: quem não tem dó de dinheiro porque tem muito, é uma maravilha. Eu mesmo trabalhei lá uns tempos.

Aí, esse pessoal daqui da vila começou a trabalhar lá. E lá era bom por isso: trabalhava adultos; aqueles meninotes todos trabalhavam. E aquilo foi muito bom. (...) Era muito bom. Mas, depois, quando esse português foi ficando mais velho e afastando mais... – o projeto de cana, eles falavam nele há muito tempo. Mas aí, acho que ele arrendava, porque montou vinte e cinco pivôs na fazenda. Aí ele arrendava. E tinha outras pessoas que plantavam, por exemplo, feijão, milho; isso, aquilo outro...E tinha gado lá também. De modo que sempre teve serviço. (...)

Agora, com relação a cana (...) eu rezo para esse negócio ficar lá do outro lado do rio. Porque lá já foi, num certo aspecto, um grande prejuízo. Agora, tem o lado positivo, né? Porque, por exemplo: quantas pessoas estão empregadas lá e bem; tem bom salário, plano de saúde, etc? Tem o lado positivo. O comércio, melhora muito, porque vem dinheiro e tal. Nesse aspecto, Dom Bosco é mais prejudicado, porque está mais afastado. Agora, aqui, beneficia-se bem com isso. Agora, se analisar o problema num certo aspecto, é o pior fracasso que tem. Porque lá, o projeto do Entre Ribeiros – o governo já investiu muito naquilo lá, eu conheço pouco –, você vê que produzia uma variedade de culturas. Mas agora acho que os homens cansou daquilo e agora é cana para cá, cana para lá. Agora faz estrada asfaltada, faz tudo; mas para quê? Eu pergunto: o que que o povão ganha disso; exceto quem está empregado lá?

Porque, por exemplo: produz-se o álcool. Eles lá produzem energia, do bagaço, sei lá o que...Muito bem. Mas aquilo ali serve para quem? Produz...Petrobrás já tem um monopólio lá, o governo pega X por cento daquilo tudo...Agora, para o povão, aquilo não tem futuro de

nada! Porque emprego, você sabe, hoje tem, amanhã não tem, isso tanto faz. Agora, enquanto isso está lá do outro lado, tudo bem.

Porque teve um projeto da FUCHS, de implantar uma grande aí também e quietou, ninguém sabe por que.

(...) Mas se observar certos aspectos na região eu acho que é uma fria [aumentar o plantio de cana]. Primeiro: meio ambiente. Só respeita meio ambiente, pequeno; porque para os grandes não existe isso, não; é conversa fiada. Porque eles lá, levam os homem lá no bico e consegue acabar com tudo. Meio ambiente vai de embrulho. Agora, os aspectos culturais, aquela raiz que o povo tem no lugar, aquela história, essa se perde; e quem fica, fica aí no ar...Até morrer, acabar, pronto. Nesse ponto, é um fracasso. Essas coisas é bom ter para lá. Ficar lá para longe. Você já pensou, igual esse projeto aí da FUCHS (porque tiveram um projeto avançado aí: era para ir lá para o Riachinho, por usina disso e daquilo outro). Se aquilo vai adiante (o homem apresentou lá o projeto, disse que o dinheiro era dos fundos de pensão lá da Inglaterra). Imagino eu que a Europa, com aquela crise, travou essa saída de dinheiro. Mas era um projeto muito avançado...Agora eu pergunto: eu aqui, que tenho um pedacinho de terra que, como diz, não é que aqui dá para mim viver, não, mas penso assim: eu estou aqui, moro aqui, não tem uma parede de um outro aqui, nem outro dali, nem um som de outro ligado, nem nada; eu estou aqui numa ilha, sossegado. Estou aqui perto da vila aqui, tem meus amigos, etc, etc. Não estou isolado lá para o mato, mas ao mesmo tempo eu não estou lá, naquele sufoco que gente velha detesta.

Então, você já imaginou, compram as terras ali tudo, fica aqui: eu vou sair, aí está só carreta para lá, para cá, poeira para lá, para cá; restrições de todo tipo. Quem quer essa vida? Ninguém. Ninguém quer esse tipo de coisa. Então o lugar torna-se inabitável. Nesse ponto, eu acho que é um verdadeiro fracasso.

(...) Agora, duas coisas que eu sempre falo: mineração e irrigação, pivô, não tem como fazer sem prejudicar o meio ambiente. (...) Agora, pensar que os órgãos de fiscalização conseguem breca isso, não tem jeito.

Quando eles chegaram aí, sobrevoando, jogando o tal pó secante para secar o capim que tinha do tempo do português...Aqui eu já sentia aquele cheiro horroroso do trem lá. Quer dizer, (...) por aí dá para entender que isso prejudica a saúde da população. Outra coisa – aqui em casa já aconteceu, e lá no Bambu também –, um cheiro, como se fosse chiqueiro; um cheiro podre, assim...(...)

Agora, o ruim que eu acho é que tudo no mundo tem jeito de fazer sem prejudicar certas coisas; mas só que a coisa: é grandes capitais. Não é igual eu que vou fazer uma coisa,

eu falo: “Não, ali eu posso deixar aquela árvore, aquele brejo...” Que é como eu faço aqui. O problema é a coisa macro: tem que devorar tudo, senão não dá dinheiro. E, lá em cima, os chefões, eles querem isso. Eles querem que produz tanto, não estão nem aí. Com esse negócio de agronegócio – porque diz que isso que está salvando a balança comerciam e tal.

Porque o pequeno, eu sempre falo, (...) ele não dá preocupação porque ele – nem que quisesse – não tem força. Não devora nada porque não tem força; ainda que ele quisesse. Agora, o grande não.

(...) A FUCHS. A FUCHS começou com Mariana [fazenda], um ponto pequeno, plantio de pimentão – e foi muitos anos. Então, Vila Santo Antônio, essa região toda; Dom Bosco,...Empregava um monte de gente, mulheres...Era uma maravilha aqui. Ainda lembro bem a época que Aécio Neves veio aí (ou Azeredo, não lembro; parece que Aécio) para fazer aeroporto para escoar o pimentão porque “Brasilândia, a capital mundial do pimentão! Etc, etc, etc, e tal.” E Brasilândia, aquele povão lá, tudo trabalhando na FUCHS. Muito bem – uma beleza enquanto existiu. Um belo dia (ainda quando a pessoa falou, eu falei: isso é mentira).

Falaram assim: “Ah, a FUCHS agora vai parar”. Foi aquela época, não sei se 2003 ou 2004, que o dólar esteve bem alto...Quando o Lula pegou o poder; ele estava lá em cima depois começou a despencar; cair, cair, cair... “Ah – aí arrumaram a desculpa – porque o dólar caiu muito e não sei o quê, então...” Eu falei com o rapaz – acho que ele transportava não sei o quê para eles [para a FUCHS]. Ele falou assim: “Problema, dólar?! Você vai nessa. Isso tem outro interesse.” O interesse o que que é: na China e na Índia, inventaram de implantar o projeto lá porque estava tendo vantagem; arrancaram os equipamentos lá, da usina, levaram para lá e simplesmente foi acabando. E o aeroporto que o senhor Aécio ia fazer, com certeza, dispensaram, porque ia fazer para quê? (...)

Carregaram para lá, não vai plantar mais pimenta, foram tapeando o povo, Brasilândia caiu duma vez. (...) Mas Deus ajudou – porque Brasilândia tem uma sorte muito grande: quando uma coisa acaba, surge outra – que aí apareceu aquele negócio de pesquisa de petróleo, depois veio essa BEVAP, (?) e ajudou a equilibrar a coisa.

Quarta parte

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO 7 – IMAGENS E PERSPECTIVAS DO SERTÃO

7.1 – Sertão e sertanejo no tempo e no espaço

De origem portuguesa, relativa ao espaço, a palavra sertão designa o lugar distante, desconhecido e não-habitado por aqueles que a enunciam. Difundiu-se no Brasil com a colonização, distinguindo o interior das áreas litorâneas do território. Entretanto, por sua acepção negativa, não se limitava ao fim prático da localização espacial: antes de tudo, sertão denotava a forma pela qual o território brasileiro era imaginado, demarcado e explorado.

Segundo Gilberto M. Teles (apud VICENTINI, 1998), no português arcaico sertão significava o lugar desconhecido para onde ia o desertor, *desere*, “o que sai da fileira” (TELES apud VICENTINI, 1998, p. 45). *Desertanum*, o oposto de lugar “certo” (IBDEM, 1998), era este lugar, constituído mediante uma relação antitética com o mundo social, com o mundo considerado civilizado. Representando por isso um “vazio”, um “deserto”; uma dimensão fora da organização física e simbólica do espaço perpetrada pela sociedade humana, *desertanum* era lugar sem arestas, sem geografia; espaço pleno de possibilidades porém preenchido pela ideia de um mundo selvagem, caótico, monstruoso, ou, simplesmente, não-humano.

No que se refere, pois, aos primeiros séculos da colonização, poder-se-ia dizer que o Brasil todo era visto como um grande sertão: uma terra sem Estado e sem Igreja (cf. LIMA, 1999, p. 57), selvagem, para onde se enviava toda sorte de pessoas: desde as que sonhavam fazer fortuna explorando-a, até os degredados pela Coroa. A partir do século XVIII, entretanto, com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais e a rápida ocupação do território ao longo do Rio São Francisco, o sertão do Brasil passará a ser identificado particularmente pelas paisagens do Cerrado e do Semi-Árido, constitutivas dessa região; e, já no século XIX, com as transformações produzidas pela vinda da família real, o processo de independência política e o conseqüente crescimento de uma elite local letrada, especialmente nas áreas litorâneas, despontará na literatura romântica, de princípio nacionalista, caracterizado pelo tipo humano e a cultura boiadeira das populações habitantes desta área do país.

Sobre as concepções de lugar “sem” sociedade e da selvageria representada pelas “feras” animais e humanas (os indígenas), o sertão agora também comportará as ideias de mundo camponês bucólico, precário e atrasado.

O sertão como porção do espaço agrário se difunde num período em que o Brasil, recém liberto do controle português, encara a questão de sua construção enquanto estado nacional ao mesmo tempo em que assiste a intensificação do processo de industrialização nos países europeus.

Na passagem do século XIX para o XX, a preocupação nacionalista, associada a uma política de povoamento e ocupação do território⁷⁷, provoca nos meios intelectuais a busca por uma identidade nacional que levará o sertão, juntamente com o sertanejo – seu nativo forjado no mundo rural distante, no encontro com as figuras do índio, do branco e do negro – surgir como alicerce para o pensamento do estado-nação brasileiro e, por conseguinte, para a elaboração do quadro mítico da formação do povo brasileiro. Assim, sem a perda de seus elementos semânticos originais (do distante, desconhecido, incivilizado), o sertão tornar-se-á o espaço privilegiado para a problematização da ideia de nação no imaginário social bem como o terreno onde se ensaiarão os primeiros passos sociológicos locais⁷⁸.

Como espaço agrário arcaico – o da sobrevivência de relações e costumes rústicos –, o sertão passa a refletir a dualidade do pensamento da sociedade brasileira. Em contraposição a uma existência litorânea urbanizada, diretamente afetada por manifestações internacionais – e por isso mesmo encarada, sob certo ponto de vista, como postiça – o sertão representará, por um lado, o atraso de uma sociedade em que pesa um projeto moderno de nação; e, por outro, o lugar onde se encontrava a verdadeira cultura desta.

Segundo Antônio Cândido (2006), o espírito da elite brasileira, que teria se desenvolvido a partir da literatura, seria marcado por essa dualidade que denomina como a “dialética do local e do cosmopolita” (CÂNDIDO, 2006): o conflito cognitivo de uma intelectualidade nativa, educada na Europa, e que por isso não se identifica com as particularidades sociais e culturais locais. Assim, diz ele que nas décadas de transição entre os

⁷⁷ Expedições como as da Comissão Rondon (1907-1915) para a instalação de linhas telegráficas, assim como a campanha republicana contra Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912 e 1916) são exemplos de ações nacionalistas deste período.

⁷⁸Frequentemente o livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha é apontado como marco de origem do Pensamento Social Brasileiro. Ver LIMA, 1999.

séculos XIX e XX, o *regionalismo*⁷⁹, que “desde o início de nosso romance constitui[u] uma das principais vias de autodefinição da consciência local” (CÂNDIDO, 2006, p. 120) irá se transformar num gênero – o *conto sertanejo* – que terá como característica principal a busca por “um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas. Esse meio foi o “tonto sertanejo”, que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso...” (CÂNDIDO, 2006, p. 120), banalizando e, em boa medida, depreciando os modos de vida das populações rurais do interior do país. Como figura emblemática desta fase do regionalismo, ficou na memória nacional o personagem Jeca Tatu de Monterio Lobato, um tipo camponês marcado por vicissitudes como a pobreza, a ignorância, a doença, a preguiça, o atraso; associadas a sua condição.

No que tange ainda à literatura, Antônio Cândido comenta que a mudança no enfoque pitoresco do sertão e seus habitantes ocorre a partir do movimento modernista, que, em grande medida, propõe-se a uma superação do “olhar estrangeiro” para a realidade brasileira e a construção, a partir de paradigmas originais, da arte e da linguagem locais.

Ainda que a Europa permanecesse como o centro de referência cultural para a elite brasileira, as manifestações artísticas, filosóficas, científicas e tecnológicas surgidas no contexto da eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) reverberaram positivamente entre nós à medida que trouxeram ideias e princípios estéticos que pareceram bem adequados para representar uma realidade de mestiçagem e grandes contrastes como a nossa (CÂNDIDO, 2006). O Modernismo no Brasil, aproveitando-se da desconstrução formal que a vanguarda européia apresentava, em estéticas como a do cubismo, do surrealismo ou mesmo a do dadaísmo, produziu experimentos artísticos e de linguagem a partir da mistura de elementos da cultura local. Associado a um interesse antropológico crescente no mundo⁸⁰, este movimento buscou como nunca conhecer os povos do interior do Brasil, numa iniciativa voltada sobretudo para a síntese, através da arte, de uma representação mais “fiel” da identidade nacional.

⁷⁹ Autores como Afonso Arinos, Coelho Neto, Visconde de Taunay, Franklin Távora, Monteiro Lobato são representantes da chamada primeira fase do regionalismo.

⁸⁰ No início do século XX, através de suas longas estadias em aldeias estrangeiras cujos modos de vida investigava, Malinowski desenvolve o método etnográfico da observação-participante. Com equipamentos de cinema, Major Reis, integrante da comissão Rondon, já produz imagens do cotidiano e de rituais indígenas no interior do Brasil. É notável ainda que a publicação de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* de Bronislaw Malinowski, o lançamento do filme *Nanook of the North*, de Robert Flaherty (considerado o primeiro documentário da história do cinema) e a realização da Semana de Arte Moderna Brasileira coincidam no ano de 1922.

Assim, com as transformações engendradas pelo Modernismo, o gênero regionalista se reconfigurou e, a partir de 1930, obras literárias que abordavam o sertão e o sertanejo por uma outra perspectiva começaram a aparecer. A influência dos novos paradigmas ideológicos e processuais funcionou para liberar sertão e sertanejo do lugar pitoresco que lhes era reservado, aproximando-os do público leitor segundo uma perspectiva, diríamos, mais humanista. Tais categorias, que antes eram representativas de um *outro* inferiorizado, foram reapropriadas em uma busca que comportou, entre outras coisas, a dimensão subjetiva de ambas.

De acordo com uma apreensão antropológica, poderíamos dizer que o que ocorreu neste momento foi um ajuste no princípio de alteridade com relação a abordagem dessas categorias pela literatura: sertão e sertanejo adquiriram uma realidade temporal simétrica àquele que escreve, podendo ser, então, reconhecidos como espaço e sujeito contemporâneos, ainda que diferentes. Em *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, por exemplo, o narrador onisciente, com acesso a tudo – desde ao ambiente onde vivem seus personagens até ao modo como eles vêem, percebem e sentem este ambiente – privilegia a sensorialidade na forma da construção narrativa e consegue, assim, provocar no leitor a sensação do mergulho imediato nas paisagens e situações vividas pelos personagens. Outro exemplo extremamente marcante desta virada estética, podemos encontrar na obra de João Guimarães Rosa, em especial no romance *Grande Sertão: Veredas* (1956), no qual, ao propor uma narrativa elaborada pelo próprio sertanejo, nos mostra um sertão para além dos limites físicos e culturais da geografia: o sertão da memória da vida do narrador.

Com a palavra, Riobaldo Tatarana, o protagonista-narrador deste romance, conta-nos sua história; costura-lhe em meio a reflexões, sentimentos e questionamentos sobre a vida, o mundo e o meio ambiente em que vive fazendo-nos compreender que, para além das condições impostas pela região e pela cultura, existe algo que é maior e compartilhado por todos os seres humanos: a perplexidade face à existência.

Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. (ROSA, 2006, p. 100)

Com *Grande Sertão: Veredas*, a literatura brasileira, enfim, chega ao sertão da subjetividade; universaliza e transcendentaliza-o enquanto experiência ambiental, condição de

vida e concepção de mundo: como se no sertão de Guimarães Rosa fosse possível um contato real com o divino pelo afloramento de uma verdade só revelada na descoberta de um território enigmático e poderoso localizado no íntimo pessoal: o “sertão dentro da gente”. Desta forma, lugar e pessoa sertanejos são investidos de qualidades mágicas, atemporais, que, diferentemente do sentido observado na primeira fase do regionalismo – de olhar positivista –, deixam de representar um *outro* resíduo pretérito da civilização para representar o “essencial”: a experiência do próprio ser-no-mundo. Nesta obra, destaca-se ainda que a estrutura narrativa em primeira pessoa e certos elementos do enredo como o Estado, o caixeiro-viajante estrangeiro, o espírita – compadre meu Quelemém –, o prenúncio da modernização, o ouvinte de origem citadina, etc., atualizam o sertão – ou seja, situam-no no presente – à medida que funcionam para indicar, de um lado, a “realidade” de onde provém a narrativa (como se fosse um testemunho, uma confissão); e de outro, que aquele lugar, o sertão, apesar de distante, não está separado do resto do mundo: tem sua dinâmica associada a um contexto social maior.

O interior do Brasil e sua população, entretanto, convém não obstante observar, apesar dos novos engajamentos literários, permanecia investido do olhar assimétrico do Pensamento Social que não se abstinha de descrever o sertão e o sertanejo pela ideia de um *outro*, lugar ou pessoa, selvagem e atrasado⁸¹.

Lima (1999), em seu estudo sobre a representação do Brasil no Pensamento Social, aponta que a imagem do sertão compartilhada pelos intelectuais locais, positiva ou negativa, podia ser comparada a de outros lugares em que os dilemas de um processo civilizatório se faziam sentir (LIMA, 1999, p. 35); com a palavra ocupando “o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista” (LIMA, 1999, p. 60). Nesse sentido, a autora elenca algumas vertentes de interpretação do sertão que são expressivas da imagem de um mundo construído em oposição ao mundo considerado civilizado.

Os sertões dos intelectuais, militares, engenheiros, médicos e técnicos desbravadores que expedicionaram pelo interior do Brasil até, aproximadamente, a década de quarenta do século XX, apresentavam semelhanças. Este espaço, observou a autora, geralmente era definido pelo protagonismo da natureza em contraposição à fragilidade humana, pela presença

⁸¹ É importante salientar que, conforme sugere Lima (1999), até a institucionalização universitária das ciências sociais não havia, no Brasil, uma separação tão nítida do Pensamento Social em relação à Literatura. O que podia ser considerado literatura às vezes apresentava forte viés científico, como no caso, por exemplo, de *Os Sertões*, que até hoje ora é apresentado como texto literário, ora como documento científico (LIMA, 1999, p. 53)

de cidades fantasmas, abandonadas após rápidos surtos de progresso; pela pobreza, pela falta de saúde, pela ideia, frente a isto, do pionerismo e heroísmo dos “civilizados” que se propunham a ir para o interior, e também por uma concepção indelével – que dava a estas expedições o caráter de missão civilizatória – de que a ciência teria um papel fundamental a cumprir no processo de tratamento e incorporação dos sertões ao conjunto da nação.

No livro *Tristes Trópicos*, encontramos algumas dessas concepções nas descrições de Lévi-Strauss sobre as paisagens matogrossenses e seus comentários de viagem.

Nas palavras do etnólogo, o sertão constitui um panorama tão estranho que poderia mesmo ser considerado um território extraterrestre: “Quem vive na linha Rondon⁸², facilmente se imaginaria na Lua” (LÉVI-STRAUSS, 2001, p. 256). Prossegue dizendo que o Estado do Mato Grosso é praticamente do tamanho da França e percorrido apenas por grupos de índios nômades, os quais estariam entre os mais primitivos do mundo (IBDEM). Seu olhar para o lugar o faz ver uma natureza virgem, a qual só lhe sugeria monotonia. Os objetos da construção da linha telegráfica no meio da floresta, só conseguem expressar a solidão, o fracasso das frentes pioneiras e o abandono da região Norte do país. E ao comentar ainda sobre sua viagem até lá, partindo de Cuiabá na companhia de boiadeiros que contratou para guiá-lo; não se exime de expressar toda sua irritação com o que denotaria, por suposto, a precariedade espacial e tecnológica encontrada nos rincões brasileiros: o fato de ter que depender dos bois como meio de transporte, os quais, segundo ele, ditavam o ritmo da viagem.

Por outro lado, a perspectiva de que no sertão seria possível ter experiências genuínas, em contato com uma natureza em estado bruto e uma população criada longe ou às margens da civilização, sobrepunha-lhe o significado do lugar epifânico idealizado pela Etnografia – apreensão que marca também o pensamento romântico em relação ao sertão.

Continuando com *Tristes Trópicos*, descobrimos que o principal motivo que levava Lévi-Strauss a ir “até o fim do mundo” (LÉVI-STRAUSS, 2001, p. 299), o sertão do Brasil, relacionava-se à sua busca por uma condição de vida que pudesse talvez revelar-lhe algo de essencial a respeito do princípio sociológico humano. Ainda que procurando se mostrar consciente da ilusão dessa busca ao dizer que ela se dava em meio a sociedades agonizantes (os indígenas), entre os Nambiquara pareceu ter suas expectativas de certo modo satisfeitas justamente porque viu nesta população o grau máximo de simplicidade que imaginava poder

⁸² Caminho aberto pela Comissão Rondon para a instalação das linhas telegráficas do Mato Grosso e do Amazonas com vista à integração da região Norte do país

encontrar entre sociedades humanas. Ou seja, o sertão era também o lugar das *elementaridades*.

Em momento posterior, entretanto, em que as Ciências Sociais se encontram institucionalizadas no país, algumas características serão ressaltadas para definir o espaço sertão. A ênfase recairá sobre a cultura, a religiosidade e as relações de poder observadas no meio agrário a partir dos estudos de comunidade que passam a ser realizados de forma mais sistemática. Observa-se nesta nova fase de interpretação, uma preocupação maior em afirmar a diversidade das comunidades rurais do país salientando suas diferenças – entre outras coisas, a partir de sua proximidade e relação com os espaços urbanos⁸³. De qualquer modo, o sertanejo passa a ser identificado como o sujeito “da camada intermediária situada entre os pólos tradicionais de dominação e subordinação” (LIMA, 1999, P. 186), como o habitante da região Nordeste do país e áreas, como o Norte de Minas Gerais, onde prevalecia a cultura do gado e a agricultura de subsistência. Enfatizava-se ainda como características desse sujeito o nomadismo, associado à herança bandeirante, que o apresentava como indivíduo sem vínculo com a terra; o movimento messiânico (neste caso resgatando Euclides da Cunha), em que a religiosidade expressava a reação a um estado de marginalização social, política e econômica vivida no campo e, por fim, o cangaço, como o banditismo rural, também resultado desta condição marginal diagnosticada como a da pré-cidadania estabelecida justamente no contexto de um sertão “sem lei” em contraste com um território, o litoral, marcado pela presença dos aparelhos de Estado.

As representações do sertão e do sertanejo mencionadas até aqui se referem, de modo geral, às construções imagéticas e conceituais feitas das regiões do interior do Brasil e de suas populações que, apesar de produzidas exclusivamente no âmbito das elites – locais e estrangeiras, se considerarmos, desde o período da colonização, os relatores da Coroa e os viajantes individuais – mais se popularizaram no imaginário nacional. Com o fenômeno da urbanização, entretanto, ligado inerentemente ao processo de desenvolvimento capitalista do país, o visual dessas regiões e os grupos humanos que deram origem a essas representações se transformaram e hoje torna-se evidente que, pela ótica da paisagem geográfica e do aspecto humano, o sertão não poderia continuar sendo caracterizado da mesma forma que o fora no passado.

⁸³ Sobre o assunto, Lima (1999) aponta que é Maria Isaura Pereira de Queiroz quem, especialmente, procura trabalhar a partir da perspectiva da relativa distância do espaço urbano.

O êxodo rural, como consequência desse processo, o surgimento da mão-de-obra assalariada no campo, a instalação da capital federal no meio do Cerrado, a abertura de inúmeras rodovias interligando Brasília às capitais estaduais; o desenvolvimento dos meios de transporte, aumentando e acelerando o fluxo interno de pessoas e mercadorias; a criação de políticas voltadas para a industrialização do Nordeste e também para a colonização das regiões Centro Oeste e Norte do país – levando milhares de sulistas a, efetivamente, fundar impérios do agronegócio nestes espaços –, constituem uma nova espacialidade que, se pelo menos não transforma a ideia de sertão, desloca-a para outros lugares do território e objetos: como é possível observar nas falas de velhos camponeses que relatam a “diminuição” do tamanho do sertão ou seu afastamento; e o desaparecimento de seus seres (reais e imaginários) com o crescimento dos espaços urbanos (cf. BRANDÃO, 1995)⁸⁴.

Sendo assim, a apreensão do termo sertão como um tipo de subjetividade, tal qual o proposto por Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas* pode ser – e tem sido – uma saída para estudos de cunho antropológico empreendidos em regiões e junto a populações que, ao longo do tempo, foram reconhecidas como de sertão. Nestes estudos – e balizando o sentido da palavra, originalmente, do léxico do colonizador – estaria em primeiro plano, exatamente, a palavra do sujeito considerado sertanejo; seus valores, suas percepções e memórias de seus mundos vividos.

7.2 – Generalizando o mundo sertão: síntese das observações de campo

O senhor vá. Alguma coisa ainda encontra. (ROSA, 2006, p. 31)

O sertão mudou. Hoje já não é mais um lugar que possa ser definido como distante e contrário às formas civilizadas de organização. Estradas, cidades, energia elétrica, infraestrutura de comunicação, empresas, instituições, estabeleceram uma nova dinâmica ao espaço, determinando, assim, a transformação da paisagem, das relações sociais e dos modos de vida. Porém, dependendo de como se mira o sertão ou, em outras palavras, dependendo de como se adentra o sertão, tal mudança pode ser relativizada.

⁸⁴ Em nosso trabalho de campo também encontramos referências parecidas. Dona Sivi nos contou que tanto animais silvestres como seres encantados do Rio Paracatu – a sereia e o caboclo d’água – desapareceram devido à urbanização do espaço e ao assoreamento do leito do rio.

Percorrer lentamente suas estradas, contemplar a paisagem, escutar as histórias dos velhos, conhecer os espaços da vida sertaneja, possibilitou-me perceber o entrelaçamento, ou o conflito muitas vezes, entre as novas configurações estruturais e simbólicas e as tradicionais do lugar.

Quando parti para o *Gerais*, motivada pelos sentimentos provocados pelas imagens e pelas idiossincrasias retratadas no livro *Grande Sertão: Veredas*, tinha o objetivo de poder construir, a partir de minha própria experiência, a diferença entre o vivido e o imaginado a respeito de uma paisagem, uma cultura, que, embora desejasse que fosse exatamente como o contado por Riobaldo, considerava que já não existisse mais. O método, todavia, que empreguei para chegar a esta experiência: o da viagem e da memória – como forma, assim, de manter um vínculo “metodológico” com o livro –, acabou permitindo-me reconhecer nos detalhes o sertão da narrativa roseana; e concluir que este “sertão” não representava necessariamente os vestígios arqueológicos de uma sociedade, mas era antes uma realidade viva, mantida, misturada e, em certo sentido, até mesmo ressignificada no contexto da modernidade.

Se é assim, vejamos, então, “onde” percebemos o sertão roseano ainda ressonante.

7.2.1 – Vazios

O isolamento a que Riobaldo se referia, apontando com efeito o vazio humano do sertão: “...onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador...” (ROSA, 2006, p. 8), era ainda uma sensação concebível de se ter na região noroeste mineira do ponto de vista do viajante de fora que se desloca lentamente pelo espaço, posto que a região além de apresentar a menor densidade demográfica do Estado ($5,33\text{hab}/\text{km}^2$)⁸⁵, tem, atualmente, seu vazio agravado pelo avanço do capitalismo que se apropria de gigantescas extensões para a instalação de modernas monoculturas mecanizadas – como a do eucalipto e da soja – que pouco requerem mão-de-obra e afastam do campo seus habitantes. Da mesma forma, projetos como o do Parque Nacional GSV, ao delimitar e definir uma área de preservação que visa, entre outras coisas, a manutenção de uma ideia de paisagem natural isenta da presença

⁸⁵ Dado referente ao ano de 2000, presente em relatório de perfil demográfico produzido pela Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatísticas e Informações (CEI). Lembramos que a estatística indicada delimita-se a região oficial, Mesorregião Noroeste de Minas Gerais, que engloba alguns municípios mais populosos que não incluímos em nosso campo; e exclui outros, da porção oeste do Rio São Francisco, menos populosos, que faziam parte do campo.

humana, contribue também para a manutenção artificial deste vazio, criando, a partir daí, para os moradores do Parque e do seu em torno, um lugar, de fato, para se chamar de sertão.

Na perspectiva de um local, Seo Ladu, o vazio atual da região se configurava na imagem dos casebres abandonados da zona rural, tomados pelos morcegos.

Seo Ladu:

“A gente vai analisar...A gente achou assim, né? Às vezes pode até não tá batendo certo, mas eu achei assim: que naquele tempo todas as cidades eram pequenininhas, né? E a cidade evoluiu muito. Chamou muito atenção do pessoal da fazenda. Nem só daqui, que é Parque, mas de outros lugar, ficou muita casa vazia que morcego começou a render nelas, né?

Então, morcego acoita numa casa, aí bicho não destrói eles, né? Aí eles vai, esconde ali. Aí daqui a pouco vai render muito. Cria muito, porque ali não tem destruição. Porque se eles fica lá no mato, o bicho pega muito; os bichos do mato. Gavião come, corujão...vai pegando. E aí dentro de casa assim, os bicho já não vem. (...)

Não sei, mas eu acho que com a saída do pessoal para a cidade, né?, que começou a render. (...) Teve casa (...) que o morcego tomou conta que engrossou o chão de esterco deles. A hora que chegava lá fora – a gente chegava lá pro lado de fora um pouco assim –, você escutava tipo um trovão: “turuhruhruhruh...”; era os morcegos dentro da casa. Você pegava e entrava assim, podia juntar que nem esterco de gado. Que a casa era casa grande, mas ficou grosso [o chão], minha filha. Acabou lá. Caiu.” (...)

Os morcegos como o sinal do abandono no sertão também foi explorado por Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*. Ao descrever a vila de Paredão de Minas – na ficção, evadida após a guerra entre os jagunços -, o narrador enfatiza a presença dos animais na Igreja local:

O Paredão existe lá. Senhor vá, senhor veja. É um arraial. Hoje ninguém mora mais. As casas vazias. Tem até sobrado. Deu capim no telhado da igreja, a gente escuta a qualquer entrar o borbôlo rasgado dos morcegos. Bicho que guarda muitos frios no corpo. Boi vem do campo, se esfrega naquelas paredes. Deitam. Malham. De noitinha, os morcegos pegam a recobrir os bois com lencinhos pretos. Rendas pretas defunteiras. (ROSA, 2006, pg. 97)

7.2.2 – Fruição e reconhecimento da paisagem

Andando por estradas que atravessavam áreas de cerrado, entre chapadões e veredas – as poucas que se podia avistar da margem desses caminhos – tinha a felicidade de me deparar com os registros paisagísticos da descrição da natureza feita pelo protagonista de *Grande*

Sertão: Veredas. Contemplar o céu baixo de uma chapada, confirmar a suavidade de sua planície, a cor branca do chão de areia – “que dá mais assunto à luz das estrelas” (ROSA, 2006, p. 447) –, a mansidão das águas do Urucuia, a morenice do Paracatu, os topônimos dos acidentes geográficos; o sol, “de onda forte, (...) [que] a luz tanta machuca” (ROSA, 2006, p. 32). E, do alto de alguma serra, deixar-me levar pela beleza daquele ‘mundo véio’ dos *Gerais*, das falas de Seo Caetano, “tão grande, repondo a gente pequenino” (ROSA, 2006, p. 316).

Com relação ao aspecto humano, no entanto, era nos modos (hospitalidade, curiosidade, respeito, dignidade) e nas preocupações existenciais de meus interlocutores que reencontrava, o universo cultural da vida de Riobaldo. Sem dúvida, Deus e o Diabo continuavam atuando com destaque no cotidiano do sertão; e a religiosidade popular era um dos fenômenos de maior evidência entre as populações visitadas.

7.2.3 – Religiosidade popular

Em minhas andanças, observei que a fé cristã se mantinha como o principal elo de ligação entre o sertão do passado e o sertão atual. Mesmo com as transformações imputadas pelo desenvolvimento capitalista do espaço, não se perdia de vista ali o poder divino, a vigilância das forças demoníacas e todo um mundo sobrenatural de seres e acontecimentos que, em maior ou menor grau, participavam das agruras e das alegrias da vida. Nesse sentido, ousaria mesmo dizer, tal como Brandão (1980), que a religiosidade popular, no sertão mineiro, se mostrava como o campo a partir do qual as camadas mais pobres da sociedade encontravam seus meios de lidar com as determinações políticas e simbólicas vindas de cima. A fé cristã é um meio eficaz na manutenção do *status quo* dentro dessa sociedade, funcionando, sobretudo, na amortização do impacto simbólico provocado pelas mudanças nos modos de vida.

Em Santa Fé de Minas, na casa de meus anfitriões, estive presente em uma roda de conversa onde se debatia se o prefeito da cidade tinha ou não feito pacto com o Diabo para vencer as eleições, pois diziam que desde que fora eleito, três pessoas de sua família haviam morrido.

Ao longo da conversa, explicaram que a condição de todo pactário é entregar a alma (que corresponde à morte física) à entidade maligna. Se este, no entanto, se escusa de cumprir o contrato, seus parentes próximos serão vitimados, podendo ele decidir quem será levado em seu lugar. Na roda, o assunto ganhava certo tom de piada com as pessoas discutindo de modo

descontraído os porquês das escolhas do prefeito e qual deveria ser sua próxima indicação para a morte. Até o momento em que, da brincadeira, passaram a refletir sobre a existência ou não do Diabo: um dizendo que “o capeta somos nós”, o mal que nos habita ou de repente invade; outro, que existe “o bom e o mal” e que havia casos sabidos de pacto, como o do controverso deputado mineiro Antônio Luciano (1913-1990); percebia-se que a ideia do Diabo, neste caso, funcionava como uma marca para identificar o poder conquistado e mantido através de meios ilegítimos ou considerados condenáveis. Um poder, portanto, que podia ser contestado: o prefeito de Santa Fé, naquele momento, estava sendo cassado.

Em Brasilândia de Minas, era o papel exercido por Dona Sivi que me parecia exemplar para pensar a importância da religiosidade na assimilação dos novos contextos colocados, por exemplo, pelas mudanças paisagísticas e sociais trazidas pelas indústrias. Pela rezadeira passavam, praticamente, todos da cidade, sem distinção de credo, cor, classe social, origem, etc. Sua força espiritual era reconhecida e procurada para solucionar os mais diversos problemas.

Imaginando que o movimento da cidade nos últimos anos, com a instalação da BEVAP e as pesquisas empreendidas pela Petrobrás, possivelmente tivesse criado uma margem de obsolescência para seus trabalhos – e talvez até gerado uma certa perda de prestígio – (baseando-me na ideia de que esses empreendimentos além de comportarem uma visão de mundo pragmática ainda levavam pessoas com outros costumes e perspectivas para o lugar), perguntei o que achava da presença dessas indústrias ali e se conhecia, mantinha ou mantivera algum tipo de relação com alguma delas. Em sua visão, as empresas eram bem-vindas na cidade porque geravam empregos; mas ela, propriamente, nunca tivera relação ou fora beneficiada por esses empreendimentos. Ao falar, no entanto, especificamente da BEVAP, cujo canalial era possível avistar do seu bairro, disse algo inesperado: que ela nunca tinha ido à usina, mas que “o pessoal de lá” vinha muito à sua casa: traziam carros e caminhões para benzer. Ao ouvir isso, procurei me certificar de que se referia a funcionários locais; e então veio a surpresa: “...é tudo gente de São Paulo. Eles falam que é para benzer [os veículos] porque não está indo para frente, está morrendo os trem; os caminhão estão desmantelando.”

Poucos dias em sua casa foram suficientes para perceber que Dona Sivi, de fato, era procurada também pelos novos habitantes da cidade. Numa tarde, uma senhora, acompanhada da filha adolescente, foi a sua casa para tomar um passe da rezadeira. Ela era paulista, e mudara-se para Brasilândia havia menos de um ano como forma de acompanhar o marido,

engenheiro, contratado pela BEVAP. Aquela era sua segunda sessão ali, para o “tratamento” do cansaço que vinha sentindo: segundo explicou Sivi, devido à inveja alheia.

Ao contrário do que se poderia pensar, a técnica e o conhecimento científico não comprometiam a religiosidade popular. No sertão mineiro, as conquistas da modernidade caminhavam junto das práticas tradicionais significando a vida e o espaço vivido.

Ainda acompanhando Sivi em seus trabalhos, estive com a senhora na ocasião em que fora procurada por um fazendeiro que estava tendo problemas com cobras em seus pastos. Mediante sua reza, as cobras deveriam se afastar do local; um trabalho que seria feito a distância, mas exigiria pelos menos duas visitas à fazenda: a visualização do terreno onde os répteis foram avistados era importante para que a reza fosse eficaz.

Voltada para os pastos que lhe indicaram ou mesmo dentro deles, ultrapassado o cercado, a senhora, com o terço em punho, balbuciava as “oração boa”. Após, aproximadamente, dez minutos, terminou o trabalho e nos disse que havia corais e cascavéis na fazenda. As corais estavam criando embaixo de um tronco de árvore caído.

Enquanto o fazendeiro e a esposa serviam-nos um café, Dona Sivi pôde elucidar a razão para o aparecimento das cobras. Disseram-lhe que os pastos de um vizinho há poucas semanas também haviam sido benzidos por um padre pelo mesmo problema. Sivi explicou, então, que o padre é dos que fazem serviço mal feito “tocando as cobras de um quintal para o outro”: portanto eram as do vizinho que agora estavam ali. Mas, como ela era ciosa de seu trabalho, e “não fazia bobagens como a do padre”; tinha mandado as cobras para o córrego, de onde deveriam tomar um rumo que não prejudicasse outros fazendeiros.



Foto 43: Dona Sivi benzendo pasto contra cobras. Ana Luísa F. Vasconcellos, 2014.

A fé como método na solução das contrariedades do dia-a-dia associava-se especialmente aos casos de saúde. Chamava atenção o fato de que o acesso à Saúde era apontado como o maior ganho trazido pela modernidade – o acesso a medicamentos, tratamentos, acompanhamento médico, deslocamento para áreas com mais recursos, etc. –, porém, sem as práticas de fé, de nada adiantaria esse desenvolvimento, já que todo o poder, com efeito, emanava da força espiritual. Era comum ouvir coisas do tipo: “o remédio é bom, mas quem cura é Jesus.”

Em Arinos, fora uma situação de suposto milagre de cura testemunhado por Durval e Marisa que lhes deixaram hesitantes quanto a crer ou não na figura de Valdemiro Santiago, o fundador da pentecostal Igreja Mundial do Poder de Deus. O casal havia participado de uma celebração deste pastor na ocasião em que acompanhavam uma amiga que fora pedir pela saúde da mãe que sofria de câncer.

Em Passagem Funda, ouvi de Oswaldo que “o povo da região” não dispensava uma boa reza, benzimentos e o uso de ervas nativas para tratar de doenças; e quase sempre combinado com tratamento alopático.

Em Vila de Santo Antônio, uma raizeira, que teria curado a hepatite do marido – dado como caso perdido por médicos – apenas com rezas e remédios naturais da horta, fora uma das pessoas indicadas para eu entrevistar. Ela era uma parte importante daquele universo social; uma particularidade que merecia destaque.

E como se fosse para coroar esta estreita relação entre a moderna medicina e os conhecimentos tradicionais dos quais a reza era parte fundamental, na casa de Dona Sivi, em Brasilândia de Minas, havia na parede, ao lado do quadro do papa João Paulo II e do padre Marcelo Rossi, o quadro do querido e sempre lembrado “Doutor Góes”, o médico, anteriormente citado, que enfrentou as maiores epidemias de malária na localidade.

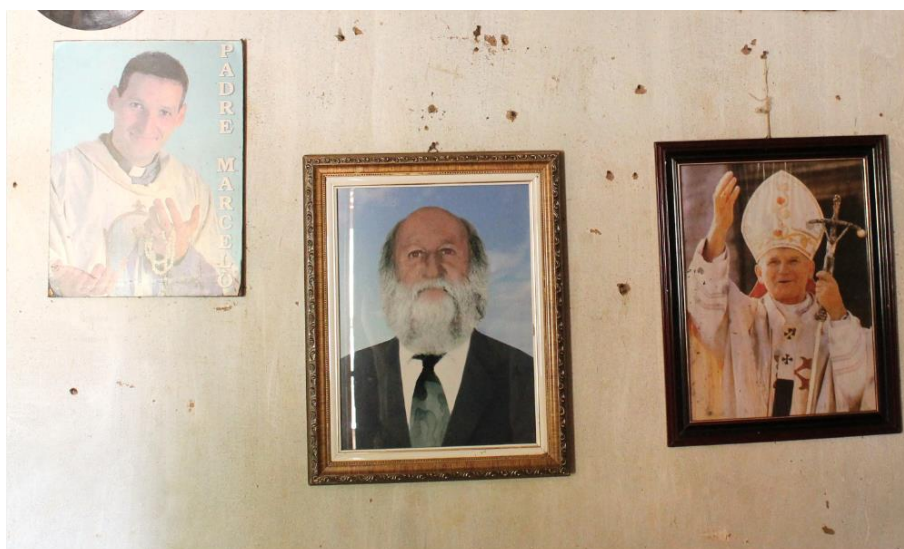


Foto 44: quadros da parede de Dona Sivi. Ana Luísa F. Vasconcellos, 2014

As paredes das casas, aliás, eram uma boa fonte de observação do culto cristão na região. Todas as casas em que entrei apresentavam algum ou vários tipos de imagem relacionada à narrativa bíblica ou a figuras religiosas. Uma série de quadros iguais representando passagens do Velho Testamento, como a Arca de Noé e a travessia do Mar Vermelho, parecia ser bastante comum nos locais visitados. Pude notar também que, da mesma forma, os televisores, quando ligados, expressavam a religiosidade: costumavam ficar sintonizados em canais como TV Aparecida e TV Canção Nova; um dos motivos, por sinal, que parecia despertar o desejo de conhecer as cidades de Aparecida e Cachoeira Paulista, no Estado São Paulo.

O turismo religioso, no sertão mineiro, parecia ter destaque entre os demais: eram ainda os lugares de fé e as festas cristãs uma das principais razões que levavam os chamados sertanejos a viajar. Fora do Estado de Minas Gerais e exceptuando as viagens por razões de saúde, especialmente as mulheres mais velhas só conheciam lugares de peregrinação. Dentre algumas pessoas com quem conversei, Aparecida era o referencial turístico no Estado de São Paulo, a cidade que despertava um interesse de visitar por gosto. Na Bahia, ouvia-se falar na

cidade de Bom Jesus da Lapa, a qual também – antes da TV, acredito – fora um forte destino de peregrinação por conta de estar localizada às margens do Rio São Francisco, o que facilitava o acesso para os habitantes dos *Gerais*. Mas romarias a pé ou a cavalo ainda são bastante comuns para esta cidade.

7.2.4 – A “nação de gado”⁸⁶

...Vejo esses vaqueiros que viajam a boiada, mediante o madrugalar, com lua no céu, dia depois de dia.” (ROSA, 2006, p.309)

Eu queria que o mundo fosse habitado apenas por vaqueiros. Então tudo andaria melhor. (ROSA, in LORENZ, 1973, p. 323)

Travessia. Não raro, os únicos seres que encontrava enquanto ‘rompia’ as estradinhas do cerrado era o gado. Algum barulho mais forte quebrando o silêncio da viagem, eram as vacas, em geral brancas, da raça *nelore*, que apareciam como fantasmas, saídas da galharia baixa. Outras vezes, elas estavam bem no meio do caminho, exigindo certa atitude ao passar, que – descobri por intuição e sempre funcionou – consistia em não encará-las, mantendo o ritmo do deslocamento sem mudar de direção. Embora me prevenissem contra onças e cobras, era sempre o gado que estava presente em meus trajetos; eram seus rastros, algumas vezes, que serviam de indício da proximidade de alguma casa.

O livro *Grande Sertão: Veredas* é a estória de uma vida possível no cenário da sociedade de tradição boiadeira; a sociedade estabelecida junto dos criadouros de gado, dos retiros ou currais. Nas obras de João Guimarães Rosa, o gado surge como uma tônica. A relação homem/animal ou homem/natureza seria o que, no limite, operaria as questões existenciais presentes no pensamento do autor; nesta relação estaria o cerne paradoxal e transcendente do lugar sertão; e talvez no espírito do vaqueiro, a síntese⁸⁷.

⁸⁶ Categoria nativa apresentada na tese de ANDRIOLLI, 2011. A expressão “nação de gado”, de acordo com a autora, corresponderia à homologia entre a sociedade humana e a sociedade não-humana feita por vaqueiros.

⁸⁷ No conto *Entremeio: Com o Vaqueiro Mariano*, do livro *Estas Estórias*, o narrador viaja para o Pantanal matogrossense levado pelo interesse, segundo ele, “de aprender mais, sobre a alma dos bois” (ROSA, 1969, p. 69). A forma como encontra de fazer isso é recorrendo à memória do vaqueiro Mariano, instigando-o a fornecer fatos, casos, cenas (IBDEM)

Este espírito, no entanto, conforme indicamos na primeira parte deste trabalho, tem na errância, ou melhor, na travessia de compasso animal, constituída muita da sua experiência de espaço e paisagem. Assim, dentre as imagens em que podia reconhecer o sertão roseano, estava, por fim, fortemente marcada, a da boiada, conduzida por aquele sujeito aventureiro, o vaqueiro, para quem selar o cavalo e errar, levando e buscando gado, ou simplesmente campeando, parecia constituir mesmo a “alma sertaneja”.

No sertão atual, apesar do avanço das monoculturas industriais, a criação de gado ainda se mantém como uma das práticas mais intensas e de importância econômica. “Tem muito gado; gado que não é brincadeira, minha filha”, disse Seo Caetano. É o gado que ainda sustenta grande parte da memória e da existência dos homens que viajam sertão adentro; e é ele, sobretudo, que garante a ‘marcha’, a temporalidade que permite construir a percepção errante do sertão roseano.

“A noção de pressa não tem lugar na vida animal” (MEYER, 2008, p. 161). Por isso, a cena de um vaqueiro passando com a boiada no asfalto tal como me descreveu Seo Caetano: ruim porque machuca os pés dos animais, desgastante porque o vaqueiro a todo momento tem que se haver com os carros, tirar o gado da pista, ouvir xingamentos de “quem está com pressa”; perigosa (e por este motivo proibida) porque os bichos podem se assustar provocando acidentes – mas ainda assim obrigatória quando não existe outro caminho – fica registrada, em minha memória, como a do contraste representativo do sertão hodierno; uma sobreposição de formas e tempos em que a velocidade e a objetividade, impostos pelos caminhos pavimentados e os motores da civilização, competem com o sistema mundo do vaqueiro; este sujeito acostumado ao corpo a corpo com a natureza, ao ritmo da boiada, às incertezas e as imensidões da vida em travessia.

APÊNDICE



Foto 45: Seo Zé Bigode apresentando a formação rochosa do lugar conhecido como 'Calçada'. Assentamento Novilha Brava, São Romão. Ana F. Vasconcellos, 2014

Rio do Ouro

Casa de Divina



Foto 46: Divina, com Juca ao fundo, limpando galinha na extensão de sua cozinha. Ana F. Vasconcellos, 2014.



Foto 47: Sessão para ver fotografias de família. Débora, à frente, e Gabriela, ao fundo. Ana F. Vasconcellos, 2014.

Construções tradicionais



Foto 48: Vista da frente da casa de Seo Caetano e Dona Arcesina. Ana F. Vasconcellos, 2014.



Foto 49: Casa de Seo Ladu e Dona Manelina. Fazenda Rio Preto. Ana F. Vasconcellos, 2014.

Visita à casa de Toim com os netos de Seo Caetano e Dona Arcesina



Foto 50: Thiago (à esquerda) e Deidson. Ana F. Vasconcellos, 2014.



Foto 51: Valmir e Raimunda na porta de casa. Ana F. Vasconcellos, 2014.



Foto 52: Casarão da fazenda de Seo Eurico. Ana F. Vasconcellos, 2013

Charadas, ditados e caso contados por Seo Caetano:

Charadas

“O que é que eu posso fazer com a noite que não posso fazer com o dia?”

Resposta: Madrugar.

“Eu dei porque não vi, se tivesse visto não tinha dado. Mas já que dei tá dado. O que é que dei?”

Resposta: Um tropeção em um tronco caído.

“O que é que tem gosto de bunda e sabor de entre pernas?”

Resposta: Leite e ovo.

“O que é que o boi tem que não nasceu com ele?”

Resposta: O ferro do dono.

“Por que é que o boi baba?”

Resposta: Porque não sabe cuspir.

“Redondinho, redondão, deixa um rastro compridão?”

Resposta: Bicicleta.

Ditados:

“Todo lugar tem um uso. Toda roda tem um furo e toda lesma tem um búzio.”

“Quem faz sono bom é cama. Quem faz comida boa é fome e quem faz estrada perto é cavalo bom.”

“Tudo que tem nome tem um dono.”

Caso do ‘kibungui’, espécie de assombração vista nos pastos.

“Olha tem muita história que o povo mais velho contava que eu nunca vi a finalidade, não; mas também não ignoro que não exista. Porque o que tem o nome tem o dono. Porque você pode ver, minha filha, que Deus não deixou nada...Não botou nome ninada para não ficá o dono. [Pergunto se ele já viu alguma coisa estranha por aí, pelos matos]. Olha, eu já vi um bando de livosia [assombração]. Eu não sei se é verdade, ou se não, mas que – eu nunca tive é

pavor – mas foi uma coisa que eu fiquei meio azuletado. Agora eu não sei o que é que pode ser, se eu vim a saber, mas eu não sei o que é que podia ser. Faz tempo, eu era menino; quer dizer que um menino igual aquele mais pequeno que está aí. Era assim, igual aquele Miquéias. Até hoje eu penso assim que eu nunca vi um nada para mim vê e não saber o que é que era. E eu vi esse trem que eu fiquei neutro, sem saber o que é que era. Foi aqui embaixo, na fazenda do Fernando. E eu saí para caçar um cavalo. O cavalo estava apiado [com as pernas amarradas], que naquele tempo não tinha manga [mangueiras, na fazenda citada, para amarrar o cavalo junto delas]. E apiou o cavalo e o cavalo fugiu, foi embora para o pasto, bater lá na Sambaíba, lá num gaio [vereda] que chama Capão. Aí eu saí, bati no rastro desse cavalo o dia todo até peguei a direção que ele saiu. Aí ele entrou num cerrado e eu pensei: de qualquer maneira ele vai descer para aqueles gaio [córrego, vereda] lá. Porque ele entrou no cerrado já tem horas, eu vi estrume dele já meio seco. Aí eu descí, já estava de tarde. E desde cedo que eu batia no rastro desse cavalo caçando ele. Fui caçar primeiro, depois fui pegar o rastro para ver onde é que ele tinha andado. E aí tava de tarde, eu subi em riba de um morrote, um morrote alto: tô lá em riba olhando. E tinha um cachorro mais eu, que era de uma tia minha. Eu tinha saído e o cachorro me acompanhou. E o cachorro chegou aqui e ficou de parilha comigo aqui e eu olhando aquele trem tropelano lá em baixo. Eu digo: é o cavalo! Que vai tropelano. E vai pulando assim. E eu subi no morro e olhei lá para baixo e o cachorro chegou e ficou em pé assim junto de mim. E olhou lá para riba, para lá. E era um em (?) tempo de uma pessoa mas você não via a cabeça, não. No tipo de uma pessoa. Daqui para baixo era de uma pessoa, canela de uma pessoa. Para riba era feito um tacho (...) e listada, aquelas listronas assim, ó. E o trem vai assim: tuco, tuco, tuco; caminhando, fazendo aquelas pancadas. E o cachorro olhô para lá e rupiô; e saiu grunindo, querendo latir e eu disse: O quê?! Aquele trem ali não é do meu conhecimento, não! E eu corri, e o cachorro rompeu na frente e eu atrás. Eu chamava: Sultão! – o cachorro chamava Sultão. Sultão, psiu! – Para modo de ele não adiantar muito de eu! E eu querendo enganar o cachorro para modo do cachorro parar para eu [a]marrar ele na corda, no cabresto, para modo de ir junto. O cachorro não parou, não! Aí romper assim...Eu tirei assim...[pergunto se o bicho estava indo para o lado dele] Ia passando assim ó, no pé do morro. Perto assim ó. Eu estava em riba do morro, no limpo, numa campina assim ó, tem uns pé de foia larga aqui e acolá. Mas era no limpo assim ó, o trem ia passando. Aquele bichão. Ali ó, antes do sol entrar, muito antes do sol entrar, a tardezinha. E eu digo: Que? O que que tem ali não é de meu conhecimento, não! Que trem é aquele? [pergunto se ele não chamou] Uá, vou chamar?! E eu puxei, moça, diz que é hoje nunca achei nada para modo de eu não desenganar o que é que é? Esse dia eu vi esse trem lá e

eu não fui lá oiá, não. Negócio listado. Antigamente...Vc lembra de umas sopeiras de louça que tinha, listada? Era o mesmo tipo daquilo. Até hoje me dói a cabeça de não ter referido, mas o medo – eu era menino – o medo era muito, eu não fui, não. O povo diz que tinha um tal de kibungui, que diz que tinha uma perna sozinha.” [Chico fala: e o pé dele é redondo, igual a de garrafa].

‘Os bicho inocente’

Seo Caetano: Aqui nós presta atenção: até os bichos inocente sabe da temperatura do tempo.

D. Arcesina: Quando tá para chover aqui, os bichos aqui vira um trem!

Seo Caetano: Vira.

Ana [aproveito a “deixa” e digo]: Os bicho inocente...

Seo Caetano [sem que eu termine a frase]: Sabe mais do que nós. Tá estiado aqui: o gado dá para descer na porta. Para descer na continuado. Eles saem, maia aí ó; sol quente eles maiando no sol. Você sabe: vai chover. Quando já tá chovendo, você vê o gado descer na porta, ficar aí, passeando aí, caminhando aí, vai pra bá, pra bá; vc sabe: vai estiar. Até as cachoeira dos rio aqui nos sabe quando vai chover: quando aperta do nada. Você vê as cachoeira do rio zoa como que tá cheio [as cachoeiras fazem mais barulho quando vai chover]. Se tiver invernado, vai estiar; e se tiver estiado, a chuva vai pegar.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n. 15, 1995, p. 145-151.
- AMARO, Fernanda Ribeiro. **Escritos de Viagem e a Construção do Espaço Vivido por meio do Deslocamento**. Dissertação/ Geografia/Universidade Federal de Uberlândia (UFU): Uberlândia, 2014.
- ANDRIOLLI, Carmem Silvia. **Sob as Vestes de Sertão Veredas, o Gerais: mexer com criação no sertão do Ibama**. Tese, Ciências Sociais, Unicamp, 2011
- BACHELARD, Gastón. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975 (Coleção Os Pensadores)
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1975 (Os Pensadores, XLVIII v.).
- BOLLE, Willi. **grandesertão.br – o romance de formação do Brasil**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **Efeitos de Lugar**. In: BOURDIEU, P. (org) *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória Sertão**. São Paulo: Cone Sul, 1998.
- _____. **Do Sertão à Cidade: Os Territórios da Vida e do Imaginário do Camponês Tradicional**. In: MESQUITA, Zila; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995.
- _____, **A Partilha da Vida**. _____Disponível em: <http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/a_partilha_da_vida.pdf>. Último acesso: 30/07/2014.
- _____, **No Rancho Fundo: espaço e tempo no mundo rural**. Uberlândia: EdUFU, 2009.
- _____, **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e Cultura, vol. 10, n. 1, jan/jun de 2007, p. 11-27.
- _____, **Os Deuses do Povo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRUNO, Fabiana. **Uma antropologia das “supervivências”: as fotobiografias**. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Artes, Unicamp; 2009.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34 LTDA, 2001.

_____, **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006

CARMELLO, Patrícia da Silva. **Memória e Esquecimento no Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa: travessia e melancolia**. Tese de Doutorado em Letras/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/ Faculdade de Letras. Rio de Janeiro, 2011.

CERQUEIRA, Ana Carneiro. **O “Povo” Parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro**. Tese de Doutorado em Antropologia Social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2010.

CLIFFORD, James. **Routes: travel and translation in the late twentieth century**. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 1997.

DAINESE, Grazielle. **Chegar ao Cerrado Mineiro: hospitalidade, política e paixões**. Tese de doutorado em Antropologia Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/ Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2011.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes LTDA, 1998.

DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sertanejos ribeirinhos: identidade, Cultura e mobilidade socioespacial**. Projeto: “Tempos e Espaços nas Sociedades Camponesas no Alto e no Médio São Francisco”, vinculado ao LAGEA – UFU / Financiado pelo CNPq – 061/2005. _____ Disponível em: < www.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/37.pdf>. Acesso em: 17/09/2012.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anee Dufourmantelle conda Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

ECKERT, C. & ROCHA, A. L. C. **Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana**. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2001. 25 f. (Iluminuras; n.44)

FAVRET-SAADA, Jeanne (1990). “ “Ser Afetado”, de Jeanne Favret-Saada”. In Cadernos de Campo, São Paulo: USP, nº 13: 155-161, 2005.

FERREIRA, Solange Terezinha de Lima. **A percepção Geográfica da Paisagem dos Gerais no “Grande Sertão: Veredas”**. Dissertação em Geografia/ Departamento de Geociências e Ciências Exatas/ Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Rio Claro: 1990.

FINAZZI AGRÒ, Ettore. **Um lugar do tamanho do mundo: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

- FONTES, Rosa Maria Oliveira; FONTES, Maurício. **Crescimento Desigualdade Regional em Minas Gerais**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2005.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **As Formas do Falso: um estudo sobre ambiguidade em Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- GEERTZ, Clifford. “**Making Experience, Authoring Selves**”. In. Edward M. Bruner & Victor W. Turner (org). **The Anthropology of Experience**. Illinois: Board of Trustees of the University of Illinois, 1986.
- GODOI, Emília Pietrafesa de; NIEMEYER, Ana Maria de (orgs). **Além dos Territórios – para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.
- GOLDMAN, Marcio. **Alteridade e Experiência: Antropologia e Teoria Etnográfica. Etnográfica**, vol. X (1), 2006, pp 161-173.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, 1988, p. 264-275.
- _____, (org.). **James Clifford/ A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no Século XX**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2008.
- INGOLD, Tim. **Lines: A Brief History**. Oxon: Routledge; Taylor & Francis Group, 2007.
- JACINTO, Andréa Borghi Moreira. **Do Município à Capital: entre territórios e literaturas de percursos locais**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 307-330. _____ Disponível em:<<http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/viewFile/6552/5279>>. _____ Acesso em 15/09/2012
- LEFEBVRE, Henri (1970). **De Lo Rural a Lo Urbano**. Edicions 62 s/a., Provenza 278, Barcelona 8, 1978. Versão pdf: ediciones península.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família**. São Paulo: Edusp, 1993.
- LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antônio. **Ficção e Ensaio**. São Carlos: Edufscar, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Nisia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan, 1999
- MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

- MEDRADO, Joana. **Terra de Vaqueiros – relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- MELO, Adriana Ferreira de. **Sertões do Mundo – uma epistemologia (vol. 1) & Uma Cosmologia do Sertão (vol.2)**. Tese de doutorado em Geografia/ Universidade Federal de Belo Horizonte (UFMG). Belo Horizonte, 2011. _____ Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br/.../volume_1_sert_es_do_mundo.pdf>. _____ Acesso em: 22/09/2012
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MEYER, Mônica. **Ser-Tão Natureza: a natureza em Guimarães Rosa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MITCHELL, W. J. T. **O Ensaio Fotográfico: quatro estudos de caso**. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, 15(2): 101-131, 2002.
- MORAIS, Maria. **Brasilândia de Minas – sua história, sua gente**. Brasilândia de Minas: M. Morais, 1998.
- OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. **Nos Domínios de Dona Joaquina do Pompéu: negócios, família e elites locais (1764-1824)**. Dissertação de Mestrado, História, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mariana, 2012.
- PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. In: Arquivos da Memória – Antropologia, Escala e Memória/ nº 2 (Nova Série)/ 2007. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. São Paulo: Editora USP, 1973.
- _____, **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC/Edusp, 1978
- ROSA, João Guimarães. **João Guimarães Rosa – Entrevista**. In: LORENZ, G. W. Diálogo com a América Latina. São Paulo: E. P. U., 1973.
- _____. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- _____. **Entremeio: Com o Vaqueiro Mariano**. In estas estórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- SAMAIN, Etienne (org). **Como pensam as imagens**. Campinas: Unicamp, 2012.
- _____, **Um retorno à Câmara Clara: Roland Barthes e a antropologia visual**. In: SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Rodrigo Herles dos. **Aqui Estou, Aqui Faço o Meu Lugar: Um estudo sobre percepção e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí, MG**. Dissertação em Geografia/ Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.
- SILVA, Aete Fagundes Soares da. **Representações sobre as populações sertanejas na obra Explorando e Viajando Três Mil Milhas através do Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011
- SILVA, Giselda Shirley da; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; SILVA, Vandeir José da. **Histórias e Memórias: Experiências Compartilhadas em João Pinheiro**. João Pinheiro, MG: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011.
- SOUZA, Ângela Fagna Gomes; SANTOS, Rodrigo Herles dos; MARTINS, Geraldo Inácio, BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O viver e o habitar. Os ciclos da natureza e os usos dos territórios fluviais no Rio São Francisco – Pirapora, MG**. Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 11, n. 36, dez/2010, p. 308 -317.
- SOUZA, Marcos Spagnuolo. **Vidas Vividas em Arinos**. Arinos: Marcos Espagnuolo Souza, 2000.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (organizadores). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- TUAN, Yi-FU. **Topofilia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.
- _____, **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini T. **Puras Misturas**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997.
- VICENTINI, Albertina. **O Sertão e Literatura**. In: Sociedade e Cultura, 1(1): 41-54, jan./jun. 1998
- VIGGIANO, Alan. **Itinerário de Riobaldo Tatarana**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.